ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 8

Brasília - DF, quinta-feira, 11 de janeiro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo ... 1
Atos do Poder Executivo ... 2
Presidência da República ... 6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 8
Ministério da Cultura ... 9
Ministério da Defesa ... 13
Ministério da Educação ... 13
Ministério da Fazenda ... 15
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 36
Ministério da Integração Nacional ... 41
Ministério da Justiça e Segurança Pública ... 42
Ministério da Saúde ... 44
Ministério das Cidades ... 50
Ministério das Relações Exteriores ... 50
Ministério de Minas e Energia ... 50
Ministério do Desenvolvimento Social ... 56
Ministério do Esporte ... 56
Ministério do Meio Ambiente ... 56
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 62
Ministério do Trabalho ... 62
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 73
Tribunal de Contas da União ... 76
Poder Judiciário ... 79
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 79

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas de transportes terrestres que operam sob concessão da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios são obrigadas a exibir em seus veículos, em formato de fácil leitura e visualização:

I - a expressão "Disque-Denúncia", relacionada a uma das modalidades existentes, com o respectivo número telefônico de acesso gratuito;

II - expressões de incentivo à colaboração da população e de garantia do anonimato, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 2º Os Estados são autorizados a estabelecer serviço de recepção de denúncias por telefone, preferencialmente gratuito, que também poderá ser mantido por entidade privada sem fins lucrativos, por meio de convênio.

Art. 3º O informante que se identificar terá assegurado, pelo órgão que receber a denúncia, o sigilo dos seus dados.

Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão estabelecer formas de recompensa pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos.

Parágrafo único. Entre as recompensas a serem estabelecidas, poderá ser instituído o pagamento de valores em espécie.

Art. 5º O **caput** do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

"Art. 4º .....

VI - serviço telefônico para recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

VII - premiação, em dinheiro, para informações que levem à resolução de crimes.

....." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gustavo do Vale Rocha

LEI Nº 13.609, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 47. .....

§ 4º Os recursos provenientes dos pagamentos dos **royalties** serão distribuídos, nos termos do disposto nesta Lei, com base nos cálculos de valores devidos a cada beneficiário, fornecidos pela autoridade administrativa competente.

§ 5º No caso dos Estados e dos Municípios, os recursos de que trata o § 4º deste artigo serão creditados em contas bancárias específicas de titularidade deles.

§ 6º Observado o disposto no § 9º deste artigo, na hipótese de o Estado ou o Município ter celebrado operação de cessão ou transferência, parcial ou total, dos seus direitos sobre os **royalties** ou de antecipação, parcial ou total, das receitas decorrentes dos direitos sobre os **royalties**, os recursos de que trata o § 4º deste artigo serão creditados pelo seu valor líquido, após as deduções de natureza legal, tributária e/ou contratual anteriormente incidentes, se houver, e desde que tais deduções tenham prioridade de pagamentos, diretamente pela União, em conta bancária específica de titularidade dos investidores, no Brasil ou no exterior, ou de entidade representativa dos interesses dos investidores que tenham contratado com o Estado ou o Município a respectiva operação de cessão ou transferência de direitos sobre os **royalties** ou de antecipação das receitas decorrentes dos direitos sobre os **royalties**.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º deste artigo, a União não poderá alterar a conta bancária específica indicada para o pagamento dos direitos e receitas sobre os **royalties** sem a prévia e expressa autorização do beneficiário da operação.

§ 8º Eventual adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal previsto na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, não poderá afetar a transferência dos direitos e receitas sobre os **royalties** para a conta bancária específica de titularidade do investidor ou da entidade representativa dos interesses do investidor referida no § 6º deste artigo, até o integral cumprimento da obrigação assumida.

§ 9º Para as operações já contratadas na data da promulgação desta Lei, poderão as partes, de comum acordo, ajustar a transferência do depósito dos recursos de que trata o § 4º deste artigo diretamente para conta bancária específica do investidor ou da entidade representativa dos interesses do investidor para essa finalidade.

§ 10. (VETADO)." (NR)

"Art. 50. .....

§ 8º Os recursos provenientes dos pagamentos da participação especial serão distribuídos, nos termos do disposto nesta Lei, com base nos cálculos de valores devidos a cada beneficiário, fornecidos pela autoridade administrativa competente.

§ 9º No caso dos Estados e dos Municípios, os recursos de que trata o § 8º deste artigo serão creditados em contas bancárias específicas de titularidade deles.

§ 10. Observado o disposto no § 13 deste artigo, na hipótese de o Estado ou o Município ter celebrado operação de cessão ou transferência, parcial ou total, dos seus direitos sobre a participação especial ou de antecipação, parcial ou total, das receitas decorrentes dos direitos sobre a participação especial, os recursos de que trata o § 8º deste artigo serão creditados pelo seu valor líquido, após as deduções de natureza legal, tributária e/ou contratual anteriormente incidentes, se houver, e desde que tais deduções tenham prioridade de pagamentos, diretamente pela União, em conta bancária específica de titularidade dos investidores, no Brasil ou no exterior, ou de entidade representativa dos interesses dos investidores que tenham contratado com o Estado ou o Município a respectiva operação de cessão ou transferência de direitos sobre a participação especial ou de antecipação das receitas decorrentes dos direitos sobre a participação especial.

§ 11. Na hipótese prevista no § 10 deste artigo, a União não poderá alterar a conta bancária específica indicada para o pagamento dos direitos e receitas sobre a participação especial sem a prévia e expressa autorização do beneficiário da operação.

§ 12. Eventual adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal previsto na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, não poderá afetar a transferência dos direitos e receitas sobre a participação especial para a conta bancária específica de titularidade do investidor ou da entidade representativa dos interesses do investidor referida no § 10 deste artigo, até o integral cumprimento da obrigação assumida.

§ 13. Para as operações já contratadas na data da promulgação desta Lei, poderão as partes, de comum acordo, ajustar a transferência do depósito dos recursos de que trata o § 8º deste artigo diretamente para conta bancária específica do investidor ou da entidade representativa dos interesses do investidor para essa finalidade.

§ 14. (VETADO)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Henrique Meirelles
Esteves Pedro Colnago Junior
Grace Maria Fernandes Mendonça

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEI Nº 13.610, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada.

Art. 2º Fica conferido ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim

LEI Nº 13.611, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Dia Nacional do Exportador.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Exportador, a ser comemorado, anualmente, em 28 de janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gustavo do Vale Rocha

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

LEI Nº 13.612, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-251, localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, passa a ser denominado Rodovia Frei Jorge.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Mauricio Quintella

LEI Nº 13.613, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Martim Soares Moreno.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, o nome de Martim Soares Moreno.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.263, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§ 1º .....
.....

V - a participação dos Estados, dos Municípios, dos beneficiários e de suas entidades representativas, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 93, de 1998, orientará as definições e as normas do regulamento operativo.

§ 2º Os financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária priorizarão os Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e que recebam apoio dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento, da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Social." (NR)

"Art. 3º Os recursos financeiros que constituírem o Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão destinados ao financiamento da aquisição de imóveis rurais, aos investimentos iniciais para estruturação da unidade produtiva e às despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural.

§ 1º O Fundo de Terras e da Reforma Agrária poderá financiar, total ou parcialmente, a infraestrutura complementar para a integração e a consolidação de assentamentos promovidos prioritariamente pelo Poder Público, em condições a serem estabelecidas em resolução do Conselho Monetário Nacional e no regulamento operativo.

§ 2º Os recursos serão aplicados prioritariamente por meio de financiamentos individuais para os beneficiários de que trata o art. 5º, observado o disposto no regulamento operativo.
....." (NR)

"Art. 8º .....
.....

V - tiver sido, nos últimos três anos, contados a partir da data de apresentação do pedido ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar; e

VI - for promitente comprador ou possuidor de direito de ação ou herança sobre imóvel rural, exceto quando se tratar de aquisição entre coerdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão."(NR)

"Art. 9º .....
.....

Parágrafo único. O regulamento operativo poderá estabelecer novos critérios de impedimentos para a aquisição de imóveis." (NR)

"Art. 10. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá o prazo de reembolso, carência, risco da operação, encargos financeiros e forma de amortização dos financiamentos para compra de imóveis rurais no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a partir de proposta do órgão gestor do Fundo, observados os limites de que trata o art. 7º da Lei Complementar nº 93, de 1998, e as condições estabelecidas no art. 3º-A da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.

§ 1º As condições para a concessão de financiamento aos beneficiários definidos no art. 5º, para aquisição de imóvel rural ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, serão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, permitida a concessão de condições diferenciadas para cada um dos seguintes enquadramentos de renda bruta familiar e patrimônio:

I - renda bruta familiar anual no valor de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e patrimônio no valor de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para famílias da região Norte e dos Municípios que integram a área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

II - renda bruta familiar anual de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e patrimônio de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para famílias de qualquer região, exceto aquelas localizadas nos Municípios da área de abrangência da Sudene; e

III - renda bruta familiar anual de até R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) e patrimônio de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para famílias de qualquer região.

§ 2º Para acesso ao financiamento, o candidato a beneficiário apresentará Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP válida, ou outra forma de cadastro de agricultor familiar, conforme o regulamento operativo.

§ 3º O limite de crédito, observado o disposto no § 1º, será de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

§ 4º A renda bruta familiar anual de que tratam os incisos I, II e III do § 1º será o somatório dos seguintes valores, auferidos por qualquer componente do grupo familiar nos últimos doze meses anteriores ao período de aferição:

I - resultado da atividade rural, que consiste na diferença entre os valores das receitas recebidas e das despesas de custeio e dos investimentos pagos;

II - benefícios sociais e previdenciários; e

III - demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele.

§ 5º O patrimônio referido nos incisos I e II do § 1º poderá ser ampliado para R$ 100.000,00 (cem mil reais) quando se tratar de negociação entre coerdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão, desde que, no mínimo, oitenta por cento do patrimônio auferido seja decorrente da parcela da herança no imóvel objeto do financiamento.

§ 6º Nos financiamentos de que trata este Decreto, será exigida, como garantia, a hipoteca ou a alienação fiduciária dos imóveis financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, facultada a exigência de garantias adicionais, na hipótese de o financiamento ser realizado com risco da instituição financeira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 7º Para os fins do disposto no art. 3º-A da Lei nº 13.001, de 2014:

I - o limite da renda bruta familiar será a média mensal de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e não poderá ultrapassar R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) ao ano; e

II - a atualização dos limites ocorrerá mediante a aplicação da variação acumulada no ano anterior do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou do índice que venha a substituí-lo.

§ 8º A atualização de que trata o inciso II do § 7º passará a vigorar a partir do dia 15 de janeiro de cada ano e a primeira atualização será aplicada a partir de 15 de janeiro de 2019." (NR)

"Art. 16. Fica designada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República, por meio da Subsecretaria de Reordenamento Agrário, como órgão gestor de que trata o art. 5º da Lei Complementar nº 93, de 1998, com as seguintes atribuições:

....." (NR)

"Art. 18. O regulamento operativo de que trata o art. 1º disporá sobre a participação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural e definirá seus níveis de atuação." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003:

I - o art. 4º;

II - os incisos IV e VII do **caput** e os § 1º e § 2º do art. 8º;

III - os § 1º, § 2º e § 3º do art. 9º; e

IV - o art. 17.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles

DECRETO Nº 9.264, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Promulga o Acordo, por troca de notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, firmado em Roma, em 2 de novembro de 2016.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo, por troca de notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação foi firmado em Roma, em 2 de novembro de 2016;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 151, de 20 de outubro de 2017; e

Considerando que o Acordo entrará em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 13 de janeiro de 2018, nos termos de seu Artigo 10;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo, por troca de notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, firmado em Roma, em 2 de novembro de 2016, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Ao Excelentíssimo
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional
Mario Giro
ROMA

Nº 220

Roma, em 2 de novembro de 2016.

Excelência,

Com o objetivo de permitir que os portadores de carteiras de habilitação emitidas por um de nossos Estados possam convertê-las em documento de habilitação emitido pelo outro Estado, bem como visando a aprimorar a segurança dos transportes rodoviários e agilizar o trânsito rodoviário nos respectivos territórios de nossos Estados, tenho a honra de propor o seguinte Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana (doravante denominadas "Partes Contratantes") sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação:

Artigo 1º

As Partes Contratantes reconhecem reciprocamente, para fins de conversão, as carteiras de habilitação não provisórias, válidas e em vigor, expedidas pelas Autoridades competentes da outra Parte Contratante, em conformidade com sua própria legislação interna, em favor de portadores de carteiras de habilitação que estabeleçam residência legal em seu território.

Artigo 2º

A carteira de habilitação brasileira deixa de ser válida, para fins de circulação no território italiano, decorrido um ano a partir da data de obtenção da residência legal na Itália do seu titular.

A carteira de habilitação italiana deixa de ser válida, para fins de circulação no território brasileiro, decorridos cento e oitenta dias da data de entrada no território brasileiro.

Artigo 3º

Na interpretação dos artigos do presente Acordo, o termo "residência" deve ser compreendido nos termos estabelecidos pela legislação vigente nos territórios das Partes Contratantes.

Artigo 4º

O titular da carteira de habilitação emitida pela Autoridade de uma das Partes Contratantes que fixa residência legal no território da outra Parte pode converter sua carteira de habilitação sem submeter-se a exames teóricos e práticos de condução, com exceção de situações especiais.

Consideram-se situações especiais aquelas relativas a condutores com necessidades especiais, as quais exigem adaptações do veículo com relação a sua configuração padrão ou uso de prótese.

O titular de carteira de habilitação brasileira pode solicitar às Autoridades italianas a conversão de sua carteira sem submeter-se a exames teóricos e práticos de condução somente no caso em que seja residente na Itália há menos de quatro anos, tendo como referência a data em que apresenta o pedido de conversão.

O titular de carteira de habilitação italiana pode solicitar às Autoridades brasileiras a conversão de sua carteira sem submeter-se a exames teóricos e práticos de condução somente no caso em que seja residente no Brasil há menos de quatro anos, tendo como referência a data em que apresenta o pedido de conversão.

As Autoridades competentes podem exigir do solicitante atestado médico comprovando a posse dos requisitos psicofísicos necessários para as categorias de habilitação solicitadas, conforme a legislação vigente nos territórios das Partes Contratantes.

Para fins de aplicação do primeiro parágrafo do presente artigo, o titular da carteira de habilitação deve ter completado a idade mínima estabelecida pelos respectivos regulamentos internos no que se refere à emissão da categoria de habilitação para a qual solicita a conversão.

As restrições de condução e sanções, que sejam eventualmente previstas com relação à data de emissão da carteira de habilitação pelas regras internas das duas Partes Contratantes, são aplicadas, na nova carteira de habilitação, com referência à data da primeira emissão da carteira pela qual se solicita a conversão.

Artigo 5º

O presente Acordo aplica-se exclusivamente às carteiras de habilitação emitidas antes da obtenção da residência, por parte do titular, no território da outra Parte Contratante. No caso em que as carteiras de habilitação sejam emitidas com validade provisória, aplica-se somente àquelas que adquiriram validade permanente antes da obtenção da mencionada residência.

O presente Acordo não se aplica às carteiras de habilitação obtidas em substituição a carteiras de habilitação emitidas por terceiros Estados, que não podem ser convertidas pela Parte Contratante que deve fazer a conversão.

Artigo 6º

Quando da conversão da carteira de habilitação, a equivalência das categorias das carteiras de habilitação das Partes Contratantes será reconhecida com base nas tabelas técnicas de equivalência anexas ao presente Acordo, do qual são parte integrante. Nas mencionadas tabelas fica estabelecido que por conversão podem ser emitidas apenas carteiras de habilitação válidas para as categorias A e/ou B, mesmo se a carteira cuja conversão se solicita for válida para outras categorias. Para obter categorias diversas das A e/ou B deverão ser realizados os exames específicos previstos nas normas vigentes nas Partes Contratantes.

As referidas tabelas, juntamente com a lista dos modelos de carteira de habilitação e os formulários bilíngues mencionados no artigo 8º, constituem os anexos técnicos deste Acordo e podem ser modificados pelas Autoridades competentes das Partes Contratantes por troca de Notas.

As Autoridades Centrais competentes pela conversão das carteiras de habilitação são:

A) na República Federativa do Brasil, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); e

B) na República Italiana, o Ministério das Infraestruturas e dos Transportes - Departamento para transportes, navegação, assuntos gerais e pessoal.

Artigo 7º

Durante o processo de conversão das carteiras de habilitação, as Autoridades competentes das Partes Contratantes deverão reter as carteiras a serem convertidas, devolvendo-as às Autoridades competentes da outra Parte Contratante, por meio das Representações Diplomáticas. A retenção da carteira de habilitação a ser convertida ocorrerá no momento da emissão da nova carteira emitida por conversão.

Artigo 8º

A Autoridade competente de cada uma das Partes Contratantes que realiza a conversão deve solicitar a tradução oficial da carteira de habilitação. A mesma Autoridade, por e-mail, solicita à Autoridade Central competente da outra Parte Contratante informações sobre os dados relativos à carteira de habilitação a ser convertida.

Para a solicitação e emissão das informações, as Autoridades competentes devem utilizar os formulários bilíngues, anexos ao presente Acordo.

A Autoridade competente que realiza a conversão pode solicitar, por meio das Representações Diplomáticas e Consulares, informações adicionais às Autoridades competentes da outra Parte Contratante, caso permaneçam dúvidas após a troca de informações por meio dos formulários bilíngues.

Artigo 9º

A Autoridade Central competente da Parte Contratante que recebe a carteira de habilitação revogada, como resultado da conversão, deve informar à outra Parte, caso o documento apresente anomalias com relação à sua validade e autenticidade e aos dados nele contidos. Estas informações deverão ser transmitidas sempre por via diplomática.

Artigo 10º

As Partes Contratantes, pelo menos dois meses antes da entrada em vigor do presente Acordo, deverão informar reciprocamente os endereços das Autoridades Centrais competentes às quais as Representações Diplomáticas devem remeter as carteiras de habilitação retidas nos termos do artigo 7º, bem como as informações mencionadas nos artigos 8º e 9º.

Cada uma das Partes Contratantes informa os endereços de suas próprias Representações Diplomáticas presentes no território da outra Parte, as quais farão os trâmites para os procedimentos previstos nos artigos 7º, 8º e 9º.

Se o que precede é aceitável para o Governo da República Italiana, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência constituam Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, o qual entrará em vigor sessenta (60) dias após a data de recebimento da segunda das notificações pelas quais as Partes Contratantes terão comunicado reciprocamente o cumprimento de seus requisitos legais internos para a entrada em vigor do presente Acordo.

Este Acordo poderá ser modificado por escrito, por entendimento mútuo, por via diplomática, e as modificações entrarão em vigor conforme o mesmo procedimento observado para a entrada em vigor do Acordo, tal como descrito no parágrafo acima.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este Acordo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer momento, por uma das Partes Contratantes, deixando de produzir efeitos seis (6) meses após a data do recebimento da denúncia.

O presente Acordo terá duração de cinco (5) anos e, a partir de um (1) ano antes de seu término, as Partes Contratantes começarão consultas para sua renovação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

RICARDO NEIVA TAVARES
Embaixador da República Federativa do Brasil em Roma

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional

Ao Excelentíssimo
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
da República Federativa do Brasil
Ricardo Neiva Tavares
ROMA

Prot. N. 2520/213435
Roma, em 2 de Novembro de 2016

Excelência,

Tenho a honra de acusar recebimento de sua Nota nº 220, de 2 de novembro de 2016, a respeito de proposta de Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, cujo inteiro teor transcrevo a seguir:

"Excelência,

Com o objetivo de permitir que os portadores de carteiras de habilitação emitidas por um de nossos Estados possam convertê-las em documento de habilitação emitido pelo outro Estado, bem como visando a aprimorar a segurança dos transportes rodoviários e agilizar o trânsito rodoviário nos respectivos territórios de nossos Estados, tenho a honra de propor o seguinte Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana (doravante denominadas "Partes Contratantes") sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação:

Artigo 1º

As Partes Contratantes reconhecem reciprocamente, para fins de conversão, as carteiras de habilitação não provisórias, válidas e em vigor, expedidas pelas Autoridades competentes da outra Parte Contratante, em conformidade com sua própria legislação interna, em favor de portadores de carteiras de habilitação que estabeleçam residência legal em seu território.

Artigo 2º

A carteira de habilitação brasileira deixa de ser válida, para fins de circulação no território italiano, decorrido um ano a partir da data de obtenção da residência legal na Itália do seu titular.

A carteira de habilitação italiana deixa de ser válida, para fins de circulação no território brasileiro, decorridos cento e oitenta dias da data de entrada no território brasileiro.

Artigo 3º

Na interpretação dos artigos do presente Acordo, o termo "residência" deve ser compreendido nos termos estabelecidos pela legislação vigente nos territórios das Partes Contratantes.

Artigo 4º

O titular da carteira de habilitação emitida pela Autoridade de uma das Partes Contratantes que fixa residência legal no território da outra Parte pode converter sua carteira de habilitação sem submeter-se a exames teóricos e práticos de condução, com exceção de situações especiais.

Consideram-se situações especiais aquelas relativas a condutores com necessidades especiais, as quais exigem adaptações do veículo com relação a sua configuração padrão ou uso de prótese.

O titular de carteira de habilitação brasileira pode solicitar às Autoridades italianas a conversão de sua carteira sem submeter-se a exames teóricos e práticos de condução somente no caso em que seja residente na Itália há menos de quatro anos, tendo como referência a data em que apresenta o pedido de conversão.

O titular de carteira de habilitação italiana pode solicitar às Autoridades brasileiras a conversão de sua carteira sem submeter-se a exames teóricos e práticos de condução somente no caso em que seja residente no Brasil há menos de quatro anos, tendo como referência a data em que apresenta o pedido de conversão.

As Autoridades competentes podem exigir do solicitante atestado médico comprovando a posse dos requisitos psicofísicos necessários para as categorias de habilitação solicitadas, conforme a legislação vigente nos territórios das Partes Contratantes.

Para fins de aplicação do primeiro parágrafo do presente artigo, o titular da carteira de habilitação deve ter completado a idade mínima estabelecida pelos respectivos regulamentos internos no que se refere à emissão da categoria de habilitação para a qual solicita a conversão.

As restrições de condução e sanções, que sejam eventualmente previstas com relação à data de emissão da carteira de habilitação pelas regras internas das duas Partes Contratantes, são aplicadas, na nova carteira de habilitação, com referência à data da primeira emissão da carteira pela qual se solicita a conversão.

Artigo 5º

O presente Acordo aplica-se exclusivamente às carteiras de habilitação emitidas antes da obtenção da residência, por parte do titular, no território da outra Parte Contratante. No caso em que as carteiras de habilitação sejam emitidas com validade provisória, aplica-se somente àquelas que adquiriram validade permanente antes da obtenção da mencionada residência.

O presente Acordo não se aplica às carteiras de habilitação obtidas em substituição a carteiras de habilitação emitidas por terceiros Estados, que não podem ser convertidas pela Parte Contratante que deve fazer a conversão.

Artigo 6º

Quando da conversão da carteira de habilitação, a equivalência das categorias das carteiras de habilitação das Partes Contratantes será reconhecida com base nas tabelas técnicas de equivalência anexas ao presente Acordo, do qual são parte integrante. Nas mencionadas tabelas fica estabelecido que por conversão podem ser emitidas apenas carteiras de habilitação válidas para as categorias A e/ou B, mesmo se a carteira cuja conversão se solicita for válida para outras categorias. Para obter categorias diversas das A e/ou B deverão ser realizados os exames específicos previstos nas normas vigentes nas Partes Contratantes.

As referidas tabelas, juntamente com a lista dos modelos de carteira de habilitação e os formulários bilíngues mencionados no artigo 8º, constituem os anexos técnicos deste Acordo e podem ser modificados pelas Autoridades competentes das Partes Contratantes por troca de Notas.

As Autoridades Centrais competentes pela conversão das carteiras de habilitação são:

A) na República Federativa do Brasil, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); e

B) na República Italiana, o Ministério das Infraestruturas e dos Transportes - Departamento para transportes, navegação, assuntos gerais e pessoal.

Artigo 7º

Durante o processo de conversão das carteiras de habilitação, as Autoridades competentes das Partes Contratantes deverão reter as carteiras a serem convertidas, devolvendo-as às Autoridades competentes da outra Parte Contratante, por meio das Representações Diplomáticas. A retenção da carteira de habilitação a ser convertida ocorrerá no momento da emissão da nova carteira emitida por conversão.

Artigo 8º

A Autoridade competente de cada uma das Partes Contratantes que realiza a conversão deve solicitar a tradução oficial da carteira de habilitação. A mesma Autoridade, por e-mail, solicita à Autoridade Central competente da outra Parte Contratante informações sobre os dados relativos à carteira de habilitação a ser convertida.

Para a solicitação e emissão das informações, as Autoridades competentes devem utilizar os formulários bilíngues, anexos ao presente Acordo.

A Autoridade competente que realiza a conversão pode solicitar, por meio das Representações Diplomáticas e Consulares, informações adicionais às Autoridades competentes da outra Parte Contratante, caso permaneçam dúvidas após a troca de informações por meio dos formulários bilíngues.

Artigo 9º

A Autoridade Central competente da Parte Contratante que recebe a carteira de habilitação revogada, como resultado da conversão, deve informar à outra Parte, caso o documento apresente anomalias com relação à sua validade e autenticidade e aos dados nele contidos. Estas informações deverão ser transmitidas sempre por via diplomática.

Artigo 10º

As Partes Contratantes, pelo menos dois meses antes da entrada em vigor do presente Acordo, deverão informar reciprocamente os endereços das Autoridades Centrais competentes às quais as Representações Diplomáticas devem remeter as carteiras de habilitação retidas nos termos do artigo 7º, bem como as informações mencionadas nos artigos 8º e 9º.

Cada uma das Partes Contratantes informa os endereços de suas próprias Representações Diplomáticas presentes no território da outra Parte, as quais farão os trâmites para os procedimentos previstos nos artigos 7º, 8º e 9º.

Se o que precede é aceitável para o Governo da República Italiana, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência constituam Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, o qual entrará em vigor sessenta (60) dias após a data de recebimento da segunda das notificações pelas quais as Partes Contratantes terão comunicado reciprocamente o cumprimento de seus requisitos legais internos para a entrada em vigor do presente Acordo.

Este Acordo poderá ser modificado por escrito, por entendimento mútuo, por via diplomática, e as modificações entrarão em vigor conforme o mesmo procedimento observado para a entrada em vigor do Acordo, tal como descrito no parágrafo acima.

Este Acordo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer momento, por uma das Partes Contratantes, deixando de produzir efeitos seis (6) meses após a data do recebimento da denúncia.

O presente Acordo terá duração de cinco (5) anos e, a partir de um (1) ano antes de seu término, as Partes Contratantes começarão consultas para sua renovação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração."

Em resposta, tenho a honra de confirmar que a proposta acima é aceitável para o Governo da República Italiana e que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota em resposta constituem Acordo entre a República Italiana e a República Federativa do Brasil sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, o qual entrará em vigor sessenta (60) dias após a data de recebimento da segunda das notificações pelas quais as Partes Contratantes terão comunicado reciprocamente o cumprimento de seus requisitos legais internos para a entrada em vigor do presente Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional
Mario Giro

I - TABELA DE EQUIVALÊNCIA
para fins de conversão de CNH emitidas na Itália em CNH brasileiras
Reconhecimento recíproco apenas das categorias A e B

AM	-
A1	-
A2	-
A	A
B1	-
B obtida antes de 01.01.1986	A + B*
B obtida a partir de 01.01.1986	B
BE	B
CI	B**
CIE	B**
C	B**
CE	B**
DI	B**
DIE	B**
D	B**
C + D	B**
CI + D	B**
DE	B**
C + DE	B**
CE + D	B**
CE + DE	B**

* A CNH de categoria B italiana habilita também a condução de motoveículos, sem limitações no caso em que foi obtida até 01/01/1986. Tal equivalência é sempre válida também no caso em que a CNH foi emitida também para as outras categorias (C D E) emitidas sucessivamente à mencionada data.

** Por conversão, sem exames, poderá ser emitida apenas a categoria B. Para obter a CNH válida para as categorias superiores à categoria B, o condutor deverá se submeter a exames teóricos e práticos, de acordo com a legislação em vigor no Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - TABELA DE EQUIVALÊNCIA

para fins de conversão de CNH emitidas no Brasil em CNH italianas

Reconhecimento reciproco apensas das categorias A e B

BRASIL	ITÁLIA
A	A*
B	B
C	B**
D	B**
E	B**

* É possível emitir a categoria A se o condutor completou 24 anos de idade.

** Por conversão, sem exames, poderá ser emitida apenas a categoria B. Para obter uma CNH válida para categorias superiores à categoria B, o condutor deverá se submeter a exames teóricos e práticos, de acordo com a legislação em vigor na Itália.

MODELOS DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO (CNH)

Modelo de CNH emitida no Brasil.

1) modelo de CNH estabelecido pela Resolução n. 192/2006

Modelos de CNH emitidas na Itália (listadas a partir da mais antiga à mais recente).

1) modelo de CNH MC 701/MEC. Autoridade responsável pela emissão: "Prefetto".

2) modelo de CNH MC 701/N. Autoridade responsável pela emissão: "Prefetto".

3) modelo de CNH MC 701/C. Autoridade responsável pela emissão: "Prefetto".

4) modelo de CNH MC 701/D. Autoridade responsável pela emissão: "Prefetto".

5) modelo de CNH MC 701/E. Autoridade responsável pela emissão: M.C.T.C. (Motorizzazione Civile e Trasporti in Concessione).

6) modelo de CNH MC 701/F emitida a partir de 1º de julho de 1996 nos termos da Diretiva 91/439 CEE.
Autoridade responsável pela emissão: M.C.T.C.

7) modelo CNH MC 701/F. A numeração dos dados contidos na página 2 com relação ao modelo mencionado no ponto 6 foi alterada.
Autoridade responsável pela emissão: M.C.T.C.

8) modelo de CNH MC 720 F nos termos da Diretiva 96/47.
Autoridade responsável pela emissão: M.C.T.C. Este modelo pode ser bilíngue (italiano e alemão) apenas se o documento foi emitido em Bolzano.

9) modelo de CNH MC 720 F nos termos da Diretiva 96/47. Autoridade responsável pela emissão: M.C.T.C.
Difere da anterior porque as palavras "patente di guida" ("carteira de habilitação"), no fundo, estão escritas também nas línguas dos dez países que entraram na União Europeia em 1º de maio de 2004.

10) modelo de CNH MC 720 F nos termos da Diretiva 96/47. Autoridade responsável pela emissão: M.C.T.C. Difere do anterior descrito no ponto 9) apenas porque o número constante em baixo à direita, no verso do documento, não está impresso mas realizado em laser engraving e portanto em "alto relevo". Este modelo pode ser bilíngue (italiano e alemão) apenas se o documento foi emitido em Bolzano.

11) modelo de CNH MC 720 P nos termos da Diretiva 2006/126. Autoridade responsável pela emissão: MIT ou MC. Este modelo por ser bilíngue (italiano e alemão) apenas se o documento foi emitido em Bolzano.

12) modelo de CNH MC 720 P nos termos da Diretiva 2006/126. Autoridade responsável pela emissão: MIT ou MC. Difere do anterior indicado no ponto 11) porque as palavras "patente di guida" ("carteira de habilitação"), no fundo , estão escritas também em língua croata.
Este modelo pode ser bilíngue (italiano- alemão) apenas se o documento foi emitido em Bolzano.

MODELLO 1

TROCA DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À CARTEIRA DE HABILITAÇÃO ITALIANA N. .....
SCAMBIO DI INFORMAZIONI RELATIVE ALLA PATENTE ITALIANA N. .....

(Art. 8 do Acordo de Reciprocidade em matéria de conversão de carteiras de habilitação entre Itália e Brasil)

(Art. 8 dell'Accordo di reciprocità in matéria di conversione di patenti di guida tra l'Italia e il Brasile)

SOLICITAÇÃO/RICHIESTA

(ESPAÇO PARA INDICAR O NOME DA AUTORIDADE BRASILEIRA)
(SPAZIO PER INDICARE DENOMINAZIONE DELL'AUTORITA' BRASILIANA)

1. SOBRENOME/COGNOME_____
2. NOME/NOME_____
3. DATA DE NASCIMENTO/DATA DI NASCITA_____
4. LUGAR DE NASCIMENTO/LUOGO DI NASCITA_____

O Diretor/II Direttore

RESPOSTA/RISPOSTA

(ESPAÇO PARA INDICAR O NOME DA AUTORIDADE ITALIANA)
(SPAZIO PER INDICARE DENOMINAZIONE DELL'AUTORITA' ITALIANA)

5. data de vencimento/data di scadenza_____
6. data da primeira emissão (para cada categoria indicar a validade da carteira e, a seguir, a data da habilitação) /data primo conseguimento (indicare ogni categoria per cui è valida la patente e di seguito la relativa data di conseguimento)
_____

7.* - A carteira não deriva de conversão de outra carteira de habilitação estrangeira
La patente non deriva da conversione di altra patente estera
- A carteira deriva de conversão de outra carteira de habilitação estrangeira emitida em.....
La patente deriva da conversione di altra patente estera rilasciata in.....

8.* - A carteira de habilitação não está sujeita a providência restritiva ou perda total de pontos
La patente non è soggetta a provvedimenti restrittivi o perdita totale dei punti
- A carteira de habilitação está sujeita às seguintes providências restritivas_____
La patente è soggetta ai seguenti provvedimenti restrittivi_____

9.* Eventuais prescrições *(tal como "obrigatório o uso de lentes corretivas")*_____
Eventual prescrizioni *(ad esempeio "obbligo lenti")*_____

O Diretor/II Direttore

** entre os dois, escolher com X somente o caso que ocorre*
** tra i due indicati apporre una X solo prima del caso che ricorre*

MODELLO 2

SCAMBIO DI INFORMAZIONI RELATIVE ALLA PATENTE BRASILIANA N.....
TROCA DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À CARTEIRA DE HABILITAÇÃO BRASILEIRA N.....

(Art. 8 dell'Accordo di reciprocità in matéria di conversione di patenti di guida tra lItalia e il Brasile)
(Art. 8 do Acordo de Reciprocidade em matéria de conversão de carteiras de habilitação entre Itália e Brasil)

RICHIESTA/SOLICITAÇÃO
(SPAZIO PER INDICARE DENOMINAZIONE DELL'AUTORITA' ITALIANA)
(ESPAÇO PARA INDICAR O NOME DA AUTORIDADE ITALAIANA)

1. COGNOME/SOBRENOME_____
2. NOME/NOME_____
3. DATA DI NASCITA/DATA DE NASCIMENTO_____
4. LUOGO DI NASCITA/LOCAL DE NASCIMENTO_____

II Direttore/O Diretor
_____
_____

RISPOSTA/ RESPOSTA
(SPAZIO PER INDICARE DENOMINAZIONE DELL'AUTORITA' BRASILIANA)
(ESPAÇO PARA INDICAR O NOME DA AUTORIDADE BRASILEIRA)

5. data di scadenza/ data de vencimento_____
6. data primo conseguimento (indicare ogni categoria per cui è valida la patente e di seguito la relativa data di conseguimento) / data da primeira emissão (para cada categoria indicar a validade da carteira e, a seguir, a data da habilitação)
_____

7.* - La patente non deriva da conversione di altra patente estera
A carteira não deriva de conversão de outra carteira de habilitação estrangeira

- La patente deriva da conversione di altra patente estera rilasciata in.....
A carteira deriva de conversão de outra carteira de habilitação estrangeira emitida em.....

8.* - La patente non è soggetta a provvedimenti restrittivi o perdita totale dei punti
A carteira de habilitação não está sujeita a providência restritiva ou perda total de pontos

- La patente è soggetta ai seguenti provvedimenti restrittivi_____
A carteira de habilitação está sujeita às seguintes providências restritivas_____

9.* eventuali prescrizioni *(ad esempeio "obbligo lenti")*_____
eventuais prescrições *(tal como "obrigatório o uso de lentes corretivas")*_____

II Direttore/ O Diretor

** tra i due indicati apporre uma X solo prima del caso che ricorre*
** entre os dois, escolher com X somente o caso que ocorre*

DECRETO Nº 9.265, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a inclusão da Companhia Docas do Maranhão no Programa Nacional de Desestatização, para fins de dissolução.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, **caput**, inciso V, no art. 6º, **caput**, inciso I e no art. 24 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e na Resolução nº 10, de 3 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização,

D E C R E T A :

Art 1º Fica incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, para fins de dissolução, a Companhia Docas do Maranhão - Codomar, criada pelo Decreto nº 73.725, de 4 de março de 1974.

Art. 2º A execução das medidas para a dissolução da Codomar será de responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, na forma do § 2º do art. 4º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e observará, no que couber, as disposições da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional convocará, no prazo de oito dias, contado da data de publicação deste Decreto, assembleia geral com a finalidade de:

I - nomear o liquidante, cuja indicação será feita pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

II - fixar o valor da remuneração mensal do liquidante;

III - declarar extintos os prazos de gestão e atuação, com a consequente extinção de investidura, do Presidente, dos Diretores e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Codomar, sem prejuízo da responsabilidade pelos respectivos atos de gestão e de fiscalização;

IV - nomear os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante o processo de liquidação da Codomar; e

V - fixar o prazo de cento e oitenta dias para a conclusão do processo de liquidação, que poderá ser prorrogado, a critério do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mediante proposta motivada do liquidante.

§ 1º A convocação de que trata este artigo será feita mediante publicação de edital que conterá o local, a data, a hora e a ordem do dia, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação na cidade em que a Codomar tenha a sua sede, com antecedência mínima de oito dias ao da realização da assembleia geral.

§ 2º Compete ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, sem prejuízo das demais obrigações legais, a fiscalização orçamentária e financeira da Codomar, nos termos do disposto na Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975.

Art. 4º Compete ao liquidante, entre outras atribuições legais:

I - apresentar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no prazo de até trinta dias, contado da sua nomeação, plano de trabalho que conterá o cronograma de atividades da liquidação, o prazo de execução e a previsão de recursos financeiros e orçamentários para cumprir as metas estabelecidas e, a cada dois meses, relatório de andamento dos trabalhos;

II - constituir equipe para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, mediante a contratação de profissionais que detenham conhecimentos específicos necessários à liquidação;

III - utilizar a razão social da Codomar, seguida da expressão "em liquidação", em todos os atos e operações; e

IV - prestar contas de seus atos à assembleia geral.

Art. 5º As despesas referentes à liquidação são de responsabilidade da Codomar e, subsidiariamente, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Fica o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil autorizado a colocar à disposição do liquidante recursos oriundos de dotações orçamentárias consignadas em lei, com a finalidade de adimplir as despesas com a liquidação, inclusive o pagamento de pessoal, e outras obrigações da Codomar decorrentes de norma legal, ato administrativo, decisão judicial transitada em julgado ou contrato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Maurício Quintella
Esteves Pedro Colnago Junior
W. Moreira Franco

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 29, de 10 de janeiro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018.

Nº 30, de 10 de janeiro de 2018.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 161, de 2017 (nº 6.488/16 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública, do Planejamento Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 10 do art. 47, e § 14 do art. 50 ambos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, alterados pelo art. 1º do projeto de lei

"§ 10. Na hipótese de o Estado ou o Município ter celebrado operação de cessão ou transferência, parcial ou total, dos seus direitos sobre os **royalties** ou de antecipação, parcial ou total, das receitas decorrentes dos direitos sobre os **royalties**, os recursos provenientes dessa operação de cessão ou transferência ou de antecipação, parcial ou total, serão, prioritariamente, utilizados para o pagamento de despesa de pessoal, inclusive de benefícios previdenciários."

"§ 14. Na hipótese de o Estado ou o Município ter celebrado operação de cessão ou transferência, parcial ou total, dos seus direitos sobre a participação especial ou de antecipação, parcial ou total, das receitas decorrentes dos direitos sobre a participação especial, os recursos provenientes dessa operação de cessão ou transferência ou de antecipação, parcial ou total, serão, prioritariamente, utilizados para o pagamento de despesa de pessoal, inclusive benefícios previdenciários."

Razões dos vetos

"Os dispositivos contrariam a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, a quem compete privativamente, a teor do art. 52, VII da Constituição, dispor sobre limites e condições para operações de crédito dos entes federativos, incluindo a destinação dos recursos obtidos com as respectivas operações. Ademais, no mérito, não se mostra adequado o uso de receitas de capital, sobretudo relacionada a recurso natural não-renovável, para custeio de despesas correntes de caráter permanente."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 31, de 10 de janeiro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.610, de 10 de janeiro de 2018.

Nº 32, de 10 de janeiro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.611, de 10 de janeiro de 2018.

Nº 33, de 10 de janeiro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.612, de 10 de janeiro de 2018.

Nº 34, de 10 de janeiro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.613, de 10 de janeiro de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 332-A, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1 de fevereiro de 2017, tendo em vista a decisão adotada em sua 673ª Reunião, realizada em 01 de junho de 2017;

Considerando os termos da RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 23, de 01 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência Regional do Entorno de Brasília - SR/28-DFE, sob a assistência da Procuradoria Federal Especializada Regional - PFE/R, a ratificar o Acordo Judicial, homologado por sentença, nos termos lançados na Ata de Audiência de Conciliação - AUDICON, realizada em 20 de agosto de 2014, na Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa/GO, pelo valor atualizado da diferença a ser paga de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais) para homologação do acordo, dando eficácia à sentença e pondo fim ao processo de desapropriação referente ao imóvel rural denominado "Fazenda Saco Lote II", situado no Município de Cavalcante, Estado de Goiás, com área registrada e avaliada de 915,5714 hectares e área medida de 928,9544 hectares, objeto da Matrícula sob nº 3.029, Registro - R.03, Livro 2-D, fls. 108, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cavalcante-GO.

Art. 2º Determinar que as Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF e de Gestão Administrativa - DA adotem as providências necessárias, visando atender o previsto no Art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 12, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1 de fevereiro de 2017, tendo em vista a decisão adotada em sua 673ª Reunião, realizada em 01 de junho de 2017; e

Considerando que o imóvel rural denominado "Fazenda Brasilândia", localizado no Município de Una, Estado da Bahia, com área registrada de 2.064,67 ha e área medida de 2.017,1144 hectares, foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária, por meio do Decreto Presidencial de 09 de novembro de 2009, DOU de 10/11/2009, objeto do Processo Administrativo nº 54160.002182/2006-43;

Considerando que o INCRA ajuizou ação de desapropriação junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, sob nº 40702-31.2011.4.01.3300, em 08 de novembro de 2011, sem o correspondente depósito inicial, não tendo o Juízo, por consequência, imitido o Incra na posse do imóvel;

Considerando a sobreposição de parte do imóvel com a Terra Indígena Tupinambá de Olivença, reconhecida conforme Despacho do Presidente da Funai, publicado no DOU de 20/04/2009, seção 1, fl. 52;

Considerando que parte do imóvel está inserido na Unidade de Conservação Federal - Refúgio da Vida Silvestre de Una, instituída pelo Decreto Presidencial de 21 de dezembro de 2007, publicado no DOU de 21/12/2007, seção 1, fl. 15, Edição Extra;

Considerando que o imóvel situa-se na área de amortecimento do Parque Nacional da Serra das Lontras, criado pelo Decreto Presidencial de 11/06/2010, DOU de 14/06/2010, seção 1, fl. 20;

Considerando as manifestações, emitidas no âmbito do ICMBio, contrárias à implantação do projeto de assentamento;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas na esfera administrativa do Incra, propugnando pela desistência da ação de desapropriação e o arquivamento do processo administrativo em referência, resolve:

Art. 1º Ratificar os termos da NOTA/Nº 47/2017/CGC/PFE/INCRA-SEDE/PGF/AGU, de 22 de maio de 2017, da Procuradoria Federal Especializada - PFE, que opinou pela não apresentação de recurso em face da sentença que extinguiu a ação de desapropriação nº 040702-31.2011.4.01.3300, relativo ao imóvel rural denominado "Fazenda Brasilândia", localizado no município de Una, Estado da Bahia, com área registrada de 2.064,67 ha e área medida de 2.017,1144 ha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 12, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1 de fevereiro de 2017, tendo em vista a decisão adotada em sua 673ª Reunião, realizada em 01 de junho de 2017; e

Considerando que o imóvel rural denominado "Fazenda Saco Lote II", situado no Município de Cavalcante, Estado de Goiás, com área registrada e avaliada de 915,5714 ha e medida de 928,9544 ha, objeto da Matrícula sob nº 3.029, Registro - R.03, Livro 2-D, Fls. 108, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cavalcante, foi declarado de interesse social, para fins de desapropriação, junto aos demais imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Kalunga", situado nos municípios de Cavalcante, Terezina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás, por meio de Decreto Presidencial de 20 de Novembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 23 de novembro de 2009, objeto do Processo Incra/SR-28/DFE/Nº 54150.001712/98-39;

Considerando que o referido imóvel foi excluído da Ação Demarcatória, mas continua a ela vinculado, até a demarcatória, podendo a área do imóvel sofrer alterações, tanto para menor quanto para maior;

Considerando que o INCRA ajuizou ação de desapropriação em 17 de dezembro de 2010, autuada sob o nº 4062-42.2010.4.01.3501, junto à Justiça Federal, Vara Única da Subseção Judiciária de Luziânia/GO, quando ofertou a quantia de R$ 463.551,01 (quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e um centavo), em dinheiro, em razão da finalidade da desapropriação, referente à indenização da terra nua, inexistindo benfeitorias por parte dos proprietários a serem indenizados, com base no Laudo Administrativo de Avaliação de abril/2009;

Considerando que o INCRA foi imitido na posse do imóvel em julho de 2011;

Considerando os termos do Acordo celebrado em Audiência de Conciliação - AUDICON, realizada em 20/08/2014, em que o Juiz homologou por sentença o acordo nos seguintes termos: (i)a parte expropriada concordou em aceitar o valor do hectare em R$ 781,53, totalizando um VTI de R$ 715.551,01; (ii) fica a diferença a ser complementada pelo INCRA no valor de R$ 252.000,00 (incluindo as atualizações e também juros compensatórios de R$ 99.556,56 que foram considerados no ato da formalização do acordo na AUDICON), após análise da proposta pelo órgão colegiado competente do INCRA, no prazo de 120 dias, sob pena de homologação tácita e, (iii) ultimado o prazo, fica acordado o prazo de depósito até 17/12/2014, incidindo multa diária de R$ 50,00, após essa data;

Considerando a fixação no próprio termo de acordo de multa ao INCRA por atraso no cumprimento de obrigações (R$ 50,00 ao dia a partir do prazo estabelecido para pagamento do valor complementar acordado), em descumprimento às orientações contidas no item 14 do Memorando Circular nº 23/2010, do Coordenador Geral Agrário e da Subprocuradora Federal da PFE/INCRA;

Considerando que o processo administrativo foi instruído nos termos da Norma de Execução conjunta/DF/DT/INCRA/Nº03/2010, Instrução Normativa/INCRA/Nº 34/2006 e demais normativos internos pertinentes à matéria e vigentes à época;

Considerando a manifestação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF referente à disponibilidade orçamentária/financeira para celebração do respectivo acordo;

Considerando as manifestações da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e da Procuradoria Federal Especializada - PFE/SEDE, nos autos em referência, resolve:

Art. 1º Autorizar o Senhor Presidente do Incra a baixar portaria visando providências pertinentes junto ao Superintendente Regional do Distrito Federal e Entorno, assistido pela Procuradoria Regional, a celebrar o acordo judicial nos termos lançados na Ata de Audiência de Conciliação, realizada em 20 de agosto de 2014, na Vara Única da Subseção Judiciária de Luziânia/GO, pelo valor atualizado da diferença a ser paga de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais) para homologação do acordo, dando eficácia à sentença e pondo fim ao processo de desapropriação referente ao imóvel rural denominado "Fazenda Saco Lote II";

Art. 2º Determinar que as Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF e de Gestão Administrativa - DA adotem as providências necessárias, visando atender o previsto no Art.1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo n° 99990.001169/2017-95
Interessado: IT VITACOR

DEFIRO do pedido de alteração de endereço da IT VITACOR da AR VITACOR, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA, AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN RFB, AC BR RFB, AC SINCOR e AC SINCOR RFB, para a Rua Edístio Pondé, n° 353, Ed. Emp. Tancredo Neves Sl 407 e 408 Stiep, Salvador/BA.

Processo n° 99990.001256/2017-42
Interessado: AR SCORPIUS

DEFIRO o de alteração do endereço da IT SCORPIUS da AR SCORPIUS, para a Rua Serimbura, n° 147, Vila Ema, São José dos Campos/SP, vinculada às AC BR RFB, AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN RFB, AC SINCOR e AC SINCOR RFB.

Entidade: AR AESCON/ES
Processo nº: 99990.000754/2017-78

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS E INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sob a denominação da AR AESCON/ES, com instalação técnica localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, 99, Lojas 02 e 03, Centro, Vitória/ES, vinculada às AC INSTITUTO FENACON RFB e INSTITUTO FENACON, na cadeia da AC RFB e AC CERTISIGN.

Processo nº 99990.001340/2017-66
Interessado: AR B4SIGN

DEFIRO os pedidos de alterações do nome e do endereço da AR HONEST CERTIFICAÇÃO para AR B4SIGN e da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n° 801, 3º andar, Cidade Moções, São Paulo-SP para a Rua Pais Leme, n° 215, Conj 1020, Pinheiros, São Paulo-SP, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA, AC SOLUTI JUS e AC SOLUTI RFB.

Entidade: AR FAST CERTIFICADORA NACIONAL
Processo nº: 99990.001109/2017-72

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa FAST CERTIFICADORA NACIONAL EIRELI - ME, sob a denominação da AR FAST CERTIFICADORA NACIONAL, com instalação técnica localizada na Rua Juiz de Fora, nº 115, sala 1.202, Bairro Preto, Belo Horizonte/MG, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, na cadeia da AC SOLUTI.

Entidade: AR ALFA CERTIFICADORA DIGITAL
Processo nº: 99990.001258/2017-31

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ALFA CERTIFICADORA DIGITAL vinculada às AC SOLUTI RFB e AC SOLUTI JUS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Entidades: AC CERTISIGN JUS SSL
Processo nº: 99990.000029/2016-19

DEFIRO o pedido de alteração da DPC, PC A1 e PC A3 da AC CERTISIGN JUS SSL - 2º Nível, vinculada à AC JUS, para as versões 1.2.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.507, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013, na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, na Portaria nº 1.059, de 31 de outubro de 2013, na Portaria nº 1.109, de 6 de novembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.047322/2017-49, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 1.109, de 6 de novembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º O requerimento de importação previsto no inciso II do art. 5º deve ser instruído com os seguintes documentos:

.....

§ 3º É de responsabilidade da empresa importadora o gerenciamento de eventuais sobras na comercialização, que poderão ser direcionadas a outros produtores, em qualquer das Unidades da Federação, desde que haja decretação do estado de emergência e autorização do Órgão Estadual ou Distrital de Defesa Agropecuária de destino do produto.

§ 4º Para fins desta Portaria, entende-se por sobra todo e qualquer volume em território nacional para o qual não tenha sido expedido termo uso ao produtor.

§ 5º A 60 (sessenta) dias do encerramento do prazo de vigência do estado de emergência fitossanitária, as empresas autorizadas a comercializar o produto e que tenham estoque em território nacional deverão informar o correspondente volume existente ao Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, informando os lotes, quantidades e prazos de validade."

Art. 2º Prorrogar os prazos de vigência das emergências fitossanitárias dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí, Maranhão e Bahia até 30 de julho de 2018.

Art. 3º Excepcionalmente para a safra 2017/2018, os requerimentos de importação deverão ser formalizados em até 3 (três) meses a contar da publicação desta Portaria, de forma a reduzir a possibilidade de sobras de comercialização previstas no § 3º do art. 6º da Portaria nº 1.109, de 6 de novembro de 2013.

Art. 4º Caso seja apurada, no prazo especificado no § 5º do art. 6º da Portaria nº 1.109, de 6 de novembro de 2013, sobra de comercialização de até 20% sobre o volume importado para a respectiva safra, o saldo remanescente do produto autorizado emergencialmente poderá ser utilizado pelo agricultor em até 12 (doze) meses a contar do término do estado de emergência.

Parágrafo único: ultrapassado o prazo de que trata o caput ou o volume considerado sobra de comercialização, deve-se dar devido destino conforme estabelecido pela Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, regulamentado pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Art. 5º A partir do registro definitivo do produto a base de benzoato de emamectina nos termos da Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, as empresas poderão comercializar os estoques adquiridos na campanha emergencial respeitado o prazo de 6 (seis) meses a contar do deferimento de registro.

§ 1º A comercialização do estoque remanescente de no máximo 20% poderá ser feito até os prazos estabelecidos, respeitando-se o critério utilizado para a aplicação, ou seja, de no máximo 2 (duas) aplicações, devendo o agricultor obter o termo de uso antes da devida utilização do produto.

§ 2º O agricultor poderá utilizar os produtos adquiridos em até 12 (doze) meses do término de sua comercialização.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, usando das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 44, item XXII, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, publicada no DOU de 14/06/2010; da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 2.158, de 17/10/2016, publicada no DOU de 20/10/2016, e considerando o processo 21018.005159/2013-24 e 21018.003869/2017-43, resolve:

Art. 1º - SUSPENDER a habilitação do médico veterinário EDUARDO VARGAS DE OLIVEIRA inscrito(a) no CRMV ES nº 1726 para emissão de Guias de Trânsito Animal para a saída de animais de eventos agropecuários pelo prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação do presente ato.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

PORTARIA Nº 3, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, usando das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 44, item XXII, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, publicada no DOU de 14/06/2010; da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 2.158, de 17/10/2016, publicada no DOU de 20/10/2016, e considerando os processos 21018.000384/2014-55 e 21018.003877/2017-90, resolve:

Art. 1º - SUSPENDER a habilitação da médica veterinária JOANA DA SILVA BERGER inscrito(a) no CRMV ES nº 0938 para emissão de Guias de Trânsito Animal para a saída de animais de eventos agropecuários pelo prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação do presente ato.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

PORTARIA Nº 4, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, usando das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 44, item XXII, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, publicada no DOU de 14/06/2010; da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 2.158, de 17/10/2016, publicada no DOU de 20/10/2016, e considerando os processos 21018.001069/2014-45 e 21018.003868/2017-07, resolve:

Art. 1º - SUSPENDER a habilitação do médico veterinário MARCOS ANTÔNIO CORREIA RODRIGUES DA CUNHA inscrito(a) no CRMV ES nº 1390 para emissão de Guias de Trânsito Animal para a saída de animais de eventos agropecuários pelo prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação do presente ato.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

PORTARIA Nº 5, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, usando das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 44, item XXII, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, publicada no DOU de 14/06/2010; da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 2.158, de 17/10/2016,publicada no DOU de 20/10/2016, e considerando os processos 21018.001981/2014-05 e 21018.003871/2017-12, resolve:

Art. 1º - SUSPENDER a habilitação do médico veterinário GILMAR BORGES BOF inscrito(a) no CRMV ES nº 1412 para emissão de Guias de Trânsito Animal para a saída de animais de eventos agropecuários pelo prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação do presente ato.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 159, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 44, inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no D.O.U. 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27/11/2006, na Lei nº 7.802, de 11/07/1989, no Decreto nº 4.074, de 04/01/2002, e ainda, o que consta do Processo nº 21022.029718/2017-56, resolve:

Art. 1º - CREDENCIAR a empresa C. D. Brasil Fumigações Itaqui Ltda sob nº BR MA 6340, CNPJ nº 22.573.346/0001-11, localizada à Av. Engenheiro Emiliano Macieira, nº 14 (km 14), Pedrinhas, CEP 65.095-603, São Luís-MA, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos e subprodutos, madeira e seus produtos, e embalagens e suportes de madeira, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêiner (FEC) com fosfina e; b) Fumigação em Porões de Navio (FPN) com fosfina.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 12 (doze) meses, e, em não se constatando nenhuma irregularidade neste período, nova portaria será publicada convertendo em definitivo este credenciamento pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 159, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul, usando da competência delegada através da Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 09 de Junho de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 66, de 27 de Novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de Junho de 1999, no Decreto nº 4.074, de 04 de Janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21026.003442/2017-46, resolve:

Art.1° Renovar o Credenciamento sob Nº BR MS 0465, da empresa CCPU - Controle de Pragas, Tratamentos Fitossanitários Ltda., CNPJ: 02.495.188/0015-17, sita na Av. Três, nº 500 - Distrito Industrial de Dourados/MS, para, na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamento quarentenário e fitossanitário no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar Tratamento Térmico (HT).

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 5 (cinco) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE SOUZA MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.552/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo no 53000.004669/2013-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10182/2015/SEI-MC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 825/2015/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Televisão Lages Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Lages, estado de Santa Catarina, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 3 (três), no município de Itá, estado de Santa Catarina, autorização essa outorgada inicialmente à Prefeitura Municipal de Itá, nos termos da Portaria nº 277, de 08 de julho de 1985, publicada no D.O.U em 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.460/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TROPICAL COMUNICAÇÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ACARÍ, estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.063215/2016-20 e da Nota Técnica nº 24473/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Delega competência às autoridades que menciona para autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC para autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito do Ministério.

§ 1º A competência prevista no caput deste artigo fica também delegada, vedada a subdelegação:

I - aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas ao Ministro de Estado;

II - aos dirigentes máximos das entidades vinculadas ao MCTIC;

III - aos titulares de cargo em comissão ou função de confiança de Diretor, nível 101.5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no âmbito das unidades diretamente subordinadas ao Ministro de Estado e das entidades vinculadas ao MCTIC.

IV - ao Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo deste Ministério.

§ 2º A delegação de competência de que trata o § 1º do caput fica condicionada a fixação de limites para as despesas anuais a serem empenhadas com concessão de diárias e passagens por meio de ato do Ministro de Estado.

§ 3º Quando o deslocamento exigir a manutenção de sigilo, as autoridades do MCTIC de que tratam este artigo poderão delegar a competência para a concessão de diárias e passagens aos chefes das unidades responsáveis pelo deslocamento.

Art. 2º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do MCTIC, vedada a subdelegação, para autorizar despesas referentes a deslocamentos para o exterior, com ônus.

Art. 3º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas ao MCTIC, vedada a subdelegação, para autorizar despesas referentes a:

I - deslocamentos de servidores por prazo superior a 10 (dez) dias contínuos;

II - mais de 40 (quarenta) diárias intercaladas por servidor no ano; e

III - deslocamentos de mais de 10 (dez) pessoas para o mesmo evento.

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos I e III do caput à concessão de diárias e passagens necessárias à participação de servidores e empregados públicos em cursos de formação ou de aperfeiçoamento ministrado por escolas de governo.

§ 2º Na hipótese do inciso III do caput, a autorização poderá ser realizada por meio da indicação do quantitativo de servidores e empregados públicos e da identificação do evento, programa, projeto ou ação.

§ 3º Quando o deslocamento exigir a manutenção de sigilo, as autorizações de que tratam os incisos I, II e III do caput poderão ser delegadas ou subdelegadas aos dirigentes máximos das unidades diretamente vinculadas ao Ministro de Estado, no âmbito das respectivas unidades, e aos chefes das unidades responsáveis pelo deslocamento.

§ 4º As autorizações para despesas com diárias e passagens no âmbito do MCTIC poderão ser realizadas de forma confidencial, quando envolverem operações de fiscalização ou atividades de caráter sigiloso, garantido levantamento do sigilo após o encerramento da operação.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria MCTI nº 216, de 23 de março de 2012, a Portaria SEXEC/MCTI nº 2, de 26 de março de 2012, e as Portarias MC nº 272, de 12 de setembro de 2013, e nº 110, de 11 de junho de 2014.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 106, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Delega competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio:

I - ao Secretário-Executivo, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas ao Ministro de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas a este Ministério, no âmbito das respectivas instituições, para os contratos com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a serem firmados no âmbito das respectivas unidades, ficando vedada a subdelegação.

II - aos titulares da Diretoria de Administração, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, Diretoria de Gestão de Entidades Vinculadas e Diretoria de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, bem como às autoridades equivalentes das unidades diretamente subordinadas ao Ministro de Estado e das entidades vinculadas a este Ministério, no âmbito das respectivas instituições, para os contratos com valores iguais ou inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a serem firmados no âmbito das respectivas unidades.

§ 1º A autorização para celebrar ou prorrogar contratos administrativos com valores iguais ou acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) é exclusiva do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

§ 2º A competência para autorizar, prevista no caput, não caracteriza delegação de competência para a assinatura de novo contrato, de termos de prorrogação ou de rescisão de contrato administrativo.

Art. 2º A celebração de contratos de locação e a prorrogação dos contratos de locação em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, será autorizada por ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Art. 3º Para os fins dos artigos 1º e 2º desta Portaria, será considerado o valor apurado ao final do procedimento de contratação ou, no caso de prorrogação, o valor constante no termo aditivo.

Art. 4º Na hipótese de o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão alterar ou atualizar, a qualquer tempo, os valores estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 2º e no art. 4º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, a delegação de competência de que trata o caput do art. 1º desta Portaria fica automaticamente sujeita aos novos valores que forem estabelecidos.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados a partir de 16 de novembro de 2016, data do início da vigência do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, até a data da entrada em vigor do Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, nos termos das delegações autorizadas com fundamento na redação originária do art. 2º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Art. 6º A partir de 3 de novembro de 2017, ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes incumbidos das delegações, no que se refere às competências atribuídas neste normativo, regidos pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, que alterou o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Art. 7º Fica revogado o art. 1º da Portaria MCTI nº 214, de 21 de março de 2012, e a Portaria MC nº 203, de 4 de abril de 2012.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 34, DE 10 JANEIRO DE 2018

Processo nº 53539.000664/2008-22
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 266/2017/SEI/OR (SEI nº 2050967), integrante deste acórdão: a) receber o pedido protocolizado sob o SEI nº 1186128 e inferi-lo; b) conhecer da petição extemporânea SEI nº 2238424, exclusivamente quanto ao erro apontado na quantidade de Pontos de Venda (PDV) irregulares considerada no cálculo da multa aplicada à infração ao art. 7º do Regulamento para Utilização do Cartão Indutivo em Telefone de Uso Público do STFC (RCI-STFC); c) corrigir ex officio o erro material no item 1 do Despacho nº 2.150/2013-SPB, para que, onde se lê "DETERMINAR a aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA à Telemar Norte Leste S.A - Filial PB, por infração aos dispositivos do Parágrafo único, do art. 20, do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de Dezembro de 2005 e dos arts. 41 e 46 do Regulamento do STFC", leia-se "DETERMINAR a aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA à Telemar Norte Leste S.A - Filial PB, por infração aos dispositivos do Parágrafo único, do art. 20, do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de Dezembro de 2005 e dos arts. 41 e 45 do Regulamento do STFC"; d) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial,; e, e) alterar o valor final da sanção, de R$ 1.560.967,67 para R$ 858.805,95, diante da reforma das multas relativas ao seguintes dispositivos: e.1) art. 121, § 3º, do RSTFC, de R$ 180.804,00 para R$ 138.236,80; e, e.2) art. 7º do RCI-STFC, de R$ 760.377,28 para R$ 100.782,76

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ATO Nº 164, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53508.002248/2017-17

Confere à INTELSAT LICENSE LLC, empresa constituída sob as leis do estado de Delaware, Estados Unidos da América, o Direito de Exploração, no Brasil, do satélite estrangeiro IS-37e, ocupando a posição orbital 18° W, pelo prazo de 8 (oito) anos, e autoriza o uso de radiofrequências associadas ao direito. O representante legal da INTELSAT LICENSE LLC no Brasil, no que se refere ao satélite IS-37e, será a INTELSAT BRASIL LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, CNPJ/MF nº 03.804.764/0001-28.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATO Nº 14.983, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência à VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A, CNPJ nº 10.656.452/0001-80, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 123, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Expede autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA, CPF/CNPJ 11.294.386/0001-08, para executar o Serviço Limitado Privado, e outorga autorização de uso de radiofrequência para exploração do serviço.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 129, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Outorga autorização de uso de radiofrequência à USINA TERRA NOVA S/A, CNPJ 12.574.265/0001-82, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 5 DE JANEIRO DE 2018

Expede, aos abaixo identificados, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 78 - Processo nº 53516.005395/2017-40: C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, CNPJ nº 77.863.223/0043-66.

Nº 79 - Processo nº 53516.005530/2017-57: TRUCKS COMERCIO E TECNOLOGIA DE RASTREADORES E COMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 27.755.427/0001-56.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 14.576, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.081670/2017-09.

Expede autorização à JR & JS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. - EPP, CNPJ/MF nº 54.750.997/0001-26, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.618, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53504.018633/2017-16.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 04/12/2017, a autorização outorgada à HOSPITAL CRISTO REDENTOR SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ/MF nº 92.787.126/0001-76, por intermédio do Ato n° 7776, de 17/12/2008, publicado no Diário Oficial de 24/12/2008, para explorar o Serviço Limitado Privado, aplicação radiochamada, por prazo indeterminado, no município de Porto Alegre/RS.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.781, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.084738/2017-01.

Expede autorização à MUNDO CONNECT SERVICOS E TELECOMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 28.581.432/0001-52, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.799 - Processo nº 53504.019096/2017-21.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

Nº 14.801 - Processo nº 53500.083520/2017-21.

Expede autorização à V R RIBEIRO - ME, CNPJ/MF nº 28.068.305/0001-54, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.805 - Processo nº 53500.084695/2017-56.

Expede autorização à WILLAMES FERREIRA SANTOS - ME, CNPJ/MF nº 12.878.243/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.806 - Processo nº 53500.084642/2017-35.

Expede autorização à AGNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 27.192.342/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.852 - Processo nº 53500.084496/2017-48.

Expede autorização à DE ALMEIDA E DANTAS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.653.719/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.857 - Processo nº 53500.084953/2017-02.

Expede autorização à SB INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.583.709/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.878 - Processo nº 53500.083957/2017-65.

Expede autorização à C C ZUNINO CENTRAL NET - ME, CNPJ/MF nº 22.746.035/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.879 - Processo nº 53500.084653/2017-15.

Expede autorização à MEGA NET PROVEDOR DE INTERNET E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 14.415.661/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.908, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.083181/2017-83.

Expede autorização à UP LINK TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.102.882/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 131, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.076551/2017-26.

Torna pública a intenção de conferir direito de exploração de satélite brasileiro, mediante ocupação, sem exclusividade, da posição orbital 45°O, e o uso de radiofrequências associadas, enlace de descida: 17,7 a 20,2 GHz, e enlace de subida: 27 a 30 GHz. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de publicação deste Ato, a entidade interessada deverá se manifestar por meio de apresentação de informações técnicas relativas ao sistema de satélite pretendido, conforme o ANEXO III da íntegra do presente Ato. O valor a ser pago como preço público pelo direito de exploração de satélite brasileiro é de R$ 3.885.393,04 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e quatro centavos). Devem ser observadas as demais disposições deste Ato, cuja íntegra está disponibilizada em http://www.anatel.gov.br.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 7.392/SEI, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.070387/2017-39, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Cultural de Guassussê, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Jose do Norte,S/n° - Vila Guassussê para a Rua do Alto, N°01 - Vila Guassussê, na localidade de Orós / CE. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 1893/2015 publicada no Diário Oficial da União em 13 de maio de 2015, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.026401/2013.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 06°20'12"S e longitude 38°58'59"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 1.654/SEI, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10,§ 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 53900.039681/2016-94, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 20 (vinte) à União, a partir de 27 de junho de 2016, da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de PARANAVAÍ/PR. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 18 (dezoito), consignado por intermédio da Portaria nº 1008, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 25 de julho de 2012.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.115/SEI, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.019419/2017-11, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SISTEMA RESENDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Resende-RJ, utilizando o canal n.º 274 (duzentos e setenta e quatro), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º29497/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 4, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.000725/2007-32
PRONAC nº 07-0791

Nos termos do § 1º do art. 50 e do inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de receber o recurso interposto pela proponente Therezinha Petry Cardona, CPF 231.162.420-20, nos autos do Processo nº 01400.000725/2007-32, com base nas razões contidas no Parecer nº 797/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cultura.

SERGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 5, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.022963/2010-02 (Convênio nº 762001/2011)

Nos termos do § 1º do art. 50 e do inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de receber os recursos interpostos pelo Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social, CNPJ 04.305.923/0001-02 e por Edmir C. Oliveira, CPF 544.534.459-20, respectivamente, convenente e responsável pelo convênio 762001/2011, nos autos do Processo nº 01400.022963/2010-02, com base nas razões contidas no Parecer nº 691/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cultura.

SERGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 6, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.022963/2010-02 (Convênio nº 762001/2011)

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo senhor Rodrigo da Rocha Lima Tanus, CPF 391.909.519-72, responsável pelo convênio 762001/2011, nos autos do Processo nº 01400.022963/2010-02 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 691/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Parecer no 3/2017/CPCAR/CGPCO/SCDC, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

SERGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 7, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.023079/2010-87 (Convênio nº 762536/2011)

Nos termos do § 1º do art. 50 e do inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de receber os recursos interpostos pelo Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social, CNPJ 04.305.923/0001-02 e por Edmir C. Oliveira, CPF 544.534.459-20, respectivamente, convenente e responsável pelo convênio 762536/2011, nos autos do Processo nº 01400.023079/2010-87, com base nas razões contidas no Parecer nº 692/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cultura.

SERGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 8, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.023079/2010-87 (Convênio nº 762536/2011)

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo senhor Rodrigo da Rocha Lima Tanus, CPF 391.909.519-72, responsável pelo convênio 762536/2011, nos autos do Processo nº 01400.023079/2010-87 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 692/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Parecer nº 3/2017/CPCAR/CGPCO/SCDC, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

SERGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0001 FLESH AND SPIRIT
Processo: 01416.029302/2017-05
Proponente: LIGHTHOUSE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.280.934/0001-40
Valor total aprovado: R$ 1.230.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.168.500,00
Banco: 001- agência: 1812-0 conta corrente: 53095-6
18-0002 AVENTURAS ESTELARES
Processo: 01416.029303/2017-41
Proponente: VENTANIA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Vitória/ES
CNPJ: 21.681.140/0001-42
Valor total aprovado: R$ 1.995.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.250.000,00
Banco: 001- agência: 0021-3 conta corrente: 18198-6
18-0003 A VIDA E AS VIDAS DE MOUNIR
Processo: 01416.029397/2017-59
Proponente: LOMA FILMES LTDA. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 23.723.437/0001-59
Valor total aprovado: R$ 848.995,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 16132-2
18-0004 SEXYGENÁRIAS
Processo: 01416.029339/2017-25
Proponente: LOMA FILMES LTDA. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 23.723.437/0001-59
Valor total aprovado: R$ 1.374.129,73
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.192.167,34
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 16133-0
18-0005 VERMELHO AMARGO
Processo: 01416.029338/2017-81
Proponente: ESTÚDIO GIZ PRODUÇÕES LTDA. - ME. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 19.457.687/0001-17
Valor total aprovado: R$ 2.834.857,14
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3096-1 conta corrente: 1104-5
18-0008 9º ANO
Processo: 01416.029462/2017-46
Proponente: PROSPERIDADE COMUNICAÇÃO E FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 17.545.702/0001-53
Valor total aprovado: R$ 1.710.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.624.500,00
Banco: 001- agência: 4306-0 conta corrente: 15265 - X
18-0010 A CONQUISTA NO ESPAÇO
Processo: 01416.029524/2017-10
Proponente: FAROL FILMES COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.699.444/0001-20
Valor total aprovado: R$ 2.971.908,43
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.823.313,00
Banco: 001- agência: 1744-2 conta corrente: 24041 - 9
18-0011 AMAZON - GUERREIROS DA AMAZÔNIA - ANIMAÇÃO
Processo: 01416.029539/2017-88
Proponente: RJR PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.105.693/0001-87
Valor total aprovado: R$ 4.990.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 contas corrente 20342 - 4
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.740.500,00
Banco: 001- agência: 3223-9 contas corrente: 20343 - 2
18-0012 Escola Filhote Selvagem
Processo: 01416.029525/2017-64
Proponente: PRIMO FILMES LTDA
Cidade/UF São Paulo/SP
CNPJ: 06.137.016/0001-27
Valor total aprovado: R$ 4.669.655,50
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 Conta corrente 24193 - 8
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 436.172,72
Banco: 001- agência:3043-0 Conta corrente: 24194 - 6

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.

17-0706 SUBS
Processo: 01416.027481/2017-38
Proponente: REALEJO FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 10.476.872/0001-84
Valor total aprovado: R$ 3.600.000,00
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 780.000,00
Banco: 001- agência: 3026-0 conta corrente: 18412-8
17-0713 O LADO DE CÁ
Processo: 01416.028066/2017-00
Proponente: MOOVE HOUSE IDEIAS CRIATIVAS E AUDIOVISUAIS LTDA - ME. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 06.963.031/0001-24
Valor total aprovado: R$ 535.200,00
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 0392-1 conta corrente: 56087-1
18-0006 SEU NELSON, O CINEMA E A VIDA
Processo: 01416.028374/2017-27
Proponente: MP2 PRODUÇÕES LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.456.361/0001-00
Valor total aprovado: R$ 1.619.684,00
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 23748-5

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CLARICE SAADI MURTINHO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

178219 - 17o. MotoFest Araxá - Rota Cultural Sobre duas Rodas
Moto Clube 100 Destino
CNPJ/CPF: 06.279.170/0001-33
Processo: 01400033130201735
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 211.827,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Esta proposta consiste na realização de um festival o qual busca incentivar e disseminar a cultura, por meio de apresentações de dança, música instrumental, artes circenses. Serão 03 dias de evento, os quais serão realizados nos meses de agosto e de setembro/18. O intuito é o de oportunizar a cultura para toda a população araxaense bem como para a população das cidades circunvizinhas de forma democrática, acessível e gratuita.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

171496 - Plano Anual de Atividades e Manutenção do Instituto de Arqueologia Brasileira-IAB
Instituto de Arqueologia Brasileira
CNPJ/CPF: 27.214.907/0001-00
Processo: 01400013352201731
Cidade: Belford Roxo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.896.202,34
Prazo de Captação: 11/01/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto contempla o Plano Anual de Atividades e Manutenção do Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB, instituição sem fins lucrativos com 56 anos de atividades, para o ano de 2018, além de realização de ações relacionadas a pesquisas científico-culturais, desenvolvimento de projetos para menor aprendiz na área de arqueologia, melhorias nas reservas museológicas, produção de livros, produção e execução de atividades de Educação Patrimonial e divulgação. O IAB é um complexo científico e museológico original de 15.000m² inserido num bairro proletário da Baixada Fluminense desde 1965.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

179025 - TRADIÇÃO SERRANA - DVD PRA BAILAR DO JEITO ANTIGO
AUGUSTO JORGE LATREILLE 08119992970
CNPJ/CPF: 11.988.192/0001-02
Processo: 01400034253201793
Cidade: São Domingos - SC;
Valor Aprovado: R$ 167.895,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 à 30/12/2018
Resumo do Projeto: TRADIÇÃO SERRANA - PRA BAILAR DO JEITO ANTIGO, é um projeto cultural que trata da gravação de um DVD de música instrumental com 10 músicas e 00:35 minutos de duração, no qual o grupo musical Tradição Serrana, levará ao palco a tradição dos bailes de antigamente. Na ocasião, para gravação do DVD, participarão 02 gaiteiros, 01 baterista, 01 contrabaixista, 01 guitarista (e 02 vocalistas) reproduzindo instrumentalmente 10 composições - os maiores sucessos musicais - do grupo que completa 10 anos em 2018. A proposta prevê também a realização de 03 shows de lançamento com a participação do grupo musical Tradição Serrana em 03 cidades do oeste catarinense. (São Domingos, Chapecó e Vargeão). Após a finalização do DVD, serão confeccionadas 3.000 cópias.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)

160172 - Reforma do prédio da Biblioteca do Horto Botânico
Associação Amigos do Museu Nacional - SAMN
CNPJ/CPF: 30.024.681/0001-99
Processo: 01400000263201644
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 905.352,61
Prazo de Captação: 11/01/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Reforma e readequação dos espaços da Biblioteca do Horto Botânico da Quinta da Boavista no Rio de Janeiro, com vistas para a ampliação de áreas, o incremento das atividades, a criação do Centro de Referência Documental, mini centro de conferências e alocação do Gabinete da direção e outras áreas administrativas afins.

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177420 - Plano Anual Entrando em Cena 2018
Instituto Entrando em Cena
CNPJ/CPF: 12.343.135/0001-39
Cidade: Bragança Paulista - SP;
Valor Reduzido: R$ 8.100,00
Valor total atual: R$ 606.150,00
177770 - Somos o Circo de Todo Mundo
Centro Recreação de Atend. e Def. da Criança e Adolescente
CNPJ/CPF: 71.089.809/0001-80
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 14.918,40
Valor total atual: R$ 416.910,00
ÁREA: 3 MUSICA (Artigo 18 , § 1º)
178317 - Oficinas de Expressões Artísticas e Culturais
INSTITUTO CACAU SHOW
CNPJ/CPF: 11.878.898/0001-11
Cidade: Itapevi - SP;
Valor Reduzido: R$ 47.840,00
Valor total atual: R$ 864.593,60
177580 - Plano Anual Associação Cultural Ory
ASSOCIACAO CULTURAL ORY
CNPJ/CPF: 18.579.891/0001-48
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 231.521,00
Valor total atual: R$ 2.127.821,71
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
176913 - Plano Anual IAE 2018
Instituto Arte na Escola
CNPJ/CPF: 03.684.257/0001-06
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 5.000,00
Valor total atual: R$ 3.931.522,99

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 751 de 12/12/2017, publicada no D.O.U. de 13/12/2017, Seção 1, referente ao Projeto Desfiles das Escolas de Samba da Intendente Magalhães - Pronac: 17 7336:
Onde se lê: Valor Reduzido: R$ 1.889.420,00
Valor total atual: R$ 2.121.241,00
Leia-se: Valor Reduzido: R$ 177.320,00
Valor total atual: R$ 3.833.314,00

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
180028 - 1º FESTIVAL DE CINEMA DE JARAGUÁ DO SUL - Aqui os sonhos acontecem se você imaginar
Mariana Albano Pires
CNPJ/CPF: 054.883.459-81
Processo: 01400000197201874
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 284.092,31
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar o 1º Festival de Cinema, TV e Online de Jaraguá do Sul, com a seleção e exibição total de 92 filmes (sendo 31 em 6 sessões dia 17, 39 em 6 sessões dia 18, e 22 filmes em 5 sessões dia 19 de maio de 2018) entre longas,curtas e meia metragens, nos formatos para cinema, TV e plataformas online. A temática, nesta primeira edição é livre, e abrange todos os gêneros: ficção, documentários, experimental, não ficção e animação, em produções amadoras ou não, e independentes ou não, de todo o Brasil. Estão excluídas, as produções publicitárias e institucionais. Além disso, será desenvolvido a realização de 3 workshops dias 14,15 e 16/05/18 de roteiro, animação e fotografia gratuitos, possibilitando a capacitação, fomento e difusão da cultura do áudio visual brasileiro, democratizando e profissionalizando o acesso da população . Ela irá, também, cada vez mais, aproximando, capacitando, e fomentando o acesso de empregos à comunidade, nas diversas formas da produção do audiovisual como num todo.
180007 - A história de um avô: produção do curta-metragem de animação Nós que aqui estamos...
WOLMYR AIMBERE ALCANTARA FILHO
CNPJ/CPF: 081.515.067-92
Processo: 01400000114201847
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 110.695,90
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção de curta-metragem de 5 minutos na técnica animação e finalizada em Full HD. O roteiro do curta-metragem é baseado no relato oral de um cidadão negro e sua experiência de exclusão social num cinema de rua do interior do Espírito Santo durante os anos 1930. O curta-metragem pretende experimentar a mesclagem de stop-motion e frame-by-frame, apresentando cenários ilustrados artesanalmente em aquarela e outros digitalmente. O contraponto entre o artesanal e o digital serve à ambientação de tempos históricos distintos, provocando sensações dramáticas no telespectador. A animação será exibida em escolas públicas e cineclubes de bairros do estado do Espírito Santo e disponibilizada gratuitamente nas redes sociais.
179714 - CURTA NA PRAÇA 8ª edição
NOVA BOSSA PRODUCOES CULTURAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 02.856.992/0001-89
Processo: 01400036074201791
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 446.890,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto CURTA NA PRAÇA realiza sessões gratuitas de cinema ao ar livre. Em sua 8ª edição, é proposta a realização de um total de 08 (oito) sessões de exibição em 04 (quatro) importantes praças/parques da cidade do Rio de Janeiro. Os 16 (dezesseis) filmes a serem exibidos são todos nacionais e no formato de curta-metragem, nos gêneros documentário, ficção e animação. Nas sessões há distribuição gratuita de pipoca e refrigerante para o público. Há também a participação direta do público através da votação dos filmes que mais gostaram. A estimativa de público é de cerca de 500 espectadores por sessão, num total de 4.000 espectadores (500 espectadores x 2 sessões x 4localidades).
179698 - Documentário Blocky - Assédio e Silêncio
EA Filmes e Produções LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.974.428/0001-99
Processo: 01400035985201709
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado: R$ 876.375,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e lançamento do filme média-metragem "Blocky- Assédio e Silêncio", do qual visa fazer um registro em forma de documentário de um assunto bastante pertinente para a sociedade brasileira, o assédio. Dessa forma, o documentário busca revelar ao público o impacto que tal fenômeno tem na sociedade e de que forma o mesmo se perpetua, além de procurar as raízes culturais do mesmo. O filme é dirigido por Leandro Aguiari, terá 55 minutos de duração e finalização em FULLHD.
180006 - Em Busca da Cidade das Crianças
MAURICIO VISHNU FERNANDES
CNPJ/CPF: 254.402.288-45
Processo: 01400000109201834
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.447,50
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Um média-metragem de 52 minutos, em formato full HD, retratando iniciativas paulistas que se afinam com o objetivo de transformar cidades em cidades "child-frendly", ou seja, amigáveis para as crianças. O conceito nasceu em 1996, pelas mãos da Unicef e da ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), quando foi lançada a "Child-frendly iniciative", proposição de uma série de medidas que priorizam os direitos infantis dentro da agenda urbana. O documentário quer descobrir onde se esconde a "cidade das crianças" que mora no coração de São Paulo. Ou, constatar que ela ainda não existe e precisa ser criada. Serão produzidas 3 mil cópias em blueray do documentário para serem distribuídas não só para profissionais da área de construção, arquitetura e planejamento urbano, mas também para escolas e universidades públicas.
179706 - FESTIVAL CINE-VÍDEO-CONTEÚDO EM NOVAS MÍDIAS
TIARAJU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.094.858/0001-90
Processo: 01400036040201704
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 469.623,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção e Primeira edição do "FESTIVAL CINE-VÍDEO-CONTEÚDO EM NOVAS MÍDIAS", c/ acesso gratuito ao público em geral, na cidade de São Paulo (capital), trata-se de um evento de difusão cultural e formação de público dedicado à exibição de 10 filmes de curta-metragem, numa mostra competitiva e 5 filmes produzidos por turmas de alunos a partir de 5(cinco) Oficinas de cinema e vídeo-conteúdo em novas mídias que busca promover a aproximação entre a linguagem audiovisual e o espectador utilizando-se da mediação cultural e debates com profissionais da área. Serão 05 sessões por dia (2 pela manhã, 2 a tarde, 1 a noite) em dois sábados, em cinco espaços diferentes totalizando 50 sessões da Mostra competitiva e 05 sessões dos filmes produtos das oficinas no terceiro sábado totalizando 25 sessões, no total geral o Festival contará com 75 exibições.
179713 - FESTIVAL PONTE NÓRDICA
DET DANSKE KULTURINSTITUT
CNPJ/CPF: 09.334.550/0001-11
Processo: 01400036073201746
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 428.481,60
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Proposta de realização de um festival internacional de cinema nórdico com 20 (vinte) sessões de exibição no Instituto Moreira Salles de São Paulo e outras 20 (vinte) no do Rio de Janeiro, totalizando20filmes exibidos. O público total estimado é de, no máximo, 5.260 espectadores.
171231 - GAMECON Convenção Internacional de Games e Cultura POP Cultura e Criatividade
Peigon Produções Culturais LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.797.140/0001-44
Processo: 01400008536201780
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 1.499.880,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/07/2018
Resumo do Projeto: A GAMECON é um convenção internacional de games criada para promover experiências inovadoras e fomentar a cadeira produtiva do segmento. Um grande encontro cultural que proporciona a interação do público geral, entusiasta de games, com os agentes da cadeia produtivas desse vasto segmento. Com atividades diversificadas o projeto está previsto para realização em abril de 2018 no Ginásio Nilson Nelson, Brasília - DF.
180029 - HISTÓRIAS DAS PERSONALIDADES QUE DÃO NOMES AOS LOGRADOUROS DE NOVA FRIBURGO
GABRIELA DIAS DA SILVA CUNHA
CNPJ/CPF: 058.099.147-48
Processo: 01400000205201882
Cidade: Nova Friburgo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 696.904,42
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto visa realização de Documentário/audiovisual/digital, de 1h e 10m (uma e dez minutos) de duração, 4k, contando vidas, de 50 (Cinquenta) pessoas, que nomeiam ruas, avenidas, praças, travessas, vilas, etc, da Cidade. Nomes Nacionais, Estaduais e Municipais, para divulgação na mídia televisiva (emissoras locais e nacionais), rádios, jornais, distribuição nas escolas públicas e particulares, internet (Facebook, Youtube, Instagram, Blogs, E-mail´s, etc), irá transmitir conhecimentos teóricos, depoimentos, simulações, documentos, das origens e acontecimentos, que fizeram-nas, batizarem com seus nomes, os logradouros públicos, da única Cidade Suiça/Brasileira do País. Usaremos mão-de-obra, personagens, cenários, todos de Nova Friburgo. A Cidade completará 200 (Duzentos) anos, em 16 de Maio de 2018. O custo do Documentário será de R$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), incluindo equipamentos, mão-de-obra, disponibilização das mídias em site, pesquisas, deslocamentos, etc.
180021 - O Digital dentro do Orgânico da Cidade Grande
RODRIGO DE JESUS FURUKAWA
CNPJ/CPF: 332.697.448-54
Processo: 01400000150201819
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 246.821,40
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de um documentário média-metragem com 52 minutos, formato de finalização Full HD1920x1080 , 16:09 e com o objetivo de discutir o grafite - a arte de rua - do ponto de vista do artista plástico João Paulo, conhecido como o grafiteiro Nove, que retrata sua visão de mundo, onde traços gráficos e orgânicos sintonizam-se com cores fortes buscando a harmonia entre o caos metropolitano e a bonança existente em nosso interior. Renomado tanto no Brasil como fora, Nove tem obras importantes como a parede medindo 18m x 20m em Dockville, festival de música e arte de Hamburgo, Alemanha. Para compor a narrativa histórica do grafite e biográfica do artista, vamos mapear dois cenários: no primeiro, Nove percorre as ruas de suas obras e utiliza-se da atmosfera para discutir oito delas no entorno de São Paulo, o cerne da criação e as estruturas da arte em sí. Contraposto a um novo trabalho do artista, para discutir a motivação social e artística em sua obra ao revitalizar uma praça no centro de São Paulo. Classificação indicativa Livre.
179695 - Panorama do Urbanismo no Brasil- O Futuro das Cidades
ALEXANDRE BOEIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 618.122.340-15
Processo: 01400035940201726
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 300.788,60
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Faremos uma serie de entrevistas gravadas com alguns dos principais estudiosos do urbanismo no Brasil e também com pessoas que por algum motivo vivam mais intensamente o dia a dia das cidades. Através destes diálogos faremos um panorama atual das cidades brasileiras e suas perspectivas do ponto de vista teórico e da vivência pratica, para o futuro das cidades frente a recente revolução tecnológica. O conjunto destas entrevistas formará um filme que ira fomentar o debate a respeito das perspectivas de futuro frente ao crescimento das cidades aliado as novas tecnologias, ira também divulgar os diversos trabalhos de pesquisa na área de urbanismo desenvolvidos em nossas universidades nas mais diversas vertentes. Mais especificamente teremos Tema: O Panorama do Urbanismo no Brasil- O futuro das Cidades, Gênero: Documentário Duração: 55 minutos. Formato de finalização: Digital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

179578 - Amazonithya
MARCO RAFAEL DE CAMPOS
CNPJ/CPF: 391.643.688-07
Processo: 01400035322201786
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 193.749,63
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto tem por finalidade a realização do jogo eletrônico "Amazonithya", em formato 2D para computadores. O Game contém elementos do folclore da região amazônica.

180030 - Antes Arte Do Que Nunca
ALEXANDRE ANGELO ALTOE FREIRE
CNPJ/CPF: 131.537.917-16
Processo: 01400000206201827
Cidade: Venda Nova do Imigrante - ES;
Valor Aprovado: R$ 199.652,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como foco viabilizar a execução de murais do Artista Alexandre Altoé nas cidades de Vitória, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, começando por um espaço cedido pela prefeitura de Vitória onde ilustrada Maria Ortiz, uma heroína capixaba de muita importância. Essa experiência será registrada em fotos em vídeos e irá compor uma websérie sobre o Brasil e seu povo, composta de 30 vídeos com duração média de 10min cada um. De acordo coma classificação indicada no Guia Prático - 2012 da Secretaria Nacional de Justiça/MJ esse projeto tem classificação livre.

179587 - ARENA GEEK
Marcos Mendonça Leite
CNPJ/CPF: 116.757.948-80
Processo: 01400035358201760
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 699.985,76
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Arena Geek - evento de cultura Geek e Nerd, irá acontecer no pavilhão Pro Magno em São Paulo, com 04 dias de duração, de quinta a domingo, do dia 25 a 28 de Maio de 2018 das 10hs as 20hs, o valor de ingresso terá preços populares. O visitante terá acesso ao ARENA GAMER: Espaço de divulgação e teste de jogos nacionais e realização de campeonatos, as inscrições serão através do site e também acontecerão in loco; haverá o ARENA CINE: sala de cinema montada com capacidade para 100 pessoas,oferecerá03 sessões por dia, totalizando 12 sessões com 12 títulos diferentes, 50% dos ingressos para as sessões de cinema serão doados através do nosso site e dará acesso gratuito ao evento, ARENA HQ: salão de quadrinhos nacionais; Arena Desenvolve: Espaço para startups e desenvolvedoras nacionais de jogos eletrônicos e a Arena de Conhecimento área destinada a Palestras e oficinas - Serão 04 dias de palestras,03 salas com 25 lugares cada,03 oficinas por dia, por sala e 900 pessoas beneficiadas.

179715 - Caminhos da Africa/Africa s Routes
T'AI Criação e Produção Ltda
CNPJ/CPF: 07.110.153/0001-30
Processo: 01400036113201750
Cidade: Brumadinho - MG;
Valor Aprovado: R$ 774.225,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Criação, desenvolvimento e publicação do game Caminhos da África/África's Routes. No jogo dois adolescentes, Noua e Yama, voltam da escola andando pelas ruas de uma cidade grande quando inesperadamente são tragados por um buraco. Caindo por nove níveis, eles finalmente aterrizam no primeiro deles, para retornar ao presente eles precisam vencer cinco obstáculos em cada um dos nove níveis do jogo. Combinando os avanços tecnológicos desenvolvidos em Minas Gerais na área da comunicação digital e os estudos sobre a cultura afro-brasileira realizados por pesquisadores locais, o jogo pretende oferecer uma janela original para o conhecimento das origens dos povos, imbricando diversão e conhecimento. O jogo será disponibilizado na plataforma PC e mobile.

179580 - Green Academy
Bora La Produções Ltda
CNPJ/CPF: 13.822.326/0001-46
Processo: 01400035325201710
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 604.889,25
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: GREEN ACADEMY é um projeto multiplataforma, sob o conceito inspiracional de enciclopédia sustentável, que apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas relações com o dia a dia de cada indivíduo. De forma simples e didática, tem o propósito de conscientizar sobre o que são, como estão integrados e como o protagonismo pode contribuir para acelerar os ODSs, a fim de se fazer cumprir a Agenda 2030, pelo bem do nosso planeta. Em um espaço virtual, uma websérie de animação vai trazer números, situações, cases e perfis, que explicitam a dimensão dos desafios socioambientais a serem enfrentados e das inovações/práticas necessárias para alcançar os ODSs. Em 34 episódios, dentre vídeos conceituais e videocases, irá concentrar uma vasta produção de conteúdo, para que sirva de consulta e referência para os mais diversos públicos (em especial, as novas gerações).

179575 - Ingredientes e Cultura Gastronômica Mineira
PLUS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 38.725.651/0001-11
Processo: 01400035311201704
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 172.231,00
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Será produzida uma série de vinte vídeos em que cada episódio será abordado um ingrediente da culinária regional. As pesquisas para desenvolvimento de roteiro terão como eixo este ingrediente, sendo que o conteúdo abrangerá entrevistas, receitas e curiosidades da culinária mineira. Os vídeos serão disponibilizados ao público duas vezes ao mês, através do Gourmet Virtual, portal digital existente desde 2012, dedicado à difusão de conhecimentos sobre culinária, cultura e turismo em Minas Gerais. Os vídeos serão postados, também, nas redes sociais do Gourmet Virtual.

179598 - Rádio UFSCar - Escute Diferente
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAI.UFSCar
CNPJ/CPF: 66.991.647/0001-30
Processo: 01400035436201726
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 190.602,05
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: A presente Proposta Cultural tem por objetivo garantir a continuidade das atividades, no ano de 2018, da Rádio UFSCar, emissora educativa operando em 95,3 FM sob concessão da FAI UFSCar (Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal de São Carlos), na cidade de São Carlos - SP. A Rádio UFSCar, desde 2007, produz e veicula uma programação diferenciada e de alta qualidade, 24 horas por dia no ar, com programas próprios e em parceria com a comunidade local, nacional e internacional. Sua programação é pautada pelas normas que regem a radiodifusão educativa e tem como foco a cultura, educação, informação científica, política e social, e seleção musical de qualidade.

170972 - RENA PONTO DE MÍDIA
RENASCENÇA CLUBE
CNPJ/CPF: 31.444.151/0001-62
Processo: 01400007118201775
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 365.189,94
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa promover três oficinas digitais: audiovisual, conteúdo para TV digital, games e aplicativos como também a adequação estrutural da sala de multimídia. Cada oficina será de 3 meses, com inscrições gratuitas para um público de até 120 jovens e adolescentes entre 14 e 20 anos a ser realizado na sala de multimídia no Renascença Clube que é espaço de resistência, valorização e resgate da tradição cultural. Além, de proporcionar aos jovens abertura para o mercado de trabalho. A finalidade da sala de multimídia é produzir com os jovens e adolescentes trabalhos em audiovisual, aplicativos e conteúdo para TV digital, ao mesmo tempo proporcionar uma formação nesta área. Como o espaço é um local de resgate da tradição cultural, através destas produções se fortalecerá a reflexão acerca da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Atualmente, na sala são desenvolvidos atividades do projeto Rena Cine Escolar que retrata o cinema negro com a projeção de alguns filmes.

180023 - Terra Brasilis- Amazonas
CAMILO LACERDA
CNPJ/CPF: 095.492.987-01
Processo: 01400000162201835
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.674,10
Prazo de Captação: 11/01/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como foco viabilizar a gravação, edição, e distribuição de uma websérie sobre a Amazônia com uma abordagem histórica, genética, botânica, agronômica, sincrética, cultural, gastronômico, artística e comercial. O idealizador do projeto e apresentador Larry Ways irá percorrer o estado do Amazonas por terra, água e céu em uma websérie em dez episódios com duração de dez minutos que será exibido gratuitamente a cada 15 dias através de plataformas na internet.

PORTARIA Nº4, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

177865 - 5ª edição do edital BDMG CULTURAL /FCS de estímulo ao curta-metragem de baixo orçamento
INSTITUTO CULTURAL BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE M GERAIS
CNPJ/CPF: 25.462.177/0001-30
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179530 - A Manta
CNPJ/CPF: 011.020.939-71
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

162111 - Casa da Estação - Centro de Memória e Referência Audiovisual
CNPJ/CPF: 11.290.496/0001-00
Cidade: Volta Redonda - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179564 - Casa do Cinema
Marcella Nigro
CNPJ/CPF: 233.101.738-79
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179565 - CINEFOOT- Festival de Cinema de Futebol 10 Anos
Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais - IBEFEST
CNPJ/CPF: 10.576.820/0001-80
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179579 - Colateral
FERNANDO MORAES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 373.066.118-36
Cidade: Valinhos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

178789 - Curta-Metragem URUBU-REI
FILIPE CASTEJON FELIX
CNPJ/CPF: 352.890.288-46
Cidade: São Carlos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179653 - Discussões e Reflexões IX
CNPJ/CPF: 04.723.989/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179541 - Documentário Kombo Autoral Paranaguá
LUIZ ANTONIO FERREIRA
CNPJ/CPF: 496.208.609-00
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

154523 - Esporte Ponto Final - 2
CNPJ/CPF: 08.255.024/0001-01
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

155353 - Feirinha do Largo (título provisório)
Sergio Renato Twardowski Filho
CNPJ/CPF: 054.925.799-32
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

163431 - Festival Cine Friburgo
CNPJ/CPF: 21.276.107/0001-37
Cidade: São Gonçalo - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179648 - FESTIVAL DO CINEMA INDEPENDENTE III
VERITAH CULTURA E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 07.864.437/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179576 - Festival do Rio 2018
CINEMA DO RIO CULTURA E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.709.793/0001-39
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179655 - Festival Videocamp - Edição 2018
2020. AGENCIA DE COMUNICACAO SOCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 23.558.535/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179574 - Gravação do Clipe da Banda UP N GO
FELIPE CESAR ITUASSU SOUTO
CNPJ/CPF: 101.748.336-10
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

178911 - Imagens em movimento - 8ª edição
RAIAR REDES DE ACOES E INTERACOES ARTISTICAS
CNPJ/CPF: 21.613.809/0001-69
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179654 - Maverick: Cinema Livre
RUSCHEL & VEREZA PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE FILMES E CONTEUDO DIGITAL
CNPJ/CPF: 07.271.440/0001-22
Cidade: Passo Fundo - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179224 - MINA DE MORRO VELHO - A história de Nova Lima
MARCO LOYOLA PROPAGANDA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.195.659/0001-00
Cidade: Nova Lima - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

179658 - MINAS AUDIOVISUAL EXPO - MAX
CNPJ/CPF: 03.773.834/0001-28
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

171243 - MOCILA 2017 - Mostra Cine Laboratório de Curta Metragem
CULTURAL PROJECT BRAZIL INSTITUTE
CNPJ/CPF: 23.896.597/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 28/12/2018

178256 - Naja, o resgate - Média metragem de ficção
A N DE SOUSA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS - ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CNPJ/CPF: 28.236.805/0001-58
Cidade: Jacundá - PA;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018
177999 - OPEN AIR 2018
CNPJ/CPF: 05.320.143/0001-02
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018
172115 - Poesia e Corredores
CNPJ/CPF: 265.096.365-49
Cidade: Aracaju - SE;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/07/2018
172162 - PopCine - Circuito Popular de Cinema - ano III
MUSEU DE HISTORIA E CIENCIAS NATURAIS
CNPJ/CPF: 00.152.352/0001-62
Cidade: Além Paraíba - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018
179649 - PROGRAMAÇÃO AUDIOVISUAL II
INSTITUTO CPFL
CNPJ/CPF: 07.234.440/0001-52
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.349/GM/MD, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e considerando o que consta do Processo nº 60550.027664/2017-78, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados o distintivo, a insígnia de comando, o estandarte e o símbolo do Hospital das Forças Armadas (HFA), que se encontra disponível no sítio eletrônico, http://www.hfa.mil.br/distintivo-hfa, do Hospital das Forças Armadas.

Art. 2º O distintivo de Organização Militar, com o símbolo do Hospital das Forças Armadas, será usado pelos militares desta unidade, mantendo a conformidade com os respectivos regulamentos de uso de uniformes de cada Força Singular.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria nº 01-FA-1-160, de 4 de agosto de 1971, e a Portaria nº 3.598/MD, de 21 de novembro de 2011.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 26/GM/MD, DE 5 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 21, parágrafo único, e o art. 23, ambos do Anexo do Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006, e considerando o que consta no Processo nº 60630.002913/2017-22, resolve:

Art. 1º O distintivo do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), da Escola Superior de Guerra, tem as seguintes características:

I - sobre o centro da placa, em metal prateado, será aplicado, em forma de calota esférica, o Cruzeiro do Sul em ouro, sobre um campo azul-turquesa em esmalte, circundado por uma corrente também em ouro, de elos retangulares ligeiramente curvos nos cantos;

II - o Cruzeiro do Sul será circundado por duas faixas de cores vermelha e azul natier aplicadas em esmalte;

III - o Cruzeiro do Sul circundado pela corrente simboliza a Segurança Nacional e as cores vermelha, azul natier e azul-turquesa simbolizam, respectivamente, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica;

IV - os ramos de café e fumo serão de cor verde e aplicados em esmalte;

V - um fixador com tarraxa;

VI - uma faixa distendida, com a abreviatura CAEPE, que identifica o curso; e

VII - tamanho de 5,0 cm de largura e 5,5 cm de altura.

Art. 2º Fica instituído o distintivo do Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED), com as características previstas nos incisos I a V do art. 1º, além das seguintes:

I - uma faixa distendida, com a abreviatura CAED, que identifica o curso; e

II - tamanho de 5,0 cm de largura e 5,5 cm de altura.

Art. 3º Os distintivos constituirão peça única, estampada em ouro, esmaltada nas partes coloridas.

Art. 4º Os distintivos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Portaria identificarão respectivamente os concludentes do CAEPE, a partir de 2019, inclusive, e do CAED, a partir de 2018, inclusive.

Art. 5º O uso do distintivo pelos militares far-se-á de acordo com o regulamento de uniformes do respectivo Comando de Força Singular.

Parágrafo único. Os estagiários civis, diplomados no CAEPE e no CAED poderão usar, na altura da lapela, uma miniatura do distintivo dos seus respectivos cursos.

Art. 6º Os modelos dos distintivos do CAEPE e do CAED se encontram disponíveis no endereço eletrônico www.esg.br/index.php/br/cursos/cursos-regulares, da Escola Superior de Guerra.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 478/SPEAI/MD, de 31 de janeiro de 2000.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 7/GC3, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Constitui o Comitê de Implantação do Grupamento de Aquisições Específicas.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso I do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 0067050.00000041/2018-60, resolve:

Art. 1º Constituir o Comitê de Implantação do Grupamento de Aquisições Específicas (GAE).

Art. 2º O Comitê de Implantação terá como objetivos básicos:

a) promover as ações necessárias à implantação do GAE, subordinado diretamente à Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ;

b) organizar a instalação da OM nas dependências do atual Grupamento de Apoio Logístico (GAL);

c) indicar o pessoal do GAPS, do GAPCEA e do GAL para a composição do efetivo do GAE;

d) propor a constituição do Regimento Interno (RICA), dos encargos, das atribuições, dos direitos e deveres do efetivo que lotará a citada Organização;

e) preparar os normativos gerais e específicos de suporte à implantação das atividades de apoio administrativo;

f) elaborar o Plano de Trabalho Anual (PTA), o Calendário Administrativo, a Proposta Orçamentária e outros documentos correlatos; e

g) providenciar os demais eventos necessários ao pleno funcionamento do GAE.

Art. 3º O Comitê de Implantação permanecerá ativo até a efetiva criação do GAE.

Art. 4º O Presidente do Comitê de Implantação deverá reportar-se à Diretoria de Administração da Aeronáutica.

Art. 5º O Presidente do Comitê de Implantação coordenará as atividades do GAL durante o processo de incorporação das atividades do Grupamento de Apoio da Saúde (GAPS) e do Grupamento de Apoio às Unidades de Controle do Espaço Aéreo (GAPCEA), até a efetiva criação do GAE.

Art. 6º O Comitê de Implantação será composto por:

I - Presidente;

II - Membros permanentes; e

III - Membros eventuais.

Art. 7º O presidente do Comitê de Implantação deverá ser Oficial-General, da ativa.

Art. 8º Os membros permanentes do Comitê de Implantação deverão ser Oficiais Superiores, da ativa.

Art. 9º O presidente do Comitê de Implantação poderá propor a designação de membros eventuais, conforme a necessidade.

Art. 10. O presidente e os membros permanentes do Comitê de Implantação serão designados por portaria do Comandante da Aeronáutica.

Art. 11. Os membros eventuais serão designados por portaria do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 16 de janeiro de 2018.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 8/GC3, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Atualiza a subordinação das Bases Aéreas.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67050.000212/2018-18, resolve:

Art. 1º Até que sejam realizadas as desativações previstas para o processo de reestruturação da Força Aérea Brasileira, as Bases Aéreas passam a estar subordinadas às seguintes Organizações Militares:

I - a Base Aérea dos Afonsos (BAAF) fica subordinada à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA);

II - a Base Aérea de Anápolis (BAAN) fica subordinada à Ala 2;

III - a Base Aérea de Belém (BABE) fica subordinada à Ala 9;

IV - a Base Aérea de Boa Vista (BABV) fica subordinada à Ala 7;

V - a Base Aérea de Brasília (BABR) fica subordinada à Ala 1;

VI - a Base Aérea de Campo Grande (BACG) fica subordinada à Ala 5;

VII - a Base Aérea de Canoas (BACO) fica subordinada à Ala 3;

VIII - a Base Aérea de Florianópolis (BAFL) fica subordinada à SEFA;

IX - a Base Aérea de Fortaleza (BAFZ) fica subordinada à SEFA;

X - a Base Aérea de Manaus (BAMN) fica subordinada à Ala 8;

XI - a Base Aérea de Natal (BANT) fica subordinada à Ala 10;

XII - a Base Aérea de Porto Velho (BAPV) fica subordinada à Ala 6;

XIII - a Base Aérea de Recife (BARF) fica subordinada à Ala 15;

XIV - a Base Aérea de Salvador (BASV) fica subordinada à SEFA;

XV - a Base Aérea de Santa Cruz (BASC) fica subordinada à Ala 12;

XVI - a Base Aérea de Santa Maria (BASM) fica subordinada à Ala 4;

XVII - a Base Aérea de Santos (BAST) fica subordinada à SEFA;

XVIII - a Base Aérea de São Paulo (BASP) fica subordinada ao Comando-Geral de Apoio (COMGAP); e

XIX - a Base Aérea do Galeão (BAGL) fica subordinada à Ala 11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 16 de janeiro de 2018.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº R-682/GC3, de 21 de dezembro de 2001, publicada no Boletim Externo Reservado do EMAER nº 30, de 28 de dezembro de 2001.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 11/GC3, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Transfere a subordinação do Grupamento de Apoio Logístico para a Diretoria de Administração da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67050.019088/2017-75, resolve:

Art. 1º Transferir a subordinação do Grupamento de Apoio Logístico (GAL), do Comando-Geral de Apoio (COMGAP) para a Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD).

Art. 2º A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica deverá remeter ao Estado-Maior da Aeronáutica proposta de atualização do Regulamento de Organização do GAL, no prazo de 35 dias após a data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar de 16 de janeiro de 2018.

Art. 4º Revoga-se o art. 2º da Portaria nº 1.333/GC3, de 26 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 2 de janeiro de 2013.

TEN BRIG AR NIVALDO LUIZ ROSSATO

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DESPACHO DE 10 DE JANEIRO DE 2018

PROCESSO/HU Nº 23005.001922/2016-65. Interessada: Empresa Planalto Limpeza e Conservação de Ambientes EIRELLI - EPP. 1. Adoto, na forma do art. 50, § 1º, da Lei n.º 9.784/99, o PARECER n.º 00006/2018/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, e, de consequência DECIDO conhecer o recurso interposto pela empresa e, no mérito, negar-lhe provimento. 2. Publique-se na forma da lei. Intime-se a interessada por meio postal, com AR, na forma do art. 26, § 3º da Lei n.º 9.784/99. 3. Após, devolvam-se os autos ao HU para as providências subsequentes, inclusive cobrança administrativa da multa. 4. Registrem-se as penalidades nos cadastros administrados pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério do Planejamento, caso não o tenham sido. 5. Às providências.

LIANE MARIA CALARGE
Reitora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 11, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

A Diretora-Geral do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1.594/GR/2016, publicado no DOU de 14/09/2016, e pela Portaria n.º 0899/GR/2015, publicada no Boletim de Serviço/Reitoria n.º 06A, de 18/06/2015, considerando o Processo Administrativo nº 23229.000657.2017-54, resolve:

I - Aplicar à empresa BRAZIL UP COMPRA E VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.420.130/0001-34, com fulcro nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, art. 7.º da Lei 10.520/02 e itens 11 e 25 do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 40/2015, as penalidades de: a) multa moratória, não compensatória, de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do empenho 2015NE800399, e b) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Instituto Federal de Roraima, pelo prazo de 01 (um) ano.

JOSEANE DE SOUZA CORTES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO Nº 9, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o arquivamento de processos instaurados pelo Despacho SERES/MEC nº 161, de 2011.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as razões expostas na Nota Técnica nº 142/2017-CGCIES/DIREG/SERES/MEC, determina perante as Instituições de Educação Superior constantes nos ANEXOS I a III, que:

I. sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 161, de 2011, para as IES constantes dos ANEXOS I a III;

II. sejam arquivados os processos instaurados em face das IES constantes dos ANEXOS I a III, com fundamento no art. 70, § 2º do Decreto nº 9.235, de 2017;

III. sejam as Instituições constantes dos ANEXOS I a III notificadas do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º, § 3º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 2017.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Processo SEI	Nome da IES	Processo e-MEC	CI	Últimos IGCs
23000.015265/2011-79 e 23000.017442/2011-51	FACULDADE PAULISTA DE ARTES (CÓD. 370)	200812286	3(2013)	3(2016) 3(2015)
23000.015085/2011-97	FACULDADE LUSO-BRASILEIRA (CÓD. 1749)	20077135	3(2017)	3(2016) 3(2015)
23000.015145/2011-71	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS (CÓD. 959)	200804623	3(2013)	3(2013) 3(2012)
23000.017439/2011-38	FACULDADE CAPIXABA DA SERRA (CÓD. 1326)	20074487	4(2013)	4(2016) 4(2015)
23000.015084/2011-42	FACULDADE HERRERO (CÓD. 4534)	200801784	3(2012)	3(2016)
23000.015697/2011-80	FACULDADE SANTA CATARINA (CÓD. 2174)	200813978	2(2013)	3(2016) 3(2015)
23000.017623/2011-88	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE SAMAMBAIA (CÓD. 1951)	200804511	3(2016)	3(2016) 3(2015)
23000.018300/2011-10	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DO ESPIRÍTO SANTO (CÓD. 2442)	20077666	3(2013)	3(2016) 3(2015)

ANEXO II

Processo SEI	Nome da IES	Processo e-MEC	Situação
23000.015490/2011-13	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO SÃO PAULO (CÓD. 1103)	200905675	IES EXTINTA
23000.017441/2011-15	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (CÓD. 14201)	200903603	IES EXTINTA
23000.017610/2011-17	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE PERDÕES (CÓD. 14171)	200903172	IES EM PROCESSO DE DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO (23000.034762/2016-81)

ANEXO III

Processo SEI	Nome da IES	Processo e-MEC	CI	Últimos IGCs
23000.015006/2011-48	ESCOLA SUPERIOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS (CÓD. 408)	20079537	2(2010)	2(2014)

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 246, de 26 de dezembro de 2017, Seção 1, página 791, na linha 1, da coluna "Mantenedora Adquirente, CNPJ", do anexo da Portaria SERES nº 1.372, de 22 de dezembro de 2017, onde se lê: "UNICRED - Sistema de Apoio ao Crédito Educacional (16878) ", leia-se: "Universidade Brasil (16878) ", conforme Nota Técnica nº 3/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 09/01/2018. (PROCESSO SEI nº 23000.000764/2018-38

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 28, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.041384/2017-20, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Rurais, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Centro de Ciências Rurais, objeto do Edital nº 035/DDP/ 2017, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 3, página 85.

Campo de Conhecimento: Imunologia/Clínica Médica/Fisiologia Geral/Fisiologia de Órgãos e Sistemas/Semiologia/Ensino Tutorial/Habilidades Clínicas.

Regime de Trabalho: 20h

Vagas: 1 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos com deficiência conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Auxiliar A/1

Lista geral:

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Lista de Pessoas com Deficiência:

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

Lista de Pessoas Negras:

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

PATRIC DA SILVA RIBEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.041389/2017-52, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Rurais, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Centro de Ciências Rurais, objeto do Edital nº 035/DDP/ 2017, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 3, página 85.

Campo de Conhecimento: Infectologia/Microbiologia Médica/Protozoologia Parasitária Humana/Helmintologia Humana/Ensino Tutorial.

Regime de Trabalho: 20h
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Auxiliar A/1
Lista geral:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

PATRIC DA SILVA RIBEIRO

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

Reportamo-nos à pauta de julgamento publicada no DOU de quinta-feira, 28 de dezembro de 2017, Seção 1, pág.27, para ciência do seguinte despacho do Relator:

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/7352

Acusados	Advogados
José Antonio Tornaghi Grabowsky	Marcelo Fernandez Trindade OAB/RJ nº 67.729
Michel Wurman	Luiz Antônio de Sampaio Campos OAB/RJ nº 75.714
João Miguel Mallet Racy Ferreira	Paula Cristina Penteado Magalhães Azevedo OAB/SP nº 222.607
Frederico Marinho Carneiro da Cunha	Luiz Antônio de Sampaio Campos OAB/RJ nº 75.714

Diretor-Relator: Pablo Renteria

DESPACHO

1.Trata-se de pedido de adiamento da sessão de julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2014/7352 ("Processo"), agendada para o dia 16 de janeiro de 2018, formulado pelos acusados José Antonio Tornaghi Grabowsky, Michel Wurman, João Miguel Mallet Racy Ferreira e Frederico Marinho Carneiro da Cunha.

2.Tendo em vista a ausência de justificativa que embase a referida solicitação, conforme exige o art. 34 da Deliberação CVM nº 538/08, indefiro o pedido apresentado pelos acusados e mantenho a data da sessão de julgamento do Processo para o dia 16 de janeiro do corrente ano.

3.Encaminhem-se os autos à CCP para que proceda à intimação dos acusados e de seus advogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, de acordo com o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2018.
PABLO RENTERIA
Diretor

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2018.
MARIO FREDERICO
Chefe
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.073, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a AWARE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 22.080.645/0001-14, para prestar os serviços de Consultor de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATOS DECLARATÓRIOS DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Nº 16.077 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RICARDO DANIEL GOMES DE NEGREIROS, CPF nº 100.113.537-75, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.078 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CARLOS MANUEL MACHADO CARDOSO NETO, CPF nº 014.379.745-03, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.079 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza GILBERTO AUGUSTO DE MORAES ALMEIDA, CPF nº 318.958.938-01, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.080 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCOS WANDERLEY PEREIRA, CPF nº 014.255.637-83, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.081 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DIOGO RIBEIRO CAMPOS, CPF nº 063.534.266-90, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.082 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PEDRO HENRIQUE HATSUIA BESSA FERREIRA, CPF nº 088.690.446-37, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.083 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCOS ROBERTO VASCONCELOS, CPF nº 740.661.299-00, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.084 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a EDUARDO LOBO FONSECA, CPF nº 490.178.028-04, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.085 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DANILO CHRISTÓFARO BARBIERI, CPF nº 287.297.108-47, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.086 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARIANA PEREIRA FENELON, CPF nº 088.982.056-27, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.087 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza THIAGO SCHER DEVELLY, CPF nº 109.078.857-64, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.088 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELO VALENÇA BACELAR, CPF n° 082.040.914-60, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA Nº 3, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Revoga a Súmula CARF n° 39.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF), no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 74, § 4º do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015, e alterado pela Portaria MF nº 152, de 03 de maio de 2016, considerando a Portaria MF nº 578, de 27 de dezembro de 2017, bem como o que consta da Nota Técnica ASTEJ/ PRESIDÊNCIA/CARF/MF n° 01, de 09 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1° Fica revogada a Súmula CARF n° 39.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA GOMES REGO

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10530.904165/2009-64 (item 108) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 109 a 131. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 109 a 131, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ACRÉSCIMOS LEGAIS/JUROS DE MORA
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
1 - Processo nº: 19679.004570/2003-85 - Embargante: ZONARI - SERVICOS DE ADESTRAMENTO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - ME

TEMA 2: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): EVA MARIA LOS
2 - Processo nº: 10073.720174/2014-04 - Recorrentes: RIGOTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
3 - Processo nº: 10120.007022/2001-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Relator(a): EVA MARIA LOS
4 - Processo nº: 10140.721913/2014-26 - Recorrente: PERI ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10166.731074/2014-66 - Recorrente: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6 - Processo nº: 10315.000269/2002-76 - Recorrente: CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10315.000270/2002-09 - Recorrente: CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10875.000377/2002-01 - Recorrente: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL O PEQUENO PRINCIPE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

9 - Processo nº: 10925.000036/2009-61 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10925.000037/2009-14 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10925.000038/2009-51 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10925.000032/2009-83 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10925.000034/2009-72 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10925.000035/2009-17 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

15 - Processo nº: 11080.000192/2002-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TRANSCONTINENTAL LOGISTICA S.A.

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

16 - Processo nº: 13609.721739/2015-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MECAN INDUSTRIA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO S.A.

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

17 - Processo nº: 13819.001586/2003-16 - Recorrente: BRASCOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

18 - Processo nº: 13982.001173/2001-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

19 - Processo nº: 15983.720004/2016-34 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

20 - Processo nº: 16327.001654/2004-40 - Embargante: ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

21 - Processo nº: 19311.720073/2015-21 - Recorrente: ERJ ADMINISTRACAO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

22 - Processo nº: 19679.005081/2003-41 - Recorrente: INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 19679.005082/2003-95 - Recorrente: INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 19740.720024/2009-90 - Recorrente: ALIANCA FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: APURAÇÃO REFLEXA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

25 - Processo nº: 10882.003922/2003-03 - Recorrente: ROVNO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

26 - Processo nº: 13603.002871/2003-71 - Recorrente: EMPORIUM EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

27 - Processo nº: 19515.001261/2004-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CITICORP MERCANTIL PARTIC INVESTIMENTOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

28 - Processo nº: 19515.722835/2013-75 - Embargante: NESTLE BRASIL LTDA.

TEMA 3: COMPENSAÇÃO

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

29 - Processo nº: 10925.000520/2007-29 - Recorrente: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10925.002581/2005-69 - Recorrente: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: CONHECIMENTO

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

31 - Processo nº: 10435.722767/2014-41 - Recorrentes: CASAS BANDEIRANTES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

32 - Processo nº: 10530.724538/2015-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATACADAO RECONCAVO COMERCIO DE CEREAIS LTDA

Relator(a): EVA MARIA LOS

33 - Processo nº: 10830.720336/2012-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

34 - Processo nº: 10925.001691/2004-22 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ONITEC SERVICE LTDA - ME

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

35 - Processo nº: 16561.720049/2014-71 - Recorrentes: JHS F PARTICIPACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

36 - Processo nº: 10480.732676/2015-59 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

37 - Processo nº: 16832.000282/2010-72 - Recorrente: BESOURO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

38 - Processo nº: 10680.721852/2011-47 - Recorrente: SAMARCO MINERACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

39 - Processo nº: 10803.000011/2011-69 - Recorrente: GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 13807.000357/2001-43 - Recorrente: SOLUTIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

41 - Processo nº: 13896.723245/2014-27 - Recorrentes: SANTA BARBARA S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

42 - Processo nº: 15521.000418/2008-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IMBEG - IMBE ENGENHARIA LTDA

Relator(a): EVA MARIA LOS

43 - Processo nº: 18471.000761/2002-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GLAXO WELLCOME S/A

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

44 - Processo nº: 18471.001024/2005-18 - Recorrente: NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

45 - Processo nº: 19515.001010/2006-94 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

46 - Processo nº: 19515.003023/2006-06 - Recorrentes: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

47 - Processo nº: 10380.006289/2002-77 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ACCCARD ADM DE CARTOES E SERVICOS S/A

Relator(a): EVA MARIA LOS

48 - Processo nº: 10830.006572/2008-49 - Embargante: BSA BEBIDAS LTDA

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

49 - Processo nº: 19515.720307/2014-62 - Recorrente: ARMARINHOS FERNANDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO

Relator(a): EVA MARIA LOS

50 - Processo nº: 13894.000284/2002-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAUCARD ADM DE CARTOES DE CRED E IMOB LTDA GRUPO ITAU

51 - Processo nº: 16327.002851/2003-03 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIAT FACTORING SOCIEDADE DE FOMENTO COMERCIAL LTDA

TEMA 8: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

52 - Processo nº: 10183.003840/2008-42 - Recorrente: FAZENDA AGROPECUARIA XAVANTINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

53 - Processo nº: 10183.727732/2015-98 - Recorrente: TREZE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

54 - Processo nº: 10283.006589/2005-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RODAL CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

55 - Processo nº: 10830.002574/2011-64 - Recorrente: ANK - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10830.003195/2010-19 - Recorrente: CASA DA MADEIRA ANHANGUERA - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

57 - Processo nº: 10980.724526/2015-31 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

58 - Processo nº: 11052.001256/2010-25 - Recorrente: GOIARIO COMERCIO E REPRESENTACOES DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

59 - Processo nº: 10580.733827/2012-15 - Recorrentes: MORENA VEICULOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

60 - Processo nº: 16561.720021/2016-03 - Recorrentes: ATACADAO S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

61 - Processo nº: 15956.720019/2011-15 - Recorrente: MARTA APARECIDA MERLIN CAVALLARO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

62 - Processo nº: 18019.000332/2009-05 - Recorrente: A BERNARDO LEAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

63 - Processo nº: 18088.000058/2009-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: LILIAN RODRIGUES PIAI - EPP

TEMA 11: PER/DCOMP

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

64 - Processo nº: 10166.902304/2008-30 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10166.902462/2008-90 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10166.902478/2008-01 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10166.902486/2008-49 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10166.902492/2008-04 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

69 - Processo nº: 11543.004393/2001-07 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 11543.005654/2002-89 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

71 - Processo nº: 10825.721246/2015-63 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10825.721247/2015-16 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10825.722255/2016-52 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13896.002596/2009-33 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13896.002597/2009-88 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13896.903144/2009-71 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13896.903146/2009-60 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13896.903260/2009-90 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 13896.906377/2009-25 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 13896.907954/2008-15 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

81 - Processo nº: 16682.900169/2011-31 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 16682.900817/2010-78 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 16682.901021/2011-13 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 16682.901297/2010-11 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 16682.903278/2011-18 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

86 - Processo nº: 16682.900376/2014-38 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 16682.903054/2012-89 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

88 - Processo nº: 16682.903060/2012-36 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16682.903062/2012-25 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 16682.903076/2012-49 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 16682.903080/2012-15 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 16682.903082/2012-04 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
93 - Processo nº: 18470.720458/2011-79 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE CUNHA FRIDMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
94 - Processo nº: 19311.000150/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALKI PLASTICOS E MAQUINAS LTDA
95 - Processo nº: 19515.004459/2010-91 - Recorrente: KOSMOPLATINA COMERCIO DE METAIS E HIDRAULICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: LUCRO ARBITRADO
96 - Processo nº: 10183.005324/2003-48 - Recorrente: CONFIANCA FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
97 - Processo nº: 10240.720220/2013-15 - Recorrente: ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
98 - Processo nº: 10314.728735/2014-25 - Recorrente: AMR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
99 - Processo nº: 10380.728015/2013-95 - Recorrente: CASEBRAS CAIXA ASSISTENCIAL DO SERVIDOR BRASILEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
100 - Processo nº: 10469.724899/2015-09 - Recorrente: TECIDOS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
101 - Processo nº: 10909.003278/2008-24 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SUL BUSINESS - FOMENTO MERCANTIL LTDA
102 - Processo nº: 10920.721410/2011-21 - Recorrente: AM- FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
103 - Processo nº: 10932.720103/2014-36 - Recorrente: MENSAN METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
104 - Processo nº: 15586.000450/2007-11 - Recorrente: COMERCIAL DE CAFE STOCKL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
105 - Processo nº: 15586.000663/2007-42 - Recorrente: DISMAR COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
106 - Processo nº: 15586.002293/2008-69 - Recorrente: MONTREAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
107 - Processo nº: 10280.723086/2009-43 - Recorrentes: REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
108 - Processo nº: 10530.904165/2009-64 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
109 - Processo nº: 10530.900433/2012-74 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10530.902226/2011-73 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10530.902227/2011-18 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10530.902970/2011-78 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10530.903323/2011-83 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10530.904046/2011-26 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10530.904166/2009-17 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10530.904167/2009-53 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10530.904168/2009-06 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10530.904169/2009-42 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10530.904170/2009-77 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10530.904171/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10530.904172/2009-66 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10530.904173/2009-19 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10530.904174/2009-55 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10530.904175/2009-08 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10530.904348/2009-80 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10530.904349/2009-24 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10530.904350/2009-59 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10530.904351/2009-01 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10530.904352/2009-48 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10530.904354/2009-37 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10530.905050/2011-10 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: EMBARGOS
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
132 - Processo nº: 12963.000087/2007-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CEREALISTA SANTA RITA LTDA
133 - Processo nº: 16561.000047/2006-51 - Embargante: LABEL PARTICIPACOES LTDA - ME
134 - Processo nº: 16682.720048/2010-26 - Embargante: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.
TEMA 16: OMISSÃO DE RECEITAS
135 - Processo nº: 10280.001008/96-54 - Recorrente: AMAZONIA COMPENSADOS E LAMINADOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10283.720104/2009-13 - Recorrente: MARIA ALCILENE GOMES DA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10283.720097/2009-41 - Recorrente: SEVERINO G. DE OLIVEIRA ESTIVAS EM GERAL - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
138 - Processo nº: 10314.722994/2014-42 - Recorrente: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
139 - Processo nº: 10425.001015/98-16 - Recorrente: E. BARBOSA DE SOUZA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10480.731677/2015-86 - Recorrente: ANTUNES PALMEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10530.725536/2015-91 - Recorrentes: MINDOM PROMOTORA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
142 - Processo nº: 10640.002655/2005-53 - Recorrente: COMERCIO DE CEREAIS IRMAOS VAZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
143 - Processo nº: 15540.720006/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 17: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
144 - Processo nº: 10640.003272/2007-64 - Recorrente: DROGARIA CARVALHO E CANAAN LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10880.725451/2014-52 - Recorrente: DURCHSSOUF COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
146 - Processo nº: 10932.720041/2015-43 - Recorrente: STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10945.002647/2008-25 - Recorrente: V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
148 - Processo nº: 11052.001422/2010-93 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTE GOUVEENSE LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
149 - Processo nº: 11080.002783/2005-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PREDIMAR COMERCIO DE IMOVEIS LTDA - ME
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
150 - Processo nº: 13116.720927/2014-18 - Recorrente: A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
151 - Processo nº: 13161.720264/2015-77 - Recorrente: ORVALHO CORRETORA DE GRAOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
152 - Processo nº: 15563.000725/2008-65 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS F.MAIA DE CAXIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
153 - Processo nº: 15586.720635/2013-93 - Recorrente: RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
154 - Processo nº: 16707.001866/2009-67 - Recorrente: TRD SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
155 - Processo nº: 17883.000506/2008-99 - Recorrente: CURTY E COELHO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
156 - Processo nº: 18470.725744/2012-10 - Recorrentes: ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 18470.730936/2012-30 - Recorrentes: PONTO FRIO ADMINISTRACAO E IMPORTACAO DE BENS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
158 - Processo nº: 18471.002077/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FISCHER AMERICA RIO COMUNICACAO TOTAL LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
159 - Processo nº: 19515.001893/2010-19 - Recorrentes: VERSALHES COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
160 - Processo nº: 19515.002852/2007-44 - Recorrente: EMILYTEC - COMERCIO DE TELEFONIA E INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
161 - Processo nº: 19515.004028/2007-29 - Recorrente: COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS SILVA SANTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
162 - Processo nº: 19515.005788/2009-15 - Recorrente: MARCOMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
163 - Processo nº: 19515.720506/2014-71 - Recorrente: EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS
164 - Processo nº: 10280.723136/2011-15 - Recorrentes: M E VIEIRA & CIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
165 - Processo nº: 10768.018464/2002-24 - Recorrente: FUNDACAO DE PREVIDENCIA DOS SERV DO IRB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
166 - Processo nº: 16561.720162/2013-75 - Recorrente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
167 - Processo nº: 11065.720170/2016-41 - Recorrente: CONEXAOSUL IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
168 - Processo nº: 16643.720038/2013-08 - Embargante: CAMARGO CORREA S/A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 19: PENALIDADES/MULTA

169 - Processo nº: 10580.730172/2014-95 - Recorrente: BOMIX INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 15469.000454/2007-35 - Recorrente: CIMEELI - COMERCIO E INDUSTRIA DE METAIS E LIGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

171 - Processo nº: 19515.006249/2009-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FRIGONOVA LTDA

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

172 - Processo nº: 15586.720754/2013-46 - Recorrente: COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

173 - Processo nº: 15892.720013/2016-44 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

174 - Processo nº: 16062.720140/2015-06 - Recorrente: UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 13840.000074/2007-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MASTERFOODS BRASIL ALIMENTOS LTDA.

TEMA 20: PERD/COMP

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

176 - Processo nº: 13851.900234/2006-83 - Recorrente: TECNOMOTOR ELETRONICA DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 21: OUTROS AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO

Relator(a): EVA MARIA LOS

177 - Processo nº: 15563.720274/2015-13 - Recorrente: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo nº: 19515.720944/2015-10 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 19515.721216/2014-44 - Recorrente: GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 22: PER/DCOMP

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

180 - Processo nº: 10660.720028/2007-21 - Recorrente: COMERCIAL BENEFICIADORA DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

181 - Processo nº: 10680.903353/2013-38 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

182 - Processo nº: 10735.902631/2008-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SILVER STAR PARTICIPACOES S/A.

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

183 - Processo nº: 10768.000655/2010-40 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

184 - Processo nº: 10166.905166/2015-70 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 10166.905167/2015-14 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

186 - Processo nº: 10830.004182/2001-68 - Recorrente: PRATEC CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

187 - Processo nº: 10855.000595/2002-76 - Recorrente: SPLICE DO BRASIL - TELECOMUNICACOES E ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

188 - Processo nº: 10880.922182/2013-90 - Recorrente: MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 10880.946345/2009-43 - Recorrente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 10880.946352/2009-45 - Recorrente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 10880.973470/2010-60 - Recorrente: CITIBANK CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 10880.989543/2009-00 - Recorrente: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

193 - Processo nº: 10920.000931/2008-45 - Recorrente: LOJAS CERTO MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

194 - Processo nº: 10932.000078/2007-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VOSS AUTOMOTIVE LTDA

195 - Processo nº: 10935.901963/2012-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA

196 - Processo nº: 11080.007735/2002-16 - Embargante: SANTALUCIA ALIMENTOS LTDA

Relator(a): EVA MARIA LOS

197 - Processo nº: 11610.000632/2003-62 - Recorrente: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

198 - Processo nº: 12448.721788/2013-44 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

199 - Processo nº: 12448.910961/2016-20 - Recorrente: H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

200 - Processo nº: 13807.011428/99-76 - Embargante: ITAU GRAFICA LTDA - GRUPO ITAU

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

201 - Processo nº: 13888.902238/2012-27 - Recorrente: BIOCELL MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

202 - Processo nº: 15374.001945/00-88 - Recorrente: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

203 - Processo nº: 16327.000545/2009-10 - Recorrente: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 16327.919408/2009-51 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

205 - Processo nº: 18186.724582/2011-19 - Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 23: PRELIMINAR/DIVERSOS

206 - Processo nº: 10830.002082/2004-40 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 16327.001125/2006-16 - Embargante: EVAUX PARTICIPACOES S.A

TEMA 24: PRELIMINAR/NULIDADE

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

208 - Processo nº: 12571.720398/2012-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MIGUEL SALLUM & FILHOS LTDA

Relator(a): EVA MARIA LOS

209 - Processo nº: 19679.010809/2003-56 - Recorrente: CENTRAL HABITACIONAL ASSESSORIA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 25: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

210 - Processo nº: 11060.002450/2010-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO INTEGRADO DE PREPARACAO DO ESTUDANTE LTDA

TEMA 26: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

211 - Processo nº: 10640.000998/2010-41 - Recorrente: FREDLAR INDUSTRIAL DE MOVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 10640.001930/2010-89 - Recorrente: FREDLAR INDUSTRIAL DE MOVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

213 - Processo nº: 13855.000726/2009-80 - Recorrente: JOSE EDUARDO ANIBAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 27: EMBARGOS

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

214 - Processo nº: 10073.720691/2012-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA

215 - Processo nº: 14041.001485/2007-61 - Embargante: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB

Relator(a): EVA MARIA LOS

216 - Processo nº: 15586.001053/2007-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SAO JORGE COM. IMPORT. E EXPORTACAO LTDA

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

217 - Processo nº: 19515.723055/2013-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIP INDUSTRIA E COMERCIO DE CAIXAS E PAPELAO ONDULADO LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 11065.721975/2014-41 (item 68) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 69 a 78. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 69 a 78, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10380.904202/2011-10 (item 79) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 80 a 113. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 80 a 113, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10983.900843/2010-25 (item 114) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 115 a 122. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 115 a 122, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10280.904791/2012-45 (item 123) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 124 a 147. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 124 a 147, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: OUTRAS RECEITAS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

1 - Processo nº: 16561.720144/2015-55 - Recorrentes: FMA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

2 - Processo nº: 16682.720924/2011-03 - Recorrente: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

3 - Processo nº: 16327.721637/2013-13 - Recorrente: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

4 - Processo nº: 16327.720700/2016-47 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 16327.721155/2015-25 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: PER/DCOMP

6 - Processo nº: 13116.721201/2016-64 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13116.721223/2016-24 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13116.721239/2016-37 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13116.900954/2014-72 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13116.720668/2016-97 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13116.720670/2016-66 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
12 - Processo nº: 10865.904662/2009-81 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10865.904663/2009-25 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10865.904664/2009-70 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10865.904665/2009-14 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10865.904666/2009-69 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
17 - Processo nº: 16327.903368/2008-44 - Recorrente: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
18 - Processo nº: 10580.721584/2012-72 - Recorrente: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 16561.000078/2009-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
20 - Processo nº: 15956.720195/2016-61 - Recorrente: CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
21 - Processo nº: 10640.001744/2006-63 - Embargante: DRF/JUIZ DE FORA/MG e Contribuinte: DAMAG INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
22 - Processo nº: 10240.720461/2010-11 - Recorrentes: PORTO REAL VIAGENS E TURISMO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
23 - Processo nº: 10510.724286/2012-68 - Recorrente: ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
24 - Processo nº: 11634.000413/2008-10 - Recorrente: ARMELINDO ORTIZ DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: DEDUÇÃO DE IMPOSTO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
25 - Processo nº: 10880.916426/2013-03 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
26 - Processo nº: 10650.900801/2010-56 - Recorrente: VALE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
27 - Processo nº: 10865.004347/2008-71 - Recorrente: CLINICA RADIOLOGICA PINHALENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10980.011333/2006-25 - Embargante: ALTERNATIVA EDITORIAL LTDA
TEMA 8: MULTAS POR ATRASO/FALTA DE ENTREGA DE DECLARAÇÕES
29 - Processo nº: 13921.000445/2008-13 - Embargante: 3ª TE/4ª Câmara/1ª SEJUL- CARF e Contribuinte: TRANSAR TRANSPORTES LTDA - ME
30 - Processo nº: 10768.100484/2008-33 - Recorrente: CAFE E BAR COLONIA ULTRAMAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10283.000545/2008-14 - Recorrente: MIL MADEIRAS PRECIOSAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11080.013546/2007-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VALE TRADING S/A

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
33 - Processo nº: 16095.720062/2015-54 - Recorrente: LEVEL 3 COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
34 - Processo nº: 13116.721150/2015-90 - Recorrente: POLLO SERVICOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
35 - Processo nº: 13855.722641/2014-13 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10480.732677/2015-01 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
37 - Processo nº: 10120.007317/2005-87 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
38 - Processo nº: 11080.000332/2009-12 - Recorrente: TRIAAC SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10580.721834/2008-98 - Recorrente: INOVAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10410.000195/2004-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
41 - Processo nº: 10825.722771/2015-04 - Recorrente: DOV OLEOS VEGETAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10825.722765/2015-49 - Recorrente: W. A. S. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16095.720129/2015-51 - Recorrente: GLOBOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TERMOPLASTICOS LTDA - ME. Responsáveis Solidários: DAKHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TERMOPLÁSTICOS LTDA, PAULO FERNANDES SILVA, RINALDO SUMI e MÁRCIO PAULO BAUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 16095.720132/2015-74 - Recorrente: REER INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 14098.720154/2014-06 - Recorrente: VESPOR AUTOMOTIVE DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
46 - Processo nº: 10880.012542/98-99 - Recorrente: DUCTOR IMPLANTACAO DE PROJETOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
47 - Processo nº: 13896.722310/2014-05 - Recorrentes: JSM ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13896.721615/2014-91 - Recorrentes: ROCK STAR MARKETING, PROMOCOES E EVENTOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13896.721609/2014-34 - Recorrentes: ROCK STAR PRODUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13896.722315/2014-20 - Recorrentes: SOTERRA TERRAPLENAGEM E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: PER/DCOMP
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
51 - Processo nº: 10680.901143/2013-13 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10283.907247/2009-20 - Recorrente: LOCOMOTIVA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TEXTEIS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
53 - Processo nº: 16561.000147/2007-69 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PER/DCOMP
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
54 - Processo nº: 10783.903159/2008-37 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10783.903163/2008-03 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10783.903164/2008-40 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10783.903165/2008-94 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10783.903166/2008-39 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
59 - Processo nº: 13811.000263/00-71 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10680.910765/2012-43 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 11065.003376/2001-27 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO e Contribuinte: PLINIO FLECK ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS LTDA
62 - Processo nº: 13884.004196/2001-44 - Recorrente: TECAP TECNOLOGIA COM. E APLIC. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11080.016986/2002-83 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TELCOM TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA
64 - Processo nº: 19647.004740/2005-61 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
65 - Processo nº: 10480.731825/2012-10 - Recorrente: HABITARE WINDOW FASHION LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13709.000521/2002-10 - Recorrente: PLUGG - RIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10530.724460/2009-39 - Recorrente: NEUMICRO - MONTAGEM E EMBALAGEM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 18: MULTA POR ATRASO/FALTA DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
68 - Processo nº: 11065.721975/2014-41 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
69 - Processo nº: 11065.721662/2014-92 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11065.721976/2014-95 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11065.721977/2014-30 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11065.721978/2014-84 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11065.722053/2014-51 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11065.722054/2014-03 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11065.722056/2014-94 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11065.722124/2014-15 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11065.722125/2014-60 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11065.722385/2014-35 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: PER/DCOMP
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
79 - Processo nº: 10380.904202/2011-10 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
80 - Processo nº: 10380.904203/2011-64 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10380.904204/2011-17 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10380.904205/2011-53 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10380.906944/2011-80 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10380.906945/2011-24 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10380.908405/2009-61 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10380.908406/2009-13 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10380.908407/2009-50 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10380.908408/2009-02 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

89 - Processo nº: 10380.908409/2009-49 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10380.908410/2009-73 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10380.908411/2009-18 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10380.908412/2009-62 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10380.908413/2009-15 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10380.908414/2009-51 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10380.908415/2009-04 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10380.908416/2009-41 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10380.908417/2009-95 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10380.908418/2009-30 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10380.908419/2009-84 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10380.908420/2009-17 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10380.908421/2009-53 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10380.908422/2009-06 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10380.908423/2009-42 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10380.908424/2009-97 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10380.908425/2009-31 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10380.908426/2009-86 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10380.908427/2009-21 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10380.908428/2009-75 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10380.908429/2009-10 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10380.908430/2009-44 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10380.908431/2009-99 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10380.908432/2009-33 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10380.908433/2009-88 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

114 - Processo nº: 10983.900843/2010-25 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

115 - Processo nº: 10983.900360/2008-14 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10983.902558/2008-24 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10983.905073/2008-92 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10983.908814/2009-78 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10983.908815/2009-12 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10983.908816/2009-67 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10983.908817/2009-10 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 11516.003424/2007-17 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 20: LUCRO PRESUMIDO: COEFICIENTE DE PRESUNÇÃO

Relator(a): NELSO KICHEL

123 - Processo nº: 10280.904791/2012-45 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

124 - Processo nº: 10280.723231/2013-72 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10280.901161/2013-08 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10280.901162/2013-44 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10280.901164/2013-33 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10280.904794/2012-89 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10280.904795/2012-23 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10280.904798/2012-67 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10280.904799/2012-10 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10280.904803/2012-31 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10280.904804/2012-86 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10280.904805/2012-21 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10280.904806/2012-75 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10280.904807/2012-10 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10280.904808/2012-64 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10280.904809/2012-17 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10280.904810/2012-33 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10280.904813/2012-77 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10280.904815/2012-66 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10280.904820/2012-79 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10280.904821/2012-13 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 10280.904822/2012-68 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10280.904823/2012-11 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10280.904824/2012-57 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 10280.904825/2012-00 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 21: PER/DCOMP

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

148 - Processo nº: 10880.936041/2009-78 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 10880.936042/2009-12 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10880.986223/2009-90 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 10880.986224/2009-34 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 16682.900251/2012-46 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10840.902660/2008-54 - Recorrente: ESCANDINAVIA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 16327.900242/2008-18 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 16327.900273/2008-79 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

156 - Processo nº: 16682.902259/2014-17 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10730.720182/2010-28 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10730.720267/2010-14 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 22: SIMPLES - EXCLUSÃO/INCLUSÃO RETROATIVA

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

159 - Processo nº: 10830.003499/2003-49 - Recorrente: GRANADIER NETO COMERCIO E MANUTENCAO DE ESTUFAS AGRICOLAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10830.005016/2004-21 - Recorrente: TIG MASTER SOLDAS COMERCIO E SERVICOS DE SOLDAS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10830.004392/2004-07 - Recorrente: LINA DA CUNHA PENTEADO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 13839.001428/2003-10 - Recorrente: FERNANDO MARTINHO CASTIGLIONI ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 23 : PENALIDADES - MULTAS ISOLADAS E MULTAS POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÕES

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

163 - Processo nº: 15586.720308/2011-70 - Embargante: BRAZIL TRADING LTDA

164 - Processo nº: 13502.000540/2005-05 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 13502.000541/2005-41 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo nº: 13502.000715/2004-95 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 18471.000771/2006-10 - Embargante: FERRAGENS RAMADA LIMITADA

168 - Processo nº: 19647.012821/2005-34 - Recorrentes: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

169 - Processo nº: 11610.007063/2003-86 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 24 : OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

170 - Processo nº: 16832.000265/2010-35 - Recorrente: FAESON DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10675.002956/2006-61 - Recorrente: GEMINI GRAPHIC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 11516.001586/2007-11 - Recorrente: EXPRESSO ESTRELA CATARINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 10909.004499/2010-34 - Recorrente: FAJOFAMA COMERCIO DE ALIMENTOS E REPRESENTACOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

174 - Processo nº: 19515.722087/2011-69 - Recorrentes: RADIAL DISTRIBUICAO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

175 - Processo nº: 10935.005281/2009-46 - Recorrente: COUFORT - COMERCIO DE COUROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

176 - Processo nº: 13502.000270/2007-96 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 25: LUCROS NO EXTERIOR

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

177 - Processo nº: 16643.000346/2010-62 - Recorrente: ITB HOLDING BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo nº: 16539.720011/2014-85 - Recorrente: BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 16327.721302/2014-86 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 26: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

180 - Processo nº: 19515.721363/2011-71 - Recorrentes: ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 27 : CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

181 - Processo nº: 19740.000674/2008-34 - Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

182 - Processo nº: 15374.724304/2009-31 - Embargante: COBRA TECNOLOGIA S.A.

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

183 - Processo nº: 16327.001696/2010-29 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

184 - Processo nº: 16832.001030/2009-27 - Recorrente: SOCIEDADE TECNICA E INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES SOLUTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 28: SUSPENSÃO DE IMUNIDADE/ISENÇÃO

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

185 - Processo nº: 13884.005054/2002-85 - Recorrente: FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 10680.014495/2004-38 - Recorrente: FUNDACAO DOM CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 29: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

187 - Processo nº: 16561.720164/2014-45 - Recorrente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 30: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

188 - Processo nº: 13819.000874/2001-83 - Recorrente: RASSINI-NHK AUTOPECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 31: COOPERATIVAS

189 - Processo nº: 13629.721517/2012-42 - Recorrente: UNIMED JOAO MONLEVADE COOPERATIVA DE TRAB MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 32: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

190 - Processo nº: 13603.722749/2011-25 - Recorrente: QUALITEC ENGENHARIA DA QUALIDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 33: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

191 - Processo nº: 13629.720359/2011-22 - Recorrente: FOX TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 34: ACRÉSCIMOS LEGAIS

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

192 - Processo nº: 10283.720639/2007-14 - Recorrente: ESSILOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 35 : POSTERGAÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

193 - Processo nº: 19515.004010/2003-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CHEMIN INCORPORADORA S/A.

TEMA 36: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

194 - Processo nº: 11610.009614/2007-70 - Recorrente: ITB HOLDING BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

195 - Processo nº: 19515.722179/2012-20 - Recorrentes: UNILEVER BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

196 - Processo nº: 10950.006695/2008-13 - Recorrente: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

197 - Processo nº: 19515.003557/2004-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TUPY FUNDICOES

Relator(a): NELSO KICHEL

198 - Processo nº: 13899.000560/2003-08 - Recorrente: ACHESON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 10120.000871/2010-09 - Recorrente: TELEVISAO ANHANGUERA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 37: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

200 - Processo nº: 16327.720885/2016-90 - Recorrente: ASSURANT SEGURADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

201 - Processo nº: 13005.720890/2013-02 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

202 - Processo nº: 10580.730619/2011-83 - Recorrente: GDK S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

203 - Processo nº: 10630.720014/2010-61 - Recorrentes: ALCANA DESTILARIA DE ALCOOL DE NANUQUE S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

204 - Processo nº: 18471.000255/2006-95 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

TEMA 38: DEDUÇÃO DE IMPOSTO

Relator(a): NELSO KICHEL

205 - Processo nº: 18471.001976/2004-51 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA CENTRAL DA ABOLICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo nº: 10680.921047/2008-16 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 39: OMISSÃO DE RECEITAS: DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

207 - Processo nº: 19515.001892/2008-50 - Recorrente: CONDRIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo nº: 10865.000518/2009-73 - Recorrente: COMERCIO DE CEREAIS VALE DO SUL LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

209 - Processo nº: 19515.721598/2013-25 - Recorrente: MC CANN ERICKSON PUBLICIDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

210 - Processo nº: 10280.720851/2010-15 - Recorrente: NOVO TRIANGULO COMERCIO DE ALIMENTOS LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 11080.000107/2010-10 - Recorrente: PROAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 10410.003491/2009-19 - Recorrente: VISAO COM DE ORODUTOS OTICOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 40: ARBITRAMENTO DE LUCROS

213 - Processo nº: 15563.000444/2010-27 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IMBRA DISTRIBUIDORA E RECICLAGEM DE METAIS LTDA

TEMA 41: OMISSÃO DE RECEITAS: RECEITAS NÃO DECLARADAS

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

214 - Processo nº: 19515.002302/2009-97 - Recorrente: SODESP ORGANIZACAO DE DESPACHOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

215 - Processo nº: 10314.725666/2014-06 - Recorrentes: INTERCEMENT BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

216 - Processo nº: 10980.720691/2011-90 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL e Contribuinte: ARTES GRAFICAS RENASCER LTDA - ME

217 - Processo nº: 16327.001486/2001-40 - Embargante: DELEGACIA ESPECIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS e Contribuinte: BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO S.A

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

218 - Processo nº: 10925.720190/2011-78 - Recorrente: PRIMO & FREITAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo nº: 10480.734088/2013-98 - Recorrente: A.P.E. AUTOPECAS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 11020.722035/2014-95 - Recorrente: NTE AUTO PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 11020.724102/2013-25 - Recorrente: NTE AUTO PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 42: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

222 - Processo nº: 10314.720878/2015-70 - Recorrente: COMPANHIA LUZ E FORCA SANTA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 43: AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO

223 - Processo nº: 15521.000335/2008-81 - Recorrente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

224 - Processo nº: 13116.722753/2012-66 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

225 - Processo nº: 16561.720090/2014-47 - Recorrente: VALE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

226 - Processo nº: 19515.721114/2014-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTEGRITAS PARTICIPACOES S.A.

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

227 - Processo nº: 10675.003554/2002-50 - Recorrente: SADIA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 44: AGRAVAMENTO DE MULTA

228 - Processo nº: 10140.723126/2011-76 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MONZA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

TEMA 45: OMISSÃO DE RECEITAS - PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

229 - Processo nº: 11065.722333/2016-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: STAMPA ARTEFATOS DE COURO LTDA

TEMA 46: PER/DCOMP

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

230 - Processo nº: 10680.938472/2009-25 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

231 - Processo nº: 16327.000246/2008-02 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

232 - Processo nº: 10480.900074/2016-11 - Recorrente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

233 - Processo nº: 10120.002455/2001-46 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

234 - Processo nº: 10680.932852/2009-56 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

235 - Processo nº: 10680.935073/2009-11 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

236 - Processo nº: 10166.903359/2009-48 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

237 - Processo nº: 10166.913640/2009-99 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

238 - Processo nº: 10166.903360/2009-72 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo nº: 10166.901241/2006-32 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

240 - Processo nº: 15578.720083/2013-12 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 47: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

241 - Processo nº: 14367.720002/2013-05 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

242 - Processo nº: 16561.720049/2015-51 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 48: PRELIMINAR - CIÊNCIA POR VIA POSTAL

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

243 - Processo nº: 16561.720143/2014-20 - Recorrente: SIMM - SOLUCOES INTELIGENTES PARA MERCADO MOVEL DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 49: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

244 - Processo nº: 10972.000082/2009-03 - Recorrente: DISTRIBUIDORA SOUSA GOMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

245 - Processo nº: 10600.720008/2013-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO INTERMEDIUM SA

TEMA 50: EXCLUSÃO DO SIMPLES

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

246 - Processo nº: 19515.004294/2007-51 - Recorrente: AWA SUPERSELL COMERCIAL DE ARTIGOS DESCARTAVEIS, DE FESTA E DECORACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

247 - Processo nº: 11052.001420/2010-02 - Recorrente: ELEVADORES IDEAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 51: SUSPENSÃO DE IMUNIDADE/ISENÇÃO

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

248 - Processo nº: 12448.729562/2013-91 - Embargante: 1ª TO da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF e Contribuinte: CAPEMISA - INSTITUTO DE ACAO SOCIAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10835.901867/2009-61 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 a 86. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 a 86, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

1 - Processo nº: 10830.721270/2014-42 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

2 - Processo nº: 10972.720011/2015-61 - Recorrentes: USINA FRUTAL ACUCAR E ALCOOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11080.726189/2014-41 - Recorrente: FERMAU PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

4 - Processo nº: 10980.726765/2011-00 - Recorrente: O BOTICARIO FRANCHISING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

5 - Processo nº: 11060.724851/2014-67 - Recorrente: FORMOSA PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

6 - Processo nº: 15563.720356/2013-98 - Recorrentes: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19515.721301/2015-93 - Recorrente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

8 - Processo nº: 11516.720289/2015-88 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11516.720291/2015-57 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

10 - Processo nº: 10882.720216/2016-36 - Recorrente: TOTAL QUIMICA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

11 - Processo nº: 11516.722692/2011-18 - Recorrente: ALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

12 - Processo nº: 13609.001434/2010-18 - Recorrente: SOCIEDADE CEREAIS UNAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

13 - Processo nº: 10680.903829/2010-98 - Recorrente: BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10680.903828/2010-43 - Recorrente: BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10945.721314/2014-47 - Recorrente: DANI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

16 - Processo nº: 15586.001637/2009-01 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

17 - Processo nº: 14751.000142/2005-10 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 14751.002618/2009-72 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 14751.002674/2008-26 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10467.720529/2011-81 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

21 - Processo nº: 19515.720676/2012-93 - Recorrente: S.P.COM - SISTEMA PERISSINOTO DE COMUNICACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

22 - Processo nº: 13896.723262/2015-45 - Recorrentes: SOG - OLEO E GAS S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

23 - Processo nº: 10240.721228/2014-71 - Recorrente: ROVEMA VEICULOS E MAQUINAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11080.732186/2013-66 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: ARBITRAMENTO DE LUCROS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

25 - Processo nº: 15521.000001/2012-94 - Recorrentes: HSR DE ITAPERUNA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHARQUES LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: GANHOS DE CAPITAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

26 - Processo nº: 10882.721035/2011-12 - Recorrentes: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

27 - Processo nº: 12448.727738/2014-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAPE INCORPORACAO E EMPREENDIMENTOS LIMITADA

TEMA 7: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

28 - Processo nº: 10932.720133/2015-23 - Recorrente: MIX ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

29 - Processo nº: 13116.720614/2012-06 - Recorrente: CDA - COMPANHIA DE DISTRIBUICAO ARAGUAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

30 - Processo nº: 13609.720191/2015-17 - Recorrente: POSTO LUBRIMAX LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

31 - Processo nº: 16004.720091/2013-26 - Recorrente: JET CASA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

32 - Processo nº: 19515.005600/2009-39 - Recorrente: D P VALE VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 19515.000248/2010-89 - Recorrente: EMPORIO DI DOLCE COMERCIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: OMISSÃO DE RECEITAS

34 - Processo nº: 19515.720776/2014-81 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LATAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

35 - Processo nº: 10314.725621/2014-23 - Recorrente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: RESTITUIÇÃO/ COMPENSAÇÃO

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

36 - Processo nº: 16692.726230/2015-86 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

37 - Processo nº: 10073.901504/2008-12 - Recorrente: HOTEL DO FRADE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

38 - Processo nº: 14098.000215/2009-40 - Embargante: FRIGOSAFRA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

39 - Processo nº: 10670.721526/2011-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CASTRO CAMPOS E CUNHA LTDA - ME

TEMA 11: DIVERSOS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

40 - Processo nº: 19515.003604/2005-59 - Recorrente: BANESPA SA SERV TEC ADM E DE COR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

41 - Processo nº: 10314.728930/2014-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RESICONTROL SOLUCOES AMBIENTAIS S.A.

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

42 - Processo nº: 10380.720020/2006-21 - Recorrente: NUTERAL INDUSTRIA DE FORMULACOES NUTRICIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

43 - Processo nº: 13827.000676/2009-78 - Recorrente: TRANSPORTE VALE DO SOL BOTUCATU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

44 - Processo nº: 16095.720119/2014-34 - Recorrente: TRANSPORTADORA BELMOK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

45 - Processo nº: 16643.000289/2010-11 - Embargante: ZF DO BRASIL LTDA.

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

46 - Processo nº: 18471.001831/2005-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA HOTEIS PALACE

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

47 - Processo nº: 10166.007099/2001-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BRASAL CAMINHOES LTDA

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

48 - Processo nº: 10880.928754/2010-00 - Embargante: HEJOASSU ADMINISTRACAO S.A.

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

49 - Processo nº: 13864.720066/2016-77 - Recorrente: RIGIS ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 16095.720037/2015-71 - Recorrente: GERAL EXPRESSO AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

51 - Processo nº: 16682.720737/2014-64 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

52 - Processo nº: 16327.721275/2014-41 - Recorrente: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

53 - Processo nº: 10920.720870/2014-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BARCELONA SECURITIZADORA S.A.

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

54 - Processo nº: 15586.720563/2014-65 - Recorrente: EXIMBIZ COMERCIO INTERNACIONAL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

55 - Processo nº: 12571.720094/2012-93 - Recorrente: K R M TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

56 - Processo nº: 10283.720238/2016-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

57 - Processo nº: 10835.901867/2009-61 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

58 - Processo nº: 10835.901244/2009-99 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10835.901245/2009-33 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10835.901246/2009-88 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10835.901247/2009-22 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10835.901248/2009-77 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10835.901250/2009-46 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10835.901252/2009-35 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

65 - Processo nº: 10835.901514/2008-81 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10835.901855/2009-37 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10835.901856/2009-81 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10835.901857/2009-26 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10835.901858/2009-71 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10835.901859/2009-15 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10835.901860/2009-40 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10835.901861/2009-94 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10835.901862/2009-39 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10835.901863/2009-83 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10835.901864/2009-28 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10835.901865/2009-72 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10835.901866/2009-17 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10835.901868/2009-14 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10835.901870/2009-85 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10835.901963/2009-18 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10835.901964/2009-54 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10835.901965/2009-07 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10835.901966/2009-43 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10835.901967/2009-98 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10835.901970/2009-10 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10835.901971/2009-56 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
87 - Processo nº: 11020.003770/2009-39 - Recorrente: ARTEFATOS DE METAIS CONDOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 12571.000123/2009-00 - Recorrentes: L. ANTUNES TRANSPORTES LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10630.720205/2006-46 - Recorrente: MONTE ALEGRE - PARTICIPACOES E ADMINISTR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
90 - Processo nº: 12571.720128/2012-40 - Recorrentes: BASTON DO BRASIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: DIVERSOS
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
91 - Processo nº: 13896.000622/2010-22 - Recorrente: KOFAR PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
92 - Processo nº: 10380.732638/2012-81 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
93 - Processo nº: 10980.723835/2014-11 - Recorrentes: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10903.720016/2015-15 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
95 - Processo nº: 13896.722177/2015-60 - Recorrentes: BAXTER HOSPITALAR LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
96 - Processo nº: 10880.720343/2014-93 - Recorrente: ANTIGUA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
97 - Processo nº: 10314.725644/2015-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTISTA WORK SOLUTION S.A.
TEMA 17: PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS
98 - Processo nº: 16327.720261/2016-72 - Recorrente: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16561.720178/2015-40 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: SIMPLES
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
100 - Processo nº: 10865.003248/2010-96 - Recorrente: COMERCIO DE CONDIMENTOS PERMEL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10410.721488/2010-14 - Recorrente: ALMEIDA E ROCHA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10882.001459/2010-86 - Recorrente: EDGAR YUDI SHIMIZU AUTOMOVEIS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13312.000572/2010-05 - Recorrente: ANTONIO LUCIANO DA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10872.000323/2010-78 - Recorrente: ALCOBACA - MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11070.000435/2010-27 - Recorrente: CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
106 - Processo nº: 10830.007090/2004-82 - Recorrente: WMF SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: DIVERSOS
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
107 - Processo nº: 10670.721867/2015-58 - Recorrentes: VANGUARDA FOMENTO MERCANTIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
108 - Processo nº: 10660.721588/2014-22 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS SILVIANOPOLIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10980.724267/2016-29 - Recorrente: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 18471.001568/2005-80 - Recorrentes: BRETAGNE COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
111 - Processo nº: 10070.000367/2003-12 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
112 - Processo nº: 17883.000457/2008-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TONGS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
113 - Processo nº: 10840.724301/2016-60 - Recorrente: PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 19515.005473/2009-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QUALY QUEIJOS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
115 - Processo nº: 16682.720841/2012-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NET RIO LTDA
116 - Processo nº: 15374.000837/2007-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
TEMA 20: RESTITUIÇÃO/ COMPENSAÇÃO
117 - Processo nº: 11065.001849/2009-17 - Recorrente: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10073.901284/2009-08 - Recorrente: PRO BOAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
119 - Processo nº: 10882.720146/2008-14 - Embargante: FERTIBRAS S/A
120 - Processo nº: 13851.000076/2002-36 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
121 - Processo nº: 13888.901126/2015-00 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10980.723331/2015-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL BEIRAO DA SERRA LTDA
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
123 - Processo nº: 16561.720038/2015-71 - Recorrentes: RAIA DROGASIL S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
124 - Processo nº: 16561.720043/2015-84 - Recorrentes: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
125 - Processo nº: 13896.722004/2011-18 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
126 - Processo nº: 16561.720143/2016-91 - Recorrente: SERASA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: DIVERSOS
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
127 - Processo nº: 16643.720053/2013-48 - Recorrente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
128 - Processo nº: 10860.210443/98-72 - Recorrente: F. J. M. BORGES & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13807.000361/00-41 - Recorrente: BRICKELL PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
130 - Processo nº: 10865.002430/2010-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FORUSI METAIS SANITARIOS LTDA - EPP

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10835.901959/2009-41 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 32 a 65. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 32 a 65, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10805.902133/2010-91 (item 66) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 67 a 97. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 67 a 97, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 13603.904309/2011-94 (item 183) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 184 a 203. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 184 a 203, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 13851.902677/2013-38 (item 206) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 207 a 223. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 207 a 223, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10680.907763/2011-96 (item 237) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 238 a 260. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

que tratam os itens 238 a 260, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
1 - Processo nº: 10680.721560/2013-76 - Recorrentes: SUPERMIX CONCRETO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
2 - Processo nº: 15940.720094/2014-06 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
3 - Processo nº: 16327.721379/2012-94 - Recorrentes: BANCO PANAMERICANO SA e FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16327.721464/2012-52 - Recorrentes: BANCO PANAMERICANO SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
5 - Processo nº: 16327.720693/2011-79 - Recorrente: CORRETORA SOUZA BARROS CAMBIO E TITULOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11030.722214/2012-41 - Recorrentes: ZAMBONATTO CONSTRUCOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
7 - Processo nº: 19515.004649/2003-89 - Recorrentes: RIMET EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15983.720171/2014-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BIRLA CARBON BRASIL LTDA.
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
9 - Processo nº: 19515.721565/2013-85 - Recorrente: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
10 - Processo nº: 10882.002338/2007-56 - Recorrentes: ODONTOPREV S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
11 - Processo nº: 19311.720193/2014-47 - Recorrente: FIDELITY PROCESSADORA E SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
12 - Processo nº: 16561.720165/2014-90 - Recorrentes: ARAINVEST PARTICIPACOES SA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
13 - Processo nº: 11080.728037/2014-83 - Recorrentes: LPS SUL -CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
14 - Processo nº: 11052.000201/2010-06 - Recorrente: BEST POWER GERADORES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
15 - Processo nº: 10315.002249/2008-25 - Recorrente: CHAMAX SERVICOS DE MAO OBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
16 - Processo nº: 15578.000128/2010-96 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15578.000129/2010-31 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: BENEFÍCIOS FISCAIS
18 - Processo nº: 15586.720036/2011-16 - Recorrentes: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
19 - Processo nº: 11831.001201/2001-57 - Recorrente: NORCHEM HOLDINGS E NEGOCIOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
20 - Processo nº: 16561.720035/2012-95 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 16561.720139/2013-81 - Recorrente: EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
22 - Processo nº: 10670.721317/2014-58 - Recorrente: CAFE SABOR DE MINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO COMPROVADOS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
23 - Processo nº: 12448.731363/2014-24 - Recorrente: S C M M SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
24 - Processo nº: 10872.000008/2010-41 - Recorrente: NORTE-LIGHT COMERCIAL ELETRICA, HIDRAULICA E SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
25 - Processo nº: 10140.722638/2014-68 - Recorrente: SERMIX - SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
26 - Processo nº: 13896.722333/2014-10 - Recorrente: S.M. TERRAPLENAGEM LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
27 - Processo nº: 10875.903623/2009-47 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
28 - Processo nº: 10880.918121/2010-85 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: PER/DCOMP
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
29 - Processo nº: 16682.720722/2011-53 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
30 - Processo nº: 16682.902803/2011-70 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
31 - Processo nº: 10835.901959/2009-41 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
32 - Processo nº: 10835.001699/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10835.720042/2009-48 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10835.900246/2009-61 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10835.900247/2009-13 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10835.900248/2009-50 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10835.900249/2009-02 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10835.900250/2009-29 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10835.900886/2009-71 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10835.901234/2009-53 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10835.901235/2009-06 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10835.901236/2009-42 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10835.901237/2009-97 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10835.901960/2009-76 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10835.901961/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10835.902583/2009-92 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10835.902584/2009-37 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10835.902585/2009-81 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10835.902586/2009-26 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10835.902587/2009-71 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10835.902588/2009-15 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10835.902589/2009-60 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10835.902590/2009-94 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10835.902591/2009-39 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10835.902592/2009-83 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10835.902593/2009-28 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10835.902594/2009-72 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10835.902595/2009-17 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10835.902596/2009-61 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10835.902597/2009-14 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10835.902598/2009-51 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10835.902599/2009-03 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10835.902600/2009-91 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10835.902601/2009-36 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10835.902602/2009-81 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
66 - Processo nº: 10805.902133/2010-91 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
67 - Processo nº: 10805.902135/2010-80 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10805.902807/2011-38 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10805.902808/2011-82 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10805.904561/2011-39 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10805.904562/2011-83 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10805.904563/2011-28 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10805.904565/2011-17 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10805.905354/2011-00 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10805.906366/2011-43 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10805.906973/2009-99 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10805.906976/2009-22 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10805.908210/2011-05 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

79 - Processo nº: 10805.908220/2009-18 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10805.908230/2011-78 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10805.908235/2011-09 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10805.908237/2011-90 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10805.908238/2011-34 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10805.908239/2011-89 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10805.908435/2011-53 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10805.908436/2011-06 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10805.908437/2011-42 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10805.908438/2011-97 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10805.908439/2011-31 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10805.908440/2011-66 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10805.908441/2011-19 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10805.908442/2011-55 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10805.908443/2011-08 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10805.908444/2011-44 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10805.908445/2011-99 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10805.908446/2011-33 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10805.908447/2011-88 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

98 - Processo nº: 16561.720199/2012-12 - Recorrente: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16643.000310/2010-89 - Recorrentes: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: LUCRO PRESUMIDO

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

100 - Processo nº: 11516.006725/2009-64 - Recorrente: EXAME LABORATORIO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 15504.723163/2014-74 - Recorrente: JAM ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13896.722139/2012-64 - Recorrente: PRO SINALIZACAO VIARIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 15: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

103 - Processo nº: 16643.720058/2013-71 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

104 - Processo nº: 10925.723080/2012-49 - Embargante: PARATI SA

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 16: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

105 - Processo nº: 16561.720119/2013-18 - Recorrentes: AGROCOMERCIAL TRIUNFO S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

106 - Processo nº: 16327.000911/2007-79 - Recorrente: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: CONHECIMENTO

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

107 - Processo nº: 16327.001291/2006-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

108 - Processo nº: 13896.720684/2015-69 - Embargante: ITALICA SAUDE LTDA -

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

109 - Processo nº: 10480.004362/98-91 - Embargante: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
110 - Processo nº: 10865.720170/2014-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KABUM COMERCIO ELETRONICO S.A.

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

111 - Processo nº: 16095.720077/2014-31 - Recorrente: STEELMAN CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

112 - Processo nº: 16327.003792/2002-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KODAK BRASILEIRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA IMAGEM E SERVICOS LTDA

TEMA 18: OUTROS

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

113 - Processo nº: 19515.003680/2003-01 - Recorrente: ITAUTEC.COM SERVICOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

114 - Processo nº: 16327.720539/2013-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

115 - Processo nº: 19647.014650/2007-40 - Recorrente: NETUNO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 19: OUTROS

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

116 - Processo nº: 13896.723075/2012-19 - Recorrente: ZELEPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

117 - Processo nº: 16561.720153/2013-84 - Recorrentes: WHIRLPOOL S.A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

118 - Processo nº: 16327.721255/2014-71 - Embargante: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

119 - Processo nº: 10830.900042/2013-56 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11516.720795/2013-13 - Recorrente: PETROFAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

121 - Processo nº: 16151.720110/2017-54 - Recorrentes: KOSMOS COMERCIO DE VESTUARIO S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10380.009384/2008-18 - Recorrente: JOONGBO QUIMICA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

123 - Processo nº: 10283.720643/2008-63 - Recorrentes: FUJIFILM DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

124 - Processo nº: 19515.721562/2013-41 - Recorrente: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

125 - Processo nº: 10600.720022/2013-15 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10600.720022/2014-98 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

127 - Processo nº: 12448.733043/2014-17 - Recorrente: REDE WINDSOR DE HOTEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

128 - Processo nº: 19515.720192/2016-78 - Recorrentes: RECUPERADORA VISTA AZUL INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - EPP EM RECUPERACAO JUDICIAL - EPP e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

129 - Processo nº: 10920.002171/2006-49 - Recorrentes: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 16327.721415/2012-10 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 19515.722392/2012-31 - Recorrente: DANIEL CORSI DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

132 - Processo nº: 19311.720207/2015-11 - Recorrente: ROBERTO RESTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 19311.720233/2015-31 - Recorrente: ROBERTO RESTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

134 - Processo nº: 10314.727988/2015-62 - Recorrentes: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

135 - Processo nº: 10880.722831/2015-16 - Recorrente: BLOKOS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

136 - Processo nº: 10580.721814/2008-17 - Recorrente: ODBINV S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

137 - Processo nº: 15521.000124/2005-04 - Recorrentes: NOBLE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 19404.000423/2006-17 - Recorrentes: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 15521.000293/2008-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA
140 - Processo nº: 13971.005344/2010-50 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13971.724030/2013-01 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

142 - Processo nº: 16561.720111/2014-24 - Recorrente: MCLG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

143 - Processo nº: 15540.720258/2015-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE EDUCACIONAL PLINIO LEITE S/S LTDA

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

144 - Processo nº: 19311.720151/2015-97 - Recorrente: LP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

145 - Processo nº: 18470.730162/2014-17 - Recorrente: SANERIO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

146 - Processo nº: 10880.928419/2010-01 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10880.947842/2014-26 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

148 - Processo nº: 19515.722808/2012-11 - Recorrente: INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUCOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

149 - Processo nº: 16327.902024/2015-47 - Recorrente: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13603.900348/2013-84 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 13603.904103/2010-83 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

152 - Processo nº: 19515.720436/2016-12 - Recorrente: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

153 - Processo nº: 16643.000322/2010-11 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 16561.720136/2014-28 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 16561.720096/2014-14 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

156 - Processo nº: 16561.720150/2015-11 - Recorrentes: CCI CONCESSOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

157 - Processo nº: 16004.720074/2013-99 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

158 - Processo nº: 10166.002902/2005-64 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 16327.901371/2014-71 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16327.721149/2015-78 - Recorrentes: ITAU UNIBANCO S.A. e FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 16327.721204/2013-68 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

162 - Processo nº: 16327.721830/2011-92 - Recorrente: ITAU COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

163 - Processo nº: 16095.720083/2013-16 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

164 - Processo nº: 10540.722058/2012-04 - Embargante: BIOPAR S/A

165 - Processo nº: 19515.001309/2007-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

166 - Processo nº: 16095.720117/2015-26 - Recorrente: METALLICA INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 16095.720152/2015-45 - Recorrentes: CORDEIRO FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

168 - Processo nº: 16682.720950/2014-76 - Recorrente: CAMBRAIA E ROSA COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

169 - Processo nº: 10073.721867/2012-44 - Recorrente: I P DE CARVALHO COMERCIO DE GAS M E - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10580.000413/2003-15 - Recorrente: GOODCAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10909.002267/2010-41 - Recorrente: AZULY PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 16024.000799/2008-61 - Recorrente: GIROLIMP COMERCIO DE ARMARINHOS, DESCARTAVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 19515.002604/2008-84 - Recorrente: HOLANDA COMERCIO DE FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

174 - Processo nº: 10825.722770/2015-51 - Recorrente: DOFAR DISTRIBUIDORA DE RACOES E FARELOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

175 - Processo nº: 10935.723840/2016-22 - Recorrentes: INDUSTRIAL ARBHORES COMPENSADOS - EIRELI - EPP e FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 11516.720104/2014-54 - Recorrentes: AMERICANPET INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e FAZENDA NACIONAL

177 - Processo nº: 13971.722141/2013-74 - Recorrente: ZZA SECURITIZADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

178 - Processo nº: 19515.001749/2009-49 - Recorrentes: UNIDAS S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

179 - Processo nº: 16561.720052/2014-94 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

180 - Processo nº: 19515.721524/2013-99 - Recorrente: JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

181 - Processo nº: 10880.728600/2011-92 - Recorrente: RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 19515.004547/2010-92 - Recorrente: BEXMA COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

183 - Processo nº: 13603.904309/2011-94 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

184 - Processo nº: 13603.904310/2011-19 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 13603.904311/2011-63 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 13603.904312/2011-16 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 13603.904313/2011-52 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo nº: 13603.904314/2011-05 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 13603.904315/2011-41 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 13603.904316/2011-96 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 13603.904317/2011-31 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 13603.904318/2011-85 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 13603.904319/2011-20 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo nº: 13603.904320/2011-54 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 13603.904321/2011-07 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo nº: 13603.904322/2011-43 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo nº: 13603.904323/2011-98 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo nº: 13603.904324/2011-32 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 13603.904325/2011-87 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 13603.904326/2011-21 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

201 - Processo nº: 13603.904327/2011-76 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

202 - Processo nº: 13603.904328/2011-11 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

203 - Processo nº: 13603.904329/2011-65 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

204 - Processo nº: 16682.721117/2013-61 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo nº: 10680.933176/2009-38 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

206 - Processo nº: 13851.902677/2013-38 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 13851.902678/2013-82 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo nº: 13851.902679/2013-27 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 13851.902680/2013-51 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo nº: 13851.902681/2013-04 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 13851.902682/2013-41 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 13851.902685/2013-84 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo nº: 13851.902686/2013-29 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo nº: 13851.902687/2013-73 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

215 - Processo nº: 13851.902688/2013-18 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

216 - Processo nº: 13851.902689/2013-62 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo nº: 13851.902690/2013-97 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo nº: 13851.902691/2013-31 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo nº: 13851.902692/2013-86 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 13851.902693/2013-21 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 13851.902694/2013-75 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

222 - Processo nº: 13851.902695/2013-10 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo nº: 13851.902696/2013-64 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

224 - Processo nº: 13888.002554/2007-30 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

225 - Processo nº: 13899.900221/2006-68 - Recorrente: HENKEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

226 - Processo nº: 16682.902174/2013-40 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

227 - Processo nº: 16682.904390/2013-20 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

228 - Processo nº: 16561.720017/2016-37 - Recorrente: THINKTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

229 - Processo nº: 10950.000593/2010-17 - Recorrente: KOLLAN CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

230 - Processo nº: 15758.000487/2009-91 - Recorrente: HELOISA CARLA RODRIGUES AYRES CANGA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

231 - Processo nº: 19740.000698/2008-93 - Recorrente: BRASFAC FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

232 - Processo nº: 13896.002328/2010-55 - Recorrente: ZERA INTEGRADORA DE SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

233 - Processo nº: 13016.000973/2008-87 - Recorrente: RODOVIARIO SENI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

234 - Processo nº: 11516.723632/2014-65 - Recorrente: FONTANELLA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

235 - Processo nº: 10825.723197/2015-01 - Recorrente: MONDELLI INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

236 - Processo nº: 10120.727701/2014-91 - Recorrente: LIBRA FACTORING E FOMENTO MERCANTIL EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

237 - Processo nº: 10680.907763/2011-96 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

238 - Processo nº: 10680.900886/2011-04 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo nº: 10680.900887/2011-41 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

240 - Processo nº: 10680.900888/2011-95 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

241 - Processo nº: 10680.900889/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

242 - Processo nº: 10680.910487/2010-62 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

243 - Processo nº: 10680.910488/2010-15 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

244 - Processo nº: 10680.910489/2010-51 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo nº: 10680.911147/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

246 - Processo nº: 10680.926342/2011-64 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

247 - Processo nº: 10680.926343/2011-17 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

248 - Processo nº: 10680.926344/2011-53 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

249 - Processo nº: 10680.926345/2011-06 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

250 - Processo nº: 10680.928378/2011-82 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

251 - Processo nº: 10680.928379/2011-27 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

252 - Processo nº: 10680.928380/2011-51 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

253 - Processo nº: 10680.928381/2011-04 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10680.928382/2011-41 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10680.928383/2011-95 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10680.928384/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10680.928385/2011-84 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10680.928386/2011-29 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10680.928387/2011-73 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10680.929130/2011-39 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
261 - Processo nº: 10183.727784/2015-64 - Recorrente: COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 16306.720234/2013-03 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 19515.720364/2014-41 - Recorrente: FAST SHOP S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10983.902987/2009-82 (item 51) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 52 a 57. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 52 a 57, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10983.901701/2009-41 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 80. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 80, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10840.906164/2011-75 (item 101) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 102 a 123. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 102 a 123, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 13639.720105/2011-95 (item 124) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 125 a 142. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 125 a 142, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10880.689993/2009-97 (item 193) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 194 a 210. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 194 a 210, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
1 - Processo nº: 16561.000171/2008-89 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10283.720775/2014-33 - Recorrente: FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16561.720092/2015-17 - Recorrente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16561.720091/2015-72 - Recorrente: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: DIVERSOS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
5 - Processo nº: 10803.720032/2015-28 - Recorrentes: GOLD BOSTON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
6 - Processo nº: 11516.722218/2014-39 - Recorrentes: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
7 - Processo nº: 10880.720263/2008-90 - Recorrente: PARTICIPACOES MORRO VERMELHO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: PER/DCOMP
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
8 - Processo nº: 13804.001193/2002-82 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13804.000497/2003-11 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
10 - Processo nº: 16682.720517/2011-98 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
11 - Processo nº: 10980.724029/2015-32 - Recorrente: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
12 - Processo nº: 19515.721382/2014-41 - Recorrente: MACLENY - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
13 - Processo nº: 10510.722235/2012-00 - Recorrentes: NEDL CONSTRUCOES DE DUTOS DO NORDESTE LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
14 - Processo nº: 19515.721059/2015-58 - Recorrentes: MULTIGRAIN S.A. e FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11080.721473/2016-93 - Recorrente: CAPEMISA APLUB CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 16327.721091/2015-62 - Recorrente: BANCO ABC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
17 - Processo nº: 10480.722014/2013-17 - Recorrente: UNILEVER BRASIL NORDESTE PRODUTOS DE LIMPEZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
18 - Processo nº: 13888.724397/2012-84 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: DEDUÇÕES/ COMPENSAÇÕES
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
19 - Processo nº: 10880.958205/2013-02 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: OUTROS AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
20 - Processo nº: 15956.720233/2013-33 - Recorrente: SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
21 - Processo nº: 16327.721046/2011-84 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
22 - Processo nº: 19515.721446/2012-41 - Recorrentes: ENOB ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: DIVERSOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
23 - Processo nº: 16095.720124/2015-28 - Recorrentes: UNIMED DE GUARULHOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
24 - Processo nº: 13971.722502/2015-44 - Recorrente: REDLOG REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
25 - Processo nº: 10882.722507/2015-88 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE CARNES EQUATORIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
26 - Processo nº: 16682.902165/2013-59 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
27 - Processo nº: 10166.904102/2014-71 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 19515.000982/2009-12 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
29 - Processo nº: 10855.001008/2004-28 - Recorrente: CSM CARTOES DE SEGURANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
30 - Processo nº: 16561.720155/2014-54 - Recorrente: PROT CAP ARTIGOS PARA PROTECAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
31 - Processo nº: 10660.721994/2013-12 - Recorrente: ISOFILME INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
32 - Processo nº: 13864.720171/2015-25 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
33 - Processo nº: 10920.004625/2010-01 - Embargante: LUNELLI COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
TEMA 11: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
34 - Processo nº: 19515.002439/2009-41 - Recorrente: OI INTERNET S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
35 - Processo nº: 10880.658709/2011-55 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10880.940125/2012-10 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10880.953053/2012-62 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 16682.902617/2013-01 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
39 - Processo nº: 16643.000055/2010-74 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
40 - Processo nº: 10805.720225/2012-16 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.659726/2011-18 - Recorrente: PROJETOS ESPECIAIS E INVESTIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
42 - Processo nº: 10166.001382/2003-19 - Recorrente: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

43 - Processo nº: 10830.008071/2001-21 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
44 - Processo nº: 10320.721077/2014-61 - Recorrente: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 14: PER/DCOMP
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
45 - Processo nº: 13804.002755/2009-81 - Recorrente: PADO S/A IND COM E IMPORTADORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
46 - Processo nº: 16327.720175/2016-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SAFRA S A
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
47 - Processo nº: 16682.902743/2014-38 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10855.900002/2009-40 - Recorrente: HNK BR PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
49 - Processo nº: 10073.900591/2008-82 - Recorrente: TRANSCEIVER SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10073.900548/2008-17 - Recorrente: TRANSCEIVER SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
51 - Processo nº: 10983.902987/2009-82 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
52 - Processo nº: 10983.902924/2009-26 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10983.903736/2009-15 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10983.903737/2009-60 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10983.904638/2009-03 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10983.904641/2009-19 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10983.909317/2009-97 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
58 - Processo nº: 10983.901701/2009-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
59 - Processo nº: 10983.901702/2009-96 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10983.901891/2008-16 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10983.902053/2009-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10983.902054/2009-95 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10983.902232/2008-05 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10983.902233/2008-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10983.902234/2008-96 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10983.902235/2008-31 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10983.902236/2008-85 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10983.902237/2008-20 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10983.902238/2008-74 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10983.902239/2008-19 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10983.902579/2009-21 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10983.902959/2009-65 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10983.902960/2009-90 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10983.902961/2009-34 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10983.902962/2009-89 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10983.903141/2008-89 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10983.903142/2008-23 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10983.903143/2008-78 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10983.903428/2009-90 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10983.903789/2009-36 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
81 - Processo nº: 10735.904436/2009-85 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10735.904437/2009-20 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10735.904439/2009-19 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10735.904263/2009-03 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10735.904438/2009-74 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10735.904440/2009-43 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
87 - Processo nº: 10480.729868/2011-54 - Recorrente: TRANSVAL SERVICOS GERAIS E CONSERVACAO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10803.720074/2012-16 - Recorrentes: KITCHENS DECORACOES E PLANEJAMENTO DE INTERIORES LTDA e FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10803.720157/2012-13 - Recorrente: GEOSONDA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
90 - Processo nº: 13971.721769/2012-71 - Recorrentes: CIA. HERING e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
91 - Processo nº: 10580.730619/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASOIL MANATI EXPLORACAO PETROLIFERA S.A.
TEMA 19: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
92 - Processo nº: 19515.721015/2015-28 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
93 - Processo nº: 10872.720101/2015-80 - Recorrentes: DOTCOM GROUP COMERCIO DE PRESENTES S.A. e FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11634.720375/2014-63 - Recorrente: TAKEI - INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: DIVERSOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
95 - Processo nº: 15586.720289/2011-81 - Recorrentes: BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
96 - Processo nº: 16561.720025/2014-11 - Embargante: HYPERMARCAS S/A
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
97 - Processo nº: 16327.721349/2014-40 - Recorrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13116.722752/2012-11 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
99 - Processo nº: 16561.000025/2006-91 - Recorrente: MAQUINAS AGRICOLAS JACTO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
100 - Processo nº: 10980.726073/2013-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO
TEMA 21: PER/DCOMP
101 - Processo nº: 10840.906164/2011-75 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
102 - Processo nº: 10840.906165/2011-10 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10840.906166/2011-64 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10840.906167/2011-17 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10840.906168/2011-53 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10840.906169/2011-06 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10840.906170/2011-22 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10840.906171/2011-77 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10840.906172/2011-11 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10840.906173/2011-66 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10840.906174/2011-19 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10840.906175/2011-55 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10840.906176/2011-08 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10840.906177/2011-44 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10840.906178/2011-99 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10840.906179/2011-33 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10840.908991/2009-89 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10840.908992/2009-23 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10840.908993/2009-78 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10840.908994/2009-12 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10840.908995/2009-67 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10840.908996/2009-10 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10840.908997/2009-56 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
124 - Processo nº: 13639.720105/2011-95 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
125 - Processo nº: 13639.720094/2011-43 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13639.720107/2011-84 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13639.720108/2011-29 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13639.720109/2011-73 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

129 - Processo nº: 13639.720110/2011-06 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13639.720111/2011-42 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13639.720112/2011-97 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13639.720113/2011-31 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13639.720114/2011-86 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13639.720115/2011-21 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13639.720116/2011-75 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13639.720117/2011-10 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13639.720118/2011-64 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 13639.720119/2011-17 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13639.720120/2011-33 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13639.720121/2011-88 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13639.720122/2011-22 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13639.720123/2011-77 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
143 - Processo nº: 13502.000928/2002-55 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13502.720320/2009-17 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 11020.906198/2009-61 - Recorrente: TECNOVIN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10283.720472/2011-78 - Recorrente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 11610.005721/2003-03 - Recorrente: ALFASTAR PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
148 - Processo nº: 10283.720410/2010-85 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10283.720472/2010-97 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
150 - Processo nº: 10880.927731/2014-01 - Recorrente: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10880.996930/2012-90 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10880.996932/2012-89 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 16306.721242/2011-05 - Recorrente: MORGAN STANLEY PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 16327.903402/2014-29 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 16682.901804/2015-21 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
156 - Processo nº: 10070.002840/2003-98 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10480.003108/2003-11 - Recorrente: FINAMBRAS HOLDING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 16692.720481/2014-76 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10830.900582/2006-19 - Recorrente: DRAFT I PARTICIPACOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
160 - Processo nº: 10680.901839/2013-31 - Recorrente: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10783.902277/2013-95 - Recorrente: FERTILIZANTES HERINGER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10805.720100/2007-29 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
163 - Processo nº: 13804.001192/2002-38 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 11831.000445/00-15 - Recorrente: ALFA PARTICIPACOES INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: DIVERSOS
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
165 - Processo nº: 13805.006726/93-23 - Embargante: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
166 - Processo nº: 11610.003103/2001-59 - Recorrente: DROGARIA SAO PAULO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
167 - Processo nº: 10920.001354/2005-66 - Recorrentes: SCHULZ S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
168 - Processo nº: 19740.000090/2006-05 - Recorrentes: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 23: DIVERSOS
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
169 - Processo nº: 10930.900899/2009-61 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10283.726610/2016-37 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
171 - Processo nº: 19515.720183/2016-87 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
172 - Processo nº: 12448.724685/2015-06 - Embargante: YOLANDA PARTICIPACOES S/A
TEMA 24: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
173 - Processo nº: 16641.720051/2014-50 - Recorrente: QUIP SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
174 - Processo nº: 10530.720043/2012-12 - Recorrente: SAVON INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 16327.720419/2012-81 - Recorrente: LIDERPRIME - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
176 - Processo nº: 12448.721942/2016-21 - Recorrente: PETRA ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: DIVERSOS
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
177 - Processo nº: 16327.000976/2004-71 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S/A A M e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
178 - Processo nº: 19515.002355/2007-46 - Recorrente: MARMARIS CAMBIO E TURISMO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
179 - Processo nº: 10660.720252/2013-61 - Recorrente: WINPARTS COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 26: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
180 - Processo nº: 14041.720086/2014-22 - Recorrentes: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
181 - Processo nº: 10983.721593/2016-54 - Recorrente: BERNARDETE ORSI & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 14751.720006/2015-11 - Recorrente: ELIBANEIDE PEREIRA WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 11624.720053/2014-33 - Recorrente: ABBATUR TURISMO E LOCACOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
184 - Processo nº: 19515.720430/2015-64 - Recorrentes: REAL COMERCIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10480.725748/2016-92 - Recorrente: MARINER COMERCIO E INDUSTRIA DE EMBARCACOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 27: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
186 - Processo nº: 10882.721447/2015-86 - Recorrentes: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
187 - Processo nº: 13971.723958/2015-21 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
188 - Processo nº: 16561.720017/2015-56 - Recorrente: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 28: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
189 - Processo nº: 14098.720037/2015-15 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 29: PENALIDADES
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
190 - Processo nº: 10320.001954/2009-17 - Embargante: LOJAS GABRYELLA LTDA
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
191 - Processo nº: 10930.901147/2010-51 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
192 - Processo nº: 10600.720076/2016-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMARCO MINERACAO S.A.
TEMA 30: PER/DCOMP
193 - Processo nº: 10880.689993/2009-97 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
194 - Processo nº: 10880.689976/2009-50 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10880.689977/2009-02 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10880.689978/2009-49 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10880.689979/2009-93 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10880.689980/2009-18 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10880.689981/2009-62 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10880.689983/2009-51 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10880.689984/2009-04 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10880.689985/2009-41 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10880.689986/2009-95 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10880.689987/2009-30 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10880.689988/2009-84 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10880.689989/2009-29 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10880.689990/2009-53 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10880.689991/2009-06 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10880.689992/2009-42 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10880.689994/2009-31 - Recorrente: CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
211 - Processo nº: 14033.003328/2008-71 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13971.720009/2006-07 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10880.913525/2012-44 - Recorrente: SE SUPERMERCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10880.901443/2006-17 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
215 - Processo nº: 10930.904414/2011-23 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

216 - Processo nº: 10930.904006/2011-71 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
217 - Processo nº: 10880.939479/2013-94 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
218 - Processo nº: 13149.000032/2003-23 - Recorrente: PASTORIL AGROPECUARIA COUTO MAGALHAES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 13603.902729/2012-17 - Recorrente: CNH INDUSTRIAL LATIN AMERICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10950.902657/2015-12 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
221 - Processo nº: 10880.907573/2014-65 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
222 - Processo nº: 11060.001066/2009-75 - Recorrente: TECMA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 11060.002030/2005-85 - Recorrente: TECMA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10768.720251/2007-71 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 31: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
225 - Processo nº: 16327.002216/2005-80 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10835.003027/2004-27 (item 86) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 87 a 93. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 87 a 93, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10835.000067/2006-89 (item 94) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 95 a 104. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 95 a 104, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CONCEITO DE INSUMO APLICÁVEL NA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES NÃO CUMULATIVAS
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
1 - Processo nº: 11516.720812/2013-12 - Recorrentes: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
2 - Processo nº: 13983.000102/2004-92 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10480.725293/2011-09 - Recorrente: TOTAL DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
4 - Processo nº: 10930.003134/2005-58 - Recorrentes: COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL e FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10930.003135/2005-01 - Recorrentes: COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL e FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10930.004000/2005-54 - Recorrentes: COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL e FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 16366.003273/2007-81 - Recorrentes: COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: AÇÕES JUDICIAIS - CONCOMITÂNCIA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
8 - Processo nº: 16327.720082/2013-92 - Recorrente: PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 16327.720236/2013-46 - Recorrente: PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: MULTA DE OFÍCIO - JUROS SOBRE MULTA DE OFÍCIO
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
10 - Processo nº: 19396.720018/2014-67 - Recorrentes: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: DIVERSOS
Relator(a): DEMES BRITO
11 - Processo nº: 16151.000513/2007-10 - Recorrente: ASSOCIACAO CEMITERIO ISRAELITA DE SP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 19515.000025/2003-92 - Recorrente: SOCIEDADE CEMITERIO ISRAELITA DE SAO PAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11075.000690/2006-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MONDELEZ BRASIL LTDA
14 - Processo nº: 16327.000137/2004-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUL AMERICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
15 - Processo nº: 19515.003210/2003-39 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: NULIDADE
Relator(a): DEMES BRITO
16 - Processo nº: 10940.001634/2004-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FOSFOREIRA BRASILEIRA S/A
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
17 - Processo nº: 11128.005667/97-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
18 - Processo nº: 11080.006963/2003-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JARZYNSKI ELETRICA LTDA - EPP

DIA 24 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: PIS/COFINS - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS E OUTRO
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
19 - Processo nº: 16561.720170/2013-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.
20 - Processo nº: 10880.722038/2013-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.
21 - Processo nº: 11080.732528/2012-67 - Recorrente: METRO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: PIS/PASEP E COFINS - BASE DE CÁLCULO
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
22 - Processo nº: 16327.000403/2010-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRADESCO-KIRTON CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Relator(a): DEMES BRITO
23 - Processo nº: 16327.000259/2010-98 - Recorrente: COINVALORES CORRET DE CAMBIO E VALS MOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
24 - Processo nº: 16682.720184/2010-16 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
25 - Processo nº: 16682.721525/2015-85 - Recorrente: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 16682.720511/2011-11 - Recorrentes: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A e FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 16682.721131/2013-65 - Recorrente: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10410.004618/2002-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A
Relator(a): DEMES BRITO
29 - Processo nº: 15758.000919/2008-83 - Recorrente: OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS TUR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
30 - Processo nº: 10680.724829/2011-12 - Recorrente: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
31 - Processo nº: 10980.001384/2006-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOTAL LINHAS AEREAS S.A
32 - Processo nº: 10280.720815/2008-29 - Recorrente: CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13807.002837/00-60 - Recorrente: VICUNHA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: BASE DE CÁLCULO - REMESSAS AO EXTERIOR - CIDE SOBRE ROYALTIES
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
34 - Processo nº: 16643.000419/2010-16 - Recorrentes: CLARO S.A. e FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16561.000067/2009-75 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: PROVA
Relator(a): DEMES BRITO
36 - Processo nº: 13656.720165/2012-81 - Recorrentes: ALCOA ALUMINIO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
37 - Processo nº: 19515.723091/2013-14 - Recorrentes: TERRA SANTA AGRO S.A. e FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10880.934559/2009-77 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10880.934560/2009-00 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.934561/2009-46 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10882.000819/2005-65 - Recorrente: BRASILGRAFICA S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11080.902279/2008-05 - Recorrente: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: COMPENSAÇÃO
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
43 - Processo nº: 11075.001568/2004-22 - Recorrentes: COOPERATIVA AGRICOLA URUGUAIANA LIMITADA e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13770.000087/2007-21 - Recorrente: RIO DOCE CAFE S/A - IMPORTADORA E EXPORTADORA - EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
45 - Processo nº: 13884.902375/2012-00 - Recorrente: EMBRAER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13971.901934/2009-71 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13971.902871/2009-71 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13971.907590/2009-12 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13971.907594/2009-92 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13971.908588/2009-52 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13971.908592/2009-11 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13971.908593/2009-65 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13971.908594/2009-18 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13896.902360/2008-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LASER SYSTEMS SERVICOS DE INFORMATICA E MICROFILMAGEM LTDA - EPP
56 - Processo nº: 13896.902362/2008-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LASER SYSTEMS SERVICOS DE INFORMATICA E MICROFILMAGEM LTDA - EPP
57 - Processo nº: 13896.902363/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LASER SYSTEMS SERVICOS DE INFORMATICA E MICROFILMAGEM LTDA - EPP
58 - Processo nº: 13896.902364/2008-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LASER SYSTEMS SERVICOS DE INFORMATICA E MICROFILMAGEM LTDA - EPP
59 - Processo nº: 13971.906442/2009-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KALOKA REPRESENTACOES LTDA. - EPP
60 - Processo nº: 13971.906443/2009-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KALOKA REPRESENTACOES LTDA. - EPP
61 - Processo nº: 13971.906679/2009-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KALOKA REPRESENTACOES LTDA. - EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

62 - Processo nº: 13971.906680/2009-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KALOKA REPRESENTACOES LTDA. - EPP

63 - Processo nº: 13971.902918/2009-04 - Recorrente: CARROCERIAS LINSHALM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13888.901013/2008-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROSSI, RASERA & CIA LTDA - EPP

65 - Processo nº: 13819.901034/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOHNSON CONTROLS DO BRASIL AUTOMOTIVE LTDA

66 - Processo nº: 14033.000211/2007-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV

Relator(a): DEMES BRITO

67 - Processo nº: 10314.001468/00-41 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10314.001472/00-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNILEVER BRASIL LTDA.

DIA 25 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: CLASSIFICAÇÃO

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

69 - Processo nº: 12466.003969/2008-18 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

70 - Processo nº: 12466.004263/2008-65 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

71 - Processo nº: 11050.002026/2003-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

72 - Processo nº: 11050.002554/2003-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KILLING S.A. TINTAS E ADESIVOS

73 - Processo nº: 11050.003145/2004-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KEMIA TAU DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICAS LTDA

Relator(a): DEMES BRITO

74 - Processo nº: 10711.002691/2005-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEAVIATION SERV AEROPORTUARIOS LTDA

75 - Processo nº: 11051.000379/2005-91 - Recorrente: AMERICAN QUIMICA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11968.001033/2008-21 - Recorrente: SUAPE PORCELANATO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 15165.000471/2011-73 - Recorrentes: VISUM SISTEMAS ELETRONICOS S/A e FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10111.000235/2007-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A

79 - Processo nº: 10111.000813/2007-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A

TEMA 12: TRIBUTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR - PENALIDADES E OUTROS

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

80 - Processo nº: 10983.722369/2011-75 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

81 - Processo nº: 11762.720010/2013-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: B A R COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

82 - Processo nº: 10314.720075/2011-91 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 11128.002137/2003-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: D-LOG BRASIL OPERADOR LOGISTICO MULTIMODAL LTDA

84 - Processo nº: 13855.003838/2008-10 - Recorrente: EMBRAT EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZENS E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10831.013196/2004-13 - Recorrente: DHL EXPRESS (BRAZIL) LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 13: RESSARCIMENTO/EXPORTAÇÃO/PIS/COFINS/APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

86 - Processo nº: 10835.003027/2004-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

87 - Processo nº: 15940.000293/2007-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

88 - Processo nº: 15940.000297/2007-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

89 - Processo nº: 15940.000298/2007-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

90 - Processo nº: 15940.000299/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

91 - Processo nº: 15940.000300/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

92 - Processo nº: 15940.000301/2007-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

93 - Processo nº: 15940.000302/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

94 - Processo nº: 10835.000067/2006-89 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

95 - Processo nº: 10835.000118/2004-19 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10835.000163/2005-46 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10835.000829/2005-66 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10835.000935/2003-88 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10835.001182/2004-17 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10835.001183/2004-53 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10835.001556/2005-77 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10835.003026/2004-82 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 15940.000295/2007-56 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 15940.000296/2007-09 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

105 - Processo nº: 10835.000068/2006-23 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 15940.000294/2007-10 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10835.000936/2003-22 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10835.002005/2003-69 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10835.002182/2004-26 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: IPI - CRÉDITO PRESUMIDO

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

110 - Processo nº: 10410.001165/98-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA AGROINDUSTRIAL VALE DO CAMARAGIBE

111 - Processo nº: 10410.001990/98-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA AGROINDUSTRIAL VALE DO CAMARAGIBE

112 - Processo nº: 10850.002365/2002-91 - Recorrente: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 13028.000005/2003-27 - Recorrente: LUPO MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 13028.000069/2003-28 - Recorrente: LUPO MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 11030.000556/2004-05 - Recorrente: LUPO MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 11030.002642/2004-44 - Recorrente: LUPO MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 11030.002643/2004-99 - Recorrente: LUPO MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 11030.000925/2005-32 - Recorrente: LUPO MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10920.001141/2003-72 - Recorrente: DOHLER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

120 - Processo nº: 12963.000024/2006-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCOA ALUMINIO S/A

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

121 - Processo nº: 10384.900073/2011-51 - Recorrente: ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10384.900133/2010-54 - Recorrente: ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10384.900138/2010-87 - Recorrente: ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10384.900141/2010-09 - Recorrente: ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10384.900142/2010-45 - Recorrente: ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10380.005581/2006-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CMS COMMODITY MAN SERVICES LTDA

127 - Processo nº: 13005.902169/2010-88 - Recorrente: CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 13603.901702/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S.A

129 - Processo nº: 10855.000911/2006-33 - Recorrente: METALUR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

130 - Processo nº: 10783.901514/2008-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A

DIA 26 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 15: EMBARGOS

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

131 - Processo nº: 11065.000412/2006-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

132 - Processo nº: 11065.000607/2005-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

133 - Processo nº: 11065.000609/2005-63 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

134 - Processo nº: 11065.002243/2005-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

135 - Processo nº: 11065.100233/2005-96 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

136 - Processo nº: 11065.000411/2006-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

137 - Processo nº: 11065.000608/2005-19 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

138 - Processo nº: 11065.002245/2005-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

139 - Processo nº: 11065.002840/2005-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

140 - Processo nº: 11065.004571/2004-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOEVA TECNOLOGIA EM EVA LTDA

TEMA 16: DECADÊNCIA

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

141 - Processo nº: 12452.000310/2010-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

142 - Processo nº: 16327.000838/2004-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HSBC CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

TEMA 17: PRAZO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

143 - Processo nº: 16327.000945/2005-00 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 13984.000515/00-81 - Recorrente: BATTISTELLA VEICULOS PESADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 13832.000041/00-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS ALBUQUERQUE LTDA - ME

146 - Processo nº: 13832.000090/2002-68 - Recorrente: MAROSCAR SECOS E MOLHADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 10855.000763/2002-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PONTES LOPES TRANSPORTES EXPRESSOS LTDA - EPP

148 - Processo nº: 13841.000005/99-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRATA TRANSPORTES LTDA

149 - Processo nº: 11962.000106/2001-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPERMERCADOS CALVI LTDA

150 - Processo nº: 10850.002831/2002-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VENTILADORES PRIMAVERA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 10980.726698/2017-19, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Abal Hermanos S.A., sediada em Gabriel Otero, 6462, apt. 101, Montevidéu, Uruguai
2) País de destino dos produtos	Paraguai
2.1) Empresa de destino dos produtos	Distribuidora Gloria S.R.L., sediada na Avenida Aviadores Del Chaco 2665, Assunção, Paraguai
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem box (Rígida)
4) Marca Comercial	Código de Barras
4.1) Chesterfield Remix KS e PRY	78413658
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 10980.726776/2017-77, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Philip Morris Products S.A., sediada na Quai Jeanrenaud 3, 2000, Neuchatel, Suiça
2) País de destino dos produtos	Bolívia
2.1) Empresa de destino dos produtos	Compañia Industrial de Tabacos S.A., sediada na Avenida Chacaltaya nº 2.141, Achachicala, La Paz, Bolívia
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem box (Rígida)
4) Marca Comercial	Código de Barras
4.1) Marlboro Fusion Blast KS e BOL	77768087
4.2) Marlboro (Red FWD) KS e BOL	77768520
4.3) Marlboro Gold KS e BOL	77768537
4.4) Marlboro Mega KS e BOL	77768452
4.5) Marlboro Ice Xpress KS e BOL	77767936
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 615, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO DA NORUEGA DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA E O CAPITAL. ALUGUEL DE EQUIPAMENTO INDUSTRIAL. ROYALTIES. INCIDÊNCIA.

O rendimento pago por fonte no Brasil para beneficiário residente ou domiciliado na Noruega a título de aluguel de equipamento auxiliar à extração de petróleo, inclusive veículos submarinos remotamente controlados, enquadra-se no conceito de concessão de uso de equipamento industrial do art. 12, § 3º, da Convenção Brasil-Noruega e está sujeito ao IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 98; Decreto nº 86.710, de 9 dezembro de 1981, art. 12, § 3º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda, art. 685, I.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Delega Competência

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 335, inciso II e 340, incisos XIII e XIV do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, pela Portaria RFB nº 244, de 15 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2009, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º - Delegar competência aos Delegados da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Brasília, Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília e da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Brasília e, nas suas ausências ou impedimentos aos respectivos substitutos, para aplicar a legislação de pessoal aos servidores diretamente subordinados, dar-lhes posse e exercício, inclusive em decorrência de nomeação para cargo em comissão e designação para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição.

Art. 2º A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer tempo e a seu critério, a decisão do assunto objeto de delegação, sem que isto implique em revogação parcial ou total deste ato.

Art. 3º - Determinar que sejam mencionados o número e a data desta Portaria em todos os atos praticados em função das competências delegadas.

Art.4º Esta portaria entra em vigência na data de sua publicação.

ONÁSSIS SIMÕES DA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.051, DE 27 DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CONCEITO DE RECEITAS RELATIVAS ÀS ATIVIDADES PRÓPRIAS DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO PARA GOZO DA ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 14, X, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.158-35, DE 2001. A Cofins incide à alíquota de 4% (quatro por cento) sobre os rendimentos financeiros decorrentes de recursos depositados em contas-correntes bancárias específicas de titularidade da consulente, relativos a convênios firmados por esta, que é, conforme seu estatuto, uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, sujeita ao regime de apuração não cumulativa no tocante às receitas provenientes de suas atividades não próprias, de vez que são isentas da aludida contribuição apenas as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim consideradas somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 403, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 111, II; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13, VIII, e 14, X; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º a 6º e 10; Lei nº 10.865, de 2004, art. 27, § 2º; Decreto nº 4.524, de 2002, arts. 9º, VIII, e 46, II; Decreto nº 8.426, de 2015; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, arts. 9º, VIII, e 47.

ROBERTO PETRÚCIO HERCULANO DE ALENCAR
Chefe
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Transfere e compartilha competências entre as Delegacias da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal e as suas respectivas Inspetorias e Agências subordinadas.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no D.O.U. de 11.10.2017, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25.02.1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06.09.1979, resolve:

Art.1º Transferir, até 31 de dezembro de 2019, as competências previstas nos incisos II, V e VII do art. 284 e nos incisos VI e VII do art. 286 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017 (Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil), para analisar os parcelamentos convencionais e especiais, preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal e preparar e encaminhar processos para inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, de cada Delegacia da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal para as suas Inspetorias e Agências subordinadas conforme Anexos IX e X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. As transferências estipuladas no caput se darão de forma concomitante para todas as respectivas Agências e Inspetorias subordinadas, e sem prejuízo do exercício, pela Delegacia jurisdicionante, das competências originariamente estabelecidas no Regimento Interno, de modo que o exercício das atividades decorrentes dessa transferência de competências ocorra de forma compartilhada entre todas as unidades da Delegacia, inclusive a própria sede.

Art.2º Compartilhar, na jurisdição de cada Delegacia, até 31 de dezembro de 2019, sem prejuízo da definição original, as competências previstas nos arts. 274, incisos I, II, VI e VII, e 275 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017 (Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil), das Inspetorias, Agências e Postos de Atendimento da Receita Federal do Brasil, entre si e com a Delegacia jurisdicionante.

Parágrafo único. O compartilhamento estipulado no caput se dará de forma concomitante para todas as respectivas Agências e Inspetorias subordinadas, e sem prejuízo do exercício, pela unidade jurisdicionante, das competências originariamente estabelecidas no Regimento Interno, de modo que o exercício destas atividades ocorra de forma compartilhada entre todas as unidades da Delegacia, inclusive a própria sede.

Art.3º Ao Delegado da Receita Federal do Brasil compete definir em Ordem de Serviço local os critérios de organização e distribuição das atividades previstas nos art. 1º e 2º, buscando a maior eficiência administrativa da sua Delegacia, bem como das suas Agências e Inspetorias subordinadas, respeitadas as atribuições legais dos cargos dos servidores em exercício nessas unidades.

Art.4º Deverão ser atendidas, nos termos dos arts. 1º e 2º, as solicitações de habilitações aos sistemas informatizados a servidores autorizados, se o único óbice à habilitação for a questão da jurisdição vinculada à unidade de exercício.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art.6º Ficam revogadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Portaria SRRF05 nº 266, de 17.11.2016, publicada no D.O.U. de 21.11.2016 e a Portaria SRRF05 nº 253, de 25.10.2016, publicada no D.O.U. de 28.10.2016.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 33, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Delega Competência.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no D.O.U. de 11.10.2017, em vigor a partir de 01.01.2018, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25.02.1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06.09.1979, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Delegar competência ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem, Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Belo Horizonte e ao Delegado da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes de Belo Horizonte, para praticarem os atos relacionados no artigo 340, inciso XIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme abaixo:

I - aplicar a legislação de pessoal aos servidores diretamente subordinados e ao pessoal subordinado a Unidades Administrativas que não sejam Unidades Gestoras, dar-lhes posse e exercício, inclusive em decorrência de nomeação para cargo em comissão e designação para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição.

Art. 2º A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer tempo e a seu critério, a decisão do assunto objeto de delegação, sem que isto implique em revogação parcial ou total deste ato.

Art. 3º Esta portaria entra em vigência na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados a partir de 02 de janeiro de 2018.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

PORTARIA Nº 34, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece o horário de atendimento das unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil no âmbito da 6ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 233, 283, 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2017 e tendo em vista o disposto nos art. 4º, 5º e 6º da Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016, resolve:

Art. 1º As unidades de atendimento no âmbito da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal (SRRF06) deverão adotar, nos dias úteis, o horário de atendimento ao contribuinte conforme definido e discriminado por unidade no Anexo Único da presente portaria.

Parágrafo Único. O contribuinte que possuir senha e se encontrar no interior das instalações de uma das unidades da RFB de que trata o caput após o horário de encerramento do atendimento deverá ser atendido no mesmo dia.

Art. 2º. Nas unidades em que vigorar o horário de atendimento ao contribuinte de doze horas ininterruptas, o atendimento será realizado em regime de turnos ou escalas.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, fica autorizado aos servidores que prestam serviço de atendimento ao público cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, dispensado o intervalo para refeições, nos termos do art. 3º do Decreto nº 1.590, de 1995, com a redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 2003.

Art. 3º As unidades da RFB de que trata a presente Portaria deverão promover ampla divulgação dos horários de atendimento de sua circunscrição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria SRRF06 nº 1, de 02 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 04 de janeiro de 2018.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ANEXO ÚNICO

Delegacia	Unidade de atendimento	Período de atendimento	Horário de atendimento
DRF/ Belo Horizonte	CAC/Contorno	12 horas	07:00 às 19:00
	CAC/Afonso Pena	12 horas	07:00 às 19:00
	ARF/Conselheiro Lafaiete	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Ouro Preto	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Coronel Fabriciano	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/João Monlevade	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Itabira	04 horas	13:00 às 17:00
ALF/Belo Horizonte	CAC/Confins	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Contagem	CAC/Contagem	12 horas	07:00 às 19:00
	ARF/Betim	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Divinópolis	CAC/Divinópolis	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Bom Despacho	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Campo Belo	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Formiga	06 horas	11:00 às 17:00
	ARF/Itaúna	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Oliveira	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Para de Minas	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Passos	06 horas	11:00 às 17:00
DRF/Governador Valadares	CAC/Governador Valadares	06 horas	11:00 às 17:00
	ARF/Almenara	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Caratinga	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Manhuaçu	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Teófilo Otoni	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Juiz de Fora	CAC/Juiz de Fora	12 horas	07:00 às 19:00
	ARF/Barbacena	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Cataguases	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Muriaé	04 Horas	13:00 às 17:00
	ARF/Ponte Nova	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/São João Del Rei	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Ubá	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Montes Claros	CAC/Montes Claros	05 horas	12:00 às 17:00
	ARF/Janaúba	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Poços de Caldas	CAC/Poços de Caldas	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Guaxupé	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/ São Sebastião do Paraíso	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Sete Lagoas	CAC/Sete Lagoas	06 horas	11:00 às 17:00
	ARF/Curvelo	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Paracatu	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Diamantina	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Pedro Leopoldo	06 horas	11:00 às 17:00
DRF/Uberaba	CAC/Uberaba	06 horas	09:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00
	ARF/Araxá	06 horas	09:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00
	ARF/Frutal	06 horas	09:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00
DRF/Uberlândia	CAC/Uberlândia	12 horas	07:00 às 19:00
	ARF/Araguari	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Ituiutaba	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Pato de Minas	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Patrocínio	04 horas	13:00 às 17:00
DRF/Varginha	CAC/Varginha	06 horas	12:00 às 18:00
	ARF/Alfenas	06 horas	9:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00
	ARF/Itajubá	04 horas	13:00 às 17:00
	ARF/Lavras	06 horas	9:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00
	ARF/Pouso Alegre	05 horas	9:00 às 11:30 e de 13:30 às 16:00
	ARF/São Lourenço	08 horas	09:00 às 17:00

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.071, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

EMENTA: ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA. GANHO DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS. BENEFÍCIO DA LEI Nº 11.196, DE 2005. SOCIEDADE CONJUGAL. 1) O prazo para nova utilização do gozo da isenção do Imposto sobre a Renda, incidente sobre o ganho auferido com a alienação de imóvel residencial, é de 5 (cinco) anos, contado da data da anterior alienação, mesmo que sob a constância da sociedade conjugal. 2) O fato de que a anterior alienação, com fruição da isenção pelo beneficiário, tenha se dado na constância da sociedade conjugal e a nova alienação tenha sido após a dissolução do casamento, não altera o prazo para nova utilização do benefício, já que a isenção é direcionada à pessoa física de cada cônjuge e não à sociedade conjugal. 3) Nas transações efetuadas na constância da sociedade conjugal, em regime de comunhão universal ou parcial, relativamente aos bens comuns cada cônjuge deve considerar 50% (cinquenta por cento) do ganho de capital.DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 642, DE 27/12/2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196/2005, art. 39, § 5º; Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014, arts. 4º e 10, inciso I; Perguntas e Respostas IRPF 2016, questão nº 590.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.072, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: ADIANTAMENTO A FORNECEDORES. REGIME NÃO CUMULATIVO. VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE. As variações monetárias ativas dos direitos de crédito em função da taxa de câmbio são consideradas, para efeitos da legislação da Cofins, como receitas financeiras, devendo integrar a base de cálculo dessa contribuição. Por representarem direitos da consulente contra o fornecedor localizado no exterior, os adiantamentos a esses fornecedores não se enquadram no art. 1º, § 3º, II, do Decreto nº 8.426, de 2015, para efeito de alíquota zero da Cofins incidente sobre a variação cambial ativa relativa a esses direitos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 652, DE 27/12/2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718/1998, art. 9º; Lei nº 10.833/2003, art. 1º, caput, §§ 1º e 2º; Medida Provisória nº 2.158-35/2001, art. 30; Decreto nº 5.442/2005; Decreto nº 8.426/2015, art. 1º, § 3º; Parecer Normativo CST nº 108/1978; Parecer Normativo CST nº 1/1983.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: ADIANTAMENTO A FORNECEDORES. REGIME NÃO CUMULATIVO. VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE. As variações monetárias ativas dos direitos de crédito em função da taxa de câmbio são consideradas, para efeitos da legislação da Contribuição para o PIS/Pasep, como receitas financeiras, devendo integrar a base de cálculo dessa contribuição. Por representarem direitos da consulente contra o fornecedor localizado no exterior, os adiantamentos a esses fornecedores não se enquadram no art. 1º, § 3º, II, do Decreto nº 8.426, de 2015, para efeito de alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a variação cambial ativa relativa a esses direitos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 652, DE 27/12/2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718/1998, art. 9º; Lei nº 10.637/2002, art. 1º, caput, §§ 1º e 2º; Medida Provisória nº 2.158-35/2001, art. 30; Decreto nº 5.442/2005; Decreto nº 8.426/2015, art. 1º, § 3º; Parecer Normativo CST nº 108/1978; Parecer Normativo CST nº 1/1983.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.073, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: ADIANTAMENTO A FORNECEDORES. REGIME NÃO CUMULATIVO. VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE. As variações monetárias ativas dos direitos de crédito em função da taxa de câmbio são consideradas, para efeitos da legislação da Cofins, como receitas financeiras, devendo integrar a base de cálculo dessa contribuição. Por representarem direitos da consulente contra o fornecedor localizado no exterior, os adiantamentos a esses fornecedores não se enquadram no art. 1º, § 3º, II, do Decreto nº 8.426, de 2015, para efeito de alíquota zero da Cofins incidente sobre a variação cambial ativa relativa a esses direitos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 652, DE 27/12/2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718/1998, art. 9º; Lei nº 10.833/2003, art. 1º, caput, §§ 1º e 2º; Medida Provisória nº 2.158-35/2001, art. 30; Decreto nº 5.442/2005; Decreto nº 8.426/2015, art. 1º, § 3º; Parecer Normativo CST nº 108/1978; Parecer Normativo CST nº 1/1983.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: ADIANTAMENTO A FORNECEDORES. REGIME NÃO CUMULATIVO. VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE. As variações monetárias ativas dos direitos de crédito em função da taxa de câmbio são consideradas, para efeitos da legislação da Contribuição para o PIS/Pasep, como receitas financeiras, devendo integrar a base de cálculo dessa contribuição. Por representarem direitos da consulente contra o fornecedor localizado no exterior, os adiantamentos a esses fornecedores não se enquadram no art. 1º, § 3º, II, do Decreto nº 8.426, de 2015, para efeito de alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a variação cambial ativa relativa a esses direitos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 652, DE 27/12/2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718/1998, art. 9º; Lei nº 10.637/2002, art. 1º, caput, §§ 1º e 2º; Medida Provisória nº 2.158-35/2001, art. 30; Decreto nº 5.442/2005; Decreto nº 8.426/2015, art. 1º, § 3º; Parecer Normativo CST nº 108/1978; Parecer Normativo CST nº 1/1983.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.074, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

EMENTA: DEVOLUÇÃO DO CAPITAL EM DINHEIRO. REGIME DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA (RERCT). RECOLHIMENTO MENSAL OBRIGATÓRIO (CARNÊ-LEÃO). DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. TABELA PROGRESSIVA. Devolução de capital, correspondente à participação acionária regularizada no âmbito do RERCT, de pessoa jurídica situada no exterior, recebida por pessoa física residente no Brasil, transferidos ou não para o País, está sujeita à tributação sob a forma de recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), no mês do recebimento, e na Declaração de Ajuste Anual, calculados conforme as tabelas progressivas mensal e anual, respectivamente. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 678, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 43; Lei nº 7.713/1988, arts. 1º a 3º; Medida Provisória nº 2.158-35/2001, art. 24; Decreto nº 3.000/1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), art. 39, XLVI, art. 117, caput e § 4º; IN RFB nº 1.037/2010, art. 1º, caput e incisos LIII e LXV; IN SRF nº 208/2002, art. 1º, § 1º e art. 16; IN RFB nº 1.627/2016, arts. 3º, inciso IV, 7º, § 3º, inciso III, 15 e 16.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.075, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

EMENTA: DEVOLUÇÃO DO CAPITAL EM DINHEIRO. REGIME DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA (RERCT). RECOLHIMENTO MENSAL OBRIGATÓRIO (CARNÊ-LEÃO). DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. TABELA PROGRESSIVA. Devolução de capital, correspondente à participação acionária regularizada no âmbito do RERCT, de pessoa jurídica situada no exterior, recebida por pessoa física residente no Brasil, transferidos ou não para o País, está sujeita à tributação sob a forma de recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), no mês do recebimento, e na Declaração de Ajuste Anual, calculados conforme as tabelas progressivas mensal e anual, respectivamente. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 678, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 43; Lei nº 7.713/1988, arts. 1º a 3º; Medida Provisória nº 2.158-35/2001, art. 24; Decreto nº 3.000/1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), art. 39, XLVI, art. 117, caput e § 4º; IN RFB nº 1.037/2010, art. 1º, caput e incisos LIII e LXV; IN SRF nº 208/2002, art. 1º, § 1º e art. 16; IN RFB nº 1.627/2016, arts. 3º, inciso IV, 7º, § 3º, inciso III, 15 e 16.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Declara baixada a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) .

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a delegação de competência consubstanciada no art. 1º da Portaria DRF/NIT nº 106, de 23 de setembro de 2017, publicada no D.O.U. de 26 de setembro de 2017, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição nº 01.956.415/0001-04 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica NOVA CONTINENTAL SERVÍÇOS TÉCNICOS LTDA - ME, por motivo de inexistência de fato, tendo em vista o disposto no inciso II, alínea "b.1", do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio 2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.722.270/2017-31.

MARCIO DE PAULA VIEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Declara baixada a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a delegação de competência consubstanciada no art. 1º da Portaria DRF/NIT nº 106, de 23 de setembro de 2017, publicada no D.O.U. de 26 de setembro de 2017, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição nº 00.069.372/0001-74 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica SENIOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, por motivo de inexistência de fato, tendo em vista o disposto no inciso II, alínea "b.1", do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio 2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.722.275/2017-63.

MARCIO DE PAULA VIEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Declara baixada a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a delegação de competência consubstanciada no art. 1º da Portaria DRF/NIT nº 106, de 23 de setembro de 2017, publicada no D.O.U. de 26 de setembro de 2017, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição nº 02.352.907/0001-45 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica NB SERVICE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - ME, por motivo de inexistência de fato, tendo em vista o disposto no inciso II, alínea "b.1", do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio 2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.723.044/2017-77.

MARCIO DE PAULA VIEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara INAPTIDÃO da inscrição de pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória - ES, com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (D.O.U. De 28/12/2012), e, no uso da competência prevista no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, nos termos dos artigos 42, I da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando o constante do processo administrativo nº 15578.720210/2017-15, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTIDÃO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica DNA DISTRIBUIDORA NECTAR DE AGUA LTDA, CNPJ 08.798.797/0001-26 pelo fato da empresa não ter sido localizada no endereço constante da base do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ato.

PAULO SÉRGIO RAMOS NICOLAO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara INAPTIDÃO da inscrição de pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória - ES, com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (D.O.U. De 28/12/2012), e, no uso da competência prevista no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, nos termos dos artigos 42, I da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando o constante do processo administrativo nº 15578.720211/2017-51, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTIDÃO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica FERNANDES COMERCIO VAREJISTA DE CAMA, MESA E BANHO LTDA ME, CNPJ 13.166.724/0001-51, pelo fato da empresa não ter sido localizada no endereço constante da base do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ato.

PAULO SÉRGIO RAMOS NICOLAO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara INAPTIDÃO da inscrição de pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória - ES, com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (D.O.U. De 28/12/2012), e, no uso da competência prevista no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, nos termos dos artigos 42, I da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando o constante do processo administrativo nº 15578.720212/2017-04, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTIDÃO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica R.M.G. FERREIRA DO AMARAL -ME, CNPJ 27.097.120/0001-05, pelo fato da empresa não ter sido localizada no endereço constante da base do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ato.

PAULO SÉRGIO RAMOS NICOLAO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 12, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Delega Competência

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no D.O.U. de 11.10.2017, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25.02.1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06.09.1979, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em São Paulo, para praticar os atos relacionados no artigo 340, inciso XIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme abaixo:

I - aplicar a legislação de pessoal aos servidores diretamente subordinados e ao pessoal subordinado a Unidades Administrativas que não sejam Unidades Gestoras, dar-lhes posse e exercício, inclusive em decorrência de nomeação para cargo em comissão e designação para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição.

Art. 2º A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer tempo e a seu critério, a decisão do assunto objeto de delegação, sem que isto implique em revogação parcial ou total deste ato.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARRETO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 15, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Transfere, temporariamente, competências entre Unidades no âmbito da 8ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Transferir para a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Sebastião (IRF/SSO) as atividades relativas ao controle e cobrança de créditos tributários e a orientação e análise tributária de incumbência regimental da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos (DRF/SJC).

Art. 2º A competência constante do artigo anterior será exercida sem prejuízo da competência original atribuída à DRF/SJC.

Art. 3º Compete à DRF/SJC coordenar a distribuição dos trabalhos relativos ao artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União , com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018 e vigência até 31 de dezembro de 2019.

MARCELO BARRETO DE ARAUJO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

A ASSISTENTE DO INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria ALF/SPO nº 816, de 17 de agosto de 2015, publicada no DOU de 19 de agosto de 2015, resolve:

Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO
126.228.228-47	CECIDIO FERREIRA LIMA JUNIOR	10314.722942/2017-19
294.440.308-73	DANIELE MANAF CORREIA	10314.723064/2017-59
371.299.118-59	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	10314.723072/2017-03
481.919.608-18	CAYKE DE SOUZA CARVALHO	10314.723112/2017-17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO
286.626.738-99	RODRIGO SEGURADO ALVES PEREIRA	10314.723128/2017-11
188.757.978-89	CARLOS HENRIQUE REIS	10880.734902/2017-95

Cancelar, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições, em virtude da inclusão dos interessados no Registro de Despachantes Aduaneiros:

CPF	NOME	PROCESSO
286.626.738-99	RODRIGO SEGURADO ALVES PEREIRA	10314.723128/2017-11
188.757.978-89	CARLOS HENRIQUE REIS	10880.734902/2017-95

ADRIANA KEIKO MIYAKE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II o art. 340 Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e considerando o dossiê nº 10010.007677/0118-04, declara:

Art. 1º Cancelada a Certidão Negativa nº 552016/88888256, emitida em 08/03/2016, com validade até 04/09/2016, em nome de JOSEFA RAMON DA SILVA E S/MD, CEI nº 60.012.64256/65, por ter tido a área de construção posteriormente modificada pela Prefeitura Municipal de Guarulhos.

Art 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO MARQUES DE MACEDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial de bebidas alcoólicas para o estabelecimento produtor/engarrafador que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e da competência expressa estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, que dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas, e tendo em vista o disposto no art. 8º, I, c/c o art. 3º, § 1º, V dessa IN, considerando que a inscrição no CNPJ do contribuinte abaixo identificado encontra-se baixada por motivo de extinção por encerramento da liquidação voluntária e, considerando o que consta no eDossiê nº 10010.004953/1015-12, declara:

Art.1º Cancelados os registros especiais para a atividade de produtor sob nº 08114/0018, concedido pelo ADE nº 36 de 12 de novembro de 2015, e para a atividade de engarrafador sob nº 08114/0019, concedido pelo ADE nº 37 de 12 de novembro de 2015, ambos emitidos por esta delegacia e publicados no DOU de 16 de novembro de 2015, do estabelecimento abaixo identificado:

Nome empresarial	CNPJ	Endereço
Bruno Kosimenko Ferrari Indústria de Bebidas - ME	21.392.652/0001-99	R Oratório, 2735 / 2737 - Pq N Oratório - Santo André - SP CEP 09251-000

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos DRF/SAE nº 36 e 37, ambos de 12/11/2015, publicados no DOU de 16/11/2015.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial de bebidas alcoólicas para o estabelecimento produtor/engarrafador que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e da competência expressa estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, que dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas, e tendo em vista o disposto no art. 8º, I, c/c o art. 3º, § 1º, V dessa IN, considerando que a inscrição no CNPJ do contribuinte abaixo identificado encontra-se baixada por motivo de extinção por encerramento da liquidação voluntária e, considerando o que consta no processo administrativo nº 10805.000921/2010-41, declara:

Art.1º Cancelados os registros especiais para a atividade de produtor sob nº 08114/0011, concedido pelo ADE nº 15 de 16 de fevereiro de 2011, e para a atividade de engarrafador sob nº 08114/0016, concedido pelo ADE nº 16 de 12 de fevereiro de 2011, ambos emitidos por esta delegacia e publicados no DOU de 25 de fevereiro de 2011, do estabelecimento abaixo identificado:

Nome empresarial	CNPJ	Endereço
Regiane Falchi Netto - ME	10.367.905/0001-58	Av Araucária, 368 - Pq N Oratório - Santo André - SP -CEP 09251-040

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos DRF/SAE nº 15 e 16, ambos de 12/02/2011, publicados no DOU de 25/02/2011.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 127, de 29 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 10 de janeiro de 2018, Seção 1, Pág 48: Onde se lê: "Nº 127", Leia-se: "Nº 125" e, Onde se lê: "GP 08190/00125", Leia-se: "GP 08190/0623"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 53, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Transfere, temporariamente, de forma concorrente competências entre unidades da 9ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência prevista no inciso IV, do artigo 335, e tendo em vista as atribuições definidas nos artigos 299, 300 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil/RI, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, e a jurisdição aduaneira estabelecida pela Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria RFB nº 3300, de 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art.1° Atribuir às unidades descentralizadas da 9ª Região Fiscal, listadas no Anexo Único, competência concorrente, até 30 de junho de 2018, para:

I - Dar prosseguimento às auditorias fiscais e ações de combate à fraude no pós-despacho, objeto de Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal/TDPF, iniciadas até 31 de dezembro de 2017;

II - Analisar os requerimentos de habilitação da pessoa física responsável por pessoa jurídica importadora, exportadora ou internadora da Zona Franca de Manaus (ZFM), para a prática de atos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), e de revisão de estimativa, estabelecidos pela IN RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, protocolizados até a publicação desta portaria.

Art. 2º Convalidar os atos praticados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REINADO CESAR MOSCATO

ANEXO ÚNICO

Unidade
ALF-Porto de Itajaí
ALF-Porto de Paranaguá
ALF-Porto de São Francisco do Sul
ALF-Dionísio Cerqueira
ALF-Foz do Iguaçu
DRF-Joinville
DRF-Blumenau
DRF-Joaçaba
DRF-Lages
DRF-Londrina
DRF-Maringá
DRF-Cascavel
IRF-Guaíra
IRF-Santa Helena
IRF-Imbituba

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), delegada nos termos do art. 5º da Portaria DRF/CVL/PR nº 33, de 07/07/2016 (DOU de 13/07/2016), e tendo em vista o disposto nos artigos 29 inciso IV e 33, § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 10935.725865/2017-41 resolve:

Art. 1º Declarar a baixa da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 00.535.584/0001-08, W SIEBENEIHLER & CIA LTDA - ME na data de seu cancelamento por inatividade na JUCEPAR.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 22/09/2009.

CLAIR MARCOS LARSEN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Declara anulada a Certidão Negativa de Débitos 0B46.E5F4.9742.DB8B emitida em 05/01/2018, para o contribuinte NILO MACHADO FAGUNDES, CPF 039.743.160-00.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria 430, de 09/10/2017, retificada em 28/12/2017, e pela competência atribuída pelo art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB 1751, publicada no DOU em 03/10/2014, resolve:

Art. 1º Declarar anulada a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, sob número 0B46.E5F4.9742.DB8B, emitida em 05/01/2018, pela ARF/ALEGRETE-RS, em favor do contribuinte NILO MACHADO FAGUNDES, CPF 039.743.160-00.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), com efeito retroativo a 05/01/2018.

CLAUDIR LUIS RUEDELL

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 10, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.004278/2017-59 e Juntada nº 0091526, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o Convênio de Adesão celebrado entre a SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A., CNPJ nº 26.176.436/0001-20, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios II, CNPB n° 2009.0005-11, e a BRF Previdência.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 15, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.007449/2017-00 e Juntada nº 0091532, resolve:

Art. 1º Aprovar o 3º termo aditivo a convênio de adesão da empresa Sehneider Electric Brasil Ltda., CNPJ nº 82.743.287/0001-04, na condição de patrocinadora do Plano de Benefício Schneider, CNPB nº 2006.0040-11, e a entidade Itaú Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Indefere o pleito nº 017/2017 de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB, para CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM E UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.100398/2017-23, resolvem:

Art. 1º Indeferir a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB nº 017/2017, referente ao produto CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM E UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM, pelos fundamentos expostos na Nota Técnica nº 135/2017-SEI-CGEL/DEICT/SDCI e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, III, e 170, VII, da Constituição Federal, nos parágrafos 6º e 7º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e no art. 6º, IV e § 2º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "FECHADURA ELÉTRICA", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.100157/2017-84, de 9 de março de 2017, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto FECHADURA ELÉTRICA, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 267, de 23 de agosto de 2005, passa a ser o seguinte:

I - estampagem das peças metálicas, quando aplicável;
II - tratamento superficial, quando aplicável;
III - injeção de peças plásticas;
IV - trefilação dos fios de cobre;
V - trefilação do perfil ou injeção de alumínio do cilindro, conforme o caso.
VI - bobinamento nos carreteis;
VII - fixação das bobinas no suporte;
VIII - fixação do suporte das bobinas na caixa;
IX - fixação do cilindro (miolo) externo na tampa, quando aplicável;
X - fixação de acabamento plástico na tampa, quando aplicável;
XI - fixação do cilindro (miolo) interno na caixa, quando aplicável;
XII - montagem do conjunto lingueta;
XIII - fixação do conjunto da lingueta na caixa;
XIV - fixação das demais peças na caixa; e
XV - fixação da tampa na caixa.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as dos incisos I, II, IV e V, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiro, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 267, de 23 de agosto de 2005.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR", industrializado no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001830/2016-13, de 2 de dezembro de 2016, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, industrializado no País, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 85, de 29 de abril de 2014, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuitos impresso, que implementem as funções de processamento central (placa-mãe) e memória, sendo que, quando a placa-mãe for do tipo monoprocessada, deverão ser montadas as placas de rede local e fax-modem, conforme cronograma estabelecido no inciso III do art. 4º.
II - montagem das partes elétricas e mecânicas; e
III - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico estabelecido nesta Portaria, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso III, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, as unidades digitais montadas em um mesmo corpo ou gabinete dotadas de placa mono ou multiprocessada (placa-mãe) montada com componentes, sendo a multiprocessada dotada de pelo menos 2 (dois) soquetes individuais para processadores independentes, ou microprocessadores independentes montados em placas com barramento de conexão à placa-mãe.

§ 1º Adicionalmente ao estabelecido no caput o servidor deve apresentar características da seguinte configuração mínima:

I - capacidade de gerenciar no mínimo 4 Gigabytes de memória - ECC (Error Correction Code), e também utilizar memória com tecnologia ECC na sua configuração;
II - interface de comunicação para unidades de discos rígidos com taxa de transferência mínima de 160 MByte/s;
III - possibilidade de configuração mínima de armazenamento de memória em unidades de disco rígido de 160 Gbytes do tipo hot swap; e
IV - possibilidade de estabelecer espelhamento mirroring ou outras tecnologias de recuperação automática de dados armazenados em unidades de disco rígido.

§ 2º Ficam dispensados de atender o inciso III do § 1º os servidores que, por configuração para aplicações específicas, não disponham do recurso hot-swap como servidores do tipo Diskless, Clusters de Load Balancing para servidores Web, Clusters para computação de alto desempenho, servidores de pequeno e médio porte para aplicações de baixa criticidade em geral que contenham apenas um disco interno, servidores tipo blades entre outras configurações para aplicações específicas.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no caput do art. 1º ficam temporariamente dispensados da montagem local, observado o disposto no art. 4º, os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades:

I - unidade de discos magnéticos rígidos e flexíveis;
II - unidade de disco óptico;
III - fonte de alimentação;
IV - gabinete;
V - placas com função de memória secundária utilizadas em placas controladoras de vídeo e de discos;
VI - leitor biométrico; e
VII - sensor de impacto.

Art. 4º Para o cumprimento do disposto no caput do art. 1º ficam estabelecidos os seguintes cronogramas de utilização de componentes, partes e peças produzidos conforme os respectivos Processos Produtivos Básicos, cujos percentuais serão estabelecidos tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados nas unidades digitais de processamento do tipo servidor, produzidas e incentivadas no ano calendário:

I - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implemente a função de processamento central (placa-mãe):

Ano calendário	Percentual mín.
Placas monoprocessadas	90%
Placas multiprocessadas	20%

II - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória, produzidas de acordo com seu Processo Produtivo Básico, no percentual mínimo de 80% (oitenta por cento);

III - Placas de rede utilizadas nos servidores monoprocessados, no percentual mínimo de 80% (oitenta por cento);

IV - Componentes que atuem com a função de memória (circuito integrado DRAM ou LPDRAM), produzidos de acordo com seu Processo Produtivo Básico, no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);

V - Unidades de armazenamento de dados em estado sólido - módulo SSD (Solid State Drive):

Ano calendário	2017	2018	2019	2020 em diante
Percentual mínimo exigido com PPB específico	-	40%	60%	80%

VI - As placas de interfaces de comunicação com tecnologia sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, WiMax), destinadas às UNIDADES DE PROCESSAMENTO MONTADAS EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, deverão ser montadas, tomando como base a quantidade de utilização dessas placas, no ano calendário, no percentual mínimo de 80% (oitenta por cento).

§ 1º Ficam dispensados das obrigatoriedades constantes deste artigo os circuitos integrados que implementem a função de memória, com as seguintes funções presentes nas placas-mãe: Basic Input-Output system - BIOS; Graphics Double Data Rate - GDDR; e Cache.

§ 2º Os servidores monoprocessados que tiverem as funções descritas no inciso III do art. 4º implementadas na placa-mãe terão seus percentuais equivalentes considerados atendidos.

§ 3º Os servidores multiprocessados estão dispensados do cumprimento estabelecido no inciso III do art. 4º.

§ 4º Alternativamente ao disposto no cronograma estabelecido no inciso I do art. 4º a empresa poderá optar por substituir a montagem das placas multiprocessadas, nos mesmos percentuais dos servidores produzidos e incentivados, com placas multiprocessadas, pela utilização de uma ou mais das alternativas abaixo, isolada ou combinadamente, produzidas de acordo com seu Processo Produtivo Básico:

I - gabinete;
II - fonte de alimentação,
III - disco rígido,
IV - circuitos impressos utilizados na placa de circuito impresso que implemente a função de processamento central (placa-mãe); ou
V - etiquetas de fabricação local com dispositivo de identificação por rádio frequência (RFID).

§ 5º O percentual complementar de placas monoprocessadas não montadas no País a que se refere o inciso I do art. 4º está limitado, em termos de quantidade, a 6.000 (seis mil) unidades por ano e por fabricante.

§ 6º Ficam dispensados da obrigatoriedade constante nos incisos I e II do caput do art. 1º os respectivos percentuais complementares estabelecidos no art. 4º.

Art. 5º Caso os percentuais estabelecidos no art. 4º não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A diferença residual a que se refere o caput não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção, comercializada com o incentivo fiscal do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

§ 2º Excepcionalmente para o ano de 2016 e exclusivamente para as placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memória) descritas no inciso II do art. 4º, a diferença residual de que trata o § 1º deste artigo poderá ser de até 30% (trinta por cento), limitada a 3 (três) mil módulos de memória, desde que a empresa cumpra a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo das obrigações correntes nos anos calendário respectivos.

§ 3º Para o ano de 2018, as empresas poderão, exclusivamente no que se refere à exigência de utilização de unidades de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive), estabelecida pelo inciso V do art. 4º, optar por antecipar o cumprimento da obrigação, de modo que cada unidade do componente utilizada no ano de 2017 acarretará crédito de uma unidade a ser deduzido da obrigação atinente ao ano calendário subsequente.

Art. 6º As empresas fabricantes deverão apresentar, quando aplicável, autorização do cedente da tecnologia quando da habilitação da empresa à redução ou isenção do IPI, prevista no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 7º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar à Secretaria de Política de Informática - SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e à Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, até 31 de maio do ano posterior, relatório consolidado com as seguintes informações:

I - insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

II - identificação do fabricante fornecedor (Razão Social e CNPJ);

III - quantidade de UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, comercializadas com e sem incentivos; e

IV - informações referentes à utilização dos percentuais, previstos nesta Portaria.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas em mídia digital (CD, DVD, Pendrive etc.) acompanhadas de uma correspondência com aviso de recebimento (AR).

§ 2º O não envio das informações acima citadas por parte da empresa, ressalvado o direito de defesa, bem como o não cumprimento dos percentuais estabelecidos nesta Portaria caracterizará o não cumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 8º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 85, de 29 de abril de 2014.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.001830/2016-13, de 2 de dezembro de 2016, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, produzido na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 84, de 29 de abril de 2014, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuitos impresso, que implementem as funções de processamento central (placa-mãe) e memória, sendo que, quando a placa-mãe for do tipo monoprocessada, deverão ser montadas as placas de rede local e fax-modem, conforme cronograma estabelecido no inciso III do art. 4º.

II - montagem das partes elétricas e mecânicas; e

III - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico estabelecido nesta Portaria, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso III, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, as unidades digitais montadas em um mesmo corpo ou gabinete dotadas de placa mono ou multiprocessada (placa-mãe) montada com componentes, sendo a multiprocessada dotada de pelo menos 2 (dois) soquetes individuais para processadores independentes, ou microprocessadores independentes montados em placas com barramento de conexão à placa-mãe.

§ 1º Adicionalmente ao estabelecido no caput o servidor deve apresentar características da seguinte configuração mínima:

I - capacidade de gerenciar no mínimo 4 Gigabytes de memória - ECC (Error Correction Code), e também utilizar memória com tecnologia ECC na sua configuração;

II - interface de comunicação para unidades de discos rígidos com taxa de transferência mínima de 160 MByte/s;

III - possibilidade de configuração mínima de armazenamento de memória em unidades de disco rígido de 160 Gbytes do tipo hot swap; e

IV - possibilidade de estabelecer espelhamento mirroring ou outras tecnologias de recuperação automática de dados armazenados em unidades de disco rígido.

§ 2º Ficam dispensados de atender o inciso III do § 1º os servidores que, por configuração para aplicações específicas, não disponham do recurso hot-swap como servidores do tipo Diskless, Clusters de Load Balancing para servidores Web, Clusters para computação de alto desempenho, servidores de pequeno e médio porte para aplicações de baixa criticidade em geral que contenham apenas um disco interno, servidores tipo blades entre outras configurações para aplicações específicas.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no caput do art. 1º ficam temporariamente dispensados da montagem local, observado o disposto no art. 4º, os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades:

I - unidade de discos magnéticos rígidos e flexíveis;

II - unidade de disco óptico;

III - fonte de alimentação;

IV - gabinete;

V - placas com função de memória secundária utilizadas em placas controladoras de vídeo e de discos;

VI - leitor biométrico; e

VII - sensor de impacto.

Art. 4º Para o cumprimento do disposto no caput do art. 1º ficam estabelecidos os seguintes cronogramas de utilização de componentes, partes e peças produzidos conforme os respectivos Processos Produtivos Básicos, cujos percentuais serão estabelecidos tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados nas unidades digitais de processamento do tipo servidor, produzidas e incentivadas no ano calendário:

I - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implemente a função de processamento central (placa-mãe):

Ano calendário	Percentual mín.
Placas monoprocessadas	90%
Placas multiprocessadas	20%

II - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória, produzidas de acordo com seu Processo Produtivo Básico, no percentual mínimo de 80% (oitenta por cento);

III - Placas de rede utilizadas nos servidores monoprocessados, no percentual mínimo de 80% (oitenta por cento);

IV - Componentes que atuem com a função de memória (circuito integrado DRAM ou LP-DRAM), produzidos de acordo com seu Processo Produtivo Básico, no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);

V - Unidades de armazenamento de dados em estado sólido - módulo SSD (Solid State Drive):

Ano calendário	2017	2018	2019	2020 em diante
Percentual mínimo exigido com PPB específico	-	40%	60%	80%

VI - As placas de interfaces de comunicação com tecnologia sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, WiMax), destinadas às UNIDADES DE PROCESSAMENTO MONTADAS EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, deverão ser montadas, tomando como base a quantidade de utilização dessas placas, no ano calendário, no percentual mínimo de 80% (oitenta por cento).

§ 1º Ficam dispensados das obrigatoriedades constantes deste artigo os circuitos integrados que implementem a função de memória, com as seguintes funções presentes nas placas-mãe: Basic Input-Output system - BIOS; Graphics Double Data Rate - GDDR; e Cache.

§ 2º Os servidores monoprocessados que tiverem as funções descritas no inciso III do art. 4º implementadas na placa-mãe terão seus percentuais equivalentes considerados atendidos.

§ 3º Os servidores multiprocessados estão dispensados do cumprimento estabelecido no inciso III do art. 4º.

§ 4º Alternativamente ao disposto no cronograma estabelecido no inciso I do art. 4º a empresa poderá optar por substituir a montagem das placas multiprocessadas, nos mesmos percentuais dos servidores produzidos e incentivados, com placas multiprocessadas, pela utilização de uma ou mais das alternativas abaixo, isolada ou combinadamente, produzidas de acordo com seu Processo Produtivo Básico:

I - gabinete;

II - fonte de alimentação,

III - disco rígido,

IV - circuitos impressos utilizados na placa de circuito impresso que implemente a função de processamento central (placa-mãe); ou

V - etiquetas de fabricação local com dispositivo de identificação por rádio frequência (RFID).

§ 5º O percentual complementar de placas monoprocessadas não montadas no País a que se refere o inciso I do art. 4º está limitado, em termos de quantidade, a 6.000 (seis mil) unidades por ano e por fabricante.

§ 6º Ficam dispensados da obrigatoriedade constante nos incisos I e II do caput do art. 1º os respectivos percentuais complementares estabelecidos no art. 4º.

Art. 5º Caso os percentuais estabelecidos no art. 4º não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

§ 1º A diferença residual a que se refere o caput não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção, comercializada com o incentivo fiscal do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

§ 2º Excepcionalmente para o ano de 2016 e exclusivamente para as placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memória) descritas no inciso II do art. 4º, a diferença residual de que trata o § 1º deste artigo poderá ser de até 30% (trinta por cento), limitada a 3 (três) mil módulos de memória, desde que a empresa cumpra a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo das obrigações correntes nos anos calendário respectivos.

§ 3º Para o ano de 2018, as empresas poderão, exclusivamente no que se refere à exigência de utilização de unidades de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive), estabelecida pelo inciso V do art. 4º, optar por antecipar o cumprimento da obrigação, de modo que cada unidade do componente utilizada no ano de 2017 acarretará crédito de uma unidade a ser deduzido da obrigação atinente ao ano calendário subsequente.

Art. 6º As empresas fabricantes deverão apresentar, no momento da análise de seu projeto industrial, autorização de produção e/ou comercialização quando utilizadas a marca, patente, projeto ou tecnologia de propriedade de terceiros.

Art. 7º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, até 31 de maio do ano posterior, relatório consolidado com as seguintes informações:

I - insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

II - identificação do fabricante fornecedor (Razão Social e CNPJ);

III - quantidade de UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE, DO TIPO SERVIDOR, comercializadas com e sem incentivos; e

IV - informações referentes à utilização dos percentuais, previstos nesta Portaria.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas em mídia digital (CD, DVD, Pendrive etc.) acompanhadas de uma correspondência com aviso de recebimento (AR) à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.

§ 2º O não envio das informações acima citadas por parte da empresa, ressalvado o direito de defesa, bem como o não cumprimento dos percentuais estabelecidos nesta Portaria caracterizará o não cumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no § 9º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991 e no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 8º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa tem-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

porariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 84, de 29 de abril de 2014.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produtos CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, MONITOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS e CONTADOR DIGITAL industrializados na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.100240/2017-53, de 27 de março de 2017, resolvem,

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, MONITOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS e CONTADOR DIGITAL, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 145, de 1º de julho de 2010, passa a ser o seguinte:

I - injeção ou moldagem das partes plásticas, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

II - estampagem das partes metálicas, quando aplicável, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

III - fabricação do circuito impresso, a partir do laminado, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

IV - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

V - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

VI - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

§ 1º As etapas do Processo Produtivo Básico descritas nos incisos I, IV, V e VI deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, podendo as etapas descritas nos incisos II e III ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso VI, que não poderão ser objeto de terceirização.

Art. 2º Caso os percentuais mínimos exigidos nos incisos I a IV do art. 1º não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a cumprir as diferenças residuais em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes.

Parágrafo único. As diferenças residuais a que se refere o caput não poderão exceder ao percentual de 10% (dez por cento), tomando-se por base a quantidade total de unidades produzidas, no ano-calendário.

Art. 3º Alternativamente, para a fabricação de CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA e CONTADOR DIGITAL, a etapa descrita no inciso III do art. 1º ficará atendida, se a empresa fabricante optar por investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na Amazônia Ocidental, ou de aporte nos programas prioritários do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização.

§ 1º Para efeito da aplicação dos investimentos em P&D adicionais, serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário, os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente.

§ 2º Os resultados da execução dos projetos ou de aporte nos programas prioritários serão comprovados quando da apresentação do Relatório Demonstrativo Anual de que trata o art. 29 do Decreto nº 6.008, de 2006.

Art. 4º Fica dispensada a fabricação da caixa conectora com terminais destinada ao CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA até o limite de 120.000 (cento e vinte mil) peças, por empresa, no ano calendário.

Art. 5º Fica temporariamente dispensada a montagem do subconjunto ciclômetro (registrador ciclométrico) para o produto CONTADOR DIGITAL DE ELETRICIDADE.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

Art. 7º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 145, de 1º de julho de 2010.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produtos CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, MONITOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS e CONTADOR DIGITAL industrializados no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.100240/2017-53, de 27 de março de 2017, resolvem,

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, MONITOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS e CONTADOR DIGITAL, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 146, de 1º de julho de 2010, passa a ser o seguinte:

I - injeção ou moldagem das partes plásticas, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

II - estampagem das partes metálicas, quando aplicável, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

III - fabricação do circuito impresso, a partir do laminado, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

IV - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso, no percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

V - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

VI - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso VI, que não poderão ser objeto de terceirização.

Art. 2º Caso os percentuais mínimos exigidos nos incisos I a IV do art. 1º não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a cumprir as diferenças residuais em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes.

Parágrafo único. As diferenças residuais a que se refere o caput não poderão exceder ao percentual de 10% (dez por cento), tomando-se por base a quantidade total de unidades produzidas, no ano-calendário.

Art. 3º Alternativamente, para a fabricação de CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA e CONTADOR DIGITAL, a etapa descrita no inciso III do art. 1º ficará atendida, se a empresa fabricante optar por investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou de aporte nos programas prioritários do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização.

§ 1º Para efeito da aplicação dos investimentos em P&D adicionais, serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário, os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente.

§ 2º Os resultados da execução dos projetos serão comprovados quando da apresentação do Relatório Demonstrativo Anual de que trata o art. 33 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 4º Fica dispensada a fabricação da caixa conectora com terminais destinada ao CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA até o limite de 120.000 (cento e vinte mil) peças, por empresa, no ano calendário.

Art. 5º Fica temporariamente dispensada a montagem do subconjunto ciclômetro (registrador ciclométrico) para o produto CONTADOR DIGITAL DE ELETRICIDADE.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

Art. 7º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 146, de 1º de julho de 2010.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "TERMINAL DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE DÉBITO E CRÉDITO", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001589/2016-22, de 7 de outubro de 2016, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 184, de 28 de maio de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

I - injeção plástica de todas as peças do corpo ou gabinete num percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento), tomando-se por base a fabricação anual incentivada do Terminal de Transferência Eletrônica de Débito e Crédito;

.....

.....

§ 4º A partir de 1º de julho de 2016, fica dispensada a obrigatoriedade constante do inciso I para peças plásticas que contenham partes transparentes e que utilizem tecnologia de decoração conhecidas como IMD (In-Mould Decoration) ou IML (In-Mould Label)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "TERMINAL DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE DÉBITO E CRÉDITO", industrializado no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001589/2016-22, de 7 de outubro de 20161, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 185, de 28 de maio de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

I - injeção plástica de todas as peças do corpo ou gabinete num percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento), tomando-se por base a fabricação anual incentivada do Terminal de Transferência Eletrônica de Débito e Crédito;

.....

.....

§ 1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa VI, que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 2º A partir de 1º de julho de 2016, fica dispensada a obrigatoriedade constante do inciso I para peças plásticas que contenham partes transparentes e que utilizem tecnologia de decoração conhecidas como IMD (In-Mould Decoration) ou IML (In-Mould Label)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Indefere o pleito nº 005/2017 de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB, para CONDICIONADOR DE AR DE JANELA OU DE PAREDE DE CORPO ÚNICO

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.001430/2017-07, resolvem:

Art. 1º Indeferir a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB nº 005/2017, referente ao produto CONDICIONADOR DE AR DE JANELA OU DE PAREDE DE CORPO ÚNICO, pelos fundamentos expostos na NOTA TÉCNICA nº 114/2017-SEI-CGEL/DEICT/SDCI e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, III, e 170, VII, da Constituição Federal, nos parágrafos 6º e 7º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e no art. 6º, II e IV e § 2º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER GRAVADO (BLU-RAY)", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000634/2016-21, de 24 de março de 2016, resolvem:

Art.1º O Processo Produtivo Básico para o produto DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER GRAVADO (BLU-RAY), industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial nº 158, de 15 de julho de 2008, passa a ser o seguinte:

I - recebimento do estampador (stamper);

II - moldagem dos discos por injeção;

III - metalização;

IV - colagem;

V - impressão serigráfica;

VI - fabricação do material gráfico;

VII - fabricação da unidade individual de acondicionamento do disco; e

VIII - colocação do disco e do material gráfico na unidade individual de acondicionamento do disco.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto a etapa descrita no inciso VI, que poderá ser realizada em outras regiões do País.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção descritas no art. 1º poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto a etapa descrita no inciso VIII, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º No caso de comercialização de DISCOS (BLU-RAY) em acondicionamento coletivo (no "pino" ou em outras formas de acondicionamentos), as etapas descritas nos incisos de "VI" a "VIII" do art. 1º poderão ser dispensadas, desde que as etapas estabelecidas nos incisos de "I" a "V" sejam realizadas no próprio estabelecimento fabril.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 158, de 15 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 13, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto TELEFONE CELULAR DO TIPO SMARTPHONE COM MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.100799/2017-83, de 7 de agosto de 2017, resolvem,

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto TELEFONE CELULAR DO TIPO SMARTPHONE COM MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO produzido na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 343, de 19 de novembro de 2015, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso do módulo semicondutor de alta integração (SiP - System-in-Package);

II - moldagem e blindagem em conformidade de contorno;

III - execução dos sulcos a laser (laser grooving) e pulverização catódica (sputtering);

IV - singularização de encapsulamentos;

V - gravação e teste de software;

VI - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso principal do smartphone, incluindo a colocação de módulo semicondutor (SiP) de alta integração;

VII - integração das placas de circuito impresso, subconjuntos e das partes elétricas e mecânicas na formatação do produto final; e

VIII - calibração e teste final.

§ 1º Todas as etapas deverão ser realizadas no País, sendo as etapas de VII e VIII restritas à Zona Franca de Manaus.

§ 2º A obrigatoriedade das etapas constantes dos incisos de "I" a "V" deve obedecer ao seguinte cronograma, nos percentuais mínimos estabelecidos, tomando-se por base a quantidade total produzida, no ano-calendário, de telefone celular do tipo smartphone com módulo ou componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho:

Até 31 de dezembro de 2020	2021	2022	De 1º de janeiro de 2023 em diante
Dispensado	60%	80%	90%

§ 3º Fica dispensada o cumprimento da etapa VI desde que uma das duas condições abaixo ocorram:

I - O desenvolvimento do projeto do MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), atendendo aos critérios estabelecidos pela Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, e suas atualizações, ou

II -Sempre que as etapas de I a V sejam realizadas no Brasil.

Art. 2º O módulo semicondutor de alta integração (SiP - System-in-Package) a que se refere o art. 1º é um dispositivo de alta integração e desempenho, deve possuir, dentre outras, as seguintes funções e características:

I - toda a cadeia de processamento do sinal celular, desde a banda base, cellular RF transceiver, modem, até o front-end de rádio-frequência;

II - toda a cadeia de sinal e funções de Wi-Fi, Bluetooth e GPS, quando presentes no smartphone;

III - o processador de aplicação primário (CPU), gráfico (GPU) e de sinais (DSP);

IV - toda correspondente memória flash, SRAM e DRAM necessária para operar o processador de aplicação primário, GPU e DSP;

V - circuitos de gerenciamento de energia;

VI - envolver os necessários componentes ativos e passivos encapsulados de forma indivisível, formando um corpo único, montados em uma placa de circuito impresso de alta densidade ("PCBA");

VII - ser individualmente anexável ao PCBA;

VIII - possuir blindagem dos compartimentos de RF (eletromagnetic interference -EMI/ Eletromagnetic Compatibility - EMC); e

IX - com tamanho máximo de 900 mm².

Art. 3º Cada smartphone com módulo ou componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho produzido de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria pode ser contabilizado para o comprimento de todas as obrigações exigidas pelo PPB de terminal portátil de telefonia celular, de acordo com o seguinte método:

I - Deverão ser somadas as quantidades de telefones produzidos de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria com a quantidade de telefones fabricados de acordo PPB de terminal portátil de telefonia celular;

II - A quantidade encontrada no inciso I deverá ser multiplicada pelo percentual mínimo exigido para cada uma das obrigações existentes no PPB de terminal portátil de telefonia celular;

III - De cada obrigação encontrada no inciso II deverá ser deduzida a quantidade de telefones celulares fabricados com as regras estabelecidas nesta Portaria, resultando na obrigação liquida a ser cumprida de acordo com o PPB de terminal portátil de telefonia celular.

Parágrafo único. A compensação estabelecida pelo caput aplica-se somente caso uma das duas condições abaixo ocorram:

I - O desenvolvimento do projeto do MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), atendendo aos critérios estabelecidos pela Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, e suas atualizações, observado o maior limite estabelecido pelo cronograma abaixo:

Ano	2018	2019	2020
(1) Percentual máximo do total de vendas de telefone celular convencional do fabricante	15%	25%	30%
(2) Máximo de unidades por fabricante (milhão de unidades)	1.5	4	8

II - Sempre que as etapas listadas nos incisos de I a V do art. 1º sejam realizadas no país.

Art. 4º Até 31 de maio de cada ano, as empresas beneficiárias deverão encaminhar à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, relatório do ano anterior contendo informações referentes à produção dos itens com os benefícios fiscais respectivos e cumprimento dos percentuais previstos nesta Portaria.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

Art. 6º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 343, de 19 de novembro de 2015.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto TELEFONE CELULAR DO TIPO SMARTPHONE COM MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO industrializado no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.100799/2017-83, de 7 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto TELEFONE CELULAR DO TIPO SMARTPHONE COM MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO produzido no País, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 344, de 19 de novembro de 2015, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso do módulo semicondutor de alta integração (SiP - System-in-Package);

II - moldagem e blindagem em conformidade de contorno;

III - execução dos sulcos a laser (laser grooving) e pulverização catódica (sputtering);

IV - singularização de encapsulamentos;

V - gravação e teste de software;

VI - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso principal do smartphone, incluindo a colocação de módulo semicondutor (SiP) de alta integração;

VII - integração das placas de circuito impresso, subconjuntos e das partes elétricas e mecânicas na formatação do produto final; e

VIII - calibração e teste final.

§ 1º Todas as etapas deverão ser realizadas no País.

§ 2º A obrigatoriedade das etapas constantes dos incisos de "I" a "V" deve obedecer ao seguinte cronograma, nos percentuais mínimos estabelecidos, tomando-se por base a quantidade total produzida, no ano-calendário, de telefone celular do tipo smartphone com módulo ou componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho:

Até 31 de dezembro de 2020	2021	2022	De 1º de janeiro de 2023 em diante
Dispensado	60%	80%	90%

§ 3º Fica dispensada o cumprimento da etapa VI desde que uma das duas condições abaixo ocorram:

I - O desenvolvimento do projeto do MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), atendendo aos critérios estabelecidos pela Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, e suas atualizações, ou

II -Sempre que as etapas de I a V sejam realizadas no Brasil.

Art. 2º O módulo semicondutor de alta integração (SIP - Systems-in-Package) a que se refere o art. 1º é um dispositivo de alta integração e desempenho, deve possuir, dentre outras, as seguintes funções e características:

I - toda a cadeia de processamento do sinal celular, desde a banda base, cellular RF transceiver, modem, até o front-end de rádio-frequência;

II - toda a cadeia de sinal e funções de Wi-Fi, Bluetooth e GPS, quando presentes no smartphone;

III - o processador de aplicação primário (CPU), gráfico (GPU) e de sinais (DSP);

IV - toda correspondente memória flash, SRAM e DRAM necessária para operar o processador de aplicação primário, GPU e DSP;

V - circuitos de gerenciamento de energia;

VI - envolver os necessários componentes ativos e passivos encapsulados de forma indivisível, formando um corpo único, montados em uma placa de circuito impresso de alta densidade ("PCBA");

VII - ser individualmente anexável ao PCBA;

VIII - possuir blindagem dos compartimentos de RF (eletromagnetic interference-EMI/ Eletromagnetic Compatibility-EMC); e

IX - com tamanho máximo de 900mm².

Art. 3º Cada smartphone com módulo ou componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho produzido de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria pode ser contabilizado para o comprimento de todas as obrigações exigidas pelo PPB de terminal portátil de telefonia celular, de acordo com o seguinte método:

I - Deverão ser somadas as quantidades de telefones produzidos de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria com a quantidade de telefones fabricados de acordo PPB de terminal portátil de telefonia celular;

II - A quantidade encontrada no inciso I deverá ser multiplicada pelo percentual mínimo exigido para cada uma das obrigações existentes no PPB de terminal portátil de telefonia celular;

III - De cada obrigação encontrada no inciso II deverá ser deduzida a quantidade de telefones celulares fabricados com as regras estabelecidas nesta Portaria, resultando na obrigação liquida a ser cumprida de acordo com o PPB de terminal portátil de telefonia celular.

Parágrafo único. A compensação estabelecida pelo caput aplica-se somente caso uma das duas condições abaixo ocorram:

I - O desenvolvimento do projeto do MÓDULO OU COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), atendendo aos critérios estabelecidos pela Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, e suas atualizações, observado o maior limite estabelecido pelo cronograma abaixo:

Ano	2018	2019	2020
(1) Percentual máximo do total de vendas de telefone celular convencional do fabricante	15%	25%	30%
(2) Máximo de unidades por fabricante (milhão de unidades)	1.5	4	8

II - Sempre que as etapas listadas nos incisos de I a V do art. 1º sejam realizadas no país.

Art. 4º Até 31 de maio de cada ano, as empresas beneficiárias deverão encaminhar à Secretaria de Política de Informática - SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e à Secretária de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, relatório do ano anterior contendo informações referentes à produção dos itens com os benefícios fiscais respectivos e cumprimento dos percentuais previstos nesta Portaria.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

Art. 6º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 344, de 19 de novembro de 2015.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 15, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Altera o art. 2º da Portaria Interministerial nº 75, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente, que estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões na Costa Norte

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, E DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições de que trata o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o art. 12, §2º, I, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o §1º do art. 1º do Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016 e tendo em vista no disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, e na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 5, de 1º de setembro de 2015, e o constante no Processo nº 00350.008675/2011-98, nº 52800.100957/2017-90 e nº 02000.200149/2017-79, resolvem:

Art. 1º. O art. 2º da Portaria Interministerial nº 75, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Proibir, anualmente, no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro, na área definida no art. 1º, a pesca de arrasto e a pesca artesanal com emprego de demais modalidades de pesca, tendo como espécies alvo os camarões rosa (Farfantepenaeus subtilis e Farfantepenaeus brasiliensis), branco (Litopenaeus schmitti) e sete barbas (Xiphopenaeus kroyeri).

§1º .....

§2º Permitir, anualmente, a largada das embarcações camaroneiras, devidamente autorizadas, a partir de 00:00h (zero hora) do dia 16 de fevereiro.

....." (NR)

Art. 2º. Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.077660/2017-56, e no processo MDIC nº 52001.101480/2017-75, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Produza Indústria, Comércio, Serviços em Eletrônica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.637.852/0001-69, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos montados para controle e automação de cofre inteligente.	P7613-3

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 1171, de 30 de outubro de 2014..

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARETE MARIA GANDINI

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria do Secretária de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, substituta, nº 01, de 05 de janeiro de 2018, referente ao processo nº 52001.100018/2018-31, publicada no Diário Oficial da União de 10.01.2018, Seção 1, pág. 49,

Onde se lê:

PRODUTO	MODELO
Montagem de placas eletrônicas, montagem de cabos e chicotes, integração de produtos para eletroeletrônicos, desenvolvimento de processos e produtos, desenvolvimento de melhorias nos produtos.	Tradutor (conversor) de protocolos para interconexão de redes (gateway)

Leia-se:

PRODUTO	MODELO
Tradutor (conversor) de protocolos para interconexão de redes (gateway)	DEV Beacon (SmartTag) A; DEV Beacon (SmartTag) B; DEV Beacon WiFi (SmartScanner) A; DEV Beacon WiFi (SmartScanner) B; DEVMOB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 24, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece os procedimentos para análise técnica da prestação de contas final dos recursos transferidos pela União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de Resposta - Assistência às Vítimas e Restabelecimento de Serviços Essenciais - no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec, disciplinadas pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, pela Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e pelo Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos para análise técnica da prestação de contas final dos recursos transferidos pela União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de Resposta - Assistência às Vítimas e Restabelecimento de Serviços Essenciais - no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec, disciplinadas pela Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, pela Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e pelo Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

CAPÍTULO I

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

Art. 2º O órgão ou entidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios que receber recursos para a execução de ações de Resposta - Assistência às Vítimas e Restabelecimento de Serviços Essenciais - está obrigado a prestar contas do total dos recursos recebidos.

§ 1º A prestação de contas final compreende:

I - prestação de contas técnica: procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos no instrumento de repasse;

II - prestação de contas financeira: procedimento de análise dos aspectos financeiros e contábeis da aplicação dos recursos repassados ao ente.

§ 2º O ente beneficiário deverá apresentar a prestação de contas do total de recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do instrumento firmado ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência.

§ 3º A prestação de contas técnica será composta pelos documentos constantes no art. 3º desta Portaria.

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA

Art. 3º Na análise da prestação de contas técnica será verificada, sob o aspecto físico, se as ações executadas, pelo ente beneficiário, cumpriram com o objeto e atingiram os objetivos correspondentes às metas aprovadas pela autoridade da Sedec, mediante o exame da documentação apresentada ao final da execução.

Parágrafo único. Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - cumprimento do objeto: ações aprovadas pela autoridade da Sedec que foram efetivamente realizadas pelos entes;

II - atingimento do objetivo: ações executadas com os recursos repassados pela Sedec que alcançaram a finalidade proposta no objeto aprovado pela autoridade da Sedec.

Art. 4º A verificação do cumprimento do objeto e atingimento do objetivo, de que trata o art. 2º desta Portaria, será feita mediante a análise dos documentos listados a seguir e de acordo com o sistema utilizado para a transferência dos recursos:

I - para os processos originados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD:

1. relatório de execução fisica (com fotografias datadas e georreferenciadas);

2. declaração de cumprimento do objeto e atingimento dos objetivos;

3. declaração de entrega de materiais e lista de beneficiários (quando for o caso);

4.cópia do termo de aceitação definitiva da obra ou serviço de engenharia (quando for o caso);

5.0outros documentos a serem definidos pela Sedec quando necessário.

II - para os processos originados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI:

Relatório Final de Execução composto dos seguintes documentos:

1. Relatório de Execução Físico-Financeira;

2. Relação de Pagamentos;

3. Relatório Fotográfico;

4.Relação de beneficiários (quando for o caso).

§ 1º A análise da prestação de contas técnica se limitará aos documentos necessários a verificação de alcance do objeto e atingimento do objetivo.

§ 2º A análise da prestação de contas dos recursos repassados por intermédio de Termos de Execução Descentralizada, disciplinados pela Portaria MI nº 173, de 23 de julho de 2015, será feita com base no Relatório de Cumprimento do Objeto constante na referida Portaria.

Art. 5º Somente os processos de transferências de recursos não submetidos previamente à análise técnica da Sedec serão examinados mediante a verificação do enquadramento do objeto executado e atingimento dos objetivos com o fato que ensejou a resposta ao desastre.

CAPÍTULO III

DO PARECER TÉCNICO DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA

Art. 6º O parecer será elaborado após verificação da documentação encaminhada pelo ente beneficiário.

§ 1º A sugestão de aprovação das ações desenvolvidas ocorrerá nos casos em que o cumprimento do objeto e o atingimento dos objetivos forem comprovados concomitantemente.

§ 2º No parecer constará sugestão de glosa/reprovação dos recursos executados quando um dos requisitos, de que trata o § 1º deste artigo, não for comprovado.

CAPÍTULO IV

DA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º O ordenador de despesas deliberará quanto à aprovação ou reprovação da prestação de contas com base nos preceitos legais vigentes e na documentação que compõe os autos do processo.

Art. 8º Em caso de aprovação da prestação de contas apresentada, o ente será oficiado da decisão e o processo será arquivado conforme procedimentos adotados pelo Ministério da Integração Nacional.

Art. 9º Em caso de reprovação da prestação de contas, nos termos do artigo 4º da Portaria MI n. 88, de 2012, o ente será notificado formalmente da reprovação e deverá apresentar justificativa no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da notificação, nos termos da Lei n. 9.784, de 1999.

Art. 10. Se o parecer final da prestação de contas entender pela glosa e solicitação de devolução dos recursos liberados e após a deliberação do ordenador de despesa à vista da justificativa e das considerações apresentadas, o processo seguirá o disposto no art. 4º da Portaria MI n. 88, de 2012.

Art. 11. Esgotados os procedimentos administrativos internos e sem o saneamento dos vícios identificados, o Ministério da Integração Nacional encaminhará os autos para instauração da Tomada de Contas Especial junto ao Tribunal de Contas da União conforme artigos 4º e 5º da Portaria MI n. 88, de 2012.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. A prestação de contas financeira será realizada pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC, nos termos da legislação que rege a matéria, e o processo encaminhado ao gabinete da Sedec para manifestação do ordenador de despesa.

Art. 13. Os documentos relativos à prestação de contas financeira são os dispostos no art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 14. O ente beneficiário deverá manter em arquivo, à disposição dos órgãos de controle e fiscalização, toda documentação referente à prestação de contas, conforme prazo estabelecido em legislação pertinente.

Art. 15. Os documentos mencionados nesta Portaria estão disponibilizados no sítio eletrônico http://mi.gov.br/acoes-de-resposta e no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD.

Art. 16. A presente Portaria se aplica aos casos já consolidados, cuja análise de prestação de contas encontra-se pendente.

Art. 17. Os casos omissos serão deliberados junto a autoridade competente da Sedec.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RAMOS RIBEIRO

PORTARIA Nº 23, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Santo Antônio do Grama/MG, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SUBSTITUTO no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santo Antônio do Grama/MG, no valor de R$ 68.273,76 (sessenta e oito mil duzentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001369/2017-23.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RAMOS RIBEIRO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Itaquara	Enxurradas - 1.2.2.0.0	103	13/12/17	59051.004905/2018-33
BA	Ruy Barbosa	Enxurradas - 1.2.2.0.0	57	15/12/17	59051.004885/2017-10
BA	Canudos	Seca - 1.4.1.2.0	260	20/12/17	59051.004904/2018-99
MG	Chalé	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	25	04/12/17	59051.004870/2017-51
MG	Lontra	Estiagem - 1.4.1.1.0	44	17/12/17	59051.004902/2018-08
MT	Poconé	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	108	21/12/17	59051.004923/2018-15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 18, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), em apoio à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na desintrusão dos ocupantes não-indígenas da Terra Indígena Apyterewa.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004; na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; na Portaria Interministerial nº 1.896, de 16 de setembro de 2016; e

Considerando o Ofício n° 636/2017/Pres-FUNAI, de 28 de dezembro de 2017, que solicita a prorrogação do apoio da Força Nacional na Operação Apyterewa, coordenada pelo Grupo de Trabalho Interministerial Apyterewa e Belauto, em cumprimento à determinação judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (ACP 2005.39.01.000339-7), resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio aos órgãos federais envolvidos no processo de desintrusão dos ocupantes não-indígenas da Terra Indígena Apyterewa, no Estado do Pará, em caráter episódico e planejado, a partir do vencimento da Portaria MJSP nº 782, de 6 de setembro de 2017, e por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, com o objetivo de garantir a incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico dos órgãos envolvidos.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública obedecerá ao planejamento integrado.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009960/2009-02, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, II e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, FLORIN NITA, de nacionalidade romena, filho de Gheorge Prunaru e Elena Sirmã, nascido em Bucareste, na Romênia, em 13 de maio de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9(nove) anos e 4 (quatro) meses a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.014588/2014-77, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANA CLAUDIA BASTOS DE SOUSA, de nacionalidade portuguesa, filha de Carlos Alberto Rodrigues de Sousa e Cidalia Maria Mendes Bastos, nascida em Lisboa, na República Portuguesa, em 16 de outubro de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 1 (um) mês e 14 (quatorze) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e considerando a sentença judicial que extinguiu o processo nº 1006463-62.2017.4.01.3400 sem julgamento de mérito e denegou a segurança da impetrante, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 155, de 26 de Julho de 2017, publicada no DOU em 01.08.2017, e RESTAURAR os efeitos da Portaria nº 57, de 1º de Fevereiro de 2017, publicada no D.O.U de 14 de fevereiro de 2017, e retificada no D.O.U de 17 de fevereiro de 2017, por meio da qual foram aplicadas as sanções de multa e impedimento à empresa I A LIMA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.777.617/0001-22.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

COORDENAÇÃO GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO Nº 67, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 08700.011156/2014-44 Ref.: Apartado Restrito nº 08700.011156/2014-44, relacionado ao Processo Administrativo nº 08700.008612/2012-15. Representante: CADE ex officio. Representados: Attendy Artigos de Vestuário e Confecções Ltda., Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda., Capricórnio S.A, Diana Paolucci S.A. Indústria e Comércio, Excel 3000 Materiais e Serviços Ltda., Libero Comercial Ltda., Mercosul Comercial e Industrial Ltda., NCR Uniformes Ltda., Nicaltex Têxtil Ltda., Tecelagem Guelfi Ltda., Abelardo Paolucci, Alexandre Costa dos Santos, Antonio Carlos Leskovar Borelli, Cláudio Roberto da Silva, Djalma da Silva Santos, Eldo Umbelino, Emerson da Silva, Erica Nunes dos Santos Lima, Ricardo Gonçalves Guerra, Jannivaldo Marques Santos, Júlio Manfredini, Kalvin Paolucci, Márcio Nogueira Vignoli, Marcos Antônio Miranda da Silva, Maurício Paolucci, Mickael Villela Brandão Paolucci, Reinaldo Paolucci, Renato Borges Duarte, Roberto Giro Nakano, Silvio Carlos dos Santos e Valdemar Ábila. Advogados: Letícia Zuccolo Paschoal da osta; Ricardo Hasson Sayeg; Josimary Rocha de Vilhena; Ariosto Mila Peixoto; Luiz Fernando Pinto da Silva; Renata Pires de Serpa Pinto; Camille Vaz Hurtado Pavani; Everardo. Ribeiros Guêiros Filho; Ana Cristina de Figueiredo Barros; Filomena da Conceição Almeida Cunhal Rodrigues; Maurício Loddi Gonçalves; Rogério Ramires; Salomão Taumaturgo Marques; Adélcio Salvalágio; Anderson Gomes Agostinho; Alessandro Baumgartner; Haroldo de Almeida; Noelle Regina de Oliveira Guerino; Félipe Domenici; Fernanda Mara Pereira de Toledo; Felipe Mateus de Toledo; Priscila Brolio Gonçalves; Maurício da Silva Ribeiro; Beatriz Quintana Novaes; Mario Jackson Sayeg; Márcio Roberto Hasson Sayeg; Danilo Botelho dos Santos e outros. Acolho a Nota Técnica nº 100/2017/CGAA8/SGA2/SG/CADE (SEI 0423289), e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, ficam os Representados notificados, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, a ser contado em dobro nos termos do art. 102, IV, do RI-Cade, apresentem as informações e documentos indicados na referida nota técnica.

RENATA SOUZA DA SILVA
Coordenadora-Geral
Substituta

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 35, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95933 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0010-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2749/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 6.845, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101271 - DPF/MII/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAIZEN PARAGUACU LTDA, CNPJ nº 52.189.420/0001-61 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.848, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80686 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO BLUMENAU NORTE SHOPPING, CNPJ nº 26.469.651/0001-19, para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.851, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102736 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0010-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2723/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.852, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100922 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MADEPAR S/A INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 47.614.177/0003-03 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2755/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.854, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99328 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIT SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA ME, CNPJ nº 10.330.894/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2672/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.858, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83251 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0052-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2759/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0052-85) e nº 2313/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0053-66).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.901, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/93842 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RUDDER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 87.060.331/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2757/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.992, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101703 - DPF/DCQ/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WEBER SEGURANCA LTDA ME, CNPJ nº 07.544.527/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2748/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 7.034, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/107667 - DPF/SCS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BEBIDAS FRUKI S/A, CNPJ nº 87.315.099/0001-07 para atuar no Rio Grande do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 7.039, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92604 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SUPERMERCADOS DO NORTE DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 05.327.241/0001-63, para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 7.046, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/107001 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER SAO JOSE, CNPJ nº 53.315.842/0001-07 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 7.063, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/108054 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO CONJUNTO COMERCIAL BRASILIA SHOPPING AND TOWERS, CNPJ nº 01.627.946/0001-45 para atuar no Distrito Federal.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 7.086, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102674 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QSL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 19.235.778/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2839/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 7.093, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78113 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTE CRISTO VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 08.902.826/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2518/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Minissérie: MALASARTES (Brasil - 2017)
Episódios: 3
Produtor(es): Paulo Morelli
Diretor(es): Paulo Morelli
Distribuidor(es): GLOBO FILMES/GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.066541/2017-69
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: MEIO EXPEDIENTE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Santiago Dellape
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.069347/2017-35
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: TODO DINHEIRO DO MUNDO (ALL THE MONEY IN THE WORLD, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Imperative Intertainment/Red Rum/Scott Free Productions
Diretor(es): Ridley Scott
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo impactante
Processo: 08000.072041/2017-66
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O QUE TE FAZ MAIS FORTE (STRONGER, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Jake Gyllenhaal/David Hoberman/Todd Lieberman/Michael Litvak
Diretor(es): David Gordon Green
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Conteúdo impactante
Processo: 08000.072043/2017-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: THE POST - A GUERRA SECRETA (THE POST, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Amblin/Dreamworks
Diretor(es): Steven Spielberg
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Biografia/Drama/Suspense
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Ilícitas
Processo: 08000.072044/2017-08
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: TESOUROS DA VIDA (LUCKY`S TREASURE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Grace Alone Films
Diretor(es): Shane Hawks
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.072205/2017-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PARENTE NÃO SE ESCOLHE (Brasil - 2014)
Produtor(es): Matilha Filmes Ltda.
Diretor(es): Bruno Carvalho
Distribuidor(es): COLATERAL FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001622/2017-34
Requerente: BRUNO CARVALHO CARDOSO

Conjunto de Episódios: CANAL TELEVISÃO: UM MORRO DO BARULHO (Brasil - 2016)
Episódio(s): 01 A 05
Produtor(es): Cocriativa Conteúdos Audiovisuais Ltda
Diretor(es): Vinicius Cabral
Distribuidor(es): EBC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001637/2017-01
Requerente: COCRIATIVA CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS

Filme: JORNAL DOS PERDEDORES (BEWARE THE GONZO, Estados Unidos da América - 2010)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Produtor(es): Craig Cohen/Matt Weaver/Israel Wolfson
Diretor(es): Bryan Goluboff
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. / SNAP DISTRIBUTION INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.003062/2014-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: TUDO QUE QUERO (PLEASE STAND BY, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Daniel Dubiecki/Lara Alameddine
Diretor(es): Ben Lewin
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.000096/2018-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MASSACRE NO TEXAS (LEATHERFACE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Campbell Grobman Films
Diretor(es): Alexandre Bustillo
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Conteúdo Sexual , Violência Extrema e Conteúdo impactante
Processo: 08000.072199/2017-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 7, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Processo MJ nº: 08000.053293/2016-13
Filme: "O ANJO CACHORRO"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes S/A.

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "O ANJO CACHORRO" com autoclassificação "livre", conforme requerimento protocolado em 07 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "O ANJO CACHORRO" e classificá-la como "não recomendado para menores de dez anos" por conter violência, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2 de 02 de janeiro de 2018, Processo MJ nº 08000.072040/2017-11, publicado no Diário Oficial da União nº 3, de 4 de janeiro de 2018, Seção 1, página 33, na linha em que se lê: "Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos" leia-se: "Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos".

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.863, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

Habilita Estados, Municípios e Distrito Federal, a receberem, em parcela única, recursos fundo a fundo destinados à aquisição de Unidade Móvel SAMU 192.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.528, de 29 de novembro de 2017 que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Cidadania, da Saúde, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 6.988.987.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 5.055, de 27 de abril de 2004, que institui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU, em Municípios e regiões do território nacional, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.048/GM/MS, de 5 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as redes temáticas de atenção à saúde, as redes de serviço de saúde e as redes de pesquisa em saúde do SUS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados, Municípios e Distrito Federal, a receberem, em parcela única, recursos fundo a fundo destinados à aquisição de Unidade Móvel SAMU 192.

Art. 2º Para efeito desta Portaria considera-se:

I Implantação do Componente SAMU 192: nova regionalização do SAMU 192, em região em que não havia cobertura de uma Central de Regulação das Urgências SAMU 192 e respectivas bases descentralizadas e unidades móveis.

II - Ampliação de Frota do Componente SAMU 192: Aumento do número de Unidades Móveis sem alteração da área de cobertura populacional de uma Central de Regulação das Urgências;

III Expansão do Componente SAMU 192: é o processo em que o SAMU 192 expande sua cobertura populacional, de acordo com os requisitos técnicos previsto no programa;

IV - Unidade de Suporte Avançado de Vida Terrestre: é uma ambulância tipo D destinada ao atendimento pré-hospitalar móvel na área de urgência e emergência. Deve contar com os equipamentos médicos e insumos necessários para esta função e ser tripulada por no mínimo 03 (três) profissionais, sendo um condutor de veículo de urgência, um enfermeiro e um médico;

V - Investimento: modalidade de repasse de recurso financeiro para compra de unidades móveis e aquisição de equipamentos permanentes de saúde;

Parágrafo único. A Unidade de Suporte Avançada a ser adquirida pelo ente beneficiado deverá estar de acordo com o descritivo do Termo de Referência constante em Ata de Registro de Preço vigente no Ministério da Saúde para aquisição de Unidades Móveis SAMU 192 ou, em caso de inexistência de ata vigente, em conformidade com a última Ata registrada pelo MS para o mesmo objeto.

Art. 3º Os recursos de investimento para aquisição de Unidade (s) de Suporte Avançado USA SAMU 192, equipadas, para Implantação, Ampliação e Expansão, totalizam R$ 250.000,00 por unidade.

Parágrafo único. Caso o custo para aquisição dos equipamentos e materiais seja superior ao montante dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde aos Estados, Distrito Federal ou Municípios, a respectiva diferença no valor deverá ser custeada por conta do próprio ente federativo interessado.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria, aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência e com proposta de implantação, expansão e ampliação aprovadas no Sistema de Apoio a Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

§ 1º A habilitação para transferência de recursos para aquisição de veículos dentro do Programa SAMU 192 tem caráter excepcional considerando a aprovação da Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017.

§ 2º Os recursos serão transferidos nos termos desta Portaria para os entes constantes no Anexo;

§ 3º Os entes beneficiados e o quantitativo de veículos do anexo foi estabelecido por meio do atendimento das solicitações existentes e/ou aprovadas pela Coordenação Geral de Urgência e Emergência CGUE/DAHU, no SAIPS ou em solicitações feitas a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência.

§ 4º Após o empenho, as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde ficarão condicionadas a aprovação da proposta de implantação, expansão e ampliação conforme o as diretrizes estabelecidas nas Portarias do SAMU 192.

§ 5º Os entes com propostas aprovadas no SAIPS terão 60 dias, a partir da vigência desta Portaria, para enviar documento oficial, por meio eletrônico, confirmando seu interesse em receber o recurso para aquisição da (s) unidade (s) móvel (is) SAMU 192, nas condições desta Portaria, destinada a implantação, expansão ou ampliação do componente SAMU 192.

§ 6º O ente que já tenha proposta de implantação, expansão e ampliação existente no SAIPS e com pendências, terá 60 dias, a partir da vigência desta portaria, para saná-las.

§ 7º Proposta de implantação, expansão e ampliação que não tenha sido inserida no SAIPS, terá 60 dias para a sua inserção, a partir da vigência desta Portaria, e mais 60 dias, a contar da inserção da documentação no SAIPS, para cumprir com possíveis diligências.

§ 8º Caso os prazos estabelecidos nessa Portaria não sejam cumpridos, o empenho será cancelado sem prévia consulta ao gestor

Art. 5º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 6º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8933.0001 PO 0005 SAMU (UF) Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

§ 1º O ente terá 270 dias a contar do recebimento dos recursos financeiros para aquisição e monitoramento no SAIPS Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde.

§ 2º Após a aquisição, o ente terá 90 dias para solicitar a habilitação, dentro dos critérios do Programa, e cadastro da unidade móvel no SCNES.

§ 3º Em caso de irregularidade na execução dos recursos nos termos desta Portaria e do regramento do Programa SAMU 192, os recursos deverão ser devolvidos ao Fundo Nacional de Saúde.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	MUNICÍPIO BENEFICIADO	CNPJ FUNDO DE SAÚDE	CNPJ FUNDO DE SAÚDE	IBGE	PROGRAMA	COMPONENTE	CNES CENTRAL	USA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL A SER TRANSFERIDO	GESTÃO
AL	Diversos	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	11659171000143	#N/D	SAMU192	USA	6993192	2	R$ 250.000,00	R$ 500.000,00	ESTADUAL
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	06023582000108	160030	SAMU192	USA	6931693	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
BA	CAMACAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACAN	09466021000171	290560	SAMU192	USA	6944337	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11734182000140	290840	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	CORRENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11392190000156	290930	SAMU192	USA	3750698	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	EUCLIDES DA CUNHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EUCLIDES DA CUNHA	13830236000105	291070	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	ITABERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABERABA	11202063000147	291470	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	ITABUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABUNA - SMS	08218991000195	291480	SAMU192	USA	6944337	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	JAGUAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11119733000166	291760	SAMU192	USA	6413684	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	MATA DE SÃO JOÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11144137000136	292100	SAMU192	USA	6948723	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	MONTE SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11481390000185	292150	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	NOVA VIÇOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VICOSA	11756421000163	292300	SAMU192	USA	6658954	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	SANTALUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTALUZ	11046939000103	292800	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000119	292990	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	SERRA DO RAMALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11231067000153	293015	SAMU192	USA	5784182	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	SERRA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11230366000173	293030	SAMU192	USA	5784182	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	SERRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRINHA	10984916000187	293050	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
BA	UBAITABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBAITABA	11418672000138	293220	SAMU192	USA	6944337	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
ES	Cachoeiro de Itapemirim	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000140	320120	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
ES	Santa Teresa	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000140	320460	SAMU192	USA	6948820	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
GO	Águas Lindas	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7460294000183	520025	SAMU192	USA	6313671	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Caldas Novas	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05593119000139	520450	SAMU192	USA	6940544	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Catalão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3532661000156	520510	SAMU192	USA	6940544	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Corumbá de Goiás	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11378898000152	520580	SAMU192	USA	6951775	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Cristalina	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALINA	11290797000125	520620	SAMU192	USA	6313671	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Ipameri	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE IPAMERI	07777639000127	521010	SAMU192	USA	6940544	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Minaçu	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10589186000110	521308	SAMU192	USA	6941206	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
GO	Valparaíso	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04786328000136	355630	SAMU192	USA	6313671	2	R$ 250.000,00	R$ 500.000,00	MUNICIPAL
MA	Chapadinha	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000151	210320	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MG	Araçuaí	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	310340	SAMU192	USA	7096313	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MG	Bocaiuva	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	310730	SAMU192	USA	5500303	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MG	Francisco Sá	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	312670	SAMU192	USA	5500303	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MG	Manga	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	313930	SAMU192	USA	5500303	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MG	Monte Azul	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	314290	SAMU192	USA	5500303	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MG	Salinas	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	315700	SAMU192	USA	5500303	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	Teófilo Otoni	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000120	316860	SAMU192	USA	7096313	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	ESTADUAL
MT	Barra do Bugres	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO BUGRES	11228118000198	510170	SAMU192	USA	6157289	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PA	MARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARITUBA	10299375000158	150442	SAMU192	USA	7251262	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PA	PARAUPEBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUAPEBAS	12581232000160	150553	SAMU192	USA	2614944	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PA	TUCURUÍ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11193159000196	150810	SAMU192	USA	6489575	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PE	BARREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11514360000128	260140	SAMU192	USA	6946283	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PE	SÃO BENTO DO UMA	SAO BENTO DO UNA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08960773000121	261300	SAMU192	USA	3497399	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PI	Esperantina	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11518695000114	220370	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PI	Paulistana	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11963359000180	220780	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PR	CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09267430000149	410490	SAMU192	USA	3721256	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000135	410765	SAMU192	USA	6939929	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PR	GUARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATUBA	11343124000196	410960	SAMU192	USA	7074026	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PR	IRATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09485333000122	411070	SAMU192	USA	3721256	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
PR	PONTA GROSSA	ASSOCIACAO HOSPITALAR BOM JESUS	75608547000173	411990	SAMU192	USA	3721256	2	R$ 250.000,00	R$ 500.000,00	MUNICIPAL
PR	TELÊMACO BORBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TELEMACO BORBA	10505434000105	412710	SAMU192	USA	3721256	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
RJ	Araruama	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARARUAMA	11885839000170	330020	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
RJ	Cabo Frio	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CABO FRIO	27759166000142	330070	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
RJ	Campos dos Goytacazes	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11384874000106	330100	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	2	R$ 250.000,00	R$ 500.000,00	MUNICIPAL
RJ	Itaperuna	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	39215827000158	330220	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	2	R$ 250.000,00	R$ 500.000,00	MUNICIPAL
RJ	Macaé	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11308894000106	330240	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
RJ	Rio das Ostras	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE	07193001000149	330452	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
RO	Vilhena	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21467008000132	110030	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
SP	Bebedouro	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BEBEDOURO	45306008000119	350610	SAMU192	USA	CENTRAL INEXISTENTE	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
SP	Campina do Monte Alegre	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE	13985276000118	350945	SAMU192	USA	6920233	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
SP	Campos do Jordão	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS DO JORDAO	11980630000196	350970	SAMU192	USA	9126546	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
SP	Carapicuíba	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	11154498000163	351060	SAMU192	USA	6953379	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
SP	Orlândia	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLANDIA	11368924000161	353430	SAMU192	USA	6949320	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
SP	Praia Grande	ASSOCIACAO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FATIMA-SC	07420153000137	354100	SAMU192	USA	6941192	1	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00	MUNICIPAL
									Valor total	R$ 17.000.000,00	

(*)Republicada por ter saído no DOU nº 247-B, de 27-12-2017, Seção 1, Edição Extra, página 14, com incorreção no original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 51, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Revoga a Portaria nº 801/GM/MS, de 13 de abril de 2010, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Lara Fernanda Augustini Beltramini, nova), localizada no Município de Pederneiras (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Urgência e Emergência repassados aos Estados e Municípios;

Considerando a solicitação recebida do proponente, por meio do Ofício nº 228/SMS/2017, solicitando o cancelamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Lara Fernanda Augustini Beltramini, nova), habilitada pelo Ministério da Saúde em Portaria específica; e

Considerando a Deliberação CIB-44, de 25 de agosto de 2017, que aprova a desistência da (UPA 24h, Porte I) de Pederneiras (SP), resolve:

Art. 1º Fica Revogada a Portaria nº 801/GM/MS, de 13 de abril de 2010, que habilita em investimento a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) no Município de Pederneiras (SP), conforme descrito a seguir:

UF	Município	Programa da UPA	Categoria	Porte	Proposta	SIPAR	Portaria de habilitação em investimento	Valor da proposta	Valor repassado
SP	Pederneiras	PAC	Nova	I	46189.718000/ 1090-03	25000.044645/ 2010-65	Portaria nº 801/GM/MS, de 13/04/2010	R$ 1.400.000,00	R$ 1.400.000,00

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Pederneiras (SP), para a devolução dos recursos de incentivo financeiro de investimento repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e as providências para a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 54, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria nº 3.978/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que estabelece incentivo de custeio para a estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição pelas Secretarias de Saúde dos municípios que possuem população entre 39.871 e 149.802 habitantes (IBGE 2017), com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 3.978/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 248-D, de 28 de dezembro de 2017, Seção 1, Edição Extra, página 80.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 71, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria nº 4.033/GM/MS, de 29 de dezembro de 2017, que altera a Portaria nº 3.863/GM/MS, de 27 de dezembro de 2017, que habilita a transferência de recursos fundo a fundo em parcela única para Estados, Municípios e Distrito Federal destinado à aquisição de Unidade Móvel SAMU 192.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 4.033/GM/MS, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 249-C, de 29 de dezembro de 2017, edição extra, página 5 e republicada no Diário Oficial da União nº 249-G, de 29 de dezembro de 2017, edição extra, página 20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 72, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Reclassifica leitos de UTI e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de São Paulo e do Município de Olímpia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave; e

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, com a redação dada pela Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica reclassificado, para tipo II, 5 leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo I, SAIPS 18.428, Leito: 26.01-Adulto, do Hospital Santa Casa de Olímpia - Santa Casa de Misericórdia de Olímpia (SP), CNES: 2082845, no Município de Olímpia/SP.

Art. 2º Determinar que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, título X, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 495.991,20 (quatrocentos e noventa e cinco mil novecentos e noventa e um reais e vinte centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de São Paulo e do Município de Olímpia.

Art. 4º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Olímpia (SP), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 2ª (segunda) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 87, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Habilita a Santa Casa de Misericórdia como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Itapeva.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a aprovação no âmbito da Deliberação CIB-SP nº 08, de 17 de fevereiro de 2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, CNES 2027186, CNPJ: 49.797.293/0001-79, localizado em Itapeva/SP como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON (Código 17.06).

Art. 2º Fica estabelecido recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no montante anual de R$ 5.225.635,87 (cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Itapeva.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Itapeva (SP), mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0008 - Controle do Câncer.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da 2ª (segunda) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 15/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União nº 4, de 5 de janeiro de 2018, Seção 1, página 27, onde se lê: PORTARIA Nº 15, DE 3 DE JANEIRO DE 2017, leia-se "PORTARIA Nº 15, DE 3 DE JANEIRO DE 2018".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 70, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 151, VII e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública a entrada de novos componentes à Rede Sentinela, listados no Anexo, em cumprimento à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 51, de 29 de setembro de 2014, e à Instrução Normativa ANVISA nº 08, de 29 de setembro de 2014.

Art. 2º Permanece facultada a todo e qualquer Estabelecimento de Atenção à Saúde solicitar credenciamento na referida Rede, em qualquer dos perfis definidos, e a qualquer momento.

Parágrafo único. A partir desta data, as instituições que já fizeram a referida solicitação e não constam nesta lista, poderão ser reconhecidas como participantes da Rede, com envio de documentos em aberto após nova avaliação.

Art. 3ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM DIB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

	Instituição	Estado	Município	Participante	Colaborador	Centro de Cooperação	Centro de Referência
1	Hospital Américo Brasiliense	São Paulo	Américo Brasiliense	X			
2	Hospital Municipal Vila Santa Catarina	São Paulo	São Paulo	X			
3	Complexo Hospitalar de Niterói	Rio de Janeiro	Niterói	X			
4	Hospital Tereza Ramos-Hospital Amigo da Criança	Santa Catarina	Lages	X	X		
5	Hospital Florianópolis	Santa Catarina	Florianópolis	X			
6	Hospital Unidade Centro-Unimed Blumenau	Santa Catarina	Blumenau	X			
7	Hospital Unidade Vila Nova-Unimed Blumenau	Santa Catarina	Blumenau	X			

DESPACHO Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: VOX MED COMERCIO E REPRESENTACÕES LTDA
CNPJ: 10.388.140/0001-32
Processo: 25351.219190/2017-81
Expediente: 2212643/17-1
Nome Comercial (Produto): PRÓTESE DE QUADRIL CIMENTADA UOC
Data do Protocolo: 16/11/2017

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO-RE Nº 3.345, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 245, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 242.

Onde se lê:
"Art. 1º... CNPJ 08.529.643/0001-62...
Leia-se:
"Art. 1º... CNPJ 08.529.643/0001-39...

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Ref.: Processo nº 25000.462574/2017-55
Interessado: A. PINHEIRO SINIMBU - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. PINHEIRO SINIMBU - ME, CNPJ nº 02.898.639/0001-61, em IGARAPE-MIRI/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.465629/2017-89
Interessado: A C C DA SILVA FREITAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A C C DA SILVA FREITAS - ME, CNPJ nº 24.628.100/0001-25, em ATALAIA/AL na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.439015/2017-41
Interessado: J S NEVES COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J S NEVES COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS - ME, CNPJ nº 23.188.312/0001-76, em CURUCA/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.432690/2017-40
Interessado: J & J OLIVEIRA FARMACIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J & J OLIVEIRA FARMACIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.348.412/0001-69, em NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.458785/2017-93
Interessado: DORIA LIMA & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DORIA LIMA & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 83.751.958/0001-41, em IGARAPE-MIRI/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.459922/2017-15
Interessado: LENARTHE MARINHO MACEDO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LENARTHE MARINHO MACEDO - ME, CNPJ nº 17.703.557/0001-91, em OURICURI/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.465624/2017-56
Interessado: E S NAKAUTH - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E S NAKAUTH - ME, CNPJ nº 05.754.402/0001-03, em PARINTINS/AM na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

05.754.402/0004-48 PARINTINS/ AM

Ref.: Processo nº 25000.154999/2011-06
Interessado: EWS FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa EWS FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA., CNPJ nº 12.457.668/0001-41, em PRAIA GRANDE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação:

12.457.668/0043-09 ASSIS/ SP
12.457.668/0044-81 JAU/ SP
12.457.668/0046-43 BOTUCATU/ SP
12.457.668/0047-24 CAMPINAS/ SP
12.457.668/0048-05 SAO PAULO/ SP
12.457.668/0049-96 SANTOS/ SP
12.457.668/0050-20 SAO JOSE DO RIO PRETO/ SP
12.457.668/0051-00 LINS/ SP
12.457.668/0052-91 MARILIA/ SP
12.457.668/0054-53 JAU/ SP
12.457.668/0055-34 SAO JOSE DO RIO PRETO/ SP

Ref.: Processo nº 25000.005264/2009-27
Interessado: RODRIGO SANTOS & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa RODRIGO SANTOS & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 15.600.422/0001-75, em ITABAIANA/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação:

15.600.422/0005-07 NOSSA SENHORA DA GLORIA/ SE

Ref.: Processo nº 25000.088539/2006-15
Interessado: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa COMERCIAL DRUGSTORE LTDA, CNPJ nº 05.230.009/0001-02, em SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação:

05.230.009/0045-23 DELMIRO GOUVEIA/ AL

RODRIGO GOMES MARQUES SILVESTRE
Substituto

DESPACHOS DE 8 DE JANEIRO DE 2018

REF.: SIPAR n.º 25000.412843/2017-32.
Interessado: E TONIN & TONIN LTDA ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria GM/MS nº 111/2016, DEFERE o descredenciamento da empresa E TONIN & TONIN LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.085.132/0001-16, localizada no município de SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REF.: SIPAR n.º 25000.413679/2017-81.
Interessado: ALAN FABIO DOS SANTOS - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria GM/MS nº 111/2016, DEFERE o descredenciamento da empresa ALAN FABIO DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.457.567/0001-94, localizada no município de ITAPORANGA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.425779/2017-50.
Interessado: ANTONIO AP.CARBINATTO & CIA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria GM/MS nº 111/2016, DEFERE o descredenciamento da empresa ANTONIO AP.CARBINATTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 65.455.909/0001-80, localizada no município de SAO CARLOS/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.117157/2014-16.
Interessado: L L M PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa L L M PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.399.630/0001-55, localizada no Município de GOIANIA /GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.056238/2013-43.
Interessado: DROGARIA CALDEIRA ARAUJO LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA CALDEIRA ARAUJO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.355.799/0001-31, localizada no Município de ALEXANIA/GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.525575/2009-16.
Interessado: M FREITAS DROGARIA LTDA - EPP.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.
1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa M FREITAS DROGARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.096.258/0001-08, localizada no Município de PRESIDENTE OLEGARIO /MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25023.003332/2017-65.
Interessado: DROGARIA RAFAEL MONTEIRO LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA RAFAEL MONTEIRO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.124.293/0001-11, localizada no Município de CIANORTE/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.400799/2017-18.
Interessado: GONCALVES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa GONCALVES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.426.515/0001-09, localizada no Município de CURITIBA/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.138152/2006-17.
Interessado: DROGARIA SUL AMERICANA LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA SUL AMERICANA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.999.872/0001-73, localizada no Município de SETE LAGOAS/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.004489/2012-61.
Interessado: PLACIDO COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa PLACIDO COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.658.614/0001-81, localizada no Município de REDENCAO/CE, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.197395/2012-27.
Interessado: BISPO & BISPO LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa BISPO & BISPO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.155.996/0001-44, localizada no Município de ITORORO/BA, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25004.007039/2016-14.
Interessado: M. M. GONCALVES PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa M. M. GONCALVES PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.804.569/0001-59, localizada no Município de PRAIA GRANDE/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25005.002378/2017-85.
Interessado: CAMPINEIRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa CAMPINEIRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.986.565/0001-67, localizada no Município de GOIANIA/GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25023.002085/2017-80.
Interessado: HILTON ALBANETE B. DE LIMA - FARMACIA - ME - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa HILTON ALBANETE B. DE LIMA - FARMACIA - ME - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.249.838/0001-16, localizada no Município de NOVA ALIANCA DO IVAI/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.218663/2008-75.
Interessado: DROGARIA & FARMÁCIA FREITAS MAIA LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA & FARMÁCIA FREITAS MAIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.084.622/0001-94, localizada no Município de BOCAIUVA/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25002.004495/2017-11.
Interessado: DEMETRIO & DOMINGUES LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DEMETRIO & DOMINGUES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.222.494/0001-02, localizada no Município de ARACRUZ/ES, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25023.003180/2017-09.
Interessado: MARIA HELENA VERENKA LOURES - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa MARIA HELENA VERENKA LOURES - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.372.144/0001-55, localizada no Município de GUARAPUAVA/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25003.010817/2017-43.
Interessado: CIRIBELI & PEREIRA LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa CIRIBELI & PEREIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.725.452/0001-30, localizada no Município de DIVINO/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25000.025972/2017-94.
Interessado: MC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa MC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.437.357/0001-09, localizada no Município de LUZIANIA/GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

REF.: SIPAR n.º 25004.002697/2017-09.
Interessado: PECINES & MARCOLINO LTDA - EPP.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentada pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa PECINES & MARCOLINO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 47.523.139/0001-83, localizada no Município de MIRASSOL/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

RODRIGO GOMES MARQUES SILVESTRE
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 10, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 9, de 8 de janeiro de 2018.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 19, incisos I e XXVI, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assim como o art. 1º da Resolução CONTRAN nº 291, de 29 de agosto de 2008 e art. 5º da Portaria DENATRAN nº 190, de 29 de junho de 2009;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.113875/2016-85, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 9, de 8 de janeiro de 2018, para alterar o modelo constante do Anexo II da Portaria DENATRAN nº 104, de 3 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

" ANEXO

.....

ANEXO II - PORTARIA Nº 104/99

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

MODIFICADO / 2º VIA (quando aplicável)

CONCESSÃO DE CÓDIGO DE MARCA/MODELO/VERSÃO - MRE Nº ____/__

O Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº ___/__ do DENATRAN e Resolução Nº 286/08 do CONTRAN, concede o código específico de marca/modelo/versão com base na documentação apresentada, por intermédio da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades do Ministério das Relações Exteriores - CGPI/MRE, constante do processo nº _____._____/___-__ DENATRAN, a (Nome do Requerente), CNPJ/CPF Nº _____, referente ao veículo abaixo especificado:

MARCA/MODELO/VERSÃO:

CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO:

ESPÉCIE:

TIPO:

CARROÇARIA:

FABRICANTE:

PAÍS DE FABRICAÇÃO:

IDENTIFICADOR INTERNACIONAL DO FABRICANTE (WMI):

CÓDIGO(S) VIN:

CÓDIGO(S) VIN NBR 6066: (quando aplicável)

Este documento não exime o interessado de comprovar junto ao Órgão Executivo de Trânsito, por ocasião do registro, licenciamento e emplacamento, que o veículo objeto deste esteja adequado a legislação vigente de identificação e de segurança veicular.

Coordenador - Geral de Infraestrutura de Trânsito

Diretor do DENATRAN"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que o militar brasileiro, ao portar passaporte diplomático, poderá desempenhar sua função pública de maneira mais eficiente, a:

Nome	Cargo	Missão	Validade do Passaporte
Antonio Jorge Ramalho da Rocha	Secretário-Executivo	Escola Americana de Defesa, CDS - Unasur	29/11/2019

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 24, DE 5 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.000467/2012-97, decide não conceder o efeito suspensivo pleiteado pela Energisa Minas Gerais em face do Despacho nº 3.888, de 21 de novembro de 2017, que conhece e nega provimento ao Recurso Administrativo interposto pela distribuidora em face do Auto de Infração nº 102/2017-SFF.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.337, de 31 de outubro de 2017, publicada no D.O. n. 210, de 1 de novembro de 2017, Seção 1, v. 154, página 62, constante do Processo n. 48500.002703/2017-14, incluir na Tabela 1 do Anexo, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, as tarifas a serem aplicadas à Modalidade Azul no subgrupo A2.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 35, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.006459/2017-69. Interessados: Construtora Quebec S.A. e Tractebel Engineering Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Cachoeira do Prata, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.038243-4.01, situada no rio da Prata, no estado de Minas Gerais; (ii) esse DRI-PCH é de exclusividade das citadas empresas e não serão permitidas transferências de titularidade antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) as empresas terão o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 36, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.006460/2017-93. Interessados: Construtora Quebec S.A. e Tractebel Engineering Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Peixe, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.038244-2.01, situada no rio da Prata, no estado de Minas Gerais; (ii) esse DRI-PCH é de exclusividade das citadas empresas e não serão permitidas transferências de titularidade antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) as empresas terão o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 40, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.002344/2015-33. Interessado: São Carlos Energia Ltda. Decisão: alterar o Despacho n° 3.386/2016, que registrou a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH São Carlos, com 15.200 kW de Potência Instalada, CEG PCH.PH.SC.033762-5.01, localizada nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos, no estado de Santa Catarina, cuja titularidade passa a ser exclusivamente da São Carlos Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 23.693.151/0001-78. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 45, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes no despacho abaixo para início de operação em testes a partir do dia 11 de Janeiro de 2018.

Processo nº 48500.000329/2017-12. Interessados: SPE Assuruá Geradora de Energia Solar S.A. Usina: UFV Assuruá. Unidades Geradoras: UG1 a UG7, de 4.360 kW cada, totalizando 30.520 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Itaguaçu da Bahia, estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 42, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Processos nº 48500.000222/2017-74. Interessados: Vendedores do 3º Leilão de Fontes Alternativas - LFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, utilize o acrônimo ENF_DTF para as usinas do 3º LFA, 2º ano de apuração, cujo ano contratual encerrou-se em 31 de dezembro de 2017. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 43, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Processos nº 48500.000220/2017-85. Interessados: Vendedores do 17º Leilão de Energia Nova - LEN/2013, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, utilize para o 17º LEN, 2º ano de apuração, o acrônimo ENF_DTF, cujo ano contratual encerrou-se em 31 de dezembro de 2017. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Superintendente Adjunto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 34	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003263/2017 - 94	KLUBERFOOD NH1 CH 2-460	ISO 460	NSF - H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18644
	48600.003265/2017 - 83	SUMMIT GRC-220	ISO 220	NSF - H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18643
	48600.003266/2017 - 28	SUMMIT PG 150 E	ISO 150	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18642
Nº 35	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003689/2017 - 48	KLÜBERFOOD NH1 94-120	NLGI 0	. NSF-H1	GRAXA LUBRIFICANTE	5689
	48600.003766/2017 - 60	KLÜBERFOOD NH1 74-401	NLGI N/A	. NSF-H1	GRAXA LUBRIFICANTE	5691
	48600.003767/2017 - 12	AEON PD	ISO 220	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18646
Nº 36	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ nº 61.531.620/0017-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003525/2017 - 11	KELUBE G-635	NLGI 1	N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5692
Nº 37	TEXSA DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 04.608.635/0001-27					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003441/2017 - 87	MONTANA MAAX SAPPHIRE	SAE 10W-40	API CI-4/SL, ACEA E7-12, MB 228.3, VOLVO VDS-3, RENAULT TRUCK RLD-2, MACK EO-N, MACK EO-M PLUS, MAN M 3275, CUMMINS CES 20076/77/78, CAT ECF-2, MTU TYPE 2, DEUTZ DQC III-10, DETROIT DIESEL DDC 93K215, GLOBAL DHD-1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18650
	48600.003446/2017 - 18	MONTANA MAAX PLUS	SAE 15W-40	API CI-4/SL, ACEA E7-12, MB 228.3, VOLVO VDS-3, RENAULT TRUCK RLD-2, MACK EO-N, MACK EO-M PLUS, MAN M 3275, CUMMINS CES 20076/77/78, CAT ECF-2, MTU TYPE 2, DEUTZ DQC III-10, DETROIT DIESEL DDC 93K215, GLOBAL DHD-1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18651
	48600.003440/2017 - 32	MONTANA MAAX SAPPHIRE	SAE 15W-40	API CI-4/SL, ACEA E7-12, MB 228.3, VOLVO VDS-3, RENAULT TRUCK RLD-2, MACK EO-N, MACK EO-M PLUS, MAN M 3275, CUMMINS CES 20076/77/78, CAT ECF-2, MTU TYPE 2, DEUTZ DQC III-10, DETROIT DIESEL DDC 93K215, GLOBAL DHD-1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18650
	48600.003467/2017 - 25	MONTANA DYNAMIC ATF	SAE 20	GM TIPO A SUFIXO A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18653
	48600.003434/2017 - 85	TEXSA ULTRASYNTHESE	SAE 5W-30	ACEA A5/B5-16, FORD 913-D, RENAULT RN0700, JAGUAR LAND ROVER STJLR.03.5003	ÓLEO LUBRIFICANTE	18647
	48600.003435/2017 - 20	TEXSA GEAR MULTI PLUS	SAE 80W-90	API GL-5/MT-1, ARVIN MERITOR 0-76-D, DAF, DETROIT DIESEL DFS93K219.02, IVECO, MAN 342 TYPE M3, MB 235.20, MIL-PRF-2105E, MACK GO-J, SAE J2360, SCANIA STO 1:0, ZF TE-ML 04G/05A/07A/08/12E/12L/12M/16B/16C/17B/19B/21A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18648
	48600.003447/2017 - 54	MONTANA MAAX PLUS+	SAE 15W-40	API CI-4/SL, ACEA E7-12, MB 228.3, VOLVO VDS-3, RENAULT TRUCK RLD-2, MACK EO-N, MACK EO-M PLUS, MAN M 3275, CUMMINS CES 20076/77/78, CAT ECF-2, MTU TYPE 2, DEUTZ DQC III-10, DETROIT DIESEL DDC 93K215, GLOBAL DHD-1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18652
	48600.003436/2017 - 74	TEXSA GEAR PLUS	SAE 80W	API GL-4, MB 235.1, ZF TE-ML 06L, ZF TE-ML 08, ZF TE-ML 17A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18649
	48600.003442/2017 - 21	MONTANA MAAX SAPPHIRE	SAE 10W-30	API CI-4/SL, ACEA E7-12, MB 228.3, VOLVO VDS-3, RENAULT TRUCK RLD-2, MACK EO-N, MACK EO-M PLUS, MAN M 3275, CUMMINS CES 20076/77/78, CAT ECF-2, MTU TYPE 2, DEUTZ DQC III-10, DETROIT DIESEL DDC 93K215, GLOBAL DHD-1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18650

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA IV

DESPACHO Nº 38, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO JARABRITTO'S LTDA, CNPJ nº 01.781.910/0001-11, conforme Processo Judicial nº 2017.51.01.502876-6.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 39, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PRBA0184632	APG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	21.206.599/0001-94	48610.015365/2017-33
PRMG0184612	AUTO POSTO CATUMBI LTDA - ME	26.821.961/0001-50	48610.015200/2017-61
PRPR0184619	AUTO POSTO FIDELI LTDA - ME	17.026.536/0001-89	48610.015227/2017-54
PRMG0184592	AUTO POSTO MEDEIROS E SILVA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP	28.833.037/0001-10	48610.015184/2017-15
PRMS0184616	AUTO POSTO PASSARELA LTDA - EPP	21.902.327/0001-29	48610.015237/2017-90
PRRS0184631	AUTO POSTO POMPEIA LTDA - EPP	28.492.896/0001-92	48610.014517/2017-81
PRGO0184594	AUTO POSTO SANTA RITA LTDA	26.310.903/0001-62	48610.015186/2017-04
PRSP0184637	CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO -NORTE LTDA	02.896.671/0011-80	48610.008389/2017-36
PRMT0184611	COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO EIRELI	09.001.879/0019-90	48610.015206/2017-39
PRMG0184593	EDIMAR PEREIRA CAMPOS - ME	24.068.391/0001-44	48610.015185/2017-51
PRRS0184591	ELO COMBUSTIVEIS EIRELI - ME	28.877.126/0001-68	48610.015180/2017-29
PRCE0184620	FONTES PETROLEO EIRELI - EPP	20.801.484/0002-66	48610.014686/2017-11
PRRN0184613	ITAJA COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI - ME	26.644.184/0001-16	48610.015240/2017-11
PRPE0184618	LEO PETRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	22.328.938/0001-78	48610.015183/2017-62
PRAM0184621	M M COMERCIO DE PETROLEO LTDA - EPP	26.615.145/0001-90	48610.015225/2017-65
PRGO0184634	NDM 2 COMERCIO DE PETROLEO LTDA	29.205.422/0001-85	48610.015360/2017-19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PRBA0184614	POSTO ANDRADE SILVA LTDA - ME	28.570.522/0001-48	48610.015238/2017-34
PRPR0184636	POSTO CIDADE DOS LAGOS LTDA - EPP	26.327.703/0001-12	48610.015358/2017-31
PRBA0184638	POSTO DE GASOLINA DA PAPA LTDA - EPP	26.265.429/0001-02	48610.014602/2017-49
PRBA0184617	POSTO JACUIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	27.008.934/0001-26	48610.015236/2017-45
PRPE0184633	R L C COMBUSTIVEIS - EIRELI	22.200.772/0002-90	48610.015363/2017-44
PRBA0184615	SALIM CAMAL COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	05.038.928/0001-89	48610.015235/2017-09
PRPE0184635	VISA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	27.826.287/0001-60	48610.015361/2017-55

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 40, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base no Art. 7°, IV, e Art. 30, I da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, por SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RN0076341	AUTO POSTO ALVES LTDA.	10.837.446/0001-29	48610.011897/2009-91
PR/SC0114323	AUTO POSTO LUCAS LTDA	15.086.349/0001-65	48610.005945/2012-16
SC0026867	AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA	03.455.338/0002-07	48610.009085/2002-18
PR/SP0075840	AUTO POSTO SANTANA RIO CLARO LTDA	47.003.728/0003-00	48610.011593/2009-24
PR/RS0070762	AUTO POSTO VALDANO LTDA	02.386.955/0004-05	48610.006178/2009-59
PR/SC0084823	AUTO POSTO WELTER LTDA - ME	10.329.590/0001-54	48610.009794/2010-03
PR/PB74786	CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SERTOES LTDA - EPP	17.394.417/0001-89	48610.001401/2016-09
SP0001074	CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO SUDOESTE LTDA	02.938.216/0003-90	48610.006279/2000-91
SC0020634	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA	01.529.352/0001-00	48610.020231/2001-77
PR/TO0148383	DOURADO AUTO POSTO EIRELI - EPP	18.779.772/0001-39	48610.012481/2013-77
MT0161133	MACLUF BIBERG & OLIVEIRA JUNIOR LTDA	05.548.882/0001-48	48610.005809/2003-27
PR/RS0100086	OLLÉ & ERICHSEN LTDA.	13.257.919/0001-07	48610.010644/2011-15
BA0167375	PEREZ CORREA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	05.962.232/0001-44	48610.000673/2004-41
MG0011557	POSTO BUENO LTDA	18.403.451/0001-35	48610.011260/2001-48
SC0017233	POSTO GUARAMIRIM LTDA	78.528.999/0001-33	48610.018921/2001-66
SC0000924	POSTO PEROLA DO VALE LTDA	79.004.933/0002-98	48610.004882/2000-39
PR/RN0085829	R M DE ASSUNÇÃO POSTO DE GASOLINA	10.552.812/0001-01	48610.011705/2010-81

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 1/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

268/2018-830.163/2014-M.CALIXTO MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA-

269/2018-833.402/2014-CERÂMICA PÁSSARO VERDE LTDA-

270/2018-831.886/2015-TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PEÇAS TRES PODERES LTDA-

271/2018-832.719/2015-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-

272/2018-832.285/2016-ÉXOTICA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME-

273/2018-832.411/2016-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-

274/2018-830.039/2017-RICARDO BRANGIONI VIEIRA-

275/2018-830.211/2017-TAU LOCAÇÕES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME-

276/2018-830.593/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-

277/2018-830.595/2017-LOPES E ALVES PRE MOLDADOS E MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-

278/2018-830.603/2017-CELSO CANDIDO-

279/2018-830.661/2017-CLEDMAR GERALDO GUIMARAES DOS SANTOS ME-

280/2018-830.683/2017-ROSSINI DE OLIVEIRA CARVALHO-

281/2018-830.806/2017-MD PLOTAGENS LTDA-

282/2018-831.624/2017-NEVESTONES LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

283/2018-831.222/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-

284/2018-833.891/2012-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-

285/2018-830.573/2013-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-

286/2018-831.881/2013-FERLIG FERRO LIGA LTDA-

287/2018-831.451/2015-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-

288/2018-832.917/2015-BRAZMINCO LTDA-

289/2018-831.690/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-

290/2018-831.702/2016-TEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.-

291/2018-831.829/2016-PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA ANDRADE-

292/2018-831.961/2016-WALTER VITOR DE OLIVEIRA-

293/2018-832.000/2016-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-

294/2018-832.395/2016-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-

295/2018-832.419/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

296/2018-832.420/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

297/2018-830.239/2017-CONSTRUTORA MADEMA EIRELI-

298/2018-830.242/2017-VITOR CLAUDIO NASCIMENTO-

299/2018-830.292/2017-CALA CALCÁRIO LAGAMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-

300/2018-830.314/2017-RANGEL REFLORESTAMENTO LTDA. ME-

301/2018-830.315/2017-RANGEL REFLORESTAMENTO LTDA. ME-

302/2018-830.372/2017-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-

303/2018-830.424/2017-JOSÉ DE AGUIAR MOURÃO SOBRINHO-

304/2018-830.889/2017-MSI MINERAÇÃO SANTOS ITAMARANDIBA LTDA ME-

305/2018-830.918/2017-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-

306/2018-831.066/2017-RAGOS OLIVEIRA DOS SANTOS-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 2/2018 -SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

833.335/2011-CALA CALCÁRIO LAGAMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Despacho publicado(256)

815.892/2008-BRUENING PEREIRA & BRUENING PEREIRA LTDA. ME-Nos termos do Despacho do Senhor Procurador-Chefe da PF/DNPM, que aprovou o PARECER Nº 268/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NÃO CONHEÇO do recurso interposto pela interessada, por falta do pressuposto do cabimento e NEGO-LHE SEGUIMENTO.

Fase de Requerimento de Lavra

Despacho publicado(356)

831.942/1986-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-Nos termos do PARECERNº 115/2017 - CFPM/DIFIS-GLSS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, APROVO o pedido de Pesquisa Complementar para Fosfato na área do processo em referência pelo prazo de 3 anos.

890.446/1991-DORKING BRASIL LTDA.-Nos termos do PARECERNº 117/2017 - CFPM/DIFIS-GLSS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, APROVO o pedido de Pesquisa Complementar para Gnaisse na área do processo em referência pelo prazo de 1 ano.

896.473/2000-CLAUDIA MINERAÇÃO LTDA. ME.-Nos termos do PARECER Nº 114/2017 - CFPM/DIFIS-GLSS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, APROVO o pedido de Pesquisa Complementar para granito na área do processo em referência pelo prazo de 1 ano.

Fase de Disponibilidade

Nega provimento ao recurso apresentado(1806)

830.788/1991- Recurso interposto por DIVINO MESSIAS NETO

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 17/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

217/2018-846.114/2017-FABRÍCIO FERNANDES VIEIRA-

218/2018-846.116/2017-FABRÍCIO FERNANDES VIEIRA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

219/2018-846.102/2014-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-

220/2018-846.155/2017-AGUIA METAIS LTDA-

221/2018-846.214/2017-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 18/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

222/2018-846.081/2017-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 68/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

223/2018-803.057/2017-PAHYOL INDUSTRIA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA-

224/2018-803.129/2017-DANUSA MARIA CORDEIRO TAJRA-

225/2018-803.158/2017-CONSTRUTORA SUCESSO S A-

226/2018-803.192/2017-INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA-

227/2018-803.200/2017-CONSTRUTORA SUCESSO S A-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

228/2018-803.090/2017-MINERADORA ANGELIM LTDA-

229/2018-803.196/2017-JOÃO COSTA E CASTRO-

230/2018-803.204/2017-HUMBERTO COSTA E CASTRO-

231/2018-803.205/2017-HUMBERTO COSTA E CASTRO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

232/2018-803.375/2010-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA ME-

233/2018-803.253/2016-ALEXANDRE DOMINGUEZ BELLIZIA-

234/2018-803.037/2017-HGN MINERAÇÃO LTDA-

235/2018-803.038/2017-HGN MINERAÇÃO LTDA-

236/2018-803.039/2017-HGN MINERAÇÃO LTDA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

237/2018-803.040/2017-HGN MINERAÇÃO LTDA-
238/2018-803.041/2017-HGN MINERAÇÃO LTDA-
239/2018-803.113/2017-CLARICE MAURIZ LIRA-
240/2018-803.115/2017-ANTONIO FRANCISCO DO REGO NETO-
241/2018-803.116/2017-CAWAV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP-
242/2018-803.117/2017-CAWAV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP-
243/2018-803.118/2017-CAWAV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 99/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1/2018-840.006/2017-MARCOS ANTONIO DA SILVA MELO JUNIOR-
2/2018-840.076/2017-FLÁVIO FLORÊNCIO PESSOA-
3/2018-840.152/2017-SALGADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S A-
4/2018-840.170/2017-FERNANDA ELIZABETE DA SILVA MELO-
5/2018-840.173/2017-AGROPECUARIA N. L. LTDA-
6/2018-840.204/2017-RAUL MORATO DE SOUZA-
7/2018-840.216/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
8/2018-840.217/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
9/2018-840.218/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
10/2018-840.219/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
11/2018-840.220/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
12/2018-840.221/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
13/2018-840.222/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-
14/2018-840.226/2017-DAMIANA BARBOSA DE FARIAS-
15/2018-840.235/2017-JEREMIAS PEREIRA DE SOUZA-
16/2018-840.257/2017-PEDRAS EXPRESS LTDA ME-
17/2018-840.280/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-
18/2018-840.281/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-
19/2018-840.285/2017-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA-
20/2018-840.286/2017-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA-
21/2018-840.287/2017-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA-
22/2018-840.288/2017-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA-
23/2018-840.289/2017-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
24/2018-840.077/2017-TIAGO DE FARIAS SAMPAIO-
25/2018-840.105/2017-MAP MINERAÇÃO LTDA-
26/2018-840.155/2017-PATRÍCIA ALVES CARDOSO-
27/2018-840.156/2017-PATRÍCIA ALVES CARDOSO-
28/2018-840.171/2017-EDSON VANDER GRECCO-
29/2018-840.172/2017-FABIANO ROCHA BADARO-
30/2018-840.175/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
31/2018-840.176/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
32/2018-840.178/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
33/2018-840.179/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
34/2018-840.180/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
35/2018-840.182/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
36/2018-840.184/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
37/2018-840.185/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
38/2018-840.186/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
39/2018-840.187/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
40/2018-840.188/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
41/2018-840.209/2017-JOÃO CARLOS CHAVES MIRANDA-
42/2018-840.223/2017-EDSON VANDER GRECCO-
43/2018-840.224/2017-EDSON VANDER GRECCO-
44/2018-840.225/2017-EDSON VANDER GRECCO-
45/2018-840.233/2017-LUCIANA QUEIROZ DOURADO CRUZ-
46/2018-840.237/2017-DCOMAR COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS EIRELI-
47/2018-840.252/2017-MINERAÇÃO SERRA D´AGUA LTDA.-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 134/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
244/2018-806.083/2016-PEDRO ÁLVARO ALVES DE SOUSA-
245/2018-806.104/2016-BAU MINERAÇÃO S A-
246/2018-806.119/2016-GILMAR MOREIRA DA SILVA JUNIOR-
247/2018-806.120/2016-GILMAR MOREIRA DA SILVA JUNIOR-
248/2018-806.123/2016-JOÃO DE SOUSA SILVA FILHO-
249/2018-806.001/2017-ULISSES ALVES DOS REIS JUNIOR-
250/2018-806.002/2017-ERIDAM LIMA DE OLIVEIRA-
251/2018-806.012/2017-GILMAR MOREIRA DA SILVA JUNIOR-
252/2018-806.043/2017-FIGUEIREDO ENVASADORA DE BEBIDAS LTDA-
253/2018-806.045/2017-FIGUEIREDO ENVASADORA DE BEBIDAS LTDA-
254/2018-806.089/2017-ESTRELA DA MANHÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
255/2018-806.308/2008-CNM COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-
256/2018-806.309/2008-CNM COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-
257/2018-806.007/2017-GESSO INTEGRAL LTDA-
258/2018-806.008/2017-GESSO INTEGRAL LTDA-
259/2018-806.017/2017-PROJETOS GEOLÓGICOS LTDA-
260/2018-806.023/2017-OSVALDO MOREIRA DE LIMA-
261/2018-806.026/2017-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA.-
262/2018-806.027/2017-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA.-
263/2018-806.048/2017-RICK RODRIGUES COSTA-
264/2018-806.077/2017-TETRAMEC CALCINAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA LTDA-
265/2018-806.078/2017-TETRAMEC CALCINAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA LTDA-
266/2018-806.079/2017-MINERCAO FORTALEZA-
267/2018-806.080/2017-GESSO INTEGRAL LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 196/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
212/2018-848.268/2017-CALVALE CALCINAÇÃO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
213/2018-848.271/2017-MINERAÇÃO MONTE SANTO-
214/2018-848.272/2017-LOURENÇO JUSTINO DE SOUZA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
215/2018-848.267/2017-J & R MINERACAO LTDA.-
216/2018-848.273/2017-LUIZ CARLOS MIRANDA FERREIRA ME-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 246/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
74/2018-871.424/2015-ASX TERRAPLENAGEM EIRELI-
75/2018-871.512/2017-SDA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA. ME-
76/2018-871.525/2017-EXTRA MINERADORA E ENGENHARIA LTDA ME-
77/2018-871.527/2017-AMAZON FLORESTAL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA ME-
78/2018-871.663/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
79/2018-870.806/2016-WAGNER RAIMUNDO KUNZENDORFF-
80/2018-870.988/2017-DAFABRICA LTDA ME-
81/2018-871.043/2017-CLEITON NOGUEIRA LIMA-
82/2018-871.101/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
83/2018-871.475/2017-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-
84/2018-871.480/2017-ADILHO AQUINO RIGO-
85/2018-871.482/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-
86/2018-871.483/2017-CERÂMICA ESPÍRITO SANTO LTDA ME-
87/2018-871.497/2017-MINERAÇÃO EMIL LTDA ME-
88/2018-871.507/2017-MIRANTE PARTICIPAÇÕES LTDA-
89/2018-871.508/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
90/2018-871.509/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-
91/2018-871.511/2017-RIO UNA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ME.-
92/2018-871.526/2017-MINERACAO ITAPORÉ LTDA-
93/2018-871.534/2017-MONTE BRANCO MINERAÇÃO EIRELE EPP-
94/2018-871.536/2017-MJ GRANITOS LTDA ME-
95/2018-871.537/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
96/2018-871.544/2017-ANGULO ENGENHARIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA ME-
97/2018-871.551/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-
98/2018-871.572/2017-CRISTAL MINERADORA E COMERCIO LTDA EPP-
99/2018-871.584/2017-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-
100/2018-871.585/2017-PEDRO REBLI-
101/2018-871.588/2017-ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DUTRA-
102/2018-871.589/2017-ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DUTRA-
103/2018-871.590/2017-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES-
104/2018-871.593/2017-LOMACON LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-
105/2018-871.595/2017-LG CONSTRUTORA LTDA ME-
106/2018-871.599/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-
107/2018-871.632/2017-MINERAÇÃO GOLD FIELD EIRELI ME-
108/2018-871.660/2017-BRUNO FIGUEIREDO GONÇALVES ME-
109/2018-871.664/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-
110/2018-871.665/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
111/2018-871.666/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
112/2018-871.708/2017-ADRIANO SANTOS DE SANTANA ME-
113/2018-871.711/2017-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-
114/2018-871.712/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
115/2018-871.720/2017-VICENTE GERALDO NOVIS DE MENEZES-
116/2018-871.721/2017-SILVIO SENRA JUNIOR-
117/2018-871.753/2017-WALTER NUNES SEIJO FILHO-
118/2018-871.754/2017-WALTER NUNES SEIJO FILHO-
119/2018-871.756/2017-GUSTAVO PEDREIRA DE FREITAS SÁ-
120/2018-871.757/2017-WALTER NUNES SEIJO FILHO-
121/2018-871.758/2017-CCB CONSTRUTORA CESARONI BRAGA LTDA-
122/2018-871.759/2017-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

123/2018-870.959/2017-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-
124/2018-870.960/2017-EDUARDO C C AZEVEDO-
125/2018-871.496/2017-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-
126/2018-871.545/2017-NIXON DUARTE MUNIZ FERREIRA-
127/2018-871.580/2017-FRANCISCO GILBERTO BRANDT-
128/2018-871.582/2017-EXTENSÃO SUL MINÉRIOS LTDA ME-
129/2018-871.596/2017-MOBBIL TELECOMUNICAÇOES LTDA-
130/2018-871.717/2017-MINING SERVICE EXPLOSIVOS E ACESSÓRIOS LTDA-
131/2018-871.718/2017-MINING SERVICE EXPLOSIVOS E ACESSÓRIOS LTDA-
132/2018-871.772/2017-RAFAEL HOISEL MALAGUTI-
133/2018-871.774/2017-RAFAEL HOISEL MALAGUTI-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 253/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
134/2018-871.487/2017-G 4 ESMERALDA-
135/2018-871.488/2017-G 4 ESMERALDA-
136/2018-871.489/2017-G 4 ESMERALDA-
137/2018-871.492/2017-G 4 ESMERALDA-
138/2018-871.493/2017-G 4 ESMERALDA-
139/2018-871.494/2017-G 4 ESMERALDA-
140/2018-871.495/2017-G 4 ESMERALDA-
141/2018-871.604/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
142/2018-871.605/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
143/2018-871.803/2017-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
144/2018-871.471/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
145/2018-871.472/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
146/2018-871.473/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
147/2018-871.474/2017-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-
148/2018-871.484/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
149/2018-871.501/2017-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-
150/2018-871.502/2017-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-
151/2018-871.503/2017-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-
152/2018-871.504/2017-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
153/2018-871.505/2017-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
154/2018-871.506/2017-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
155/2018-871.520/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
156/2018-871.521/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
157/2018-871.523/2017-TOP ENGENHARIA LTDA-
158/2018-871.524/2017-TOP ENGENHARIA LTDA-
159/2018-871.552/2017-ADILHO AQUINO RIGO-
160/2018-871.565/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
161/2018-871.567/2017-EMPRESA DE NAVEGAÇÃO VJB LTDA-
162/2018-871.573/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
163/2018-871.576/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
164/2018-871.577/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
165/2018-871.578/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
166/2018-871.579/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
167/2018-871.690/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
168/2018-871.707/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
169/2018-871.755/2017-WALTER NUNES SEIJO FILHO-
170/2018-871.793/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
171/2018-871.797/2017-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES-
172/2018-871.811/2017-QB QUARTZBLUE QUARTZITOS DO BRASIL LTDA ME.-
173/2018-871.813/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
174/2018-871.477/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
175/2018-871.478/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
176/2018-871.479/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
177/2018-871.485/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
178/2018-871.486/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
179/2018-871.542/2017-MINERAÇÃO GRACOL LTDA.-
180/2018-871.558/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-
181/2018-871.562/2017-SILA FLORESTAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
182/2018-871.564/2017-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-
183/2018-871.799/2017-ZUMBI MINERACAO LTDA ME-
184/2018-871.801/2017-ZUMBI MINERACAO LTDA ME-
185/2018-871.804/2017-NESTOR HERMES-
186/2018-871.805/2017-NESTOR HERMES-
187/2018-871.806/2017-NESTOR HERMES-
188/2018-871.807/2017-NESTOR HERMES-
189/2018-871.809/2017-MINERAL BUSINESS BRASIL EIRELLI ME-
190/2018-871.815/2017-EMERICK STONES LTDA EPP-
191/2018-871.816/2017-EMERICK STONES LTDA EPP-
192/2018-871.817/2017-EMERICK STONES LTDA EPP-
193/2018-871.818/2017-EMERICK STONES LTDA EPP-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 254/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
194/2018-870.005/2016-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-
195/2018-871.121/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
196/2018-871.122/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
197/2018-871.450/2017-STONE MÁSTER MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-
198/2018-871.528/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
199/2018-871.538/2017-PEDRO REBLI-
200/2018-871.543/2017-DAVI TOSTA PEREIRA BRITTO-
201/2018-871.568/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
202/2018-871.569/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
203/2018-871.644/2017-SETA ENGENHARIA S.A.-
204/2018-871.650/2017-TONI GRAN MARMORARIA LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
205/2018-871.247/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
206/2018-871.248/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
207/2018-871.529/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
208/2018-871.530/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
209/2018-871.531/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
210/2018-871.532/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
211/2018-871.533/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 265/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
48/2018-860.974/2017-DANIELA LOBO MACHADO SANCHES-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
49/2018-860.401/2015-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-
50/2018-860.402/2015-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-
51/2018-860.397/2016-GUILHERME MORETTI-
52/2018-861.212/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-
53/2018-861.353/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-
54/2018-860.246/2017-PAULO VIRGÍLIO MOREIRA MONTEIRO-
55/2018-860.282/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
56/2018-860.283/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
57/2018-860.284/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
58/2018-860.496/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
59/2018-860.574/2017-GILSON DIVINO DA SILVA-
60/2018-860.743/2017-JORGE PERES DE OLIVEIRA-
61/2018-860.883/2017-LAIANA RODRIGUES SARDINHA 04304170120-
62/2018-860.972/2017-CERAMIKALYS INDUSTRIA CERAMICA E COMERCIO LTDA-
63/2018-860.973/2017-CERAMIKALYS INDUSTRIA CERAMICA E COMERCIO LTDA-
64/2018-860.976/2017-STRACTA MINERAÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
65/2018-861.393/2015-RAFAEL SANCHES COSTA-
66/2018-860.302/2016-GUILHERME MORETTI-
67/2018-860.570/2017-DIONY CEZAR RABELO-
68/2018-860.898/2017-CALCARIO URUAÇU LTDA-
69/2018-860.900/2017-MARCOS ALCOFORADO MARANHÃO SÁ-
70/2018-860.920/2017-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA-
71/2018-860.924/2017-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA-
72/2018-860.941/2017-RAIMUNDO VIANA DUTRA-
73/2018-860.942/2017-RAIMUNDO VIANA DUTRA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
800.650/2015-ANTÔNIO CLESSO ALVES BEZERRA ME- Alvará n°1634/2016 - Cessionario:800.083/2017-JOÃO CARDOSO DE ALMEIDA ME- CPF ou CNPJ 21.332.344/0001-78
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.481/2015-MINERAÇÃO LOUGON EIRELI EPP-OF. N°2336/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.859/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-CALCÁRIO E ARGILA
800.481/2015-MINERAÇÃO LOUGON EIRELI EPP-QUARTZITO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
801.064/2010-LARA ALIANÇA MINERAÇÃO LTDA.
800.011/2011-LARA ALIANÇA MINERAÇÃO LTDA.
800.012/2011-LARA ALIANÇA MINERAÇÃO LTDA.
800.013/2011-LARA ALIANÇA MINERAÇÃO LTDA.
800.015/2011-LARA ALIANÇA MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.269/2000-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-OF. N°2317/2017
800.259/2004-CERÂMICA BRASILEIRA CERBRAS LTDA-OF. N°2275/2017 e 2274/2017
800.298/2005-TÂNIA FABÍOLA S. SABÓIA ME-OF. N°2277/2017 e 2278/2017
800.442/2006-MINERAÇÃO LOGHI LTDA.-OF. N°2267/2017 e 2325/2017
800.328/2007-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°2321/2017, 2322/2017, 2323/2017
800.967/2007-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-OF. N°2270/2017, 2284/2017
800.753/2008-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2311/2017 e 2312/2017
800.006/2011-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2067/2017
800.641/2011-PORTAL DO SOL CONSULTORIA & IMOBILIÁRIA LTDA-OF. N°2319/2017
800.174/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°2279/2017 e 2280/2017
800.233/2013-DIOMAGRAN MARMORES E GRANITOS LTDA ME-OF. N°2328/2017 e 2329/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

800.209/2007-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-OF. N°2326/2017-180 dias
800.571/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2318/2017-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.574/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2330/2017
800.641/2011-PORTAL DO SOL CONSULTORIA & IMOBILIÁRIA LTDA-OF. N°2320/2017
800.233/2013-DIOMAGRAN MARMORES E GRANITOS LTDA ME-OF. N°2327/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
800.328/2007-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°2324/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.534/1994-NEBLINA INDUSTRIA DE MINERAÇÃO LTDA EPP- FONTES: ESPERANÇA I e BAMBU I; 20 L (sem gás)- GUARAMIRANGA/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.281/1989-NISSI ROCHAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA-OF. N°005/2018
800.154/1993-SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°001/2018
800.534/1994-NEBLINA INDUSTRIA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°011/2018
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°006/2018

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 202/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
866.695/2014-VALE DO OURO AGROCALCÁRIO LTDA- DOU de 12/12/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
866.869/2014-VALE DO OURO AGROCALCÁRIO LTDA- DOU de 12/12/2017

SERAFIM CARVALHO MELO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 203/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.565/2017-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME-OF. N°448/2017-DGTM
866.886/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°450/2017-DGTM
866.887/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°449/2017-DGTM
866.901/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°451/2017-DGTM
866.908/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°452/2017-DGTM
866.909/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°453/2017-DGTM
866.915/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°455/2017-DGTM
866.918/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°457/2017-DGTM
866.919/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°458/2017-DGTM
866.927/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°459/2017-DGTM
866.931/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°460/2017-DGTM
866.937/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°461/2017-DGTM
866.938/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°462/2017-DGTM
866.942/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°463/2017-DGTM
866.947/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°464/2017-DGTM
866.948/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°465/2017-DGTM
866.950/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°466/2017-DGTM
866.951/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°467/2017-DGTM
866.959/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°468/2017-DGTM
866.964/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°469/2017-DGTM
866.965/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°470/2017-DGTM
866.972/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°482/2017-DGTM
866.980/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°476/2017-DGTM
866.987/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°477/2017-DGTM
866.992/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°478/2017-DGTM
866.994/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°479/2017-DGTM
866.998/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°480/2017-DGTM
866.999/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°481/2017-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
866.321/1991-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.237/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.238/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.239/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.240/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.244/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.287/1999-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.038/2001-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.630/2005-MINERAÇÃO APOENA S A
Nega provimento a defesa apresentada(242)
866.321/1991-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.237/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.238/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.239/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.240/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.244/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.287/1999-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.038/2001-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.630/2005-MINERAÇÃO APOENA S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
867.023/2014-ALVARO PIZZATO QUADROS-OF. N°609/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.704/2016-MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE-Cessionário:Mineradora São Benedito Eireli ME- CPF ou CNPJ 26.690.997/0001-42- Alvará n°7636/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.120/2013-NX GOLD S A-NOVA XAVANTINA/MT - Guia n° 23/2017-50.000toneladas-Minério de Ouro- Validade:11/08/2019
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.120/2013-NX GOLD S A-ALVARÁ N°15585/2015
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.468/1994-DARCI NASCIMENTO EPP- Cessionário:Valdemir Carlos de Souza- CNPJ 326.183.101-44- PLG n°78/1995
866.890/2005-GILBERTO PEREIRA DE SOUZA- Cessionário:Gilberto Pereira de Souza-ME- CNPJ 19.115.008/0001-21- PLG n°002/2006
867.004/2005-GILBERTO PEREIRA DE SOUZA- Cessionário:Gilberto Pereira de Souza-ME- CNPJ 19.115.008/0001-21- PLG n°005/2006
867.010/2005-GILBERTO PEREIRA DE SOUZA- Cessionário:Gilberto Pereira de Souza-ME- CNPJ 19.115.008/0001-21- PLG n°006/2006
866.244/2012-TIAGO VIEIRA DE SOUZA DORILEO-Cessionário:Carlos Alberto dos Reis Dias- CNPJ 174.781.201-30-PLG n°133/2012
866.245/2012-TIAGO VIEIRA DE SOUZA DORILEO-Cessionário:Carlos Alberto dos Reis Dias- CNPJ 174.781.201-30-PLG n°129/2012
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
866.289/2008-ADJALMES DIAS DO NASCIMENTO ME- Cessionário:A.C. de Oliveira Comércio de Areia-ME-CNPJ 23.001.283/0001-91- Licenciamento n°011/2010- Vencimento do Licenciamento: 01/06/2022
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
866.170/1994-REICAL IND. COM. DE CALCÁRIO LTDA-OF. N°221.44.068/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
866.869/2014-VALE DO OURO AGROCALCÁRIO LTDA-OF. N°235/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
866.438/2000-IMPÉRIO MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°221.44.066/201-Fis

SERAFIM CARVALHO MELO

DEPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 205/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.966/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°471/2017
866.969/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°472/2017-DGTM
866.970/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°473/2017-DGTM
866.974/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°474/2017-DGTM
866.978/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°475/2017-DGTM
867.004/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°483/2017-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.298/2006-CARLOS JOSÉ FERNANDES-OF. N°610/2017-Fis
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
866.896/2014-FERNANDO ALECIO COSTA-Alvará N°16373/2015
866.307/2017-RICARDO PINHO LARA-Alvará N°7241/2017
866.308/2017-RICARDO PINHO LARA-Alvará N°7242/2017
866.310/2017-RICARDO PINHO LARA-Alvará N°7243/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.835/2014-EDNEY DA SILVA GASQUES -Alvará N°649/2017
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.857/2006-COOPERATIVA DOS FUNDIDORES DE CASSITERITA DA AMAZONIA LTDA - PLG Nº 22/2007 de 16/07/2007- Vencimento em 16/07/2022
866.858/2006-COOPERATIVA DOS FUNDIDORES DE CASSITERITA DA AMAZONIA LTDA - PLG Nº 23/2007 de 16/07/2007- Vencimento em 16/07/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
866.659/2009-ORACIO BUENO DE OLIVEIRA-OF. N°563/2017
866.611/2010-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°575/2017
867.219/2010-P C TRAVEN-OF. N°560/2017
866.363/2011-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME-OF. N°221.44.008/2017-Fis
866.478/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-OF. N°567/2017
866.738/2011-REINALDO DE OLIVEIRA ROMANO-OF. N°572/2017
866.757/2011-ELIO PEREIRA DA SILVA-OF. N°561/2017
866.627/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°568/2017
866.695/2013-ANACLETO ARAUJO PAE-OF. N°564/2017
866.709/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-OF. N°567/2017
866.783/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-OF. N°570/2017
866.862/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-OF. N°565/2017
866.979/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-OF. N°567/2017
867.413/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-OF. N°567/2017
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
866.386/2014-CASCALHEIRA INSULA LTDA ME- Licenciamento N°:001/2015 - Prorrogado por 03 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
866.893/2014-AGROPECUARIA GUARITA S A
866.895/2014-AGROPECUARIA GUARITA S A

SERAFIM CARVALHO MELO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 206/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
866.893/2014-AGROPECUARIA GUARITA S A- DOU de 24/11/2016
866.895/2014-AGROPECUARIA GUARITA S A- DOU de 24/11/2016

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
848.077/2017-MARCELO MARIO PORTO FILHO- Alvará n°4224/2017 - Cessionario:848.286/2017-MINERAÇÃO TOMAZ SALUSTINO S.A- CPF ou CNPJ 08.131.773/0001-19
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.176/2016-BRUNA LOYZA CORDEIRO BEZERRA- Cessionário:EDILZA SOLINO DE SOUZA- CPF ou CNPJ 489.954.874-53- Alvará n°9.122/2016
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
848.199/2016-LUIS CARLOS FERREIRA AMORIM - PLG N°01/2018 de 09/01/2018 - Prazo 05 anos

ROGER GARIBALDI MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

PORTARIA Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34 do anexo I do Decreto nº8.949, de 29 de dezembro de 2016 e da e na Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Considerando a Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que instituiu o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Considerando a Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016, do CNAS, que aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios 2016 e 2017;

Considerando a Resolução nº 7, de 22 de maio de 2017, do CNAS, que aprova a readequação dos critérios de partilha do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios de 2016 e 2017; resolve:

Art. 1 Divulga, conforme anexo desta portaria, a relação dos municípios que concluíram o aceite ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, nos termos da Portaria SNPDH nº 03, de 12 de dezembro de 2017, até o dia 30 de dezembro de 2017.

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HALIM ANTONIO GIRADE

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	QUANTIDADE MENSAL DE VAGAS ACEITAS
AL	Cajueiro	300
AL	Major Isidoro	100
BA	Barro Alto	100
BA	Mutuípe	300
BA	Xique-Xique	300
CE	Icó	600
MA	Bela Vista do Maranhão	100
MA	Tutóia	400
MG	Carangola	300
MG	Catuti	100
MG	Juatuba	150
MG	Limeira do Oeste	100
MG	Matipó	200
MG	Setubinha	100
PA	Acará	600
PA	Porto de Moz	300
PA	São João do Araguaia	100
PB	Bayeux	800
PB	São José de Caiana	100
PE	Altinho	150
PE	Brejão	100
PE	Feira Nova	150
PE	Gravatá	800
PE	Ipubi	150
PE	Palmares	600
PE	Palmeirina	100
PE	Tabira	300
PE	Timbaúba	200
PI	Bonfim do Piauí	100
PI	Curimatá	100
PI	Ribeira do Piauí	100
PI	São José do Peixe	100
RJ	Queimados	1600
RN	São Bento do Norte	100
RN	Triunfo Potiguar	100
RO	Cacoal	200
RO	São Luiz	100
SP	Jaboticabal	600
SP	Urupês	100

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.157, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/11/2017 e 06/12/2017, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/11/2017 e 06/12/2017, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.006378/2014-11
Proponente: Instituto Trilhar
Título: Escola de Lutas
Registro: 02MG129822013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.239.821/0001-39
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 458.260,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2241 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45139-8
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58000.002276/2016-88
Proponente: Associação Esportiva e Cultural Pro Esporte
Título: Pró Esporte Futsal Social Ano III
Valor autorizado para captação: R$ 511.478,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2626 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36788-5
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.010264/2016-27
Proponente: Caxias do Sul Basquete Associação Esportiva e Recreativa
Título: Caxias do Sul - Basquete Adulto Masculino V
Valor autorizado para captação: R$ 1.966.150,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 122433-6
Período de Captação até: 31/04/2018
3 - Processo: 58701.004169/2015-14
Proponente: Grupo Educação Ética e Cidadania
Título: Centro Sócio Esportivo
Valor autorizado para captação: R$ 2.293.899,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3329 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 51722-4
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2018

Define diretrizes que regulamentam as condições ambientais de uso e descarte de fluidos, cascalhos e pastas de cimento nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás, estabelece o Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), no uso de suas atribuições que lhe confere o art. o art. 23, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no D.O.U. de 25/01/2017, e art. 130, inciso VI, do Anexo I, da Portaria Ibama nº 14, de 25 de junho de 2017, publicada no D.O.U. de 30/06/2017;

Considerando o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.136, de 23 de fevereiro de 2002;

Considerando o disposto na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e;

Considerando ainda o que consta no Processo nº 02001.100698/2017-34; resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito do Ibama, diretrizes para as condições ambientais de uso e descarte de fluidos, cascalhos e pastas de cimento nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás.

Art. 2º O uso e o descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento deverão obedecer aos critérios estabelecidos no Anexo da presente Instrução Normativa.

Art. 3º O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 4º Esta Instrução Normativa deverá ser revista no prazo de quatro anos contados a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único. Este prazo destina-se a uma transição para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e rejeitos como previsto no inciso I do art. 47 da Lei nº 12.305/2010.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor 30 dias após sua publicação.

ANEXO

DIRETRIZES QUE ESTABELECEM AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS PARA O USO E DESCARTE DE FLUIDOS, CASCALHOS E PASTAS DE CIMENTO NAS ATIVIDADES DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA DE POÇOS E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

1. DEFINIÇÕES

I - Água de lavagem: volume residual resultante da operação de lavagem das unidades de cimentação e do tanque de mistura de cimento e dos tanques de fluidos.

II - Água de mistura: veículo aquoso que serve como base para o preparo da pasta de cimento, podendo conter aditivos líquidos ou sólidos.

III - Base do Fluido: fase contínua de um fluido.

IV - Cascalhos: fragmentos originados pela ação da broca sobre a rocha ou cimento curado.

V - Cimentação: é a vedação, por meio do preenchimento do espaço anular entre a coluna de revestimento e a formação rochosa, com pasta de cimento, para impedir a migração de fluidos para o interior do poço.

VI - Completação: é o conjunto de operações e atividades que têm como objetivo equipar o poço para a produção, instalando todos os acessórios e equipamentos que permitirão a operação segura do poço de petróleo.

VII - Efluentes: termo usado para caracterizar os despejos líquidos provenientes dos volumes excedentes do processo de cimentação e da lavagem das unidades de cimentação e de tanques usados na fabricação de fluidos e da água de mistura da cimentação.

VIII - Exploração: Conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural.

IX - Fluidos de Perfuração: são misturas complexas de sólidos, líquidos, produtos químicos, inclusive gases, utilizadas na perfuração de poços, com as finalidades principais de transportar o cascalho gerado para a superfície, resfriar e lubrificar a broca e promover a pressão hidrostática necessária para evitar o colapso do poço.

X - Fluidos Complementares: denominação genérica dos que não são fluidos de perfuração e que, também, são utilizados nas operações de perfuração, cimentação, completação e intervenção de poços, tais como:

a) Colchão Espaçador: formulações químicas utilizadas para deslocar fluidos dos poços, antes da utilização de outros fluidos, sendo sua principal função a separação de fluidos que podem ser incompatíveis entre si.

b) Colchão Lavador: formulações químicas cuja função principal é a remoção do "filme" de fluido de perfuração aderido à parede interna do poço (revestimento).

c) Colchão Traçador: fluido de base aquosa de fácil visualização submarina, cuja função é a indicação de chegada da frente do fluido que se deseja deslocar ou bombear.

d) Colchão Viscoso ou de Limpeza: formulações químicas cuja função principal é a remoção de sólidos particulados do poço e com isso, evitar a contaminação do fluido de completação a ser deslocado para o poço.

e) Fluidos de Completação: soluções salinas utilizadas em substituição aos fluidos de perfuração, para evitar danos às zonas de interesse por ocasião da etapa de completação dos poços.

f) Packer Fluid: fluido que é deixado na região anular do poço, sobre o packer, após a etapa de completação, tendo como uma de suas funções, a proteção contra corrosão.

XI - Intervenção: operações de manutenção dos equipamentos, realizadas após a completação e início da produção da poço, também denominadas workover, bem como as operações de abandono.

a) Heavy workover: Intervenção que requer a retirada da Árvore de Natal Molhada (ANM) e da Coluna de Produção (COP).

b) Light workover: Intervenção que não requer a retirada da Árvore de Natal Molhada (ANM) nem da Coluna de Produção (COP).

XII - Operador: empresa designada para conduzir e executar todas as operações de exploração e produção, previstas no Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

XIII - Pasta de Cimento: sistema de fluido cimentante contendo água de mistura e cimento que ao solidificar veda os espaços anulares ou o interior do poço, promovendo o seu isolamento e tamponamento.

XIV - Perfuração: atividades da exploração com o objetivo de localizar reservas de hidrocarbonetos, suas dimensões e potencial produtivo.

XV - Produção: Conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo de sua movimentação.

XVI - Resíduos sólidos: material nos estados sólido, semissólido ou líquido resultante das atividades de perfuração, completação e intervenção de poços ou nelas utilizados, cujas particularidades torne inviável seu lançamento em corpos d´água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis, em face a melhor tecnologia disponível.

2. CONDIÇÕES AMBIENTAIS PARA USO DE FLUIDOS DE PERFURAÇÃO, FLUIDOS COMPLEMENTARES E PASTAS DE CIMENTO

2.1. Dos produtos componentes

Na formulação de fluidos de perfuração, complementares e pastas de cimento, deverão ser observadas proibições pela legislação para a utilização e o transporte de produtos e substâncias químicas.

Para fluidos de perfuração fica proibido o uso dos seguintes produtos: i) óleo diesel, ii) cromo hexavalente, iii) lignosulfonato de cromo, iv) lignosulfonato de ferrocromo, v) ligas de ferrocromo e vi) brometo de zinco (ZnBr2).

Para fluidos complementares que utilizarem os produtos elencados acima nas suas formulações, deverão ser observadas as condições de descarte no item 3.

Fica resguardado o direito do órgão ambiental competente de modificar a listagem de produtos proibidos conforme justificativas tecnicamente fundamentadas.

2.1.1. Baritina

2.1.1.1 Metais

A baritina prevista para as preparações dos fluidos e pastas de cimento deverá atender às concentrações máximas de 3 mg/kg para cádmio e 1 mg/kg para mercúrio. A determinação de cádmio deverá ser realizada por meio dos métodos EPA 3050 (Digestão Acida da Amostra) ou 200.7 e 200.8, seguido pelos métodos EPA 6010 ou 6020. Para a determinação de mercúrio total deverá ser usado os métodos EPA 7471 ou 245.5.

Na baritina prevista para as preparações dos fluidos e pastas de cimento deverão ser analisadas também as concentrações de alumínio (Al), arsênio (As), chumbo (Pb), cobre (Cu), cromo (Cr), ferro (Fe), manganês (Mn), molibdênio (Mo), níquel (Ni), silício (Si), vanádio (V) e zinco (Zn). Os ensaios deverão ser realizados por meio dos métodos EPA 3050 (Digestão Ácida da Amostra) e EPA 6010 ou 6020 (Determinação dos metais).

Os ensaios deverão ser realizados por laboratórios acreditados junto ao INMETRO ou instituição internacional reconhecida.

Fica proibido o uso de baritina que não atenda aos limites descritos.

2.1.2. Bases orgânicas

2.1.2.1 Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPAs)

A concentração de HPAs totais da base orgânica prevista na preparação dos fluidos não aquosos não deverá ultrapassar a razão de 10 mg HPA/kg fluido base, conforme métodos EPA 1654 ou EPA 8270.

2.1.2.2 Ecotoxicidade em sedimento marinho

Deverá ser realizada avaliação da ecotoxicidade em sedimento marinho (10 dias) para a base orgânica prevista na preparação dos fluidos não aquosos conforme métodos EPA 1644 e EPA 1646. Alternativamente, o IBAMA poderá aceitar o desenvolvimento do ensaio ecotoxicológico com o uso de organismo nativo conforme ABNT NBR 15638. Contudo, mantém-se a determinação do uso do método EPA 1646 para a contaminação de sedimento, assim como o uso do método EPA 1644 para a interpretação dos resultados.

2.1.2.3 Potencial de biodegradabilidade

Deverá ser realizada avaliação do potencial de biodegradabilidade para a base orgânica prevista na preparação dos fluidos não aquosos conforme método EPA 1647.

As bases orgânicas dos fluidos não aquosos que não atenderem o critério de aprovação do método EPA 1644 ou do método EPA 1647 poderão ser utilizados, mas deverão ser observados os critérios de descarte dos itens 4 e 5.

2.1.3 Dos Estoques

Deverá ser apresentado pelo operador um plano de amostragem dos estoques de baritina e de base orgânica junto ao Processo Administrativo de Fluidos e Pastas. O plano será aprovado previamente pelo IBAMA e contemplará minimamente as questões de rastreabilidade dos lotes, misturas de bases orgânicas e amostragem representativa desses estoques.

2.2 Da Ecotoxicidade

Os fluidos utilizados nas fases sem retorno à unidade de perfuração, amostrados em momento prévio ao uso, deverão atender o limite de Cocentração Letal CL50-96h >_

30.000 ppm da Fração Particulada Suspensa (FPS), por meio das normas ABNT NBR 15308 E ABNT NBR15469.

3. CONDIÇÕES PARA DESCARTE DE CASCALHO, FLUIDOS DE PERFURAÇÃO E COMPLEMENTARES DE BASE AQUOSA.

O descarte de fluidos de base aquosa durante as fases com retorno à plataforma será permitido se não for detectada a presença de óleo livre através do método EPA 1617 (Teste de Iridescência Estática) em amostra de fluido de perfuração base aquosa coletada em momento pré-descarte.

O descarte de cascalho associado aos fluidos de base aquosa durante as fases com retorno à plataforma será permitido se não for detectada a presença de óleo livre, através do método EPA 1617 (Teste de Iridescência Estática) em amostra de cascalho coletada em momento pré-descarte.

Não será permitido o descarte em águas marinhas, de cascalho e fluidos de base aquosa, cujo resultado da CL50-96h, pelas normas ABNT NBR 15308 e ABNT NBR 15469, realizada com amostra de fluido coletada no momento pré-descarte, for inferior a 30.000 ppm da FPS.

A operação nas fases sem retorno de cascalho e fluido à plataforma somente será permitida se forem atendidas as condições estabelecidas no item "2. Condições Ambientais de Uso de Fluido de Perfuração, Fluidos Complementares e Pastas de Cimento".

O descarte das operações nas fases sem retorno poderá ser restrito no processo de licenciamento ambiental dependendo da sensibilidade da área do empreendimento.

Não será permitido o descarte em águas marinhas de cascalhos gerados e fluidos aquosos utilizados nas fases de reservatório (ou zonas produtoras) dos poços.

Não será permitido o descarte em águas marinhas de cascalho e fluidos de base aquosa cujo resultado da concentração de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPA-16 prioritários), pelo método EPA 8270 realizada com amostra de fluido e cascalho coletada em momento pré-descarte, seja maior que 10 ppm.

Não será permitido o descarte em águas marinha de fluido complementar de base aquosa que contiver óleo diesel, cromo hexavalente, lignosulfonato de ferrocromo, lignosulfonato de cromo, ligas de ferrocromo ou brometo de zinco (ZnBr2) e outros produtos que o órgão ambiental julgar necessário proibir conforme justificativas tecnicamente fundamentadas.

4. CONDIÇÕES PARA DESCARTE DE CASCALHO COM FLUIDOS DE PERFURAÇÃO DE BASE NÃO AQUOSA ADERIDO

O descarte de cascalho com fluido de perfuração de base não aquosa aderido será permitido se neste não for detectada a presença de óleo livre, através do método EPA 1617 Teste de Iridescência Estática em amostra de cascalho coletada em momento pré-descarte.

O descarte de cascalho com fluido de perfuração de base não aquosa aderido está condicionado ao teor de base orgânica nele aderida, conforme método EPA 1674 (Teste de Retorta de Massa). No resultado final, o cascalho descartado não deverá exceder o limite de 6,9% (média acumulada por poço) no caso de n-parafinas, olefinas internas (IO´s), olefinas alfa lineares (LAO), polialfa olefinas (PAO) e fluidos a base de óleo mineral tratados ou de 9,4% (média acumulada por poço) de base orgânica no caso de ésteres, éteres e acetais. Caso tenha sido empregado em um mesmo fluido mais de um tipo de base orgânica (i - n-parafinas, olefinas internas, olefinas alfa lineares, polialfa olefinas e óleo mineral tratado; ii - ésteres, éteres e acetais), deve-se empregar como valor de referência para o teor de base orgânica aderida ao cascalho, o valor mais restritivo, ou seja, 6,9% m/m.

Não será permitido o descarte em águas marinhas, de cascalho com fluidos de perfuração de base não aquosa aderido cujo resultado da CL50-96h, métodos ABNT NBR 15308 e ABNT NBR 15469, realizado em amostra do fluido coletada no momento pré-descarte, for inferior a 30.000 ppm da FPS.

Não será permitido o descarte em águas marinhas de cascalhos com fluidos não aquosos aderidos, gerados nas fases de reservatório (ou zonas produtoras) dos poços.

O descarte de cascalho com fluido de perfuração de base não aquosa aderido somente será permitido se a base orgânica prevista para as formulações atender o critério de biodegradabilidade preconizado pelo método EPA 1647.

O descarte de cascalho com fluido de perfuração de base não aquosa aderido somente será permitido se a avaliação da ecotoxicidade em sedimento marinho (10 dias) da base orgânica dos fluidos de perfuração não aquosos atender a razão de até 1,0 conforme método EPA 1644. Alternativamente, o IBAMA poderá aceitar o desenvolvimento do ensaio ecotoxicológico com o uso de organismo nativo conforme ABNT NBR 15638. Contudo, mantém-se a determinação do uso do método EPA 1646 para a contaminação de sedimento, assim como o uso do método EPA 1644 para a interpretação dos resultados.

O descarte de cascalho com fluido de perfuração de base não aquosa aderido somente será permitido se a avaliação da ecotoxicidade em sedimento marinho (96h) em amostra de fluido de perfuração de base não aquosa coletada em momento pré-descarte atender o critério definido no método EPA 1644. Alternativamente, o IBAMA poderá aceitar o desenvolvimento do ensaio ecotoxicológico com o uso de organismo nativo conforme ABNT NBR 15638. Contudo, mantém-se a determinação do uso do método EPA 1646 para a contaminação de sedimento, assim como o uso do método EPA 1644 para a interpretação dos resultados.

Não será permitido o descarte em águas marinhas de cascalho com fluido de perfuração de base não aquosa aderido, cujo resultado da concentração de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPA-16 prioritários), pelo método EPA 8270 realizada com amostra de cascalho com fluido coletada em momento pré-descarte, seja maior que 10 ppm.

5. DO DESCARTE DE FLUIDOS DE PERFURAÇÃO E COMPLEMENTARES DE BASE NÃO AQUOSA.

Não será permitido o descarte de fluidos de perfuração e complementares de base não aquosa em águas marinhas.

6. CONDIÇÕES PARA DESCARTE DE EFLUENTES DA PERFURAÇÃO E DA CIMENTAÇÃO

São considerados como efluentes da perfuração as águas de lavagem dos tanques de fluidos e como efluentes da cimentação a pasta de cimento e água de mistura excedentes nos tanques, assim como a água de lavagem do sistema de cimentação.

Será permitido o descarte dos efluentes provenientes da lavagem dos tanques de fluidos aquosos, desde que sejam atendidas as condições de uso (item 2) e descarte (item 3) dos fluidos e se não for detectada a presença de óleo livre através do método EPA 1617 (Teste de Iridescência Estática) na água de lavagem. No caso de adição de produtos químicos durante o processo de lavagem dos tanques, o efluente final não poderá ser descartado.

Não será permitido o descarte em águas marinhas dos efluentes provenientes da lavagem dos tanques de fluidos não aquosos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Não será permitido o descarte em águas marinhas de pasta de cimento excedente nos tanques e não bombeada para o poço, bem como dos efluentes gerados a partir do processo de limpeza do poço e do sistema de cimentação, exceto o retorno oriundo da cimentação dos revestimentos de condutor e superfície (fases sem retorno).

Não será permitido o descarte em águas marinhas de qualquer água de mistura independente da composição.

7. DA DESCARGA ACIDENTAL DE FLUIDOS NO MAR

Na ocorrência de derramamento acidental de fluido no mar, das fases com retorno à plataforma, deverá ser coletada amostra para análise de toxicidade aguda, de acordo com as normas ABNT NBR 15308 e ABNT NBR 15469. O resultado do ensaio de toxicidade aguda do fluido derramado acidentalmente deverá ser anexado ao Relatório Detalhado de Incidente (RDI) encaminhado para a Coordenação-Geral de Emergências Ambientais - CGEMA.

8. PROJETO DE MONITORAMENTO DE FLUIDOS E CASCALHOS (PMFC)

O PMFC deverá tratar do gerenciamento dos fluidos desde seu preparo até o destino final, de acordo com os critérios abaixo, e deverá ser aplicado a todas as atividades licenciadas do operador.

Deverão ser apresentados fluxogramas individuais com descrição de todas as etapas dos Sistemas de Fluidos de Perfuração e Complementares. Os fluxogramas deverão indicar todos os pontos de coleta de fluidos e sólidos para análises de monitoramento.

A descrição deverá abordar, no mínimo, o procedimento de preparo dos fluidos, o ajuste das propriedades físico-químicas no tanque ativo, o procedimento de descarte em cada fase, a limpeza de todos os tanques e a transferência de fluidos e cascalhos da plataforma para os barcos de apoio.

Deverão ser adotados os parâmetros, as frequências e os métodos de análise estabelecidos na Tabela 1 que serão aplicados a cada poço perfurado / completado.

Deverá ser apresentado o fluxograma e a descrição do Sistema de Cimentação, o qual deverá indicar o procedimento de limpeza dos tanques.

O projeto geral deverá prever a inclusão de novas demandas em virtude de particularidades ambientais locais como sensibilidade dos ecossistemas e proximidade da costa, podendo ser solicitados novos critérios e parâmetros de monitoramento, caso o IBAMA julgue necessário.

O relatório do PMFC deverá ser apresentado em versão digital com periodicidade estabelecida na licença ambiental, incluindo planilhas editáveis em formato .ods contendo, no mínimo, os resultados registrados conforme o Apêndice I - Dados do monitoramento de fluidos, os quais deverão ter tratamento estatístico e ser avaliados criticamente com base em tabelas e gráficos.

Tabela 1. Requisitos do Monitoramento de Fluidos e Cascalhos

Parâmetros	Compartimento	Frequência	Metodologia recomendada	Limites estabelecidos paradescarte	Registro
Densidade	FPBA, FPBNA, FCBA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	-	-	Laudo ou Registro assinado
Salinidade	FPBA, FPBNA, FCBA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	-	-	Laudo ou Registro assinado
pH	FPBA, FCBA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	-	-	Laudo ou Registro assinado
Temperatura	FPBA, FPBNA, FCBA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	-	-	Laudo ou Registro assinado
Ecotoxicidade aguda	FPBA, FPBNA, FCBA	Para as fases sem retorno à plataforma: uma amostra em momento prévio ao uso2. Para as fases com retorno à plataforma: no mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	ABNT NBR 15308 e ABNT NBR 15469	CL50-96h >_ 30.000 ppm da FPS	Laudo analítico assinado
Iridescência Estática	FPBA, Casc_A, FCBA, Casc_NA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	EPA 1617	Ausência de iridescência	Laudo ou Registro assinado
Detecção de Hidrocarbonetos (RPE)	FPBNA estocados nas embarcações	Deverá ser coletada uma amostra do FPBNA, a ser usado em outra atividade, antes da sua transferência para a embarcação.	EPA 1670 O resultado poderá ser confirmado por Cromatografia Gasosa/Espectrofotometria de Massa (CG/EM - EPA 1655)	Negativo	Laudo ou Registro assinado
Teor de base orgânica aderida ao cascalho	Casc_NA	A cada 200 m perfurados, ou no mínimo de 1 e no máximo de 3 vezes por dia.	EPA 1674 (Teste de Retorta de Massa)	6,9% ou 9,4%	Laudo ou Registro assinado
Metais (As, Al, Ba, Cd, Cr, Cu, Fe, Hg, Mn, Mo, Ni, Pb, Si, V e Zn)	FPBA, Casc_A, FCBA, Casc_NA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	EPA 7471 (para Hg) EPA 3052 e EPA 6010 (para os outros metais)	-	Laudo analítico assinado
Vazão de descarte	FPBA, Casc_A, FCBA utilizados durante a perfuração de poços	Diariamente quando houver descarte deste tipo.	-	159 m3/h (1000 bbl/h)	Planilha de controle de descarte
	Outros FCBA, incluindo os salinos	Diariamente quando houver descarte deste tipo.	-	31,8 m3/h (200 bbl/h)	Planilha de controle de descarte
Concentração de Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA-16 prioritários)	FPBA, Casc_A, FCBA, Casc_NA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	EPA 8270	< 10 ppm	Laudo analítico assinado
Ecotoxicidade em sedimento (96h)	FPBNA	No mínimo uma amostra coletada no momento pré-descarte1.	EPA 1644 Alternativamente, o IBAMA poderá aceitar o desenvolvimento do ensaio ecotoxicológico com o uso de organismo nativo conforme ABNT NBR 15638.	Igual ou menos tóxico que o padrão de fluido de perfuração de base olefínica interna (C16-C18).	Laudo analítico assinado

Legenda: FPBA - Fluido de Perfuração de Base Aquosa, FPBNA - Fluido de Perfuração de Base Não Aquosa; FCBA - Fluido Complementar de Base Aquosa; FCBNA - Fluido Complementar de Base Não Aquoso; Casc_A - Cascalho com FPBA aderido; e Casc_NA - Cascalho com FPBNA aderido. 1 Momento pré-descarte: momento que antecede o descarte de qualquer tipo de fluido ou cascalho para o mar. No caso de descartes contínuos, deverá ser coletada uma amostra composta, de fluido ou cascalho, representativa de 30%, 60% e 90% da profundidade de cada fase perfurada por fluido utilizado.2 Momento prévio ao uso: momento que antecede a entrada do fluido no sistema de circulação, já com todas as alterações e correções necessárias realizadas para o início de operação com este fluido. O momento prévio ao uso ocorre apenas no início de uma fase ou em uma sequência de fases que utilize o mesmo tipo de fluido.

9. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO

Deverá ser encaminhado Plano de Gerenciamento de Resíduos para cada atividade a ser licenciada, o qual deverá tratar da destinação adequada de todos dos resíduos e efluentes gerados no escopo desta normativa e considerar a sensibilidade dos ecossistemas e infraestruturas locais. No caso do licenciamento de polígonos e áreas geográficas deverá haver um plano unificado contemplando todas as plataformas da mesma.

Deverão ser observados os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como as diretrizes de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos - Decreto nº 7404, de 23 de dezembro de 2010, quanto à adoção de medidas para sua redução e eliminação em até quatro 4 anos. Isto posto, de forma a atender o previsto no inciso I do art. 47 da referida Lei, as empresas deverão apresentar cronograma físico com as ações pertinentes para a eliminação do descarte de resíduos sólidos no mar.

O relatório do plano de gerenciamento de resíduos deverá ser apresentado em versão digital com periodicidade estabelecida na licença ambiental, incluindo planilhas em formato .ods contendo, no mínimo, a massa de cada tipo resíduo e efluente que for destinado para disposição final em terra, conforme Apêndice II - Informações sobre disposição final, bem como outras informações relevantes, inclusive as licenças das empresas encarregadas de transportar e destinar os resíduos e efluentes.

10. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA APRESENTAÇÃO NOS ESTUDOS AMBIENTAIS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Detalhamento do procedimento adotado para controle de uso, descarte e monitoramento dos fluidos e efluentes, informando os tipos de fluidos a serem utilizados no decorrer da atividade e considerando as características da unidade de perfuração.

Volumetria estimada de fluidos utilizados e de cascalho gerado, por fase, indicando a classificação quanto à sua base (aquosa ou não aquosa).

Deverá ser apresentado o Plano de Gerenciamento de Resíduos da atividade.

Deverá ser informado ainda o endereço eletrônico no sítio do IBAMA (http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Temas Especiais - subpasta: Processo de fluidos de perfuração e complementares) que dará acesso às informações do processo administrativo onde constam os produtos químicos previstos nas formulações de pastas de cimento, fluidos de perfuração e complementares, assim como o PMFC e o Plano de Amostragem de Estoques após a aprovação.

11. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA APRESENTAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FLUIDOS

Deverá ser apresentada listagem de todos os produtos utilizados nas formulações de pastas de cimento, fluidos de perfuração e complementares, conforme Tabela 2, que deverá ser atualizada nos casos de inclusão, exclusão ou alteração de produtos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 2. Formulário de Produtos Químicos

Nome Comercial	Função	Uso1	Fornecedor	N° da FISPQ	Data de emissão	Revisão

1. Deverá ser informado o sistema em que o produto será utilizado (FPBA - Fluido de Perfuração de Base Aquosa; FPBNA - Fluido de Perfuração de Base Não Aquosa; FCBA - Fluido Complementar de Base Aquosa; FCBNA - Fluido Complementar de Base Não Aquosa; PC - Pasta de cimento).

Deverá ser apresentada declaração de não utilização de produtos restritos por legislação ou outros conforme estabelecido no presente documento, em formulações de fluidos e pastas de cimento (Apêndice III - Declaração de não utilização de produtos proibidos). No caso de atualização da listagem de produtos, deverá ser apresentada a declaração referente àqueles produtos incluídos ou alterados.

Deverão ser apresentadas as FISPQ's, em meio digital, segundo a Norma ABNT NBR 14725, de cada um dos produtos. Estas somente deverão ser reapresentadas quando houver atualização nos casos de revisão ou novo fornecedor.

Deverão ser apresentados o Plano de Amostragem dos Estoques de Baritina e Base Orgânica e o Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos para aprovação prévia à obtenção da licença ambiental.

Deverão ser apresentados, anualmente, no último dia útil do mês de março, os laudos referentes aos estoques de baritina e base orgânica solicitados no item 2. Os laudos devem ser acompanhados de listagem das licenças ambientais em que a baritina e base orgânica foram efetivamente utilizadas, bem como dos volumes totais manuseados por ano.

Os resultados deverão também ser apresentados conforme Apêndice IV - Fichas de Informação dos Estoques de Baritina e Base Orgânica.

*Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 4, seção 1, página nº 43 de 5/01/2018, com incorreção no original.

APÊNDICE I - DADOS DO MONITORAMENTO DE FLUIDOS

	Empreendimento				Poço		Coordenadas UTM		Tipo de atividade realizada	Fase do Poço		
	Bacia Sedimentar	Área Geográfica (quando houver)	Localidade (Campo / Bloco)	Modalidade e n° da Licença	Noma dado pela empresa	Nome ANP	UTM (SIRGAS 2000)	UTM (SIRGAS 2000)	Perfuração / Completação / Cimentação / Intervenção	N° da Fase (apenas para perfuração)	Início do uso do fluido (ou geração de cascalho) na atividade (dd/mm/aaaa)	Fim do uso do fluido (ou geração de cascalho) na atividade (dd/mm/aaaa)
1												
2												

	Fluido de Perfuração, Fluido Complementar ou Cascalho		Destinação						Informações físico-químicas (para cascalhos - apenas a densidade média)				
	Fluido usado (FPBA / FPBNA / FCBA / FCBNA) Cascalho gerado impregnado com fluido (Casc_A / Casc_NA)	Identificação do fluido usado ou aderido ao cascalho	Houve retorno à plataforma? (sim / não)	Volume descartado no mar (m3)	Vazão de descarte (m3/h)	Data da amostragem	Volume com outra destinação (m3)	Tipo de destinação (injeção, hibernação, disposição em terra, etc)	Densidade (g/cm3)	Temperatura (ºC)	Salinidade (mg/L de Cl)	pH	Data da amostragem
1													
2													

	Presença de óleo livre		Detecção de hidrocarbonetos / óleo da formação			Ecotoxicidade	Ecotoxicidade aguda na coluna d'água da batelada do fluido (apenas nas fases sem retorno)				Ecotoxicidade aguda na coluna d'água do fluido descartado (apenas nas fases com retorno)				Ecotoxicidade aguda em sedimento do fluido descartado (apenas nas fases com retorno)			
	Iridescência Estática (positivo / negativo)	Data da amostragem	FPBNA transferido para outro poço? (Sim / Não)	RPE (positivo / negativo)	Data da amostragem		CL50-96h (ppm da FPS)	Data da amostragem	Ident. da amostra	Laudo	CL50-96h (ppm da FPS)	Data da amostragem	Ident. da amostra	Laudo	Razão	Data da amostragem	Ident. da amostra	Laudo
1																		
2																		

Metais	Alumínio		Arsênio		Bário		Cádmio		Chumbo		Cobre		Cromo		Ferro		Manganês		Mercúrio		Molibdênio	
	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)
1																						
2																						

	Níquel		Silício		Vanádio		Zinco					HPA's	HPA totais		Naftaleno		Acenaftileno		Acenafteno		Fluoreno	
	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Data da amostragem	Ident. da amostra	Laudo		Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)
1																						
2																						

	Fenantreno		Antraceno		Fluoranteno		Pireno		Benzo(a)antraceno		Criseno		Benzo(b) fluoranteno		Benzo(k) fluoranteno		Benzo(a)pireno		Indeno(1,2,3-cd) pireno	
	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)
1																				
2																				

	Dibenzo(a,h) antraceno		Benzo(g,h,i) perileno						Teor de base orgânica		Formulação dos fluidos e uso de aditivos	
	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Conc. (kg/m3)	Massa (kg)	Data da amostragem	Ident. da amostra	Laudo		Retorta (%BOAC - Base Orgânica Aderida ao Cascalho)	Período de amostragem	Composição qualitativa prévia ao uso	Aditivação durante o uso
1												
2												

APÊNDICE II - INFORMAÇÕES SOBRE DISPOSIÇÃO FINAL

Empresa			Referente ao período:								
			Início do período			Término do período					
Empreendimento			Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano			
Licença											

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE RESÍDUOS E EFLUENTES ENCAMINHADOS PARA DESTINAÇÃO FINAL EM TERRA											
Unidade Marítima	Nome da Unidade	N° de dias com atividades de perfuração	Nº de poços perfurados	Cascalho (kg)	FPBA (kg)	FPBNA (kg)	FCBA (kg)	FCBNA (kg)	Pastas de cimento (kg)	Águas de mistura (kg)	Águas de lavagem (kg)
Sonda n											

QUADRO 2 - ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO E TIPOS DE DESTINAÇÃO FINAL						
		DESTINAÇÃO FINAL				
PRODUTO	ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO Quantitativo absoluto (kg) (Obs 1)	Quantitativo absoluto (kg)	Tipo de Destinação (Obs. 2)			
Cascalho (kg)					Código	Tipo de disposição final
					DF-01	Devolução ao fabricante
					DF-02	Reuso
Fluido de Perfuração de Base Aquosa (kg)					DF-03	Reciclagem
					DF-04	Recondicionamento
					DF-05	Re-refino
Fluido de Perfuração de Base Não Aquosa (kg)					DF-06	Co-processamento
					DF-07	Descontaminação
					DF-08	Aterro sanitário
Fluido Complementar de Base Aquosa (kg)					DF-09	Aterro industrial
					DF-10	Incineração em terra
					DF-11	Blend de resíduos
Fluido Complementar de Base Não Aquosa (kg)					DF-12	Estação de tratamento
						Outros:
					DF-13	
Pastas de cimento (kg)					DF-14	
					DF-15	
					DF-16	
Águas de mistura (kg)						
Águas de lavagem (kg)						

Obs 1: Quantitativo de resíduos gerados e que ainda não tiveram destinação final, referente ao período abrangido pelo relatório.
Obs 2: Especificar o código de disposição final, de acordo com o quadro a seguir e em ordem decrescente de quantidade disposta.

QUADRO 3 - LOCAIS DE DESEMBARQUE				
Item	Nome (especificar se é porto ou terminal ou instalação de apoio ou outro)	Município	Estado	Licença ambiental (nº/ano)
n				

QUADRO 4 - EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DAS ETAPAS DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS E EFLUENTES									
	Empresa		Licença / Autorização						
Item	Nome	CNPJ	Número	Órgão ambiental	Estado	Data de Emissão	Data de Validade	Atividade licenciada	Protocolo renovação
n									

APÊNDICE III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS PROIBIDOS

Declaramos que esta empresa não utiliza substâncias e produtos químicos que tenham sua utilização proibida por legislação nacional, convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, resoluções do CONAMA ou outras normas aplicáveis.

(Cidade, dd/mm/aaaa)

_____

ASSINATURA (S) DO (S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO (S) DA EMPRESA

NOME: _____

CARGO: _____

CPF: _____

APÊNDICE IV - FICHAS DE INFORMAÇÃO DOS ESTOQUES DE BARITINA E BASE ORGÂNICA

MATRIZ: BARITINA															
ÁREAS DE UTILIZAÇÃO / LICENÇAS															
SEMESTRE:															
DATA DE FECHAMENTO:															
		TEOR DE METAIS (ppm)													
LOTES	FABRICANTE	Al	As	Cd	Cr	Cu	Fe	Hg	Pb	Mn	Mo	Ni	Si	V	Zn
DATA, ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO EM ÓRGÃO DE CLASSE DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES															

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MATRIZ: BASE ORGÂNICA (ESPECIFICAR TIPO: PARAFINA/OLEFINA/ÉSTER) e NOME COMERCIAL								
ÁREAS DE UTILIZAÇÃO / LICENÇAS								
SEMESTRE:								
DATA DE FECHAMENTO:								
	TEOR DE HPAs (ppm)		BIODEGRADABILIDADE		TOXICIDADE AGUDA NO SEDIMENTO		BIOACUMULAÇÃO	
FABRICANTE	Resultado	Laudo	Resultado	Laudo	Resultado	Laudo	Resultado	Laudo
DATA, ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO EM ÓRGÃO DE CLASSE DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES								

LUCIANO DE MENESES EVARISTO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 29, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e a Autorização de Uso para atividade comercial de visitação embarcada, no Parque Nacional Marinha dos Abrolhos - PNMA, podendo incluir atividades de mergulho livre e autônomo, observação de fauna e flora e caminhada monitorada em trilha. (Processo nº 02125.010510/2016-80).

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 475/MMA, de 27 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2016, e,

Considerando o disposto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; Considerando a Instrução Normativa nº 02 de 2016 que dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais; Considerando que o plano de manejo do Parque Nacional Marinho de Abrolhos - PNMA prevê a necessidade de ordenamento das atividades de uso público do Parque; Considerando a necessidade de normatizar e regulamentar as atividades de visitação embarcada, bem como formalizar a situação dos prestadores desses serviços no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e o estabelecido no processo nº 02125.010510/2016-80; resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A presente Portaria visa estabelecer normas e procedimentos para o cadastramento e Autorização de Uso para o exercício da atividade comercial de visitação embarcada, no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos - PNMA, podendo incluir atividades de mergulho livre e autônomo, observação de fauna e flora e caminhada monitorada em trilha.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por:

1.Autorização de Uso: o ato administrativo unilateral, precário, manejado no exercício da competência discricionária do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por meio do qual é consentida a utilização de bem público de uso especial, não ensejando direito à indenização para o particular quando da sua cessação.

2.Cadastramento: o procedimento necessário para a emissão do Termo de Autorização de Uso aos interessados, nos termos do art. 3º desta Portaria.

3.Autorizada: a pessoa jurídica cujo ICMBio consentiu em executar as atividades descritas da Autorização de Uso.

Art. 2º Fica delegada competência para o Chefe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos cadastrar os interessados e efetuar a assinatura dos Termos de Autorização de Uso.

CAPÍTULO II

DO CADASTRAMENTO

Art. 3º Para cadastramento, os representantes das pessoas jurídicas que desejarem operar comercialmente a atividade de visitação embarcada no Parque deverão apresentar os seguintes documentos:

1.Ficha de Identificação, conforme modelo disposto pelo ICMBio;

2.Cópia do RG e CPF do representante legal de pessoa jurídica, comprovando ter mais de 18 (dezoito) anos;

3.Cópia do CNPJ, de Inscrição Estadual e do Contrato Social da empresa;

4.Título de inscrição de cada embarcação, expedido pela Capitania dos Portos, Delegacias ou Agências;

5.Comprovante de contratação de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas (DPEM);

6.Cópia do Contrato de fretamento mercantil e representação comercial, para embarcações fretadas;

7.Cópia do Cadastro no Ministério do Turismo (CADASTUR);

8.Comprovante de habilitação mínima exigida para condutor de embarcação;

9.Formulário e Declaração de Compromisso assinado, comprometendo-se a cumprir a legislação ambiental brasileira, as normas e os regulamentos do PNM Abrolhos, conforme modelo disposto pelo ICMBio; e

10.Termo de Conhecimento de Riscos inerentes à atividade turística de transporte embarcado de visitantes, conforme modelo disposto pelo ICMBio.

Parágrafo único. Os autorizados deverão manter as embarcações de acordo com as normas da Capitania dos Portos e manter os documentos comprobatórios da regularidade para operação turística junto aos órgãos reguladores.

Art. 4º - As embarcações deverão cumprir todas as normas legais referentes à segurança e primeiros socorros, estar em dia com as respectivas vistorias dos órgãos competentes e dispor dos seguintes equipamentos obrigatórios exigidos para operação comercial no Parque Nacional:

I - Caixa de resíduos sanitários

II - Barco de apoio com motor de popa.

III - Material de primeiros socorros composto por no mínimo:

a) kit de primeiros socorros;

b) kit de oxigênio puro para fornecimento em fluxo contínuo a um volume mínimo indicado por responsável competente durante 6 (seis) horas para 2 (duas) pessoas;

c) material adicional de reanimação cardiopulmonar (RCP);

d) colar de imobilização cervical;

e) prancha de imobilização;

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO DE USO

Art. 5º Após o cadastramento dos interessados, análise da documentação e vistoria nas embarcações, quando do atendimento dos requisitos e normas estabelecidos nesta Portaria, a Autorização de Uso será emitida pelo PNMA.

§ 1º Conforme a competência discricionária do ICMBio, no caso dos indicadores de monitoramento do número de visitantes excederem os limites de uso estabelecidos no plano de manejo e demais atos normativos do ICMBio, a unidade de conservação poderá estabelecer critérios para selecionar e limitar o número de Autorizações de Uso.

§ 2º A Autorização de Uso emitida conterá identificação numérica específica, conforme modelo disposto pelo ICMBio.

§ 3º A Autorização de Uso será expedida em duas vias, uma das quais deverá ser entregue ao requisitante e outra arquivada pelo Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

§ 4º A Autorização de Uso e a identificação numérica do barco são intransferíveis, não podendo ser cedidos, emprestados ou trocados.

§ 5º Todas as embarcações autorizadas deverão portar suas Autorização de Uso válidas.

§ 6º Caso a Autorizada de Uso não tenha mais interesse na continuidade do exercício da atividade no interior da Unidade de Conservação, deverá comunicar à Administração do Parque.

§ 7º No interesse da Administração e por decisão justificada, a Autorização de Uso poderá ser revogado a qualquer tempo, mediante notificação à autorizada com 30 (trinta) dias de antecedência, não lhe sendo devida qualquer espécie de indenização, considerando o disposto nesta Portaria.

§ 8° Cabe à autorizada manter a documentação solicitada no ato de cadastramento, atualizada junto à Administração do Parque.

§ 9° O PNMA poderá solicitar, sempre que julgar necessário, os documentos solicitados no ato de cadastramento das autorizadas para verificar se os mesmos encontram-se atualizados e vigentes.

Art. 6º A autorizada deverá cadastrar junto à Administração do Parque os profissionais para a condução embarcada de visitantes e os profissionais para a condução do mergulho autônomo, apresentando as cópias dos seguintes documentos:

I. RG e CPF;

II. Certificação profissional de mergulho;

III. Certificação em primeiros socorros para os profissionais que atuam em condução embarcada;

IV. Certificado de treinamento pelo Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

CAPÍTULO IV

DA OPERAÇÃO

Art. 7º As autorizadas poderão promover visitação diária (bate-e-volta) e/ou com pernoite embarcada.

§ 1º As autorizadas deverão informar antecipadamente os passeios, via correio eletrônico indicado pela Administração do Parque, assim que houver confirmação de saída.

§ 2º Todas as visitas terão início após palestra com os profissionais de condução cadastrados, conforme Art. 6° desta Portaria, ou voluntário do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos no Arquipélago dos Abrolhos.

§ 3º A visitação embarcada diária (bate-e-volta) poderá ser realizada em todos os dias da semana, das 8h às 18h.

§ 4º Não é recomendado à visita ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos em condições de vento superiores a 20 (vinte) nós e, nessas condições, a permissão para o desembarque e realização de trilha na ilha Siriba ficará a critério da equipe do PNMA no local.

§ 5º A autorizada é responsável pela segurança e conduta dos visitantes, assim como por garantir o cumprimento das normas do PNMA durantes as operações.

Art. 8º O limite diário de embarcações e visitantes no PNMA deverá seguir o definido no plano de manejo e demais atos normativos do ICMBio.

Art. 9° Para a realização de visitação embarcada diária (bate-e-volta), a Autorizada deverá dispor de um profissional para condução de visitantes para cada grupo de 15 (quinze) visitantes na embarcação.

Parágrafo único. Os marinheiros auxiliares das embarcações poderão desempenhar a atividade prevista no caput desde que estejam cadastrados, conforme o Art. 6° desta Portaria.

Art. 10 Para a realização de mergulho autônomo no Parque, a autorizada deverá dispor de 1 (um) profissional de mergulho cadastrado pelo PNMA para cada grupo de até 8 (oito) mergulhadores.

§ 1º Em pontos de mergulhos específicos, o número de mergulhadores para cada profissional de mergulho poderá ser reduzido a critério do PNMA ou conforme determinado em atos normativos do ICMBio.

§ 2º Os profissionais de mergulho deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT relativas à atividade de mergulho recreativo.

§ 3º As atividades de mergulho serão realizadas em locais a serem definidos pelo PNMA e seguirão os critérios estipulados pelo ICMBio.

§ 4º O mergulho de autônomo turístico (batismo) deverá obedecer aos regulamentos das certificadoras e será realizado conforme os critérios e em locais definidos pelo PNMA.

§ 5º É permitido o mergulho autônomo noturno durante as operações com pernoite, seguindo critérios estipulados pelo ICMBio, em locais definidos pelo PNMA.

§ 6º Toda operação de mergulho no Parque deverá ser necessariamente supervisionada por um profissional de mergulho, que deverá estar presente durante toda a operação.

§ 7º O profissional de mergulho e o mestre da embarcação serão responsáveis pelo preenchimento de formulário para o monitoramento do mergulho autônomo no Parque, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administração do Parque.

§ 8º É de responsabilidade da Autorizada garantir que os visitantes possuam as respectivas certificações para realizar os mergulhos contratados.

Art. 11 A realização de caminhada em trilha no Arquipélago dos Abrolhos deverá ser realizada sob condução de monitor ou voluntário do Parque.

Art. 12 As Autorizadas deverão manter a bordo das embarcações uma cópia do Plano de Emergência do PNMA, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administração do Parque.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 13 São obrigações da autorizada:

1.Respeitar e divulgar as normas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e do Plano de Manejo, conforme estabelecido no Termo de Autorização.

2.Praticar e promover a visitação consciente, respeitando regras de mínimo impacto, bem como obedecer aos regulamentos do Parque.

3.Fornecer informações aos visitantes sobre as condições da visita, os riscos inerentes à realização de atividades em uma área natural aberta e aspectos sobre a conduta consciente e segurança.

4.Levar de volta todo o seu lixo produzido durante a visita e certificar-se de que seus clientes farão o mesmo.

5.Entregar aos monitores do PNM Abrolhos, na chegada ao arquipélago, a cada visita realizada a:

a) ficha de visitação, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administração do Parque, contendo número de passageiros, data de chegada e de partida e o nome dos profissionais presentes na operação.

b) termo de conhecimento de riscos preenchido por cada visitante.

6.Informar à Administração do Parque quaisquer infrações, acidentes ou outras situações anormais observadas dentro dos limites da Unidade de Conservação.

7.Prezar pelo uso adequado dos sistemas de poitas de fundeio, assim como comunicar a Administração do PNMA sobre qualquer problema que comprometa a utilização das mesmas, assegurando que somente desenvolvam suas atividades mediante o adequado estado de uso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.Zelar pelo patrimônio da UC e realizar a manutenção sistema de poitas, quando os danos forem causados durante as operações em sua responsabilidade.

Art. 14. São obrigações do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos:

1.Promover cursos de capacitação;

2.Divulgar as seguintes informações do cadastro das Autorizadas:

a.nome, telefone, endereço físico, endereço eletrônico, quando houver.;

b.domínio de línguas estrangeiras;

c.formação diferenciada;

d.característica das embarcações disponíveis, como tamanho, velocidade e capacidade de passageiros.

Parágrafo único. A comprovação dos itens descritos no inciso II deverá ser feita pela apresentação de documentação correspondente, podendo a Administração do Parque, excepcionalmente, estabelecer outros procedimentos de reconhecimento de especialização no caso de ausência de documentação.

CAPÍTULO VI

DA VISITAÇÃO POR EMBARCAÇÕES PARTICULARES

Art. 15. Os responsáveis por barcos particulares que pretenderem visitar o Parque, esporadicamente, sem finalidade econômica ou de exploração turística, deverão:

1.Preencher o formulário de acesso ao PNMA, contendo os dados do responsável pela embarcação, conforme o modelo a ser disponibilizado pela Administração do Parque.

2.Assinar Declaração de Compromisso com o Parque e Termo de Conhecimento de Riscos, conforme modelo disposto pelo ICMBio.

3.Observar a sinalização do Parque, respeitando os locais abertos à visitação, as atividades permitidas e as regras para segurança e utilização do sistema de fundeio.

§ 1º Ter habilitação válida e com categoria correspondente ao número de passageiros transportados.

§ 2º Efetuar o recolhimento de todo o lixo produzido durante a visita, bem como responsabilizar-se pela segurança do grupo conduzido no interior do Parque.

§ 3º Os responsáveis pela embarcação devem informar à Administração do Parque quaisquer infrações ou situações anormais observadas dentro dos limites da Unidade de Conservação.

Art. 16. É vedada a atividade turística comercial por embarcações particulares não cadastradas e não autorizadas pelo Parque.

Art. 17. É obrigatório o acompanhamento de profissional de mergulho cadastrado pelo PNMA junto aos mergulhadores de embarcações particulares que desejem realizar mergulho autônomo, devido à fragilidade dos ecossistemas recifais e a presença de espécies ameaçadas e endêmicas e requisitos de segurança para a atividade.

§ 1º. O tamanho do grupo de visitantes por profissional de mergulho autônomo seguirá o mesmo disposto no Art. 10 desta Portaria.

§ 2º. Os profissionais de mergulho autônomo contratados deverão observar a presença de todos os equipamentos obrigatórios para a operação de mergulho recreativo autônomo, conforme Norma ABNT NBR ISSO 24803 - Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo.

Art. 18 O não cumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria constituir-se-á dano ao Parque e acarretará aos responsáveis às penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 19 As infrações cometidas pela Autorizada serão analisadas e julgadas pelo Chefe do Parque, nos termos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, sendo previstas a aplicação das seguintes penalidades:

1.Advertência;

2.Suspensão da Autorização por 30 (trinta) dias;

3.Suspensão da Autorização por 120 (cento e vinte) dias;

4.Cassação definitiva da Autorização e exclusão do cadastro;

5.Multa.

Art. 20 As infrações cometidas pelas Autorizadas serão utilizadas como critério para renovação da autorização pelo PNM Abrolhos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 Após a publicação desta Portaria, a administração do PNMA divulgará o período de cadastramento para a atividade comercial de visitação embarcada no PNMA.

§ 1º Aberto o período de cadastramento, os prestadores de serviço interessados terão o prazo de 30 (sessenta) dias para requisitar o seu cadastramento.

§ 2º Os modelos de documentos e formulários previstos nesta Portaria serão disponibilizados no site do ICMBio.

Art. 22 Os casos omissos e as excepcionalidades não previstas nesta Portaria, bem como outras particularidades relacionadas à visitação pública no PNMA, serão resolvidos pela administração do Parque, de acordo com as diretrizes do ICMBio, legislação de regência e ouvido o seu Conselho Gestor, quando couber.

Art. 23 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24 Revoga-se a Portaria do ICMBio nº 138 de 2012 e a Portaria do ICMBio nº 209 de 2013.

SILVANA CANUTO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

PORTARIA Nº 208, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS SUBSTITUTO, no uso das atribuições estabelecidas no inciso XI do art. 45 do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Fica revogado o art. 5º da Portaria nº 1, de 25 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - INTERINO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2018, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

HELTON YOMURA

ANEXOS

ANEXO - I
RECEITA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Código	Especificação	Valor
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.041.784.933
1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	827.945.501
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	827.945.501
1210.39.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	762.600.077
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	77.148.378
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.333.000
1311.00.00	ALUGUÉIS	2.333.000
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	74.804.378
1321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	74.804.378
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.000
1600.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS	17.267.053
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	17.267.053
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.676.348
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	49.792.609
1730.01.00	RADI	65.345.424
1730.02.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	49.792.609
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	37.883.739
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	37.883.739
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.747.653
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	120.000
1910.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA	120.000
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	845.000
1921.00.00	INDENIZAÇÕES	145.000
1922.00.00	RESTITUIÇÕES	700.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	30.782.653
1990.98.00	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	28.188.774
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	2.593.879
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	8.188.500
2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000
2110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000
2120.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	456.500
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	456.500
2220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.292.000
2430.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.292.000
2470.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	440.000
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS	440.000
9990.00.00	RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.613.471
9990.99.00	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.613.471
TOTAL		1.105.586.904

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0750 - Apoio Administrativo

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8777	Pag. de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas - Área Administrativa	Nº de empregados	1.132	85.311.801
8701	Manutenção de Serviços Administrativos	Unidade mantida	60	76.416.475
8715	Assistência Financeira a Entidades	Unidades beneficiadas	35	19.438.738
8711	Gestão Administrativa	Nº de reuniões	278	10.424.630
Total:				191.591.644

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0801 - Formação de Gerentes e Servidores

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8718	Capacitação de Recursos Humanos	Nº de colaboradores capacitados	2.713	4.022.642
Total:				4.022.642

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0253 - Serviço de Comunicação de Massa

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8719	Divulgação de Ações Institucionais	Nº de eventos de divulgação	14.847	31.134.908
Total:				31.134.908

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0681 - Gestão de Participação em Organismos Internacionais

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8753	Contribuição a Organismos Internacionais	Nº de instituições beneficiadas	1	30.000
Total:				30.000

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0100 - Assistência ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8703	Assist. Médica e Odonto. a servidores, empregados e seus dependentes	Nº de colaboradores beneficiados	1.661	6.072.776
Total:				6.072.776

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0100 - Assistência ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8705	Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	Nº de colaboradores beneficiados	1.264	6.500.271
Total:				6.500.271

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0100 - Assistência ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8707	Assitência Social a Servidores	Nº de colaboradores beneficiados	852	2.227.696
8706	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Nº de colaboradores beneficiados	515	1.351.129
Total:				3.578.825

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0108 - Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8788	Promoção Social Rural	Nº de pessoas capacitadas	1.829.731	126.521.292
Total:				126.521.292

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8729	Formação Profissional Rural	Nº de pessoas capacitadas	1.151.744	639.315.736
8730	Assistência Técnica e Gerencial	Nº de pessoas capacitadas	44.262	87.056.746
Total:				726.372.482

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0108 - Melhoria na Qualidade de Vida do Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8772	Cursos de Alfabetização	Nº de pessoas capacitadas	3.070	9.762.064
Total:				9.762.064

ANEXO - III
QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa	Total
		11 - Trabalho	1.105.586.904	122 - Administração Geral	191.591.644	0750 - Apoio Administrativo	191.591.644
				128 - Formação de Recursos Humanos	4.022.642	0801 - Formação de Gerentes e Servidores	4.022.642
				131 - Comunicação Social	31.134.908	0253 - Serviço de Comunicação de Massa	31.134.908

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

				212	- Cooperação Internacional	30.000	0681	- Gestão de Participação em Organismos Internacionais
				301	- Atenção Básica	6.072.776	0100	- Assistência ao Trabalhador
				306	- Alimentação e Nutrição	6.500.271	0100	- Assistência ao Trabalhador
				331	- Proteção e Benefícios ao Trabalhador	130.100.117	0100	- Assistência ao Trabalhador
							0108	- Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
				333	- Empregabilidade	726.372.482	0101	- Qualificação Profissional do Trabalhador
				366	- Educação de Jovens e Adultos	9.762.064	0108	- Melhoria na Qualidade de Vida do Trabalhador
				999	- Despesas Extraorçamentárias	0		

ANEXO - III
DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
11	122 0750 8701	Manutenção de Serviços Administrativos	76.416.475	1	746.000
				2	0
				3	65.276.635
				4	9.193.840
				5	0
				6	0
				9	1.200.000
11	122 0750 8711	Gestão Administrativa	10.424.630	1	2.460.109
				2	0
				3	7.964.521
				4	0
				5	0
				6	0
				9	0
11	122 0750 8715	Assistência Financeira a Entidades	19.438.738	1	0
				2	0
				3	19.438.738
				4	0
				5	0
				6	0
				9	0
11	122 0750 8777	Pag. de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas - Área Administrativa	85.311.801	1	85.174.801
				2	0
				3	0
				4	0
				5	0
				6	0
				9	137.000
11	128 0801 8718	Capacitação de Recursos Humanos	4.022.642	1	0
				2	0
				3	4.022.642
				4	0
				5	0
				6	0
				9	0
11	131 0253 8719	Divulgação de Ações Institucionais	31.134.908	1	622.643
				2	0
				3	30.512.265
				4	0
				5	0
				6	0
				9	0
11	212 0681 8753	Contribuição a Organismos Internacionais	30.000	1	0
				2	0
				3	30.000
				4	0
				5	0
				6	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

						9	0
11	301	0100	8703	Assist. Médica e Odonto. a servidores, empregados e seus dependentes	6.072.776	1 2 3 4 5 6 9	0 0 6.072.776 0 0 0 0
11	306	0100	8705	Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	6.500.271	1 2 3 4 5 6 9	0 0 6.500.271 0 0 0 0
11	331	0100	8706	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.351.129	1 2 3 4 5 6 9	0 0 1.351.129 0 0 0 0
11	331	0100	8707	Assitência Social a Servidores	2.227.696	1 2 3 4 5 6 9	1.149.787 0 1.077.909 0 0 0 0
11	331	0108	8788	Promoção Social Rural	126.521.292	1 2 3 4 5 6 9	14.928.155 0 107.481.469 4.111.668 0 0 0
11	333	0101	8729	Formação Profissional Rural	639.315.736	1 2 3 4 5 6 9	107.761.206 624.072 501.840.927 27.712.915 0 1.376.616 0
11	333	0101	8730	Assistência Técnica e Gerencial	87.056.746	1 2 3 4 5 6 9	2.027.851 0 84.987.745 41.150 0 0 0
11	366	0108	8772	Cursos de Alfabetização	9.762.064	1 2 3 4 5 6 9	906.000 0 8.856.064 0 0 0 0
				Total	1.105.586.904		1.105.586.904

ANEXO - III
TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Total	*Pessoal e Encargos Sociais (1)*	*Juros e Encargos da Dívida (2)*	*Outras Despesas Correntes (3)*	*Investimentos (4)*	*Inversões Financeiras (5)*	*Amortização da Dívida (6)*	*Reserva de Contigência (9)*
1.105.586.904	215.776.552	624.072	845.413.091	41.059.573	0	1.376.616	1.337.000

ANEXO - IV

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPES SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

Receita			Despesa		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES		1.041.784.933	DESPESAS CORRENTES		1.063.150.715
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	827.945.501				
RECEITA PATRIMONIAL	77.148.378		Pessoal e Encargos Sociais	215.776.552	
RECEITAS DE SERVIÇOS	17.267.053		Juros e Encargos da Dívida	624.072	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.676.348		Outras Despesas Correntes	845.413.091	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.747.653		Reserva de Contigência	1.337.000	
DÉFICIT		21.365.782			
TOTAL		1.063.150.715	TOTAL		1.063.150.715
RECEITAS DE CAPITAL		8.188.500	DESPESAS DE CAPITAL		42.436.189
ALIENAÇÃO DE BENS	456.500		Investimentos	41.059.573	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.292.000		Inversões Financeiras	0	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	440.000		Amortização da Dívida	1.376.616	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000				
DÉFICIT		34.247.689			
TOTAL		42.436.189	TOTAL		42.436.189
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		55.613.471			

RESUMO

Receitas Correntes	1.041.784.933	Despesas Correntes	1.063.150.715
Receitas De Capital	8.188.500	Despesas De Capital	42.436.189
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores	55.613.471		
Total	1.105.586.904	Total	1.105.586.904

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0344/2017 de 12/12/2017, 0348/2017 de 14/12/2017, 0350/2017 de 15/12/2017, 0352/2017 de 18/12/2017, 0354/2017 de 19/12/2017, 0356/2017 de 20/12/2017, 0358/2017 de 21/12/2017, 0362/2017 de 22/12/2017, 0364/2017 de 26/12/2017, 0366/2017 de 27/12/2017, 0368/2017 de 28/12/2017, 0001/2018 de 02/01/2018, 0006/2018 de 04/01/2018, 0008/2018 de 05/01/2018, 0009/2018 de 05/01/2018, 0011/2018 de 08/01/2018, 0012/2018 de 08/01/2018, 0013/2018 de 09/01/2018 e 0014/2018 de 09/01/2018, respectivamente:

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso I):

Processo: 47039009390201766 Empresa: ALTIUS LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BORJA FERNANDEZ DIAZ Passaporte: AAI495791.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039009359201725 Empresa: BRASICO77 EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FREDERIC DE MARCHANT ET D'ANSEMBOURG Passaporte: G5J8719.

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010136201719 Empresa: ADMINISTRADORA MM8 PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALI NEHME Data Nascimento: 10/07/1989 Passaporte: RL3521286 País: LÍBANO Mãe: Sabah Daoui Pai: Moussa Nehme; Processo: 47039010133201777 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUWE RUDOLF SICKLER Data Nascimento: 18/04/1965 Passaporte: NYC3RDRP4 País: HOLANDA Mãe: JACOMINA CORNELIA SICKLER Pai: RONALD ANGELO SICKLER; Processo: 47039010157201726 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stefano Andrea Capelli Data Nascimento: 02/05/1968 Passaporte: YA3528655 País: ITÁLIA Mãe: Germana Oriani Pai: Mario Capelli; Processo: 47039010156201781 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM JOHN FLETCHER Data Nascimento: 25/03/1978 Passaporte: 533378714 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JENNIFER FLETCHER Pai: WILFRED JAMES FLETCHER; Processo: 47039010134201711 Empresa: BILWANI & YAKOOB TRADING DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MUHAMMAD DANISH Data Nascimento: 16/05/1981 Passaporte: AA7716335 País: PAQUISTÃO Mãe: JAFRI Pai: GUL MUHAMMAD; Processo: 47039010143201711 Empresa: CAXIAS DO SUL BASQUETE ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JOSEPH MICHAEL WARREN Data Nascimento: 21/05/1995 Passaporte: 549854946 País: EUA Mãe: KRISTINA JACKSON Pai: JERROLD LAMONT JACKSON; Processo: 47039010144201757 Empresa: TEC - TOLEDO ESPORTE CLUBE LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMAD MONI SHIMODA Data Nascimento: 20/04/1998 Passaporte: MU6744268 País: JAPÃO Mãe: MINEKO SHIMODA Pai: MOHAMMAD BABUL SHIMODA; Processo: 47039010145201700 Empresa: CLUBE ESPORTIVO UNIAO Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RYOYA TSUGANE Data Nascimento: 18/12/1997 Passaporte: MU3827643 País: JAPÃO Mãe: KAORU TSUGANE Pai: AKIHIKO TSUGANE; Processo: 47039010146201746 Empresa: ASSOCIACAO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DE SAO JOSE DOS PINHAIS Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: GISELLE MAGRETH PEREZ PINEDA Data Nascimento: 08/07/1997 Passaporte: AT901837 País: COLÔMBIA Mãe: JULIA FRANCISCA PINEDA CORONADO Pai: FERMIN PÉREZ RAMOS; Processo: 47039010147201791 Empresa: ASSOCIACAO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DE SAO JOSE DOS PINHAIS Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: MARIA ALEJANDRA MARIN VERHELST Data Nascimento: 04/11/1995 Passaporte: AP 131101 País: COLÔMBIA Mãe: SAYONAIRA DEL CARMEN VERHELST Pai: GERMAN MARIN BELTRAN; Processo: 47039010150201712 Empresa: SAMSUNG INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PARA A INFORMATICA DA AMAZONIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL ROJAS AGUILERA Data Nascimento: 07/08/1990 Passaporte: I569849 País: CUBA Mãe: IDANIA ACELA AGUILERA FERNANDEZ Pai: LUIS DELFIN ROJAS PURON; Processo: 47039010172201774 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL FERREIRA MARQUES Data Nascimento: 30/05/1981 Passaporte: C606673 País: PORTUGAL Mãe: Isilda Ferreira Marques Pai: Manuel Fernandes Marques; Processo: 47039010213201722 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jimmy Andrés Carvalho Fonseca Data Nascimento: 05/09/1990 Passaporte: N972247 País: PORTUGAL Mãe: Marlene Pereira Pai: Joaquim Fonseca; Processo: 47039010219201708 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANUT FOLTEA Data Nascimento: 24/05/1965 Passaporte: 14733659 País: ROMÊNIA Mãe: AGLAIA FOLTEA Pai: ION FOLTEA; Processo: 47039010222201713 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YO NARISADA Data Nascimento: 27/01/1978 Passaporte: TR9444983 País: JAPÃO Mãe: HIROKO NARISADA Pai: RYOICHI NARISADA; Processo: 47039010229201735 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKIRA TAKEHARA Data Nascimento: 17/03/1964 Passaporte: TK4356629 País: JAPÃO Mãe: MIYOKO TAKEHARA Pai: MASAO TAKEHARA; Processo: 47039010233201701 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ARMANDO CAMPOS ALVARADO Data Nascimento: 09/06/1978 Passaporte: G13731494 País: MÉXICO Mãe: Margarita Alvarado Ruiz Pai: José Armando Campos Estrada; Processo: 47039010244201783 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAELA GUNHILDRUD Data Nascimento: 28/05/1992 Passaporte: 32384406 País: NORUEGA Mãe: BRITA KRISTIN AXELSSON Pai: THORLEIF GUNHILDRUD; Processo: 47039010249201714 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILEMON KING BATSIOS BLAY Data Nascimento: 02/07/1987 Passaporte: G0622929 País: GANA Mãe: GIFTY ANAMAN Pai: PAUL KING BATSIOS BLAY; Processo: 47039010247201717 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEEPAK KUMAR Data Nascimento: 11/11/1991 Passaporte: P2770572 País: ÍNDIA Mãe: MAMTA GUPTA Pai: DINESH KUMAR; Processo: 47039010280201747 Empresa: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Andres Eduardo Acosta Medina Data Nascimento: 07/09/1968 Passaporte: 083004849 País: VENEZUELA Mãe: Siliams Medina de Acosta Pai: Andrés Eduardo Acosta Medina; Processo: 47039010296201750 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANGUO WANG Data Nascimento: 16/10/1977 Passaporte: EB0570120 País: CHINA Mãe: MAOXIU LI Pai: WEICUN WANG; Processo: 47039010151201759 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francesca Orlando Data Nascimento: 29/01/1986 Passaporte: YA8590959 País: ITÁLIA Mãe: Alfredo Orlando Pai: Adriana Di Mola; Processo: 47039010154201792 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Domenico Rossi Data Nascimento: 27/04/1980 Passaporte: AA1954916 País: ITÁLIA Mãe: Silvia Cirelli Pai: Giorgio Rossi; Processo: 47039010184201707 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FLORIAN KOCH Data Nascimento: 13/07/1987 Passaporte: C8WZ4YW0J País: ALEMANHA Mãe: SILVIA ANNEMARIE KOCH Pai: KURT JOSEF KOCH; Processo: 47039010240201703 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAOKI KURITA Data Nascimento: 19/04/1971 Passaporte: TK4370556 País: JAPÃO Mãe: SAYOKO KURITA Pai: KAZUO KURITA; Processo: 47039010278201778 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arno Stefan Pruellage Data Nascimento: 17/10/1965 Passaporte: CGT25C076 País: ALEMANHA Mãe: Maria Karoline Elisabeth Pruellage Pai: Johannes Arnold Pruellage; Processo: 47039010282201736 Empresa: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Edita Garlaite Data Nascimento: 12/01/1988 Passaporte: C5HTJPWG4 País: ALEMANHA Mãe: DANUTE ARMONE Pai: GRAZVYDAS GARLA; Processo: 47039010321201703 Empresa: DEVPARTNER TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fernando Juliano Moreira de Almeida Raimundo Data Nascimento: 07/04/1993 Passaporte: N818226 País: PORTUGAL Mãe: Marta Carolina Ferreira Vaz Moreira Raimundo Pai: Fernando Rui de Almeida Raimundo; Processo: 47039010390201717 Empresa: HORIBA INSTRUMENTS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROFUMI ONODERA Data Nascimento: 26/04/1991 Passaporte: TK8925832 País: JAPÃO Mãe: MASAMI ONODERA Pai: YASUYUKI ONODERA; Processo: 47039010422201776 Empresa: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO CECCONE Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: YA2169781 País: ITÁLIA Mãe: ANNA MARIA PATRIARCA Pai: SANDRO CECCONE; Processo: 47039010423201711 Empresa: LEO PHARMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS LINDVALD BAK Data Nascimento: 30/03/1987 Passaporte: 210103108 País: DINAMARCA Mãe: DORTE VANGSAA Pai: HANS BAK; Processo: 47039010517201790 Empresa: ROBERTET DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARION CLAUDE RAYMONDE GUILLOT Data Nascimento: 22/01/1982 Passaporte: 15CA01381 País: FRANÇA Mãe: Florence Anne Marie Breton Pai: Jean Michel Raymond Emile Guillot; Processo: 47039010237201781 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TATSUYA SHIMIZU Data Nascimento: 01/03/1964 Passaporte: TK2143279 País: JAPÃO Mãe: MICHIKO KOBARI Pai: TOSHIO KOBARI; Processo: 47039010412201731 Empresa: GREEN WEST MADEIRAS DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIT GUPTA Data Nascimento: 11/10/1987 Passaporte: Z4347134 País: ÍNDIA Mãe: MITHU GUPTA Pai: KISHOR GUP-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TA; Processo: 47039010546201751 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LYLETTE HÉLÈNE VAN DER LINDEN Data Nascimento: 03/07/1987 Passaporte: NVD59HJJ6 País: HOLANDA Mãe: NICOLE MARIE THERESE TESSER Pai: RUDOLF JOHANNES WILHELMUS MARIA VAN DER LINDEN; Processo: 47039010529201714 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IRFAN ALI Data Nascimento: 02/05/1972 Passaporte: AC734754 País: CANADÁ Mãe: AZRA CHAUDHRY Pai: CHAUDHRY SARDAR ALI; Processo: 47039010621201784 Empresa: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: TAKUMA OKISHIO Data Nascimento: 25/02/1986 Passaporte: TR8036559 País: JAPÃO Mãe: KATSUMI OKISHIO Pai: YUTAKA OKISHIO; Processo: 47039010651201791 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ARTED PANTALEON MONTON Data Nascimento: 16/09/1984 Passaporte: EC3902141 País: FILIPINAS Mãe: ARSENIA RAFAEL PANTALEON Pai: TEODORICO LUMAWIG MONTON; Processo: 47039010656201713 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PALASH MALLICK Data Nascimento: 10/01/1973 Passaporte: E7019466H País: CINGAPURA Mãe: KHUKU MALLICK Pai: SUNIL KANTI MALLICK; Processo: 47039010279201712 Empresa: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Adriana Bazzarello Mallo Data Nascimento: 13/02/1980 Passaporte: 113477177 País: VENEZUELA Mãe: Maria Luisa Mallo de Bazzarello Pai: Pedro Pascual Bazzarello Chinti; Processo: 47039010773201787 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMATH KHEM Data Nascimento: 04/09/1977 Passaporte: 12CR08013 País: FRANÇA Mãe: NAL KHEM Pai: KHUV KHEM; Processo: 47039010787201709 Empresa: TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Adérito Miguel de Sousa Cardoso Data Nascimento: 10/05/1975 Passaporte: P818881 País: PORTUGAL Mãe: Albertina Cardoso de Sousa Pai: Ramiro Pais Cardoso; Processo: 47039010814201735 Empresa: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TROY WILLIAM HOBBS Data Nascimento: 10/07/1966 Passaporte: 530494038 País: EUA Mãe: ELAINE EULALA LUNDQUIST Pai: BOYD TIM HOBBS; Processo: 47039010881201750 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VLADISLAV GUZ Data Nascimento: 10/07/1989 Passaporte: 755457688 País: RÚSSIA Mãe: SVETLANA GUZ Pai: VLADIMIR GUZ; Processo: 47039010850201707 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHAN GON KIM Data Nascimento: 07/04/1956 Passaporte: M04062874 País: CORÉIA DO SUL Mãe: CHA SUN PARK Pai: GYU HO KIM; Processo: 47039010851201743 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DONGSUB CHOI Data Nascimento: 05/01/1955 Passaporte: M95205080 País: CORÉIA DO SUL Mãe: DOLNAM PARK Pai: SANGBYUNG CHOI; Processo: 47039010853201732 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PANKYU KWAK Data Nascimento: 09/04/1956 Passaporte: M86409814 País: CORÉIA DO SUL Mãe: KUISOON KO Pai: BYUNGYEON KWAK; Processo: 47039010933201798 Empresa: NORSK HYDRO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORKIL PRYTZ TYVOLD Data Nascimento: 30/11/1958 Passaporte: 32814496 País: NORUEGA Mãe: Inger Prytz Tyvold Pai: Konrad Tyvold; Processo: 47039010937201776 Empresa: GUIABOLSO FINANCAS CORRESPONDENTE BANCARIO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS JAVIER JIMENEZ Data Nascimento: 07/12/1992 Passaporte: 487453107 País: EUA Mãe: Evelyn Alexandra Carrasquillo Pai: Carlos Enrique Jimenez; Processo: 47039010957201828 Empresa: WENYEE RESTAURANTE E MERCEARIA ORIENTAL LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHUOBIN TAN Data Nascimento: 29/09/1985 Passaporte: EA0663739 País: CHINA Mãe: Li Yuzhu Pai: Tan Zhoutang; Processo: 47039010967201863 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAMLESH THAKUR Data Nascimento: 26/01/1981 Passaporte: Z3551129 País: ÍNDIA Mãe: UMRAWATI DEVI Pai: SURAJ DEO THAKUR; Processo: 47039000006201841 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELIKA FREI Data Nascimento: 11/09/1989 Passaporte: X3968322 País: SUIÇA Mãe: CHRISTINA BERNADETTE FREI Pai: NORBERT GEBHARD FREI; Processo: 47039000079201832 Empresa: DIAGMA BRASIL, CONSULTORIA EM LOGISTICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CYRIL ANNE NICOLAS DE MOEGEN Data Nascimento: 12/11/1987 Passaporte: 10CA34936 País: FRANÇA Mãe: France Marie Guillemette Chapuis Pai: Henri Claude de Moegen; Processo: 47039000173201891 Empresa: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MASATO MORISUE Data Nascimento: 26/09/1987 Passaporte: TK7675824 País: JAPÃO Mãe: NOBUKO MORISUE Pai: SAKAE MORISUE; Processo: 47039000250201811 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHIN SEE KWANG Data Nascimento: 21/07/1970 Passaporte: A32805464 País: MALÁSIA Mãe: AH MUI LAW MUI Pai: CHIN VI SENG.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039010802201719 Empresa: SAMPAIO CORREA FUTEBOL CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BRIAHANNA MARAE LEIGH JACKSON Data Nascimento: 19/09/1993 Passaporte: 492813734 País: EUA Mãe: CATLEEN GRIPPE Pai: LORENZO JACKSON; Processo: 47039000144201820 Empresa: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: RYAN ISAAC RHOOMES Data Nascimento: 16/08/1992 Passaporte: 520590919 País: EUA Mãe: NÃO INFORMADO Pai: ROBERT ANTHONY RHOOMES; Processo: 47039000185201816 Empresa: MINAS TENIS CLUBE Prazo: até 10/06/2018 Estrangeiro: SONJA ELIZABETH NEWCOMBE Data Nascimento: 07/03/1988 Passaporte: 545983146 País: EUA Mãe: INGRID JESSICA NEWCOMBE Pai: STEPHEN F. NEWCOMBE; Processo: 47039000222201896 Empresa: CLUBE ATLETICO DIADEMA - CAD Prazo: 12 Ano(s) Estrangeiro: YONGSOO HAN Data Nascimento: 01/04/1996 Passaporte: M68667397 País: CORÉIA DO SUL Mãe: YOUNGJU YOUN Pai: YONGKEUN HAN.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010439201723 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOUTER BOLLINGER Data Nascimento: 11/11/1983 Passaporte: NW1DB6KR9 País: HOLANDA; Processo: 47039010768201774 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER MARTIN HERNANDEZ Data Nascimento: 02/05/1975 Passaporte: PAE052276 País: ESPANHA; Processo: 47039010769201719 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL TRAGNER GARCIA Data Nascimento: 14/06/1989 Passaporte: AAJ958704 País: ESPANHA; Processo: 47039010951201851 Empresa: INGETEAM LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Jorge Martinez Garcia Data Nascimento: 29/06/1977 Passaporte: PAF528011 País: ESPANHA; Processo: 47039010974201865 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Steen Poulsen Data Nascimento: 03/03/1961 Passaporte: 209696165 País: DINAMARCA; Processo: 47039010975201818 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sujoy Mondal Data Nascimento: 22/11/1982 Passaporte: P6747136 País: ÍNDIA; Processo: 47039010977201807 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ankush Bhagwan Newdunge Data Nascimento: 03/04/1989 Passaporte: Z4231810 País: ÍNDIA; Processo: 47039010978201843 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Raju Kumar Rai Data Nascimento: 08/01/1985 Passaporte: P7978794 País: ÍNDIA; Processo: 47039010980201812 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gurmukh Singh Data Nascimento: 01/03/1971 Passaporte: K0813420 País: ÍNDIA; Processo: 47039010981201867 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Prasenjit Roy Data Nascimento: 07/01/1993 Passaporte: L5324593 País: ÍNDIA; Processo: 47039010982201810 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jahirul Shaikh Data Nascimento: 12/04/1986 Passaporte: Z3733514 País: ÍNDIA; Processo: 47039010983201856 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ravishankar Maurya Data Nascimento: 15/04/1984 Passaporte: R5694879 País: ÍNDIA; Processo: 47039010984201809 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jitendra Pratap Prasad Data Nascimento: 10/03/1968 Passaporte: H5125004 País: ÍNDIA; Processo: 47039010985201845 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Santosh Kumar Chauhan Data Nascimento: 01/01/1981 Passaporte: N1011461 País: ÍNDIA; Processo: 47039000037201800 Empresa: PROCYTEK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RENATO JORGE FERREIRA PATRÃO Data Nascimento: 27/05/1975 Passaporte: P817571 País: PORTUGAL; Processo: 47039000140201841 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BIN WANG Data Nascimento: 22/08/1990 Passaporte: E57169897 País: CHINA; Processo: 47039000141201896 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIALIN RUAN Data Nascimento: 23/09/1983 Passaporte: EA4896156 País: CHINA; Processo: 47039000143201885 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINMIN WEI Data Nascimento: 16/10/1989 Passaporte: E30427239 País: CHINA; Processo: 47039000158201843 Empresa: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONNY DE JESUS VALENTE Data Nascimento: 12/09/1994 Passaporte: M967531 País: PORTUGAL; Processo: 47039000159201898 Empresa: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ANDRÉ DE ALMEIDA TAVARES Data Nascimento: 20/02/1993 Passaporte: P199003 País: PORTUGAL; Processo: 47039000165201845 Empresa: CONSORCIO HORIZONTE ASJA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI D AURIA Data Nascimento: 07/10/1967 Passaporte: YA8682079 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039010702201784 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAJAT GUPTA Data Nascimento: 08/03/1983 Passaporte: R5479973 País: ÍNDIA; Processo: 47039010852201798 Empresa: EXTERRAN SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID LEE MC DONALD Data Nascimento: 18/01/1953 Passaporte: 574579792 País: EUA; Processo: 47039010831201772 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS ORBAN Data Nascimento: 16/05/1974 Passaporte: EM688215 País: BÉLGICA; Processo: 47039010840201763 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Robert Charles Tooke Data Nascimento: 25/01/1961 Passaporte: 720084031 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039010953201840 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Branch Patrick Delmar Data Nascimento: 12/03/1987 Passaporte: HM923548 País: CANADÁ; Processo: 47039010988201889 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PER BERTIL MIKAEL SVENSSON Data Nascimento: 30/07/1960 Passaporte: 92223460 País: SUÉCIA; Processo: 47039000030201880 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARK ANTHONY HAGEDORN Data Nascimento: 24/09/1955 Passaporte: 553359989 País: EUA; Processo: 47039000036201857 Empresa: LEONARDO ALEXANDRE SILVEIRA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOMAS BOORMAN Data Nascimento: 10/03/1986 Passaporte: 32237040N País: ARGENTINA; Processo: 47039000039201891 Empresa: LEONARDO ALEXANDRE SILVEIRA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENIS XAVIER LEROY Data Nascimento: 27/07/1988 Passaporte: 12AV89544 País: FRANÇA; Processo: 47039000045201848 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GANG RONG Data Nascimento: 09/02/1976 Passaporte: G33697877 País: CHINA; Processo: 47039000047201837 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: XIN LI Data Nascimento: 25/01/1973 Passaporte: E01859544 País: CHINA; Processo: 47039000054201839 Empresa: VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Anselmo Valadez Data Nascimento: 27/06/1963 Passaporte: 530478244 País: EUA; Processo: 47039000060201896 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MOHAMED KRAIEM Data Nascimento: 16/05/1990 Passaporte: F812255 País: TUNÍSIA; Processo: 47039000073201865 Empresa: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL MARIA ENCINAS MANGAS Data Nascimento: 27/02/1964 Passaporte: AAD596579 País: ESPANHA; Processo: 47039000090201801 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORGE LUIS SANCHEZ ROA Data Nascimento: 09/06/1989 Passaporte: 144828469 País: VENEZUELA; Processo: 47039000089201878 Empresa: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE GIOVANNI LEYVA LEYVA Data Nascimento: 10/03/1983 Passaporte: G19374126 País: MÉXICO; Processo: 47039000088201823 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHIN YING KANG Data Nascimento: 31/01/1981 Passaporte: A38276284 País: MALÁSIA; Processo: 47039000068201852 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN MANDL Data Nascimento: 15/04/1991 Passaporte: U2529129 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000086201834 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GUNJAN RAMESHCHANDRA DOSHI Data Nascimento: 08/08/1982 Passaporte: M7258305 País: ÍNDIA; Processo: 47039000069201805 Empresa: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ANTONY MARTLAND Data Nascimento: 01/07/1971 Passaporte: 531108639 País: INGLATERRA; Processo: 47039000085201890 Empresa: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEPHEN GEORGE YANIEC Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: 557493710 País: EUA; Processo: 47039000083201809 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN RICHARD FALTA Data Nascimento: 02/02/1965 Passaporte: 569407742 País: EUA; Processo: 47039000082201856 Empresa: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN MORALES HERNANDEZ Data Nascimento: 12/07/1970 Passaporte: G03861821 País: MÉXICO; Processo: 47039000074201818 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID POSCH Data Nascimento: 02/07/1982 Passaporte: U2648110 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000075201854 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OLIVER RUDOLF ROGI Data Nascimento: 21/07/1978 Passaporte: U1383628 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000080201867 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPP WÖGINGER Data Nascimento: 01/08/1993 Passaporte: P7921461 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000087201889 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NECULAI-CATALIN POPA Data Nascimento: 30/08/1972 Passaporte: 053356020 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039000092201891 Empresa: LINDT & SPRUNGLI (BRAZIL) HOLDING LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SINAN AKBULUT Data Nascimento: 15/04/1985 Passaporte: C73J4RR61 País: ALEMANHA; Processo: 47039000097201814 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: IONUT BOGDAN OPREA Data Nascimento: 04/12/1981 Passaporte: 055094318 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000098201869 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HANS JAKOB KVALHEIM Data Nascimento: 04/10/1965 Passaporte: 32169384 País: NORUEGA; Processo: 47039000100201808 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY POWELL Data Nascimento: 13/09/1961 Passaporte: 761243041 País: INGLATERRA; Processo: 47039000099201811 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL TROFIN Data Nascimento: 27/06/1974 Passaporte: 054403789 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000104201888 Empresa: RIGESA DO NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HASSANE BEBE NIAMBELE Data Nascimento: 17/09/1977 Passaporte: 17CF41320 País: FRANÇA; Processo: 47039000101201844 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Andre Nilsen Data Nascimento: 04/04/1977 Passaporte: 31796644 País: NORUEGA; Processo: 47039000102201899 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CYRILLE ROLAND LUCIEN COLARD Data Nascimento: 25/02/1979 Passaporte: 17FV12883 País: FRANÇA; Processo: 47039000103201833 Empre-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

sa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARKOS FOTIOU Data Nascimento: 08/08/1986 Passaporte: EJ925278 País: BÉLGICA; Processo: 47039000107201811 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: David Petersen Data Nascimento: 14/06/1967 Passaporte: 210310626 País: DINAMARCA; Processo: 47039000111201880 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Oscar Cornali Data Nascimento: 28/03/1969 Passaporte: YA0976900 País: ITÁLIA; Processo: 47039000112201824 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Walter Gaiti Data Nascimento: 18/06/1982 Passaporte: YA5119576 País: ITÁLIA; Processo: 47039000113201879 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Josip Cernjul Data Nascimento: 19/04/1980 Passaporte: 020607027 País: CROÁCIA; Processo: 47039000114201813 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW BRIAN LOGEMANN Data Nascimento: 06/04/1964 Passaporte: 485421598 País: EUA; Processo: 47039000115201868 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL SHAWN QUINN Data Nascimento: 10/12/1960 Passaporte: 487110208 País: EUA; Processo: 47039000116201811 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICAH JOHN BEHNKE Data Nascimento: 04/09/1987 Passaporte: 559096300 País: EUA; Processo: 47039000124201859 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NIKOLAOS ROUSSOS Data Nascimento: 27/07/1973 Passaporte: AM1619847 País: GRÉCIA; Processo: 47039000125201801 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NIKOLAY DONCHEV BOYADZHIEV Data Nascimento: 20/12/1964 Passaporte: 384430951 País: BULGÁRIA; Processo: 47039000126201848 Empresa: MAGNETI MARELLI COFAP FABRICADORA DE PECAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIO CLAUDIO COLOMBI Data Nascimento: 30/06/1965 Passaporte: YA2710453 País: ITÁLIA; Processo: 47039000129201881 Empresa: MAGNETI MARELLI COFAP FABRICADORA DE PECAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RICCARDO FORMAGGIO Data Nascimento: 21/12/1965 Passaporte: YA5094233 País: ITÁLIA; Processo: 47039000132201803 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PENTTI ENSIO HYVONEN Data Nascimento: 06/04/1972 Passaporte: PP2596916 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000137201828 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEFFREY WOOTTON Data Nascimento: 03/03/1959 Passaporte: 522870425 País: EUA; Processo: 47039000148201816 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jose Antonio Mendizabal Idueta Data Nascimento: 05/08/1969 Passaporte: AAB554044 País: ESPANHA; Processo: 47039000161201867 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JACEK JULIUSZ MODES Data Nascimento: 02/06/1963 Passaporte: EG7015656 País: POLÔNIA; Processo: 47039000160201812 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALAN JAMES HOWE Data Nascimento: 15/11/1955 Passaporte: LT8411729 País: IRLANDA; Processo: 47039000153201811 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jose Miguel Antia Ibarbia Data Nascimento: 03/09/1960 Passaporte: PAB862999 País: ESPANHA; Processo: 47039000150201887 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EDGAR DE JONG Data Nascimento: 02/08/1975 Passaporte: NT6KCCOD1 País: HOLANDA; Processo: 47039000152201876 Empresa: AISIN AI BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAMORU OGISO Data Nascimento: 13/07/1979 Passaporte: TK5083636 País: JAPÃO; Processo: 47039000154201865 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAXIMILIAN OSSIRNIG Data Nascimento: 19/11/1994 Passaporte: U1791173 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000156201854 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ibai Vesga Antxia Data Nascimento: 26/01/1987 Passaporte: PAA559983 País: ESPANHA; Processo: 47039000155201818 Empresa: AISIN AI BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TATSUYA SUZUKI Data Nascimento: 08/09/1980 Passaporte: TR4206294 País: JAPÃO; Processo: 47039000157201807 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GHEORGHE RAUCESCU Data Nascimento: 02/06/1961 Passaporte: 053564159 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000163201856 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Amets Aguirregabiria Badiola Data Nascimento: 28/10/1996 Passaporte: PAF227245 País: ESPANHA; Processo: 47039000198201895 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Xabier Urrestilla Aldalur Data Nascimento: 05/09/1990 Passaporte: PAD512780 País: ESPANHA; Processo: 47039000169201823 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PASCAL DUCLOS Data Nascimento: 26/08/1973 Passaporte: HC472849 País: CANADÁ; Processo: 47039000170201858 Empresa: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Benjamin Wilhelm Demus Data Nascimento: 16/12/1986 Passaporte: C62F07JWX País: ALEMANHA; Processo: 47039000171201801 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Adam Gait Data Nascimento: 08/05/1985 Passaporte: 518155673 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000178201814 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHEL PARKE Data Nascimento: 26/09/1958 Passaporte: HC475655 País: CANADÁ; Processo: 47039000191201873 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN FRANZ NOBIS Data Nascimento: 29/08/1968 Passaporte: C75M1F3JW País: ALEMANHA; Processo: 47039000192201818 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER SEVILLANO BUSTOS Data Nascimento: 15/02/1990 Passaporte: PAD989314 País: ESPANHA; Processo: 47039000193201862 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THIERRY ANDRÉ NOËL CUINET Data Nascimento: 11/03/1975 Passaporte: 10AD78200 País: FRANÇA; Processo: 47039000194201815 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LIONEL-SERGE LAURENT ANNE Data Nascimento: 26/09/1964 Passaporte: 12CE03142 País: FRANÇA; Processo: 47039000195201851 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND WILHELM KLINGER Data Nascimento: 15/05/1962 Passaporte: C9HRT8ZGY País: ALEMANHA; Processo: 47039000196201804 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIMON PAUL HALBHUBER Data Nascimento: 30/07/1988 Passaporte: C88RWR7ZZ País: ALEMANHA; Processo: 47039000197201841 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SVEN HAUSSMANN Data Nascimento: 21/01/1982 Passaporte: C895KZ4VL País: ALEMANHA; Processo: 47039000199201830 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Daniel Seminario Badsey Data Nascimento: 10/11/1983 Passaporte: AAJ866515 País: ESPANHA; Processo: 47039000203201860 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Alexander Gomez Iribar Data Nascimento: 12/08/1987 Passaporte: PAD773448 País: ESPANHA; Processo: 47039000204201812 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TIVADAR BALLA Data Nascimento: 23/11/1991 Passaporte: BH9622646 País: HUNGRIA; Processo: 47039000205201859 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JÓZSEF BIRO Data Nascimento: 31/07/1992 Passaporte: BH9622700 País: HUNGRIA; Processo: 47039000238201807 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD NICOLL Data Nascimento: 07/12/1974 Passaporte: 537133999 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000236201818 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTOINE PIERRE OLIVIER NICOLAS BARRAQUE Data Nascimento: 31/07/1973 Passaporte: 16FV04684 País: FRANÇA; Processo: 47039000206201801 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAIMO SAMUEL LAHTINEN Data Nascimento: 12/11/1955 Passaporte: FP1842502 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000213201803 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEEN GRODT Data Nascimento: 14/12/1965 Passaporte: 208175201 País: DINAMARCA; Processo: 47039000219201872 Empresa: YAH TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAUL STAVOLI Data Nascimento: 02/04/1960 Passaporte: 517656140 País: EUA; Processo: 47039000221201841 Empresa: YAH TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAY MICHAEL BROWN Data Nascimento: 19/08/1949 Passaporte: 561205538 País: EUA; Processo: 47039000224201885 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HYEONG KtM Data Nascimento: 20/09/1990 Passaporte: M62758747 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000234201811 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Maria Andreou Data Nascimento: 21/10/1973 Passaporte: AK4256947 País: GRÉCIA; Processo: 47039000233201876 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOONHONG OH Data Nascimento: 09/01/1980 Passaporte: M55737040 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000237201854 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEFFREY ALLEN BAILEY Data Nascimento: 29/01/1963 Passaporte: 509636697 País: EUA; Processo: 47039000239201843 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RODRIGUE CHARLIE MBAMOU KITCHAMBIA Data Nascimento: 17/07/1976 Passaporte: 0360797 País: CAMARÕES; Processo: 47039000244201856 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RONALD FRANCISCUS VAN GILS Data Nascimento: 13/02/1962 Passaporte: BFLJ2JPC2 País: HOLANDA; Processo: 47039000245201809 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOBIAS MEYER Data Nascimento: 20/10/1987 Passaporte: C889XV1P8 País: ALEMANHA; Processo: 47039000246201845 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PASI JUHANI AURELL Data Nascimento: 01/12/1983 Passaporte: FP1866246 País: HOLANDA; Processo: 47039000247201890 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAUNO ANTERO ORRE Data Nascimento: 21/07/1969 Passaporte: PA6873166 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000252201801 Empresa: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUKE JOHN HEMSLEY Data Nascimento: 05/01/1981 Passaporte: PA4935158 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039000253201847 Empresa: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN JAMES LOTHIAN Data Nascimento: 10/08/1983 Passaporte: E4110786 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039000255201836 Empresa: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NIALL FRANCIS WELSH Data Nascimento: 07/08/1991 Passaporte: 548034019 País: INGLATERRA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039000123201812 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEX PELLACANI Data Nascimento: 16/07/1986 Passaporte: YA6735698 País: ITÁLIA; Processo: 47039000149201852 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HIDEYUKI SUZUKI Data Nascimento: 10/01/1971 Passaporte: TH7478861 País: JAPÃO; Processo: 47039000164201809 Empresa: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BAOQIAN SHEN Data Nascimento: 08/08/1986 Passaporte: E52873482 País: CHINA; Processo: 47039000172201847 Empresa: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUOJIONG HU Data Nascimento: 13/08/1983 Passaporte: G50444858 País: CHINA; Processo: 47039000174201836 Empresa: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WEI ZHANG Data Nascimento: 21/09/1983 Passaporte: E34064686 País: CHINA; Processo: 47039000177201870 Empresa: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANWEI ZHU Data Nascimento: 05/06/1960 Passaporte: G38190552 País: CHINA; Processo: 47039000180201893 Empresa: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIAOHUI LIU Data Nascimento: 03/12/1970 Passaporte: G38190412 País: CHINA; Processo: 47039000200201826 Empresa: GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DEAN WILLIAM ALBURY Data Nascimento: 06/11/1991 Passaporte: N6176987 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039000248201834 Empresa: ANRITSU ELETRONICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SUSUMU KAWATA Data Nascimento: 24/12/1973 Passaporte: TK 4.924.396 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010438201789 Empresa: YUNCHENG SERVICOS DE ROTOGRAVURA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOXIA ZHAO Data Nascimento: 06/03/1980 Passaporte: E03494007 País: CHINA; Processo: 47039010175201716 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIOVANNI FARINOLA Data Nascimento: 11/09/1974 Passaporte: YA3062298 País: ITÁLIA; Processo: 47039010339201705 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHONGSHENG ZHAO Data Nascimento: 02/02/1965 Passaporte: E 25464033 País: CHINA; Processo: 47039010362201791 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BAOQUAN SU Data Nascimento: 20/04/1982 Passaporte: EA 0549191 País: CHINA; Processo: 47039010373201771 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINGKUO NIU Data Nascimento: 16/10/1979 Passaporte: G 33635445 País: CHINA; Processo: 47039010544201762 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIOVANNI ANDREA DI NARDO Data Nascimento: 27/12/1961 Passaporte: YA3579669 País: ITÁLIA; Processo: 47039010614201782 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHD SHAHBAZ Data Nascimento: 18/02/1990 Passaporte: K3321379 País: ÍNDIA; Processo: 47039010642201708 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TATU ILKKA PETTERI MIETTINEN Data Nascimento: 13/08/1975 Passaporte: FP1238091 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039010644201799 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Raghav Mohan Dube Data Nascimento: 18/06/1986 Passaporte: Z4206913 País: ÍNDIA; Processo: 47039010944201778 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sean Gerrard Gates Data Nascimento: 29/04/1963 Passaporte: PR1826937 País: IRLANDA; Processo: 47039000024201822 Empresa: TISI DO BRASIL - SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUMPHREY MELVIN HO SAM SOOI Data Nascimento: 30/05/1965 Passaporte: NR054LFB8 País: HOLANDA; Processo: 47039000027201866 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIDHARTH ROUTRAY Data Nascimento: 23/05/1990 Passaporte: L6174776 País: ÍNDIA; Processo: 47039000038201846 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: NAOYA ISHIMOTO Data Nascimento: 26/09/1990 Passaporte: TK3797543 País: JAPÃO; Processo: 47039000077201843 Empresa: OIL STATES INDUSTRIES DO BRASIL INSTALACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Christopher Dean Rourks Data Nascimento: 15/12/1967 Passaporte: 481802407 País: EUA; Processo: 47039000133201840 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ CARLOS DE SOUSA DOS SANTOS Data Nascimento: 30/08/1967 Passaporte: C462835 País: PORTUGAL; Processo: 47039000232201821 Empresa: FLANDERS DO BRASIL - INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH JOHN PAVLOSKI Data Nascimento: 29/09/1960 Passaporte: 506281929 País: EUA; Processo: 47039000230201832 Empresa: FLANDERS DO BRASIL - INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA DANIEL RYLE Data Nascimento: 16/01/1985 Passaporte: 488984647 País: EUA; Processo: 47039000229201816 Empresa: FLANDERS DO BRASIL - INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID PATRICK WOOD Data Nascimento: 06/11/1975 Passaporte: 455160889 País: EUA; Processo: 47039000228201863 Empresa: FLANDERS DO BRASIL - INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRYAN JOHN LUCAS Data Nascimento: 08/06/1985 Passaporte: 484301338 País: EUA.

Residência Prévia - RN 05 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000071201827 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VALENTIN MILENKOV NANEV Data Nascimento: 23/03/1972 Passaporte: 384942052 País: BULGÁRIA; Processo: 47041000106201828 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLA SOLIMENE Data Nascimento: 13/04/1982 Passaporte: YA0841289 País: ITÁLIA Estrangeiro: LUIS EDUARDO TASAYCO SARAVIA Data Nascimento: 13/07/1978 Passaporte: 6383499 País: PERU.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003676201799 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 24/05/2018 Estrangeiro: EDWARD YISHAR QUIROZ CORS Data Nascimento: 01/04/1974 Passaporte: A717883 País: BOLÍVIA; Processo: 47041003677201733 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS ALLISON FOSTER Data Nascimento: 30/06/1967 Passaporte: M00134932 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041003678201788 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAMESH KRISHNAMURTHY Data Nascimento: 10/07/1964 Passaporte: Z4519411 País: ÍNDIA; Processo: 47041003829201706 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Brendan Kenneth Dsouza Data Nascimento: 04/02/1985 Passaporte: M7151634 País: ÍNDIA; Processo: 47041003833201766 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Vimalkumar Damodarbhai Tandel Data Nascimento: 16/06/1985 Passaporte: Z2221413 País: ÍNDIA; Processo: 47041003834201719 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Sebastiao Afonso Silva Data Nascimento: 12/08/1960 Passaporte: J8899379 País: ÍNDIA; Processo: 47041003840201768 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Karthick Kumaran Balasubramanian Data Nascimento: 11/12/1992 Passaporte: K4253401 País: ÍNDIA; Processo: 47041003844201746 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Dimitrios Manolakis Data Nascimento: 22/05/1967 Passaporte: AN0742238 País: GRÉCIA; Processo: 47041003853201737 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2018 Estrangeiro: Manuel Anthony Tolibao Jamito Data Nascimento: 24/09/1983 Passaporte: EB9418120 País: FILIPINAS Estrangeiro: Mark Anthony Areno Arpa Data Nascimento: 13/11/1992 Passaporte: P5171195A País: FILIPINAS; Processo: 47041003864201717 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Daniyal Hamza Nivekar Data Nascimento: 25/02/1998 Passaporte: P2710621 País: ÍNDIA Estrangeiro: Gautam Ramnagina Yadav Data Nascimento: 09/04/1997 Passaporte: M6051518 País: ÍNDIA Estrangeiro: Kalyan Bhattacharya Data Nascimento: 23/11/1967 Passaporte: J9616826 País: ÍNDIA Estrangeiro: Matin Mohammad Pawne Data Nascimento: 28/07/1990 Passaporte: H1714346 País: ÍNDIA; Processo: 47041003866201714 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Chito Lagajino Dichoso Data Nascimento: 04/11/1975 Passaporte: EB9845717 País: FILIPINAS Estrangeiro: Edilberto Servania Cecilio Data Nascimento: 25/11/1970 Passaporte:

EC1257105 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jason Jay Cañada Yap Data Nascimento: 20/10/1987 Passaporte: EC5425304 País: FILIPINAS Estrangeiro: Joseph Maleniza Pado Data Nascimento: 01/06/1982 Passaporte: EC5143686 País: FILIPINAS Estrangeiro: Leonardo Hernandez Clemente Data Nascimento: 25/10/1975 Passaporte: P0353388A País: FILIPINAS Estrangeiro: Paul John Togores Borja Data Nascimento: 29/01/1992 Passaporte: EB8540172 País: FILIPINAS; Processo: 47041003868201703 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Brent Kildea Mcghee Data Nascimento: 17/10/1985 Passaporte: 527573700 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003872201763 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Al John Abugho Ramos Data Nascimento: 07/06/1991 Passaporte: EC6751050 País: FILIPINAS Estrangeiro: Edgar Lorica Rongavilla Data Nascimento: 16/01/1971 Passaporte: EC3445825 País: FILIPINAS Estrangeiro: Nelson Odchigue Abanil Data Nascimento: 30/03/1976 Passaporte: EC5923883 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ramon II Manzano Limen Data Nascimento: 29/10/1987 Passaporte: EC1942643 País: FILIPINAS Estrangeiro: Robert Sampayan Juanico Data Nascimento: 07/08/1985 Passaporte: EC2377398 País: FILIPINAS Estrangeiro: Segundo Sialongo Servano Data Nascimento: 15/02/1970 Passaporte: P3873209A País: FILIPINAS; Processo: 47041003874201752 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/01/2019 Estrangeiro: Calvin Bagares Acain Data Nascimento: 06/01/1980 Passaporte: EC0596706 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ernesto Rosales Rebalde Data Nascimento: 29/07/1975 Passaporte: P1847258A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jey Jugar Alicaway Data Nascimento: 31/07/1993 Passaporte: EC1948751 País: FILIPINAS Estrangeiro: Mariano Jr. Capayas Osma Data Nascimento: 14/08/1983 Passaporte: P4609718A País: FILIPINAS Estrangeiro: Marvin Jaspe Carandang Data Nascimento: 06/09/1997 Passaporte: P1746384A País: FILIPINAS; Processo: 47041003879201785 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Estrangeiro: Jaison Joseph Data Nascimento: 10/12/1990 Passaporte: H9590693 País: ÍNDIA Estrangeiro: Joshi Joy Kannampuzha Data Nascimento: 08/01/1978 Passaporte: Z3872126 País: ÍNDIA Estrangeiro: Mandeep Singh Batth Data Nascimento: 31/10/1984 Passaporte: J3995793 País: ÍNDIA Estrangeiro: Vivek Dubey Data Nascimento: 25/10/1982 Passaporte: J6923747 País: ÍNDIA; Processo: 47041003918201744 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: TIMOTHY CLAY HAMIL Data Nascimento: 28/06/1957 Passaporte: 488087876 País: EUA; Processo: 47041003928201780 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Arnel Dimapilis Reyes Data Nascimento: 21/04/1964 Passaporte: EB9195779 País: FILIPINAS Estrangeiro: Noel Rodolfo Servida Data Nascimento: 29/10/1969 Passaporte: EC1604920 País: FILIPINAS; Processo: 47041003942201783 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Joen Magnus Johannessen Data Nascimento: 11/02/1968 Passaporte: 208022000 País: DINAMARCA Estrangeiro: Tomas Ingemar Olsson Data Nascimento: 06/10/1955 Passaporte: 93588610 País: SUÉCIA; Processo: 47041003958201796 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Estrangeiro: Alexander Saveliev Data Nascimento: 11/11/1954 Passaporte: 530471056 País: RÚSSIA Estrangeiro: Antonios Beris Data Nascimento: 08/05/1972 Passaporte: AN6693749 País: GRÉCIA; Processo: 47041003962201754 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alfredo Guinto Arabe Data Nascimento: 09/11/1967 Passaporte: EC7376754 País: FILIPINAS Estrangeiro: Gil Impoy Barrameda Data Nascimento: 24/09/1967 Passaporte: P1939143A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jaycenter Buante Vasquez Data Nascimento: 15/11/1991 Passaporte: EC4448556 País: FILIPINAS Estrangeiro: John Mel Cuarto San Juan Data Nascimento: 29/11/1987 Passaporte: P3597449A País: FILIPINAS Estrangeiro: Lorenzo Atienza Belen Data Nascimento: 05/09/1964 Passaporte: EC5725710 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ludivic Romasanta Gonzales Data Nascimento: 15/11/1972 Passaporte: P3730627A País: FILIPINAS Estrangeiro: Marvin Hisola Escalante Data Nascimento: 13/10/1979 Passaporte: EC6987514 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ric Roman Velasco Villarosa Data Nascimento: 01/08/1982 Passaporte: P2942533A País: FILIPINAS Estrangeiro: Rogeane Quiroga Lucero Data Nascimento: 12/11/1992 Passaporte: EC7252618 País: FILIPINAS Estrangeiro: Vicente Morado Mesa Data Nascimento: 05/04/1972 Passaporte: EC6819374 País: FILIPINAS; Processo: 47041003971201745 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daril Amin Bin Sabre Data Nascimento: 17/04/1990 Passaporte: A41467564 País: MALÁSIA Estrangeiro: Piotr Lochnicki Data Nascimento: 14/07/1983 Passaporte: EL8434228 País: POLÔNIA; Processo: 47041003973201734 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/05/2019 Estrangeiro: Kalvin Perez Alcazaren Data Nascimento: 29/12/1992 Passaporte: P4755845A País: FILIPINAS; Processo: 47041003975201723 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Damigos Data Nascimento: 14/10/1962 Passaporte: AM1180683 País: GRÉCIA Estrangeiro: Isidoros Arakas Data Nascimento: 19/08/1966 Passaporte: AM1288224 País: GRÉCIA; Processo: 47041003976201778 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Gogita Kvirikashvili Data Nascimento: 14/08/1975 Passaporte: 15BB02485 País: GEÓRGIA Estrangeiro: Konstantine Kankia Data Nascimento: 03/10/1987 Passaporte: 16AB97740 País: GEÓRGIA; Processo: 47041003978201767 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Ilias Bachos Data Nascimento: 01/09/1991 Passaporte: AM0868995 País: GRÉCIA; Processo: 47041003979201710 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sandy Napocao Ativo Data Nascimento: 16/11/1976 Passaporte: EC4505641 País: FILIPINAS Estrangeiro: Willie Andaya Tenorio Data Nascimento: 11/06/1970 Passaporte: EB8636437 País: FILIPINAS; Processo: 47041003983201770 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Aleksandr Suprunov Data Nascimento: 30/04/1966 Passaporte: 722184996 País: RÚSSIA Estrangeiro: Georgios Giomelos Data Nascimento: 05/02/1982 Passaporte: AN3027581 País: GRÉCIA Estrangeiro: Kyriakos Gkinnis Data Nascimento: 05/05/1952 Passaporte: AN4065947 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolaos Margaritis Data Nascimento: 13/08/1958 Passaporte: AN6371999 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolaos Vlachos Data Nascimento: 03/06/1966 Passaporte: AN1285415 País: GRÉCIA Estrangeiro: Savvas Konstantinou Data Nascimento: 05/01/1957 Passaporte: AN6361073 País: GRÉCIA; Processo: 47041003982201725 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Francisco Fernandes Data Nascimento: 26/10/1967 Passaporte: N805570 País: PORTUGAL Estrangeiro: Hemanshukumar Shankarbhai Tandel Data Nascimento: 19/04/1994 Passaporte: J8371508 País: ÍNDIA; Processo: 47041003989201747 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Estrangeiro: Arnold Noel Tanggana Cabbigat Data Nascimento: 22/10/1972 Passaporte: EC1537266 País: FILIPINAS Estrangeiro: Demosthenes Jr. Montalban Manlunas Data Nascimento: 21/04/1982 Passaporte: P2911007A País: FILIPINAS Estrangeiro: Ferdinand Bisco Garcia Data Nascimento: 27/05/1979 Passaporte: EC2565836 País: FILIPINAS Estrangeiro: Florante Dela Cruz Gloria Data Nascimento: 26/06/1978 Passaporte: EC5985049 País: FILIPINAS Estrangeiro: Joeffrey Celeste Rodriguez Data Nascimento: 31/07/1977 Passaporte: EC8333527 País: FILIPINAS Estrangeiro: Joejim Puentespina Monserate Data Nascimento: 07/06/1987 Passaporte: P0044884A País: FILIPINAS Estrangeiro: Prudencio Nebre Mamangon Data Nascimento: 16/12/1971 Passaporte: P0450853A País: FILIPINAS Estrangeiro: Rommel Marcos Ocampo Data Nascimento: 14/03/1978 Passaporte: P4793479A País: FILIPINAS Estrangeiro: Sherwin Bamuya Ayo Data Nascimento: 14/02/1975 Passaporte: P1510292A País: FILIPINAS; Processo: 47041003986201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/02/2018 Estrangeiro: Nelson Jr. Solano Salarza Data Nascimento: 20/03/1986 Passaporte: EC1204522 País: FILIPINAS Estrangeiro: Noli Barrete Geraldo Data Nascimento: 15/06/1968 Passaporte: EC7821396 País: FILIPINAS Estrangeiro: Norman Liwanag Martinez Data Nascimento: 20/08/1970 Passaporte: P3103187A País: FILIPINAS Estrangeiro: Rico Panes Fresno Data Nascimento: 03/05/1980 Passaporte: EC5129694 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rodrigo Jr Romero Biacan Data Nascimento: 30/06/1986 Passaporte: EC1039236 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rymbran Amares Villanezo Data Nascimento: 17/04/1993 Passaporte: EC4776799 País: FILIPINAS; Processo: 47041003988201701 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jay Rolan Pantoja Yazon Data Nascimento: 21/10/1974 Passaporte: EC8011820 País: FILIPINAS; Processo: 47041003990201771 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Estrangeiro: GAVIN DOUGLAS TROTTER Data Nascimento: 29/01/1993 Passaporte: 538883551 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003992201761 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRANKO RADANOVIC Data Nascimento: 01/06/1982 Passaporte: S51PB8921 País: MONTENEGRO; Processo: 47041003993201713 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Panagiotis Bantzos Data Nascimento: 16/08/1966 Passaporte: AN1587248 País: GRÉCIA Estrangeiro: Ramil De La Umbria Magno Data Nascimento: 17/02/1975 Passaporte: P2811719A País: FILIPINAS; Processo: 47041003996201749 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giovanni Palencia Cirio Data Nascimento: 27/02/1966 Passaporte: EC1787344 País: FILIPINAS; Processo: 47041003998201738 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/02/2019 Estrangeiro: Dmytro Barkar Data Nascimento: 19/06/1978 Passaporte: FG865255 País: UCRÂNIA Estrangeiro: Dmytro Shkyria Data Nascimento: 28/04/1984 Passaporte: FH282097 País: UCRÂNIA Estrangeiro: Kostiantyn Protasov Data Nascimento: 16/09/1991 Passaporte: FH480594 País: UCRÂNIA Estrangeiro: Oleksandr Kozorez Data Nascimento: 17/01/1995 Passaporte: FG558776 País: UCRÂNIA Estrangeiro: Sergei Lebedev Data Nascimento: 29/09/1966 Passaporte: 721519148 País: RÚSSIA Estrangeiro: Vitaliy Ivanchenko Data Nascimento: 11/12/1976 Passaporte: FH617983 País: UCRÂNIA Estrangeiro: Yuriy Kostenko Data Nascimento: 30/10/1974 Passaporte: FJ349793 País: UCRÂNIA; Processo: 47041003999201782 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Konstantine Chigvaria Data Nascimento: 27/05/1959 Passaporte: 16AA52756 País: GEÓRGIA; Processo: 47041004001201767 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2018 Estrangeiro: Ilker Koceroglu Data Nascimento:

01/01/1984 Passaporte: U05257783 País: TURQUIA Estrangeiro: Samet Cosar Data Nascimento: 27/06/1991 Passaporte: U07886809 País: TURQUIA Estrangeiro: Sezgin Godek Data Nascimento: 11/05/1967 Passaporte: U09709276 País: TURQUIA Estrangeiro: Turan Kocaman Data Nascimento: 01/03/1965 Passaporte: U02457134 País: TURQUIA Estrangeiro: Yemliha Yildiz Data Nascimento: 18/10/1991 Passaporte: U11229061 País: TURQUIA; Processo: 47041004004201709 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Estrangeiro: Gilbert Abillon Amoloza Data Nascimento: 16/03/1976 Passaporte: P2175054A País: FILIPINAS; Processo: 47041004003201756 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/01/2019 Estrangeiro: Paul John Caya Ponciano Data Nascimento: 19/04/1994 Passaporte: EB8909465 País: FILIPINAS Estrangeiro: Robledo Jr Obado Rosete Data Nascimento: 19/02/1975 Passaporte: EC7262345 País: FILIPINAS Estrangeiro: Teresito Obligado Cagang Data Nascimento: 18/05/1964 Passaporte: EC2814736 País: FILIPINAS; Processo: 47041004006201790 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Vivek Sachdev Data Nascimento: 09/03/1989 Passaporte: Z3099838 País: ÍNDIA; Processo: 47041004007201734 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 15/02/2018 Estrangeiro: Anatoliy Gortolomey Data Nascimento: 28/03/1961 Passaporte: EP859659 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004008201789 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/02/2018 Estrangeiro: Ashbel Jacob Data Nascimento: 09/12/1990 Passaporte: K2503509 País: ÍNDIA; Processo: 47041004009201723 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Viktor Oplachko Data Nascimento: 21/08/1968 Passaporte: FJ972451 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004010201758 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Abhay Arun Chavan Data Nascimento: 18/04/1986 Passaporte: Z2925547 País: ÍNDIA Estrangeiro: Anuj Ranjeet Singh Thakur Data Nascimento: 19/07/1984 Passaporte: Z3960439 País: ÍNDIA Estrangeiro: Kumar Saurabh Data Nascimento: 10/10/1995 Passaporte: Z2638706 País: ÍNDIA; Processo: 47041004011201701 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Elroy Nazareth Sebastian Afonso Data Nascimento: 21/10/1986 Passaporte: Z3435202 País: ÍNDIA Estrangeiro: Kevin Joseph Michael Data Nascimento: 18/03/1978 Passaporte: P6533451 País: ÍNDIA Estrangeiro: Rajeshkumar Ramji Patel Data Nascimento: 10/12/1974 Passaporte: N2291926 País: ÍNDIA; Processo: 47041004012201747 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 23/07/2018 Estrangeiro: Mukesh Kumar Data Nascimento: 04/12/1992 Passaporte: K5454044 País: ÍNDIA Estrangeiro: Robinson Gabriel Fernandes Data Nascimento: 20/10/1987 Passaporte: H9756376 País: ÍNDIA Estrangeiro: Vamsi Krishna Ratho Data Nascimento: 21/03/1990 Passaporte: K2278032 País: ÍNDIA; Processo: 47041004014201736 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 23/07/2018 Estrangeiro: Ganeshkumar Chhaganlal Tandel Data Nascimento: 05/07/1972 Passaporte: J5641989 País: ÍNDIA Estrangeiro: Kamran Agani Dasurkar Data Nascimento: 27/02/1986 Passaporte: L8876467 País: ÍNDIA; Processo: 47041004013201791 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Mohamed Sabir Abdul Kadir Kondvilkar Data Nascimento: 24/06/1983 Passaporte: J9074557 País: ÍNDIA Estrangeiro: Musalayya Mylapilli Data Nascimento: 05/06/1980 Passaporte: J6386949 País: ÍNDIA; Processo: 47041004020201793 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: JEAN-FRANÇOIS CLAUDE DOMINIQUE HERVIEU

Data Nascimento: 21/07/1973 Passaporte: 16FV00494 País: FRANÇA; Processo: 47041004019201769 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ATLE KOLVE LOPES Data Nascimento: 22/10/1963 Passaporte: 29883368 País: NORUEGA; Processo: 47041004015201781 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Ravi Ramesh Verma Data Nascimento: 20/04/1988 Passaporte: Z3616029 País: ÍNDIA; Processo: 47041004018201714 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Armando Maleniza Pado Data Nascimento: 14/01/1978 Passaporte: P2927973A País: FILIPINAS Estrangeiro: Dex Wenchie Tatel Brito Data Nascimento: 25/02/1992 Passaporte: P0650690A País: FILIPINAS Estrangeiro: Ernie Porras Eugalca Data Nascimento: 18/07/1966 Passaporte: EC6284615 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jerson Mota Sapnay Data Nascimento: 20/02/1989 Passaporte: EC6022126 País: FILIPINAS; Processo: 47041004021201738 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: Canberk Filiz Data Nascimento: 24/04/1993 Passaporte: U15325220 País: TURQUIA Estrangeiro: MURAT SARIKAYA Data Nascimento: 21/07/1972 Passaporte: U05855149 País: TURQUIA Estrangeiro: Mehmet Turk Data Nascimento: 19/07/1969 Passaporte: U01036662 País: TURQUIA Estrangeiro: Murat Uras Data Nascimento: 04/09/1989 Passaporte: U10266380 País: TURQUIA Estrangeiro: OZAN ATIK Data Nascimento: 05/07/1987 Passaporte: U06544156 País: TURQUIA Estrangeiro: Selvet Yekin Data Nascimento: 01/04/1960 Passaporte: U09111800 País: TURQUIA; Processo: 47041004022201782 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Divyakant Amritlal Kharwa Data Nascimento: 25/10/1985 Passaporte: M0627915 País: ÍNDIA; Processo: 47041004024201771 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 23/07/2018 Estrangeiro: Gilbert Vijay George Data Nascimento: 21/07/1985 Passaporte: N4093338 País: ÍNDIA; Processo: 47041004025201716 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Mauritius du Toit de Klerk Data Nascimento: 14/05/1981 Passaporte: M00213301 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004026201761 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Dhiren Attreye Data Nascimento: 03/10/1992 Passaporte: K0121381 País: ÍNDIA Estrangeiro: Jesus Conceicao Menino Fernandes Data Nascimento: 07/12/1989 Passaporte: J7761140 País: ÍNDIA Estrangeiro: Maninder Jit Singh Nagi Data Nascimento: 12/06/1988 Passaporte: L2963798 País: ÍNDIA; Processo: 47041004027201713 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2018 Estrangeiro: Albert Bonarev Data Nascimento: 02/02/1969 Passaporte: 714398266 País: RÚSSIA Estrangeiro: Igor Borisov Data Nascimento: 05/11/1977 Passaporte: 710134739 País: RÚSSIA Estrangeiro: Sergei Prikhodko Data Nascimento: 20/06/1994 Passaporte: 651719392 País: RÚSSIA Estrangeiro: Valentin Rarov Data Nascimento: 11/01/1987 Passaporte: 752593925 País: RÚSSIA Estrangeiro: Victor Fauzer Data Nascimento: 02/08/1988 Passaporte: 724660645 País: RÚSSIA; Processo: 47041004028201750 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: William Christy Data Nascimento: 13/06/1995 Passaporte: L2949586 País: ÍNDIA; Processo: 47041004029201702 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2018 Estrangeiro: Rene Boy Pedrosa Alojado Data Nascimento: 09/03/1996 Passaporte: P2938676A País: FILIPINAS; Processo: 47041004031201773 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Giallouris Data Nascimento: 04/04/1980 Passaporte: AM1822923 País: GRÉCIA; Processo: 47041004039201730 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/12/2019 Estrangeiro: Torgeir Soebstad Data Nascimento: 17/01/1953 Passaporte: 32662238 País: NORUEGA; Processo: 47041004045201797 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rufino Mendoza Bonsol Data Nascimento: 07/04/1959 Passaporte: EC3424852 País: FILIPINAS; Processo: 47041004046201731 Empresa: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IRFAN ABDUL RAZAK SAYED Data Nascimento: 24/05/1982 Passaporte: Z3385482 País: ÍNDIA; Processo: 47041004047201786 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Igor Moskalenko Data Nascimento: 13/07/1970 Passaporte: EE510648 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004048201721 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Gid James Winchester Data Nascimento: 06/09/1973 Passaporte: GB477963 País: CANADÁ; Processo: 47041004049201775 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/03/2018 Estrangeiro: Rodmark Ranollo Loquete Data Nascimento: 18/03/1992 Passaporte: EC7650935 País: FILIPINAS; Processo: 47041004051201744 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Estrangeiro: Deepak Jivraj Patel Data Nascimento: 02/01/1982 Passaporte: Z2477540 País: ÍNDIA Estrangeiro: Roque Piedade Pereira Data Nascimento: 16/01/1958 Passaporte: R1519093 País: ÍNDIA Estrangeiro: Sagar Dhummansure Data Nascimento: 10/09/1979 Passaporte: K3788399 País: ÍNDIA Estrangeiro: Tawfique Ahamed Pagarkar Data Nascimento: 13/02/1965 Passaporte: Z2175063 País: ÍNDIA; Processo: 47041004050201708 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vasileios Tsetseris Data Nascimento: 28/01/1985 Passaporte: AK2629711 País: GRÉCIA; Processo: 47041004052201799 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Estrangeiro: Yogeshkumar Girdharbhai Tandel Data Nascimento: 09/09/1978 Passaporte: K1887555 País: ÍNDIA; Processo: 47041004056201777 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2018 Estrangeiro: Mahmut Cem Turkoglu Data Nascimento: 14/03/1991 Passaporte: U13132583 País: TURQUIA Estrangeiro: Umur Gumusbas Data Nascimento: 18/07/1997 Passaporte: S01874935 País: TURQUIA; Processo: 47041004067201757 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: MICHAEL SCOTT PLATZ Data Nascimento: 24/05/1972 Passaporte: 488129564 País: EUA; Processo: 47041004066201711 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: NIKOLA SAVORIC Data Nascimento: 10/08/1982 Passaporte: 092739418 País: CROÁCIA; Processo: 47041004065201768 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VLADISLAVAS DOBILAS Data Nascimento: 26/02/1975 Passaporte: 24550722 País: LITUÂNIA; Processo: 47041004070201771 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Lukasz Jan Kowalczyk Data Nascimento: 08/04/1977 Passaporte: EK8828145 País: POLÔNIA; Processo: 47041004071201715 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Karol Andrzej Rutkowski Data Nascimento: 20/03/1976 Passaporte: EL5266107 País: POLÔNIA; Processo: 47041004073201712 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Estrangeiro: Joseph Anthony Palha Data Nascimento: 08/11/1983 Passaporte: Z3716126 País: ÍNDIA; Processo: 47041004075201701 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Randy Loayon Genorga Data Nascimento: 11/09/1985 Passaporte: P2721726A País: FILIPINAS; Processo: 47041004077201792 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Mark Yule Data Nascimento: 21/08/1966 Passaporte: 536646449 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010635201706 Empresa: DEL CORONA & SCARDIGLI LOGISTICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Gianluca Vergano Data Nascimento: 12/03/1974 Passaporte: YA8574764 País: ITÁLIA; Processo: 47039010889201716 Empresa: CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY (BRAZIL) PARTICIPACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JUNYING SONG Data Nascimento: 09/06/1985 Passaporte: PE0820076 País: CHINA; Processo: 47039000044201801 Empresa: ALD AUTOMOTIVE S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL BENTO REIS Data Nascimento: 28/05/1972 Passaporte: P377444 País: PORTUGAL; Processo: 47039000175201881 Empresa: YAPP BRASIL FABRICACAO DE TANQUES E RESERVATORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YANG CHEN Data Nascimento: 28/11/1989 Passaporte: E04856021 País: CHINA; Processo: 47039000176201825 Empresa: YAPP BRASIL FABRICACAO DE TANQUES E RESERVATORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RONG CHEN Data Nascimento: 03/01/1986 Passaporte: G39031926 País: CHINA; Processo: 47039000223201831 Empresa: QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS EBERHARD GIL MAST Data Nascimento: 05/07/1964 Passaporte: C5T9LNGRX País: ALEMANHA.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003861201783 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/12/2019 Estrangeiro: Tage Gunnar Christensen Data Nascimento: 16/04/1951 Passaporte: 205235797 País: DINAMARCA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039000119201846 Empresa: ADATA INTEGRATION BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PO CHENG CHUNG Data Nascimento: 04/11/1986 Passaporte: 302727270 País: CHINA; Processo: 47039000139201817 Empresa: ADATA INTEGRATION BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHUNG MING WANG Data Nascimento: 14/11/1975 Passaporte: 312368581 País: CHINA.

O Coordenador Geral de Imigração Substituto, no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante CHRISTOPHE CLEVENOT exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa BANCO CREDIT AGRICOLE BRASIL S.A. Processo: 47039.000146/2018-19, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006258/2017-01.

O Coordenador Geral de Imigração Substituto, no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante NICOLAS SEBASTIEN MIEGEVILLE exercer concomitantemente o cargo de Diretor-Geral na Empresa NIKKON FERRAMENTAS DE CORTE LTDA Processo: 47039.009844/2017-07, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.004465/2016-31.

O Coordenador-Geral de Imigração Substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039010113201704 Empresa: MB EDUCACAO EIRELI - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alannah Kate Harrison Passaporte: AA860970; Processo: 47041000085201841 Empresa: SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: juan francisco espinoza molina Passaporte: C01406071; Processo: 47039009366201727 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO CASTELLAN Passaporte: YB1730023; Processo: 47039009897201710 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DELIANG BIAN Passaporte: EB3552358; Processo: 47039009900201703 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NINGXIN ZHU Passaporte: EB1609674; Processo: 47039009917201752 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XING MA Passaporte: G35860267; Processo: 47039009918201705 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAIYANG NIU Passaporte: EI9054663; Processo: 47039009673201716 Empresa: ESEQUIEL DA VEIGA PEREIRA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ESEQUIEL DA VEIGA PEREIRA Passaporte: N605761; Processo: 47039000059201861 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO FERNANDO RETUERTO GARCIA Passaporte: PAE347271; Processo: 47039000041201860 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HENDRIK ABRAHAM ROZEBOOM Passaporte: BCF6R8K25; Processo: 47041003910201788 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 29/07/2018 Estrangeiro: ANDRII BONDARENKO Passaporte: FE200012; Processo: 47041000086201895 Empresa: AMJS STUDIOS EIRELI Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: NICOLA AL MODABER Passaporte: 538669796; Processo: 47041004017201770 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO GARCIA DELGADO Passaporte: E748027.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 687, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria SIT n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro n.° 080032089, concedido à empresa HR SERVICOS E FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO LTDA - ME, CNPJ 67.117.465/0001-06, estabelecida na Rua Pedro Santa Lucia, n° 250, Jardim Satélite, São Paulo/SP, CEP 04.815-250, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada, conforme disposto no Processo n.º 46017.000153/2016-44.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO PAULO FERREIRA MACHADO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.004940/2013-81	200286013	C S O Engenharia Ltda	BA
2	47904.004941/2013-25	200458396	C S O Engenharia Ltda	BA
3	47904.004942/2013-70	200286021	C S O Engenharia Ltda	BA
4	47904.004943/2013-14	200286030	C S O Engenharia Ltda	BA
5	47904.004944/2013-69	200286048	C S O Engenharia Ltda	BA
6	47904.004945/2013-11	200461761	C S O Engenharia Ltda	BA
7	47904.004946/2013-58	200286056	C S O Engenharia Ltda	BA
8	47904.004948/2013-47	200286081	C S O Engenharia Ltda	BA
9	47904.004950/2013-16	200461842	C S O Engenharia Ltda	BA
10	47904.004952/2013-13	200461796	C S O Engenharia Ltda	BA
11	47904.004953/2013-50	200461818	C S O Engenharia Ltda	BA
12	47904.004954/2013-02	200461826	C S O Engenharia Ltda	BA
13	47904.004955/2013-49	200461915	C S O Engenharia Ltda	BA
14	47904.004956/2013-93	200461931	C S O Engenharia Ltda	BA
15	47904.004959/2013-27	200461974	C S O Engenharia Ltda	BA
16	47904.008303/2012-01	24274410	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
17	47904.008304/2012-47	24274429	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
18	47904.008305/2012-91	24274437	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
19	47904.008306/2012-36	24274445	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
20	47904.008307/2012-81	24274453	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
21	47904.008308/2012-25	24274461	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
22	47904.008309/2012-70	24274470	Habitacional Empreendimentos Ltda	BA
23	47904.005014/2013-22	25482581	Kautex Textron do Brasil Ltda	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24	47904.005017/2013-66	200465350	Kautex Textron do Brasil Ltda	BA
25	47904.005020/2013-80	200465473	Kautex Textron do Brasil Ltda	BA
26	47904.005022/2013-79	200465511	Kautex Textron do Brasil Ltda	BA
27	46208.010070/2014-54	204099684	Educandário Caminho do Progresso Ltda	GO
28	46208.010071/2014-07	204097321	Educandário Caminho do Progresso Ltda	GO
29	46208.010072/2014-43	204097291	Educandário Caminho do Progresso Ltda	GO
30	46208.010074/2014-32	204097223	Educandário Caminho do Progresso Ltda	GO
31	46242.000153/2013-38	200112589	Agroindustrial Santa Juliana S.A.	MG
32	46312.001122/2015-95	206310978	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
33	46312.001130/2015-31	206308311	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
34	46312.001131/2015-86	206308043	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
35	46312.001132/2015-21	206308663	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
36	46312.001133/2015-75	206308621	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
37	46312.001134/2015-10	206308574	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
38	46312.001136/2015-17	206308507	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	MS
39	47533.013081/2013-86	201838656	Conterpavi Construcoes Terraplenagem Pavimentacoes Ltda	PR
40	47533.013082/2013-21	201838575	Conterpavi Construcoes Terraplenagem Pavimentacoes Ltda	PR
41	47533.006422/2013-67	200801601	Itauba Incorporacoes e Construcoes Ltda	PR
42	47533.006423/2013-10	200802437	Itauba Incorporacoes e Construcoes Ltda	PR
43	47533.006424/2013-56	200802283	Itauba Incorporacoes e Construcoes Ltda	PR
44	47533.006425/2013-09	200801988	Itauba Incorporacoes e Construcoes Ltda	PR
45	47533.008192/2013-71	201015200	Itauba Incorporacoes e Construcoes Ltda	PR
46	47533.008193/2013-15	201015013	Itauba Incorporacoes e Construcoes Ltda	PR
47	46216.004435/2014-11	204880068	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
48	46216.004438/2014-46	204880203	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
49	46216.004439/2014-91	204880238	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
50	46216.004449/2014-26	204881153	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
51	46216.004451/2014-03	204773962	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
52	46216.004453/2014-94	204773989	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
53	46216.004454/2014-39	204773997	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
54	46216.004456/2014-28	204774012	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
55	46216.004457/2014-72	204774021	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
56	46216.004458/2014-17	204774039	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
57	46216.004459/2014-61	204774063	Amazon Fort Solucoes Ambientais Ltda	RO
58	46465.000065/2014-01	204156149	Minerva Industria e Comercio de Alimentos S/A	RO
59	46275.001089/2015-97	206530951	Aurelio Goettems	RS
60	46275.001090/2015-11	206531753	Aurelio Goettems	RS
61	46275.001091/2015-66	206532369	Aurelio Goettems	RS
62	46275.001092/2015-19	206533276	Aurelio Goettems	RS
63	46275.001093/2015-55	206535171	Aurelio Goettems	RS
64	46275.001096/2015-99	206537077	Aurelio Goettems	RS
65	46275.001097/2015-33	206537352	Aurelio Goettems	RS
66	46275.001098/2015-88	206538588	Aurelio Goettems	RS
67	46275.001673/2015-42	206867972	Aurelio Goettems	RS
68	46275.001674/2015-97	206868341	Aurelio Goettems	RS
69	46275.001675/2015-31	206868944	Aurelio Goettems	RS
70	46275.002376/2014-33	204528283	Buenas Comunicacao Eficiente Ltda	RS
71	46274.001965/2014-12	204088259	Novaportal Comercio de Autopecas Ltda	RS
72	46274.001966/2014-59	204088267	Novaportal Comercio de Autopecas Ltda	RS
73	46220.001947/2015-39	206405782	Attilio Sergio Leardini	SC
74	46220.001948/2015-83	206405758	Attilio Sergio Leardini	SC
75	46220.001955/2015-85	206405774	Attilio Sergio Leardini	SC
76	46220.002037/2015-73	206405723	Attilio Sergio Leardini	SC
77	46254.002700/2015-42	207017867	Barracao Supermercado Ltda	SP
78	46254.006003/2014-80	205539513	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
79	46257.001311/2009-21	15837947	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos	SP
80	47998.005202/2013-59	201479923	Consórcio Construtor Viracopos	SP
81	46254.002697/2015-67	207016470	Javep-Veiculos, Pecas e Servicos Ltda	SP
82	46473.007564/2010-98	21822573	Laselva Comercial Ltda	SP
83	47998.007157/2013-77	201843510	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
84	47998.007159/2013-66	201843544	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
85	47998.007160/2013-91	201843552	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
86	47998.007161/2013-35	201843579	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
87	47998.007163/2013-24	201843617	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
88	47998.007165/2013-13	201843650	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
89	47998.007167/2013-11	201843676	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
90	47998.007168/2013-57	201843684	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
91	47998.007169/2013-00	201843706	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
92	47998.007170/2013-26	201843714	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
93	47998.007171/2013-71	201843749	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
94	47998.007172/2013-15	201843757	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
95	47998.007173/2013-60	201843765	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
96	47998.007174/2013-12	201843773	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
97	47998.007175/2013-59	201843790	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
98	47998.007176/2013-01	201843803	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
99	47998.007177/2013-48	201843811	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
100	47998.007178/2013-92	201843838	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
101	47998.007179/2013-37	201843854	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
102	47998.007184/2013-40	201844061	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
103	47998.007185/2013-94	201844109	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
104	47998.007186/2013-39	201844125	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
105	47998.007187/2013-83	201844133	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
106	47998.007188/2013-28	201844141	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
107	47998.007189/2013-72	201844150	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
108	47998.007190/2013-05	201844168	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
109	47998.007191/2013-41	201844176	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
110	47998.007192/2013-96	201844184	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
111	47998.007193/2013-31	201844192	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
112	47998.007194/2013-85	201844214	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
113	47998.007195/2013-20	201844222	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
114	47998.007196/2013-74	201844389	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
115	47998.007197/2013-19	201844397	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
116	47998.007198/2013-63	201844401	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
117	47998.007200/2013-02	201844443	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
118	47998.007203/2013-38	201844231	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
119	47998.007204/2013-82	201844265	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
120	47998.007205/2013-27	201844303	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
121	47998.007206/2013-71	201844362	Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario Ltda	SP
122	47998.005933/2013-02	201634309	Robert Bosch Ltda	SP
123	47998.005934/2013-49	201634317	Robert Bosch Ltda	SP
124	47998.005935/2013-93	201634325	Robert Bosch Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

125	47998.006089/2013-29	201670917	Robert Bosch Ltda	SP
126	46263.000589/2014-60	202894991	Transporte e Turismo Bonini Ltda	SP
127	46254.002668/2015-03	207006148	Ultra Displays - Industria e Comercio de Aramados Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
11	46210.001041/2007-23	100.093.574	Unic União das Escolas Superiores de Cuiabá	MT
2	46255.000068/2012-40	506578071	R T W Rubber Techical Works Indústria e Comércio Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46242.000168/2013-04	200130153	Agroindustrial Santa Juliana S.A.	MG
2	46242.000169/2013-41	200130081	Agroindustrial Santa Juliana S.A.	MG

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.011477/2012-42	24796182	Sulbaiana Empreendimentos Ltda	BA
2	47904.011478/2012-97	24796191	Sulbaiana Empreendimentos Ltda	BA
3	47904.011479/2012-31	24796204	Sulbaiana Empreendimentos Ltda	BA
4	47904.011480/2012-66	24796212	Sulbaiana Empreendimentos Ltda	BA
5	47904.011481/2012-19	24796221	Sulbaiana Empreendimentos Ltda	BA

1.4- Pela nulidade da decisão de fls. 33 publicada no DOU de 20/04/2017, Seção I, pág.117 .
Pelo conhecimento e negando provimento ao recurso voluntario, julgando procedente o auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46275.001377/2014-61	203773696	Banco do Brasil S.A.	RS

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Resolução nº 459, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, página 386:

Onde se lê:

"II - no art. 2º:

a) dar a seguinte redação ao caput:

"Art. 2º Para incluir no PRD débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o devedor deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais e, no caso de ações judiciais, protocolar requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, observado, porém, que, apenas na forma e para os efeitos do § 5º do art. 1º da Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, a desistência abrangerá somente questionamentos acerca da exigibilidade do débito e não impedirá o devedor de prosseguir nas impugnações administrativas ou judiciais." (NR)"

Leia-se:

"II - no art. 2º:

"a) dar a seguinte redação ao caput e ao § 4º:

"Art. 2º Para incluir no PRD débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o devedor deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais e, no caso de ações judiciais, protocolar requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, observado, porém, que, apenas na forma e para os efeitos do § 5º do art. 1º da Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, a desistência abrangerá somente questionamentos acerca da exigibilidade do débito e não impedirá o devedor de prosseguir nas impugnações administrativas ou judiciais."

.....

§ 4º Caso o interessado seja pessoa jurídica, o pedido de desistência de que trata o caput também deverá ser acompanhado de cópia do Contrato Social, Estatuto ou Ata e eventual alteração que indique os atuais representantes legais da interessada, observado o disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. (NR)"

Onde se lê:

"IV - dar a seguinte redação ao § 1º do art. 5º:

"Art. 5º .....

.....

§ 1º O requerimento de adesão ao PRD deverá ser protocolado, preferencialmente, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou nos protocolos das unidades da ANAC, cujos endereços são indicados no sítio eletrônico desta Agência, presencialmente ou enviado por via postal, no prazo de 15 (quinze) dias após o pagamento da primeira parcela." (NR)

Leia-se:

IV - dar a seguinte redação ao caput e ao § 1º do art. 5º:

"Art. 5º O requerimento de adesão ao PRD deverá ser feito até 24 de abril de 2018, conforme disciplinado na Portaria nº 2.485, de 21 de julho de 2017.

§1º O requerimento de adesão ao PRD, depois de formalizado pelo sistema de parcelamento, deverá ser protocolado, preferencialmente, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou nos protocolos das unidades da ANAC, cujos endereços são indicados no sítio eletrônico desta Agência, presencialmente, ou enviado por via postal." (NR)

Onde se lê:

"VI - dar a seguinte redação ao § 1º do art. 7º:

"Art. 7º.....

.....

§ 1º Enquanto a dívida não for consolidada, o devedor deverá calcular e recolher o valor de cada prestação da modalidade de parcelamento pretendido, observados os valores mínimos previstos no § 4º do art. 6º deste Regulamento." (NR)"

Leia-se:

VI - dar a seguinte redação ao § 1º do art. 7º:

"Art. 7º.....

.....

§ 1º Enquanto a dívida não for consolidada, o devedor deverá calcular e recolher o valor de cada prestação da modalidade de parcelamento pretendido, observados os valores mínimos previstos no § 3º do art. 6º deste Regulamento." (NR)

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 63, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.516417/2017-81, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0206-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico RECOMINTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS AERONÁUTICAS LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 3.882/SAR, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2017, Seção 1, página 99.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 39, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Programa de Segurança Aeroportuária do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107 (RBAC nº 107), e considerando o que consta do processo nº 00058.090135/2016-69, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária do operador GRU Airport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., CNPJ nº 15.578.569/0001-06, responsável pela operação do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107 (RBAC nº 107), Emenda nº 01, e considerando as seguintes especificações:

I - classe do aeródromo: AP-3;

II - serviços aéreos: voos domésticos e internacionais; e

III - capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.208, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.565081/2017-91, e resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Catuaí (MT) (código OACI: SICF) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 31, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.542064/2017-85, resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Estreito Ponte de Pedras (GO) (código OACI: SSPP) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 4.245 - Inscrever o aeródromo privado Grupo Rotta (MT) (código OACI: SJTT) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.565198/2017-74. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 4.247 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Arco Íris (MT) (código OACI: SIBA) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.565212/2017-30. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 4.251 - Inscrever o heliponto privado Louzandes (GO) (código OACI: SSNL) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.538910/2017-51. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIAS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 4.296 - Excluir o aeródromo privado Fazenda Palma (GO) (código OACI: SJPH) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.538711/2017-43 Fica revogada a Portaria nº 2216/SIA, de 18 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2015, Seção 1, Página 5.

Nº 4.297 - Excluir o aeródromo privado Fazenda Barcelona (BA) (código OACI: SWWB) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.566859/2017-89. Fica revogada a Portaria nº 1214/SIA, de 21 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, Seção 1, Página 5.

Estas Portarias entram em vigor em 1 de fevereiro de 2018. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 4.306 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Primavera (MS) (código OACI: SJJV) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00066.526581/2017-05. A inscrição tem validade até 01 de março de 2027. Fica revogada a Portaria nº 0619/SIA, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2017, Seção 1, Página 115.

Nº 4.309 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Lageado (MS) (código OACI: SSBX) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.567088/2017-47. Processo nº 00065.567088/2017-47. A inscrição tem validade até 5 de abril de 2022. Fica revogada a Portaria nº 0623/SIA, de 4 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 05 de abril de 2012, Seção 1, Página11.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 78, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.511611/2017-81, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação do curso prático de Voo por Instrumentos - IFR da EJ - ESCOLA DE AERONÁUTICA LTDA-ME- FILIAL JUNDIAÍ, situada à Avenida Emilio Antonon - nº 671, Chacara Aeroporto, em Jundiaí (SP), CEP: 13212-010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 55, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nºs 00065.091585/2015-07 e 00065.000053/2018-11, resolve:

Art. 1º Revogar o credenciamento do médico JOÃO BAPTISTA OPITZ JÚNIOR, CRM-SP 50284, MC111, para a realização de exames de saúde periciais para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 2.919/SPO, de 29 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2015, Seção 1, página 11.

ALBERT COSTA REBELLO

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 80, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3426 de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.037813/2016-65, resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2012-12-6JFY-02-00, emitido em favor da sociedade empresária AEROCEU AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.631, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Declara a utilidade pública, para fins de desapropriação e afetação administrativa, em favor da União, as áreas que menciona.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DMR - 005, de 10 de janeiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.595249/2017-84, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas a seguir descritas, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de ligação entre a ponte Rio-Niterói e a Av. Brasil (avenida portuária) no km 333+500m, na rodovia BR101/RJ.

Obra	Declaração de Utilidade Pública necessária às obras de ligação entre a ponte Rio-Niterói e a Av. Brasil (avenida portuária) no km 333+500, na rodovia BR101/RJ.							
Sistema Geodésico de Referência:	SIRGAS 2000		Coordenadas: UTM					Fuso: 23K
Vértices	Coordenadas UTM						Azimute	Distância (m)Área da DUP (m²)
	N	E						
P_01	680592,474265	7468623,128971	148 º	46'	28"		89,37m	37.843,91m²
P_02	680638,802469	7468546,708618	236º	51'	35"		00,23m	
P_03	680638,607647	7468546,581419	146º	21'	53"		27,20m	
P_04	680653,676236	7468523,931591	144º	07'	11"		41,32m	
P_05	680677,892238	7468490,454290	141º	35'	27"		39,70m	
P_06	680702,554112	7468459,349105	140º	50'	54"		30,86m	
P_07	680722,037752	7468435,418576	137º	48'	41"		15,72m	
P_08	680732,595816	7468423,770005	133º	59'	01"		07,80m	
P_09	680738,205746	7468418,355636	130º	37'	41"		07,74m	
P_10	680744,077504	7468413,317933	127º	12'	29"		07,33m	
P_11	680749,917663	7468408,883706	123º	50'	07"		07,53m	
P_12	680756,171112	7468404,691789	120º	30'	07"		07,16m	
P_13	680762,340632	7468401,057400	117º	12'	10"		07,38m	
P_14	680768,900832	7468397,685505	113º	41'	45"		08,08m	
P_15	680776,296249	7468394,439771	109º	53'	13"		08,71m	
P_16	680784,484135	7468391,477927	106º	32'	42"		06,02m	
P_17	680790,252438	7468389,764338	103º	47'	22"		06,12m	
P_18	680796,200826	7468388,304424	100º	52'	36"		06,71m	
P_19	680802,791097	7468387,038126	97º	09'	02"		09,71m	
P_20	680812,422162	7468385,829879	93º	13'	21"		07,60m	
P_21	680820,010749	7468385,402618	90º	02'	36"		06,41m	
P_22	680826,419206	7468385,397780	87º	13'	14"		06,03m	
P_23	680832,442373	7468385,690206	320º	20'	09"		00,67m	
P_24	680832,014084	7468386,206741	322º	11'	43"		18,98m	
P_25	680820,381112	7468401,201368	320º	36'	43"		83,71m	
P_26	680767,263165	7468465,895942	322º	06'	42"		70,02m	
P_27	680724,263713	7468521,154301	49º	40'	51"		12,45m	
P_28	680733,756247	7468529,210001	139º	40'	56"		70,21m	
P_29	680779,180774	7468475,680982	140º	36'	43"		83,71m	
P_30	680832,298778	7468410,986339	132º	45'	35"		03,55m	
P_31	680834,906836	7468408,574643	117º	56'	33"		03,15m	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

P_32	680837,692096	7468407,097285	102º	27'	03"	03,26m
P_33	680840,880255	7468406,393350	89º	29'	29"	03,15m
P_34	680844,030329	7468406,421308	77º	56'	14"	03,65m
P_35	680847,594869	7468407,183049	71º	26'	30"	11,08m
P_36	680858,095030	7468410,708233	65º	52'	22"	09,35m
P_37	680866,624787	7468414,528637	56º	06'	20"	03,33m
P_38	680869,386274	7468416,383891	50º	38'	23"	40,09m
P_39	680900,382681	7468441,808583	47º	17'	03"	54,42m
P_40	680940,363882	7468478,722765	44º	05'	55"	35,10m
P_41	680964,790945	7468503,930696	134º	05'	55"	01,60m
P_42	680965,939973	7468502,817262	44º	05'	55"	16,20m
P_43	680977,214269	7468514,451966	48º	59'	57"	10,50m
P_44	680985,138513	7468521,340592	50º	28'	10"	149,78m
P_45	681100,663504	7468616,675568	49º	41'	25"	13,22m
P_46	681110,746663	7468625,229617	47º	52'	06"	17,70m
P_47	681123,873810	7468637,104062	45º	44'	03"	18,52m
P_48	681137,136545	7468650,031152	43º	59'	23"	11,09m
P_49	681144,838305	7468658,009430	42º	25'	40"	14,54m
P_50	681154,650524	7468668,744706	131º	37'	21"	10,01m
P_51	681162,135688	7468662,093803	41º	01'	55"	10,23m
P_52	681168,850207	7468669,809250	40º	00'	46"	07,43m
P_53	681173,624919	7468675,496931	39º	05'	44"	08,47m
P_54	681178,963819	7468682,067516	37º	59'	50"	10,56m
P_55	681185,463789	7468690,387950	12º	18'	19"	06,00m
P_56	681186,742173	7468696,248550	9º	33'	23"	09,79m
P_57	681188,367168	7468705,900908	6º	33'	41"	06,30m
P_58	681189,086753	7468712,156990	37º	06'	40"	15,82m
P_59	681198,634548	7468724,776330	38º	37'	58"	12,53m
P_60	681206,454415	7468734,560578	40º	02'	02"	12,60m
P_61	681214,557054	7468744,205370	41º	50'	56"	19,95m
P_62	681227,869877	7468759,069355	44º	27'	45"	26,91m
P_63	681246,719603	7468778,276071	45º	57'	48"	20,45m
P_64	681261,417756	7468792,488094	135º	57'	48"	00,40m
P_65	681261,695803	7468792,200535	45º	57'	48"	49,39m
P_66	681297,198686	7468826,529187	46º	13'	47"	19,55m
P_67	681311,316298	7468840,053481	47º	01'	14"	05,94m
P_68	681315,662978	7468844,103894	47º	36'	03"	05,11m
P_69	681319,436530	7468847,549527	48º	47'	19"	12,92m
P_70	681329,158103	7468856,063561	50º	56'	11"	12,19m
P_71	681338,624258	7468863,746485	164º	49'	42"	02,82m
P_72	681339,362859	7468861,022656	165º	06'	17"	07,63m
P_73	681341,324559	7468853,647527	51º	44'	58"	04,31m
P_74	681344,712314	7468856,318276	52º	37'	08"	03,69m
P_75	681347,645154	7468858,559081	53º	20'	52"	02,41m
P_76	681349,581039	7468859,999541	53º	58'	35"	02,68m
P_77	681351,749438	7468861,576349	54º	37'	11"	02,47m
P_78	681353,766260	7468863,008585	55º	31'	33"	04,79m
P_79	681357,711124	7468865,717198	56º	40'	38"	04,44m
P_80	681361,420746	7468868,156064	57º	45'	14"	04,18m
P_81	681364,959665	7468870,388625	167º	29'	46"	14,61m
P_82	681368,123579	7468856,121854	232º	50'	43"	16,32m
P_83	681355,114847	7468846,263899	228º	18'	14"	13,63m
P_84	681344,937402	7468837,197338	164º	21'	52"	11,36m
P_85	681348,000444	7468826,253040	225º	58'	27"	87,69m
P_86	681284,951589	7468765,312651	225º	50'	34"	19,23m
P_87	681271,156223	7468751,917284	224º	17'	17"	15,52m
P_88	681260,318628	7468740,806954	222º	21'	28"	17,24m
P_89	681248,701757	7468728,065988	220º	39'	38"	11,56m
P_90	681241,168036	7468719,295043	219º	08'	22"	14,26m
P_91	681232,168941	7468708,237208	217º	58'	07"	05,61m
P_92	681228,715258	7468703,811713	216º	54'	50"	12,29m
P_93	681221,334638	7468693,986632	216º	02'	56"	07,66m
P_94	681216,824817	7468687,790537	122º	45'	56"	01,58m
P_95	681218,154463	7468686,934768	216º	00'	25"	08,94m
P_96	681212,899961	7468679,704447	217º	16'	39"	14,32m
P_97	681204,224170	7468668,306534	218º	26'	25"	06,97m
P_98	681199,889840	7468662,845886	219º	31'	35"	12,91m
P_99	681191,671881	7468652,886019	221º	12'	26"	30,17m
P_100	681171,796775	7468630,188683	219º	48'	24"	06,94m
P_101	681167,355711	7468624,859608	218º	11'	27"	13,84m
P_102	681158,799444	7468613,982910	228º	12'	22"	34,34m
P_103	681133,196739	7468591,096267	170º	39'	01"	03,58m
P_104	681133,778354	7468587,563737	229º	56'	45"	48,99m
P_105	681096,277480	7468556,036383	225º	10'	08"	04,74m
P_106	681092,917444	7468552,696101	222º	12'	51"	08,07m
P_107	681087,495292	7468546,719248	220º	06'	33"	06,07m
P_108	681083,584526	7468542,076581	219º	34'	50"	48,53m
P_109	681052,663037	7468504,673021	220º	48'	48"	14,64m
P_110	681043,091366	7468493,589314	224º	43'	00"	14,36m
P_111	681032,988556	7468483,386050	228º	07'	14"	10,83m
P_112	681024,927170	7468476,158188	230º	37'	57"	37,39m
P_113	680996,024186	7468452,444421	140º	35'	05"	04,00m
P_114	680998,563925	7468449,354172	230º	35'	05"	27,91m
P_115	680976,998913	7468431,630841	320º	35'	05"	04,15m
P_116	680974,366497	7468434,833856	228º	34'	30"	31,24m
P_117	680950,943434	7468414,165425	227º	13'	35"	78,92m
P_118	680893,011728	7468360,569568	225º	50'	36"	00,87m
P_119	680892,388346	7468359,964272	219º	55'	37"	02,85m
P_120	680890,562111	7468357,782202	212º	16'	02"	01,96m

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

P_121	680889,513969	7468356,122107	204º	34'	32"	02,87m
P_122	680888,322201	7468353,516119	195º	07'	18"	03,07m
P_123	680887,521929	7468350,554631	186º	30'	17"	02,34m
P_124	680887,256717	7468348,228596	179º	22'	39"	02,13m
P_125	680887,279909	7468346,094496	171º	45'	19"	02,65m
P_126	680887,660082	7468343,470750	162º	27'	26"	03,18m
P_127	680888,619965	7468340,434313	153º	35'	19"	02,38m
P_128	680889,679468	7468338,301035	146º	46'	08"	01,90m
P_129	680890,720857	7468336,711504	143º	44'	35"	01,69m
P_130	680891,720698	7468335,348233	233º	52'	58"	05,46m
P_131	680887,308203	7468332,128552	231º	19'	58"	04,93m
P_132	680883,456835	7468329,046642	139º	55'	59"	19,98m
P_133	680896,317174	7468313,756644	233º	44'	35"	03,39m
P_134	680893,585908	7468311,753498	321º	14'	18"	44,49m
P_135	680865,733823	7468346,442054	319º	33'	29"	42,38m
P_136	680838,243145	7468378,695719	265º	19'	23"	08,09m
P_137	680830,178223	7468378,035943	268º	47'	20"	08,09m
P_138	680822,093867	7468377,865026	272º	45'	12"	10,42m
P_139	680811,687278	7468378,365476	277º	27'	17"	11,53m
P_140	680800,259515	7468379,860775	282º	35'	29"	12,45m
P_141	680788,109617	7468382,574707	288º	03'	22"	13,05m
P_142	680775,698747	7468386,620674	293º	08'	28"	10,68m
P_143	680765,878342	7468390,817789	297º	56'	29"	11,72m
P_144	680755,520749	7468396,311432	302º	35'	06"	09,95m
P_145	680747,137152	7468401,669882	306º	46'	17"	09,59m
P_146	680739,454849	7468407,410979	311º	26'	20"	12,27m
P_147	680730,254661	7468415,533135	315º	23'	42"	08,13m
P_148	680724,545014	7468421,322053	317º	47'	51"	07,77m
P_149	680719,327473	7468427,075703	228º	47'	15"	03,83m
P_150	680716,443320	7468424,549707	321º	18'	18"	11,54m
P_151	680709,229127	7468433,556133	321º	34'	22"	18,14m
P_152	680697,954415	7468447,767390	321º	42'	32"	14,54m
P_153	680688,943788	7468459,180492	321º	36'	41"	14,01m
P_154	680680,241292	7468470,164796	322º	53'	40"	18,58m
P_155	680669,030580	7468484,985020	323º	29'	56"	14,06m
P_156	680660,668527	7468496,285202	324º	32'	18"	13,29m
P_157	680652,955694	7468507,113486	326º	28'	32"	14,58m
P_158	680644,903764	7468519,267389	327º	26'	49"	13,48m
P_159	680637,651519	7468530,627890	326º	44'	11"	12,86m
P_160	680630,597421	7468541,381647	57º	09'	14"	00,45m
P_161	680630,975407	7468541,625672	328º	13'	24"	08,82m
P_162	680626,332945	7468549,119983	331º	10'	00"	09,37m
P_163	680621,812931	7468557,330538	333º	51'	39"	07,27m
P_164	680618,609337	7468563,858586	335º	26'	30"	08,63m
P_165	680615,022242	7468571,708568	335º	28'	34"	32,31m
P_166	680601,611573	7468601,103034	334º	03'	52"	08,52m
P_167	680597,883813	7468608,767961	331º	24'	59"	07,47m
P_168	680594,311035	7468615,325324	328º	57'	45"	07,60m
P_169	680590,393860	7468621,834978	58º	07'	08"	02,45m
ÁREA TOTAL						37.843,91m²

Art.2º Fica a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. ECOPONTE autorizada a promover as desapropriações necessárias à implantação da obra referenciada pelo art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estado e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no art. 1º

MARCELO VINAUD
Diretor Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 25, inciso VIII da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DMR - 006, de 10 de janeiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.138559/2013-71, delibera:

Art. 1º O Art. 1º da Deliberação nº 186, de 14 de julho de 2016 passa a vigorar acrescido dos §§ 5º e 6º, com a seguinte redação.

"§5º Os procedimentos de aplicação de penalidades aos Pontos de Atendimento e às entidades conveniadas observarão as regras definidas no Anexo II a esta Deliberação."

"§6º Caberá à Superintendência de Fiscalização verificar "in loco" o cumprimento das regras definidas no Anexo I a esta Deliberação, mediante solicitação da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas."

Art. 2º O §4º da Deliberação nº 186 de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§4º A habilitação das entidades sindicais regularmente inscritas no MTE como Ponto de Atendimento seguirá as Regras de Habilitação de Pontos de Atendimento constantes do Anexo I a esta Deliberação."

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD
Diretor Geral
Substituto

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 5.546 de 09.11.2017, publicada na Seção 1, pág. 112 do DOU nº 218, de 14.11.2017, onde se lê: "(...) CNPJ nº 11.839.835/0001-00 (...)", leia-se "(...) CNPJ nº 11.839.385/0001-00 (...)"

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA 26, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 16 horas e 30 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente, em férias, a Ministra Ana Arraes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 25, referente à sessão extraordinária de caráter reservado realizada em 6 de dezembro (Regimento Interno, artigo 101).

COMUNICAÇÕES

Da Presidência (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Proposta de que seja dada publicidade aos itens não sigilosos das deliberações, proferidas em sessões do Plenário extraordinárias de caráter reservado, que tratam dos acompanhamentos de acordos de leniência, com o objetivo de tornar o procedimento mais aderente aos princípios constitucionais da segurança jurídica e da publicidade. Os trechos públicos dos acórdãos mencionados nessa comunicação constam do Anexo II desta ata, bem como os do Acórdão 2925/2017-TCU-Plenário, apreciado nesta sessão. Aprovada.

Determinação à Segecex, por intermédio da SeinfraOperações, que apresente, no prazo de 45 dias, proposta de atualização da IN-TCU nº 74/2015, tendo em vista a experiência acumulada nos acompanhamentos de acordos de leniências já realizados pelo TCU nos últimos dois anos. Os Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo usaram da palavra para discutir a matéria.

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Sugestão para que a Presidência estude a forma de como compatibilizar a possibilidade de os acórdãos que referendam medidas cautelares serem atacados por meio de agravo. O Presidente Raimundo Carreiro mencionou que, ao ser implementada a cautelar

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

por meio acórdão, o assunto foi levado em consideração e que a conclusão a que se chegou naquela oportunidade foi no sentido de que é possível a interposição de agravo em face de medida cautelar referendada por acórdão. Nada obstante, informou que, por ser uma experiência nova, a Presidência continuará analisando o assunto.

Impactos no TCU do projeto de lei 7.448/2017, da Câmara dos Deputados, que trata de alteração na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. O Presidente Raimundo Carreiro informou que conhece o mencionado projeto de lei e que já tem em mãos estudo da Consultoria Jurídica da Casa que será remetido aos Ministros, Ministros-Substitutos e Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-004.914/2015-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foram autorizadas as presenças na Sala das Sessões do Consultor-Geral da União Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos, dos Advogados da União Eduardo Alonso Olmos, Fábio Henrique Sgueri, José Augusto Cordeiro da Cruz Neto, Laura Fernandes de Lima Lira e Raissa Torres Moraes Delázari, dos representantes da CGU João Carlos Figueiredo, Matheus Bredt de Menezes e Vinícius de Carvalho Madeira, dos advogados Geórgia Valverde Romeiro Leão e Gustavo de Souza Vellame, procuradores regularmente constituídos da Petrobrás e da advogada Clarissa Velloso Passarinho, procuradora regularmente constituída da SBM Offshore do Brasil Ltda.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-017.019/2017-6, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-021.243/2017-4, TC-021.244/2017-0 e TC-029.910/2017-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas; e

TC-026.001/2016-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS TRANSFERIDOS PARA A PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

Os processos TC-033.107/2016-5, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, e TC-011.770/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, foram transferidos para a pauta da sessão ordinária realizada nesta data.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DA PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

O processo TC-017.019/2017-6, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foi transferido da pauta da sessão ordinária realizada nesta data para a presente sessão.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-004.914/2015-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. José Alexandre Buaiz Neto e a AdvogadaGeral da União, Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, produziram sustentação oral em nome da SBM Offshore do Brasil Ltda. e da União, respectivamente. Acórdão 2925.

PROSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-005.093/2015-5 (Ata nº 22/2017), cujo relator é o Ministro Augusto Nardes e revisor, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira. Acórdão 2923.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2915 a 2922.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-005.093/2015-5 Acórdão 2923

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-021.074/2016-0 Acórdão 2924

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-004.914/2015-5 Acórdão 2925

O Presidente Raimundo Carreiro, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva usaram da palavra para discutir a matéria.

O Ministro Bruno Dantas solicitou esclarecimento de matéria de fato e, após a autorização do relator, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça usou da palavra para prestar as informações solicitadas.

O Acórdão 2925 foi proferido nos termos da comunicação do Presidente aprovada nesta sessão.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 2915 a 2922 e 2924.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 2915 a 2922, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, segue transcrito o acórdão de nº 2924, apreciado de forma unitária, que consta também do Anexo III desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 47/2017 Plenário
Relator Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2915/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 234, 235 e 236 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da documentação constante das peças 1 e 2 como denúncia por não atender os requisitos de legitimidade e admissibilidade e em determinar liminarmente o arquivamento deste processo, de acordo com os pareceres constantes nos autos:

1. Processo TC-001.828/2017-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senar No Estado de Rondônia

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 42/2017 Plenário
Relator Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2916/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", e arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia, por atender aos pressupostos regimentais de admissibilidade aplicáveis à espécie, para, no mérito, considerá-la improcedente, e retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, exceto quanto à autoria da denúncia, e determinar o arquivamento, dando ciência ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.956/2015-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados; Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.7. Representação legal: João Luiz Pereira Marciano e outros, representando Câmara dos Deputados.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2917/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2056/2015-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 19/8/2015, inserido na Ata nº 33/2015-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.1, onde se lê: "(...) R$ 1.306.201,26 (data-base Janeiro/2011) (...)", leia-se: "(...) R$ 1.337.764,44 (data base dezembro/2009) (...)",mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.251/2011-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Petróleo Brasileiro S.A.

1.4. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.7. Representação legal: Pedro Pullen Parente e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Bruno Silva Campos (17509/OAB-DF) e outros, representando Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda; Tiago Neves Furtado (20993/OAB-CE) e outros, representando Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. determinar a SPE Eólica Mangue Seco 2 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A, que promova a repactuação do contrato WWP 05646, firmado com a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda., referente às obras de construção da Usina Eólica Mangue Seco 2, com o objetivo da revisão dos valores referentes ao Termo de Quitação Parcial, relativo à alteração do tipo de fundação das bases dos aerogeradores, de forma que o valor contratual seja reduzido em R$ 1.306.201,26 (data-base Janeiro/2011) e os pagamentos indevidos sejam ressarcidos, encaminhando a este Tribunal, no prazo máximo de 30 dias, os documentos que comprovem tais providências;

1.8.2. classificar os documentos indicados pela unidade técnica na peça 238, com o grau de sigilo "reservado", nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) , c/c os arts. 6º, inciso I, 7º, inciso VIII, e 8º da Resolução-TCU 254, de 2013, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas ao desenvolvimento destes autos;

1.8.3. encaminhar cópia deste acórdão à Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e à Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.;

1.8.4. arquivar este processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

RELAÇÃO Nº 38/2017 Plenário
Relator Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 2918/2017 - TCU - Plenário

Considerando que não sobressaem risco, materialidade e relevância, de forma a justificar o prosseguimento da apuração neste Tribunal das irregularidades noticiadas pelo denunciante.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia; encaminhar cópia do processo ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, para adoção das providências de sua alçada, consonante ao art. 106, §3º, I, da Resolução TCU 259/2014; determinar a retirada do grau de sigilo, nos termos do art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992; arquivar os presentes autos; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 3), ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.960/2017-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2919/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o expediente não pode ser conhecido como denúncia, haja vista não se tratar de cidadão, partido político, associação ou sindicato, mas sim de sociedade empresarial;

Considerando que os fatos narrados podem ser recepcionados como representação, pelo princípio do formalismo moderado;

Considerando ter sido demonstrado que, embora houvesse interesse de empresas em participar somente em um dos aeroportos vinculados, não houve prejuízo para a competição do certame, pois houve disputa de três empresas, suportando a metodologia adotada para a modelagem do tamanho do lote, também corroborada pelo resultado da licitação;

Considerando que as alegações e documentos juntados aos autos não demonstram a configuração de infração a norma legal, tampouco malversação de recursos públicos ou dano ao erário, aptos a clamar pela atuação do TCU;

Considerando que a representante não demonstrou a razão legítima de intervir no processo, apta a respaldar sua habilitação como interessado;

Considerando, finalmente, que a ausência do *fumus boni iuris* conduz à impossibilidade de adoção de medida cautelar.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer do presente expediente como representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir, por consequência, a medida cautelar pleiteada; indeferir o pedido de ingresso como interessado formulado pela representante; acatar as justificativas da Infraero; determinar a retirada do grau de sigilo, nos termos do art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992; determinar o arquivamento; e em dar ciência deste acórdão, juntamente a instrução (peça 18), à representante e à Infraero, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.915/2017-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 37/2017 Plenário

Relator Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2920/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 234 a 236, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) retirar a chancela de sigiloso que recai sobre os autos;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao denunciante e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

e) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-029.052/2017-3 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 44/2017 Plenário

Relator Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2921/2017 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro, junto ao Ministério da Defesa, com o objetivo de apurar irregularidades no pagamento de inativos e pensionistas vinculados à Seção de Inativos e Pensionistas (SIP/1) do Comando da 1ª Região Militar;

Considerando que, ao julgar a presente TCE, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, "d", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, o Plenário do TCU prolatou o Acórdão 2.580/2008 (alterado pelo Acórdão 517/2017-TCU-Plenário) e julgou irregulares as contas da Sra. Maria da Glória Brandão para lhe imputar o débito apurado nos autos;

Considerando que, mais adiante, foi acostada aos autos a Certidão de Óbito da Sra. Maria da Glória Brandão em 19/11/2004;

Considerando, contudo, que se constata a baixa materialidade do débito individualmente imputado à Sra. Maria da Glória Brandão (falecida) sob o reduzido montante de R$ 470,85 (em valores de 30/9/1998);

Considerando que, após a realização de várias pesquisas, a unidade técnica anotou que não existiria patrimônio a ser transferido aos sucessores, não tendo sido constituído o correspondente espólio;

Considerando que, diante disso, mostra-se necessária a correção de erro material para modificar o item 9.4 do Acórdão 2.580/2008-TCU-Plenário no sentido de passar a promover o arquivamento das contas de Maria da Glória Brandão (falecida), em adição ao Acórdão 517/2017-TCU-Plenário, quando se promoveu o arquivamento das contas de Maria Madalena Brandão Cavalcante, diante do seu falecimento;

Considerando, enfim, que os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnam pelo arquivamento das aludidas contas, devendo esse arquivamento ser promovido, contudo, em sintonia com o art. 212 do RITCU, já que, diante do aludido falecimento da responsável sem a subsistência de patrimônio a ser transferido aos sucessores, fica evidenciada a falta de pressupostos para o desenvolvimento do feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.580/2008 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária Reservada de 12/11/2008 (Ata nº 48/2008), com a alteração dada pelo Acórdão 517/2017 proferido pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária Reservada de 22/3/2017 (Ata nº 8/2017), promovendo a restituição dos autos, em seguida, à Secex/Defesa para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que o item 9.4 do Acórdão 2.580/2008-TCU-Plenário passe a contar com a seguinte redação:

"*9.4. arquivar as contas de Maria da Glória Brandão (falecida), por falta de pressupostos para a constituição e o desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU, em adição ao Acórdão 517/2017-TCU-Plenário, quando se promoveu o arquivamento das contas de Maria Madalena Brandão Cavalcante, diante do seu falecimento*."

1. Processo TC-013.153/2000-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-012.078/1999-9 (INSPEÇÃO).

1.2. Responsáveis: Alberto Torres (CPF 339.228.027-53); Carlos Alberto Leitão da Costa (CPF 021.384.336-68); Celia Cleide Pereira da Silva (CPF 051.710.047-90); Edival Fernando de Oliveira (CPF 102.162.007-68); Gilcimar da Cruz Izidorio (CPF 903.536.767-72); Hélio Monteiro Pegado (CPF 034.956.047-15); Jaceguay de Almeida (CPF 115.787.348-00); Jairo do Nascimento Cavalcante (CPF 556.840.257-49); Jose Newton Veras (CPF 033.641.007-72); Jose Paulo dos Ramos (CPF 435.697.577-49); Marcelo da Mata Tini (CPF 020.782.547-54); Maria Madalena Brandão Cavalcante (CPF 051.827.547-79); Maria Conceição Amorim (CPF 014.464.987-00); Maria da Gloria Brandão (CPF 051.869.187-09); Mario de Carvalho Camargo Filho (CPF 382.263.678-91); Walmir de Oliveira Rodrigues (CPF 321.753.707-63) e Walter Vicente Salles dos Reis Filho (CPF 855.075.807-82).

1.3. Órgão: Comando da 1ª Região Militar (CE/MD).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.7. Representação legal:

1.7.1 Ana Lúcia Falsarella Testolini (OAB/SP 118.008) e outros, representando Mario de Carvalho Camargo Filho;

1.7.2. Mônica Gonçalves Aderne Freitas (OAB/RJ 102.881) e outros, representando Celia Cleide Pereira da Silva e Alberto Torres;

1.7.3. Sonia Maria Andrade de Albuquerque (OAB/RJ 142.493) e outros, representando Jose Newton Veras e Edival Fernando de Oliveira; e

1.7.4. Jerusmar Sampaio de Freitas (OAB/RJ 95.745), representando Jose Paulo dos Ramos.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2922/2017 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia sobre possível desvio de recursos federais na utilização dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente ao Município de Jaboatão dos Guararapes/PE, a partir de informação noticiada pelo conselho tutelar do aludido município;

Considerando que a aludida informação indicou como possivelmente irregular o pagamento feito à Newtech Soluções em Novas Tecnologias Ltda., sob o valor de R$ 174.591,00, após ter sido contratada, por intermédio do prévio Pregão Presencial 13/2015, para a prestação dos serviços necessários à operacionalização da votação e da apuração eletrônica no aludido município;

Considerando que, na peça inicial, há a notícia de que o denunciante teria solicitado, ao referido conselho tutelar, o envio das informações sobre os extratos bancários, os demonstrativos de repasse das verbas e o orçamento do fundo, sem obter, contudo, o necessário êxito;

Considerando que, ao analisar o feito, a unidade técnica verificou que, a despeito de não ter mencionado, de modo claro e objetivo, o motivo para a juntada da correspondente documentação, não dando ela o devido suporte à informação sobre as suscitadas irregularidades, o denunciante teria anexado, à peça inicial, a documentação com a informação de que a Newtech Soluções teria apresentado denúncia ao Ministério Público em Pernambuco com a narrativa dos seguintes fatos:

a) no dia 12/11/2015 a citada empresa teria vencido o referido pregão para prestar serviços técnicos especializados em solução de tecnologias da informação e comunicação (TIC) à Secretaria Executiva de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na realização do processo eleitoral para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares das Regionais Administrativas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 no referido município;

b) a referida empresa teria adimplido as suas obrigações contratuais;

c) a aludida eleição teria sido cancelada, a despeito de, em muitos locais de votação, já ter sido iniciado o pleito (Peça 1, p. 13);

d) a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes estaria na iminência de declarar a inidoneidade administrativa da empresa;

Considerando que, ao final dessas alegações, a Newtech Soluções solicitou do Ministério Público em Pernambuco que procedesse a: (i) apuração sobre o recolhimento do imposto devido à Prefeitura do Recife (ISS); (ii) apuração e identificação dos autores das ameaças de dano e de lesão à integridade física dos empregados da aludida empresa; (iii) adoção das ações judiciais subsequentes contra os autores e os responsáveis pela suspensão e o cancelamento das eleições (objeto do referido contrato); e (iv) d) indenização dos prejuízos sofridos pelos candidatos;

Considerando que, ao se debruçar sobre a questão da fiscalização e da instauração de tomada de contas especial em relação à utilização dos valores doados aos fundos dos entes federados (estados e municípios), a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, o Plenário do TCU prolatou o Acórdão 451/2017, na Sessão de 15/3/2017, e fixou o entendimento de que a competência primária para fiscalizar os recursos doados a fundos estaduais, municipais e distrital ligados aos direitos da criança e do adolescente, com amparo no art. 260 do ECA, é dos conselhos de direitos, dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e dos órgãos de controle externo locais (Poder Legislativo e Tribunal de Contas), além do Ministério Público dos respectivos entes federados, nos termos dos arts. 90 e 260-J da Lei 8.069, de 1990, e do art. 22 da Resolução Conanda 137, de 2010;

Considerando que, no referido Acórdão 451/2017, ficou definido que, de forma complementar à atuação dos órgãos locais de controle, o TCU também pode ter competência para fiscalizar a aplicação das renúncias de receitas fiscais da União (art. 260 do ECA), ainda que esses valores passem a compor o orçamento de outro ente estatal, por força dos arts. 70 e 71 da Constituição de 1988, do art. 1°, § 1°, da Lei 8.443, de 1992, do art. 257 do Regimento Interno do TCU e do art. 2º da Instrução Normativa TCU 4, de 1994 (item 9.1.2 do Acórdão 451/2017-TCU-Plenário;

Considerando que, no referido Acórdão 451/2017-TCU-Plenário, também ficou definido que, no caso de subsistir a competência do TCU para fiscalizar as referidas renúncias de receitas, a correspondente fiscalização deve ser efetivada, preferencialmente, por meio de inspeções e auditorias, de sorte que os gestores dos aludidos fundos estaduais, municipais e distrital, se tiverem recebido doações por meio da Lei 8.069, de 1990, e as demais entidades gerenciadoras desses recursos devem atentar para a instauração da devida tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei 8.443, de 1992, em sintonia com a Instrução Normativa TCU 71/2002 e com as demais normas correlatas (item 9.1.3 do Acórdão 451/2017-TCU-Plenário);

Considerando, assim, que, quando se tratar de representação ou de denúncia sobre irregularidade nos procedimentos administrativos adotados pelos gestores dos referidos fundos, não estando evidenciado o dano ao erário federal ou o desvio de finalidade, a apreciação da irregularidade deve ser primariamente submetida ao órgão de controle local, em consonância com os itens 9.1.1 e 9.1.4 do Acórdão 451/2017-TCU-Plenário;

Considerando que, na presente denúncia, não se verificam as informações sobre a origem dos recursos inerentes ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do aludido município, não havendo evidências de que os aludidos recursos seriam federais, já que não há a identificação de nenhuma das receitas listadas no art. 10 da Resolução 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo-se salientar que a origem federal para os aludidos recursos públicos figuraria como condição sine qua non para fixar a competência do TCU;

Considerando, dessa forma, que, não subsistindo os indícios sobre a competência do TCU, a presente denúncia não deve ser conhecida pelo Tribunal, já que não atenderia os requisitos de admissibilidade elencados no art. 235 do RITCU;

Considerando, contudo, que, com o intuito de se resguardar a efetividade do controle, mostra-se indicado o envio de cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao Ministério Público do Estado de Pernambuco e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDDCA;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da presente denúncia, vez que não atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.614/2016-8 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: identidade preservada.

1.2. Entidade: Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada da cópia dos autos, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao Ministério Público do Estado de Pernambuco e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDDCA, para ciência e adoção das providências cabíveis;

1.7.2 envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada da cópia do parecer da unidade técnica, ao denunciante, informando que ele pode reapresentar a aludida denúncia, desde que aponte expressamente os indícios sobre a origem dos recursos federais no correspondente feito, indicando, ainda, as supostas falhas perpetradas em desfavor da boa gestão dos recursos federais; e

1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2924/2017 TCU Plenário

1. Processo nº TC 021.074/2016-0.

1.1. Apenso: TC 023.619/2016-3.

2. Grupo I Classe de Assunto: VII Denúncia.

3. Denunciante/Responsáveis/Interessados:

3.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

3.2. Responsável: André Luiz Moreira da Silva (074.166.407-09).

3.3. Interessado: CSTrans Serviços de Transportes Ltda. (13.265.187/0001-05).

4. Órgão: Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Mauro Santos Silva (054.218.307-21) e outros, representando Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília.

8.2. Ivana Ferreira Castro Lobo Barbosa (718.698.321-91), representando CSTrans Serviços de Transportes Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia sobre irregularidades no pregão eletrônico 25/2016 conduzido pelo Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília, com vistas à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte de bagagem desacompanhada de militar movimentado no âmbito do território nacional,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativas apresentadas por André Luiz Moreira da Silva;

9.2. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, aplicar a André Luiz Moreira da Silva multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. autorizar o desconto da dívida na remuneração de André Luiz Moreira da Silva, observado o disposto no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. considerar cumpridos os itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 2.634/2016-TCU-Plenário;

9.7. determinar ao Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília que envie a este Tribunal, por intermédio da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, cópia do edital da licitação com objeto similar que vier a substituir o pregão eletrônico 25/2016;

9.8. dar ciência:

9.8.1. ao Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília sobre a alteração ocorrida na IN-SLTI/MPOG 5/2014, que passou a considerar prioritária, nas pesquisas de preços, a adoção de parâmetros disponíveis no Painel de Preços e em contratações similares de outros entes públicos, reforçando o teor da determinação contida no item 9.3.1 do Acórdão 2.634/2016-TCU-Plenário;

9.8.2. ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para que atentem à revogação da ata de registro de preços decorrente do pregão eletrônico 25/2016 do Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília, publicada no DOU de 20/4/2017, conforme determinado pelo TCU por meio do Acórdão 2.634/2016-TCU-Plenário;

9.9. dar ciência desta deliberação ao Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília, ao responsável e ao denunciante.

9.10. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos, nos termos do art. 55 da Lei 8.443/1992;

10. Ata n° 26/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2924-26/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 2923, adotado no processo TC-005.093/2015-5, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e

Acórdão nº 2925, adotado no processo TC-004.914/2015-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo.

Os acórdãos de nº 2923 e 2925 constam do Anexo IV desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 56 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 17 de janeiro de 2018, após o encerramento da sessão ordinária, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário
Substituto

Aprovada em 19 de dezembro de 2017.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro.

A SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, alínea *"d"*, da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizada, na forma do Anexo único desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros correspondentes, para a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro (SAMF/RJ), UG 170114, Gestão 00001, no valor de R$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais), para atender ao rateio de despesas condominiais estimadas para o exercício de 2018, relativas ao imóvel situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375, conforme informações constantes no TC 000.276/2018-9.

Art. 2º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados à SAMF/RJ não comprometidos até 31 de dezembro de 2018 deverão ser devolvidos ao Tribunal de Contas da União em data anterior àquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN para encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELENDA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO

ANEXO

Grupo Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes

Atividade	Natureza de Despesa	Descrição	Valor (em R$)
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais (PO 0000)	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	759.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo	9.000,00

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DE 9 DE JANEIRO DE 2018

PA Nº 6301/2017

Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, da Cessão de Uso, a título oneroso e precário, de espaço físico localizado no Edifício Sede do TRT da 24ª Região, destinado ao funcionamento do Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal, pelo período de 60 meses, a contar de 22 de janeiro de 2018, no valor mensal de R$ 3.531,11, a título de retribuição pecuniária pelo uso e rateio de despaesas.

Des. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
Em exercício

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE ATA REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 2018

Sob a presidência da Decana da Gestão 2018-2020, Arquiteta e Urbanista Marília Palhares Machado, inscrita no CAU/BR sob o nº A2217-9 e no CPF sob o nº 245.373.656-68, reuniu-se o Plenário do CAU/MG, às 14horas, do dia quatro de janeiro de dois mil e dezoito em sua Sessão Ordinária nº 73/2018 realizada nas instalações do Quality Hotel Belo Horizonte Afonso Pena, Av. Afonso Pena, 3761 - Serra, em Belo Horizonte - MG, com a finalidade de realizar a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Sendo eleito pelo Plenário como Presidente do CAU/MG o Arquiteto e Urbanista Danilo Silva Batista, inscrito no CAU/BR sob o nº A10052-8 e no CPF sob o nº 403.523.746-91, e como Vice-Presidente o Arquiteto e Urbanista Paulo Henrique Silva de Souza, inscrito no CAU/BR sob o nº A45638-1 e no CPF sob o nº 028.569.556-81, ambos empossados nesta data. Assim, após a eleição passou a presidir esta sessão o Arquiteto e Urbanista Danilo Silva Batista. Cientifique-se e cumpra-se.

DANILO SILVA BATISTA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 517, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre o Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia e dá outras providências."

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso das atribuições legais e regimentais, na forma da Lei nº 6.965/1981, regulamentada pelo Decreto nº 87.218/1982; Considerando o inciso VI, do art. 10 e o inciso II, do art. 12 da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981; Considerando a necessidade de atualização do Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; Considerando a decisão do Plenário do CFFa, durante a 1ª reunião da 157ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia.

Art. 2º Revogar as disposições em contrário, em especial a Resolução CFFa nº 404, de 3 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THELMA COSTA
Presidente do Conselho

MÁRCIA REGINA TELES
Diretora-Secretária

ANEXO

REGIMENTO INTERNO ÚNICO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE FONOAUDIOLOGIA

CAPÍTULO I

Do Regimento

TÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º Este Regimento tem por finalidade estabelecer o conjunto de preceitos que regem as normas de funcionamento e o setor administrativo dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO II

Da Instituição

TÍTULO I

Da Natureza e dos Fins

Art. 2º Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia são autarquias federais, dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da administração pública, sem caráter político partidário e religioso, devendo ser organizados, em princípio, nos moldes do Conselho Federal de Fonoaudiologia e têm sede e foro nas capitais dos estados e no Distrito Federal, conforme disposição contida na Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982. Art. 3º Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, em decorrência das próprias características do trabalho do fonoaudiólogo e do profundo sentido ético e humanista que deve orientá-lo, propugnarão pela defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana. Art. 4º A sigla CRFa é utilizada como identificação dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, acrescida da indicação da região de sua jurisdição.

TÍTULO II

Da Constituição e da Competência

Seção I

Dos Conselhos Regionais

Art. 5º Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia são constituídos cada um por 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela forma estabelecida na Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Parágrafo único. O mandato dos conselheiros terá a duração de 3 (três) anos, sendo permitida 1 (uma) reeleição consecutiva. Art. 6º Compete aos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu presidente e o seu vice-presidente; III- elaborar propostas de alterações do Regimento, submetendo-as à aprovação do Conselho Federal de Fonoaudiologia; IV - julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração à Lei 6.965/1981 e ao Código de Ética; V - agir com a colaboração das sociedades e entidades de classe e das instituições de ensino superior, nos assuntos relacionados à Lei nº 6.965/1981, ao Código de Ética e demais resoluções, pareceres e recomendações do Conselho Federal

de Fonoaudiologia (CFFa); VI - deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo; VII - expedir a carteira de identidade profissional e a cédula de identidade profissional aos profissionais registrados; VIII - organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e das pessoas jurídicas inscritas na sua jurisdição; IX - publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e das pessoas jurídicas registradas; X - estimular a exação no exercício da profissão, zelando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem; XI - orientar e fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, perante as autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada; XII - cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 6.965/1981, das resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia; XIII - funcionar como Conselhos Regionais de Ética, conhecendo, processando e decidindo sobre os casos que lhes forem submetidos; XIV - julgar as infrações e aplicar as penalidades previstas na Lei nº 6.965/1981 e em normas complementares do Conselho Federal de Fonoaudiologia; XV - propor ao Conselho Federal de Fonoaudiologia as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de orientação e fiscalização do exercício profissional; XVI - aprovar a proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e as operações referentes a mutações patrimoniais; XVII - autorizar o presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis; XVIII - arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar todas as medidas destinadas à efetivação de sua receita; XIX - repassar ao CFFa o percentual de 20% (vinte por cento) da arrecadação de anuidades, multas, taxas e emolumentos; XX - promover, perante o juízo competente, a cobrança das importâncias correspondentes a anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável; XXI - emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado; XXII - publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária e o relatório de suas atividades; XXIII - publicar informações sobre a composição de seu colegiado, sua diretoria e comissões instituídas.

Seção II

Do Plenário

Art. 7º O plenário é o órgão deliberativo e soberano de cada Conselho Regional de Fonoaudiologia, composto por 10 (dez) conselheiros efetivos. § 1º As deliberações do plenário são aprovadas por maioria simples dos conselheiros efetivos ou, em sua ausência, por suplente designado. § 2º Os conselheiros suplentes poderão ser convidados a participar das sessões plenárias e terão direito somente à voz e não a voto. Art. 8º Compete ao plenário: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - eleger por maioria absoluta, 4 (quatro) conselheiros dentre seus membros, para compor a diretoria, os cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, bem como destituí-la total ou parcialmente; III - servir de órgão consultivo às instituições públicas e privadas, bem como ao público em geral, em matéria relacionada à Fonoaudiologia; IV - expedir instruções sobre os procedimentos eleitorais do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cumprimento às normas regulamentadoras editadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia; V - fixar critérios para elaboração das propostas orçamentárias do Conselho Regional de Fonoaudiologia; VI - aprovar a proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e operações referentes a mutações patrimoniais; VII - autorizar o presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis; VIII - aprovar o relatório anual de gestão do Conselho Regional de Fonoaudiologia e encaminhá-lo tempestivamente ao Conselho Federal de Fonoaudiologia; IX - deliberar sobre a gestão patrimonial do Conselho Regional de Fonoaudiologia; X - eleger e destituir sua diretoria, total ou parcialmente; XI - indicar ou destituir os membros das comissões; XII - apreciar e julgar as faltas, os impedimentos e os pedidos de licença e renúncia dos conselheiros efetivos e suplentes; XIII - apreciar e julgar processo administrativo em face de comportamento funcional dos conselheiros efetivos e suplentes e impor-lhes sanções, sem prejuízo de outras previstas em lei; XIV - julgar, em grau de recurso, processos éticos; XV - requerer ao Conselho Federal a convocação de conselheiros de outras circunscrições, no caso de não haver quórum da maioria absoluta dos membros efetivos e suplentes por declaração de impedimento para instaurar e julgar processos éticos; XVI - firmar jurisprudência a partir de seus julgados; XVII - deliberar sobre a realização de eventos relativos ao exercício profissional da Fonoaudiologia; XVIII - deliberar sobre a participação de convidados para representar o Conselho Regional de Fonoaudiologia; XIX analisar a pertinência e aprovar a criação de cargos e serviços a partir da avaliação técnica da necessidade e viabilidade econômica; XX - autorizar a criação de assessorias, comissões, grupos técnicos de trabalho, delegacias e representações municipais e distrital e aprovar a designação dos seus membros; XXI - extinguir assessorias, comissões, grupos técnicos de trabalho, delegacias e representações municipais e distrital e destituir seus membros; XXII - aprovar e fazer cumprir o Plano de Cargos, Carreira e Salários; XXIII - autorizar a contratação de prestadores de serviço ou consultores; XXIV - autorizar a publicação de material informativo e consultivo, de interesse da classe, com vistas à orientação, divulgação e fiscalização profissional; XXV - designar conselheiro efetivo para exercer, em caráter excepcional e por tempo determinado, funções e atividades próprias da presidência, na hipótese de ocorrência simultânea de licença, impedimento ou ausência de todos os membros da diretoria; XXVI - aprovar os valores de diárias, adicional de deslocamento, jetons e verbas de representação para o Conselho Regional de Fonoaudiologia, com base no estabelecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia; XXVIII - designar, na ocorrência de vaga de conselheiro efetivo, seu respectivo suplente para preenchê-la em caráter permanente; XXVIII - autorizar a celebração de acordos, convênios ou contratos de assistência técnica, cultural e financeira com entidades públicas e privadas; XXIX - aprovar, anualmente, o calendário das sessões plenárias ordinárias do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XXX - aprovar a realização de reuniões do plenário e da diretoria, fora da sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XXXI - revogar portarias baixadas pela diretoria e/ou pelo plenário; XXXII - deliberar sobre os casos omissos.

Seção III

Da Diretoria

Art. 9º A diretoria, órgão executivo do Conselho Regional de Fonoaudiologia e de apoio ao plenário, é constituída por um presidente, um vice-presidente, um diretor-secretário e um diretor-tesoureiro, eleitos anualmente pelo plenário, sendo elegíveis apenas os conselheiros efetivos. § 1º A diretoria será eleita para mandato de 1 (um) ano e empossada na primeira sessão plenária ordinária do colegiado, por maioria absoluta do plenário, mediante a assinatura do respectivo termo de posse. § 2º Nas próximas eleições anuais da diretoria do mesmo colegiado, a posse será sempre na primeira sessão plenária subsequente ao dia 1º (primeiro) de abril de cada ano, tendo como autoridade empossante o conselheiro mais idoso. § 3º Na impossibilidade do seu comparecimento, o diretor eleito deverá requerer prorrogação por até 30 (trinta) dias da data para posse. § 4º O não cumprimento do disposto no parágrafo 3º, implicará a perda do direito ao mandato, cabendo ao plenário realizar nova eleição para o cargo em vacância. § 5º Poderá ser realizada nova eleição para diretoria ou para qualquer um dos cargos, mediante algum impedimento de ordem legal, moral ou ética, ou diante de necessidades específicas. § 6º É permitida a recondução de membro da diretoria. § 7º Em caso de empate, prevalecerá o critério da senioridade. Art. 10. São inelegíveis aos cargos da diretoria: I - conselheiros que forem cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º (quarto) grau de funcionários e assessores do Conselho Federal de Fonoaudiologia ou do Conselho Regional de Fonoaudiologia, ao qual estão concorrendo. II - conselheiros que, ao mesmo tempo, sejam cônjuges ou companheiros ou que tenham algum grau de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º (quarto) grau entre os membros de uma mesma gestão da diretoria; III - conselheiros que forem representantes eleitos de entidades de Fonoaudiologia de âmbito regional ou nacional, como confederações, federações, sindicatos, associações ou sociedades científicas, enquanto permanecerem no exercício dessa função. Art. 11. O afastamento de cargo da diretoria por licença ou qualquer outro motivo, por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou 240 (duzentos e quarenta) dias intercalados, implicará a perda do mandato, sendo declarada a vacância do cargo. § 1º Os membros da diretoria deverão formalizar seu afastamento por escrito, encaminhando ao setor administrativo do Conselho Federal de Fonoaudiologia. § 2º Na ocorrência de vaga de qualquer cargo da diretoria, o plenário fará nova eleição para seu preenchimento pelo tempo que restar do mandato a ser cumprido, na primeira reunião que se realizar após a vacância. Art. 12. É obrigatória a renúncia do membro da diretoria, quando da investidura e posse de funcionário, efetivo ou não, ou contratação de assessores do Conselho Federal de Fonoaudiologia ou do Conselho Regional de Fonoaudiologia, do qual seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º (quarto) grau. Art. 13. A diretoria tem por obrigação cumprir e fazer cumprir as decisões do plenário, sendo de sua competência torná-las efetivas, praticando os atos de administração nas áreas de suas atribuições. Parágrafo único. Caso haja algum óbice para cumprir a decisão do plenário, a diretoria fará os ajustes na decisão, aprovando-a ad referendum do plenário e dando-lhe ciência na próxima reunião. Art. 14. Compete à diretoria, além de outras legalmente previstas: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - propor a criação e extinção de cargos e serviços; III - supervisionar a execução das diretrizes do plano de cargos e salários, fiscalizando a probidade dos atos; IV - organizar sua estrutura administrativa e de pessoal, tanto de quadro efetivo quanto das funções de livre nomeação e exoneração, dando ciência ao plenário; V - contratar pessoal necessário ao serviço do Conselho Regional de Fonoaudiologia, assim como promover, acompanhar, orientar, advertir, repreender, demitir e exonerar funcionários, fixar-lhes férias e conceder suspensão de contrato; VI - incentivar a constante adequação técnica dos funcionários para o exercício da sua função; VII - expedir portarias, dando conhecimento do seu teor na sessão plenária subsequente; VIII - indicar para compor a lista tríplice para a função de delegado qualquer fonoaudiólogo, à exceção de funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia; IX - decidir, ad referendum do plenário, os casos de urgência; X - sugerir, alterar, planejar, organizar, elaborar, controlar e zelar pela execução das ações administrativas, técnicas, financeiras e institucionais do Conselho Regional de Fonoaudiologia, submetendo-as à aprovação do plenário ou dando a este ciência; XI - organizar sua estrutura administrativa e de pessoal, tanto de quadro efetivo quanto das funções de livre nomeação e exoneração, dando ciência ao plenário; XII - supervisionar a execução das diretrizes do plano de cargos e salários do Conselho Regional de Fonoaudiologia, fiscalizando a probidade dos atos; XIII - acompanhar a elaboração do relatório de gestão anual do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XIV - aprovar a realização de reuniões do plenário, da diretoria, comissões e interconselhos, assim como aquelas designadas fora da sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XV - acompanhar o processo eleitoral do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia; XVI - elaborar seu planejamento anual; XVII - descrever suas atividades para composição do relatório anual de gestão; XVIII - adquirir, onerar ou alienar bens móveis e imóveis, mediante a aprovação do plenário; XIX - autorizar as operações relativas às mutações de seu patrimônio, mediante a aprovação do plenário; XX - sugerir e contratar, após deliberação do plenário, consultorias e assessorias para a execução de determinadas tarefas exigidas para o exercício de sua competência, ou para atingir os fins não atendidos por serviços permanentes; XXI - avaliar os relatórios de atividades e representações de conselheiros e assessores, bem como orientar as atividades desenvolvidas; XXII - responder às solicitações dos presidentes das comissões e coordenadores de grupos técnicos de trabalho, respeitando o prazo de 10 (dez) dias corridos; XXIII - designar conselheiro substituto para membro das comissões nos casos de impedimento; XXIV - fazer remanejamento de cargo entre seus membros, nos casos de licenças, ausências e impedimentos entre estes, de acordo com o que segue: a) Vice-presidente substitui presidente e diretor-secretário; b) Diretor-secretário substitui vice-presidente e diretor-tesoureiro; c) Diretor-tesoureiro substitui vice-presidente e diretor-secretário.

Seção IV

Da Presidência do CRFa

Art. 15. Compete ao presidente, além de outras legalmente previstas: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - representar o respectivo Conselho, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; III - zelar pela credibilidade e autonomia da instituição, bem como pelas leis e regulamentos referentes ao exercício da profissão de fonoaudiólogo; IV - dar posse aos conselheiros regionais e, no mesmo ato, entregar relatório de gestão referente aos setores financeiro, contábil, jurídico, administrativo e de comissões, bem como todos os documentos necessários ao regular o funcionamento do conselho, no final de seu mandato; V - convocar conselheiros suplentes; VI - convocar, ordinária e extraordinariamente, as sessões do plenário; VII - propor reuniões interconselhos; VIII - presidir, suspender, adiar e encerrar as reuniões; IX - rubricar os livros da secretaria, tesouraria e outros previstos em lei; X - assinar, juntamente com o diretor-secretário, as decisões, instruções, portarias e demais atos normativos do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XI - autorizar despesas e assinar, juntamente com o diretor-tesoureiro, os cheques e demais documentos relativos à receita e à despesa do Conselho; XII - autorizar a expedição de atos administrativos e fazê-los publicar no Diário Oficial da União, quando for o caso; XIII - adquirir, alienar, onerar e alugar bens móveis e imóveis, em nome do Conselho Regional de Fonoaudiologia, quando obtida a autorização do plenário e observadas as exigências legais; XIV - firmar, com o diretor-tesoureiro, os atos de responsabilidade financeira e patrimonial; XV - homologar, com o diretor-tesoureiro, a proposta orçamentária do Conselho Regional de Fonoaudiologia, suas reformulações e prestações de contas; XVI - submeter à apreciação e aprovação do plenário a prestação de contas do Conselho Regional de Fonoaudiologia, a ser encaminhada ao Conselho Federal de Fonoaudiologia; XVII - autorizar a Comissão de Licitação (CL) a abrir processo licitatório, nos termos da legislação vigente; XVIII- determinar atribuições a conselheiros, assessores e funcionários; XIX- tomar todas as providencias cabíveis para coibir o exercício ilegal da profissão, inclusive noticiando criminalmente às autoridades competentes; XX- proferir voto ordinário e, havendo empate sobre decisão de determinada matéria, proferir voto de qualidade; XXI - apresentar ao plenário relatório anual de sua gestão, conforme inciso IV do presente artigo; XXII - distribuir aos conselheiros e às comissões, processos, requerimentos, indicações e sugestões para estudos ou pareceres; XXIII - nomear assessores e funcionários para cargos comissionados, de gerência e comissões; XXIV - nomear responsáveis pelo suprimento de fundos; XXV - designar conselheiros para analisar recurso oferecido contra decisão emanada por membro da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) em processo administrativo de fiscalização; XXVI - designar conselheiros para relatar processo em grau de recurso oferecido contra decisão emanada por membro da Comissão de Ética (COE), em processo ético; XXVII - designar representante para substituí-lo, quando necessário; XXVIII - instaurar inquéritos, sindicâncias ou processos administrativos.

Seção V

Da Vice-Presidência do CFFa

Art. 16. Compete ao vice-presidente assessorar o presidente em caráter permanente e substituí-lo, em suas licenças, ausências e impedimentos. § 1º Compete ao vice-presidente também substituir o diretor-secretário em suas licenças, ausências e impedimentos. § 2º No exercício da presidência ou da diretoria-secretária, fica o vice-presidente incumbido de todas as funções e atividades legais e regimentais conferidas aos cargos.

Seção VI

Do Diretor-Secretário

Art. 17. Compete ao diretor-secretário, além de outras legalmente previstas: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - subscrever os termos de posse dos conselheiros; III - lavrar os termos de abertura e de encerramento dos livros da secretaria, assinando-os com o presidente; IV - supervisionar os serviços administrativos do Conselho Regional de Fonoaudiologia; V - superintender o preparo das matérias das reuniões do Conselho Regional de Fonoaudiologia, dando-lhes a destinação determinada pelo presidente; VI - secretariar as reuniões plenárias e de diretoria, bem como proceder às verificações de quórum; VII - lavrar as atas das reuniões do plenário e da diretoria; VIII - acompanhar a agenda e as pautas das reuniões do Conselho Regional de Fonoaudiologia, bem como seus encaminhamentos e suas deliberações; IX - dar conhecimento das atas das reuniões do plenário e da diretoria aos conselheiros; X - responder pelo expediente do Conselho Regional de Fonoaudiologia, firmando, com o presidente, os atos de admissão e demissão, nomeação e exoneração do pessoal necessário à execução dos serviços da autarquia; XI - dar publicidade às decisões, instruções e aos demais atos normativos do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XII - expedir certidões; XIII - orientar a organização e atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; XIV - baixar ordens de serviço, determinando tarefas afetas à sua responsabilidade; XV - fazer o registro do comparecimento dos conselheiros às reuniões. XVI - apresentar relatório anual dos trabalhos da diretoria; XVII - assinar, com o presidente, as portarias e demais atos normativos do Conselho Regional de Fonoaudiologia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção VII

Do Diretor-Tesoureiro

Art. 18. Compete ao diretor-tesoureiro, além de outras legalmente previstas: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - dirigir e fiscalizar os serviços de tesouraria, consoante as normas da contabilidade pública; III - firmar, com o presidente, os atos de responsabilidade financeira e patrimonial; IV - homologar, com o presidente, a proposta orçamentária do Conselho Regional de Fonoaudiologia, suas reformulações e prestações de contas; V - providenciar as medidas necessárias à realização da receita do Conselho Regional de Fonoaudiologia; VI - prestar informação acerca da existência de rubrica e dotação orçamentária, após consulta à assessoria contábil, para viabilizar a realização dos processos administrativos de compras e contratações; VII - determinar a cobrança administrativa ou judicial dos créditos devidos ao Conselho Regional de Fonoaudiologia; VIII - autorizar pagamentos e movimentar contas bancárias juntamente com o presidente; IX - manter sob sua responsabilidade os bens e valores integrantes do patrimônio do Conselho Regional de Fonoaudiologia; X - manter sob sua responsabilidade os documentos concernentes às finanças e ao patrimônio do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XI - acompanhar o repasse das cotas-partes devidas.

Seção VIII

Dos Conselheiros

Art. 19. Uma vez eleito, o conselheiro assumirá seu mandato mediante a assinatura do termo de posse. § 1º A posse ocorrerá sempre no dia 1º (primeiro) de abril do ano do início do exercício do mandato, mediante convocação por escrito, determinando-se, hora e local. § 2º Na impossibilidade do seu comparecimento, o conselheiro eleito deverá requerer prorrogação por até 30 (trinta) dias da data para posse. § 3º O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, implicará a perda do direito ao mandato. § 4º O mandato dos conselheiros efetivos e suplentes é honorífico. Art. 20. A substituição de conselheiro efetivo, em suas faltas, licenças e impedimentos, dar-se-á por seu respectivo conselheiro suplente, mediante convocação do Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 1º Ausências, licenças e impedimentos de conselheiros efetivos devem ser comunicados por escrito e dirigidos à diretoria no prazo de até 7 (sete) dias corridos após a falta. § 2º Perderá o mandato o conselheiro efetivo que, sem licença do plenário, faltar a 3 (três) reuniões plenárias consecutivas. § 3º O afastamento de cargo de conselheiro efetivo por licença ou qualquer outro motivo, por mais de 120 (cento e vinte dias) consecutivos, ou 240 (duzentos e quarenta) dias intercalados, implicará a perda do mandato, sendo declarada a vacância do cargo. Art. 21. É vedado ao conselheiro regional exercer simultaneamente a função de conselheiro federal. Parágrafo único. No caso de o conselheiro regional ser eleito para a função de conselheiro federal, nos termos do artigo 8º inciso XXXVI do Regimento Interno do CFFa, deverá renunciar ao mandato, não configurando inelegibilidade. Art. 22. Dá causa à vacância, na composição do Conselho Regional de Fonoaudiologia, o falecimento, a renúncia ou a perda de mandato de conselheiro efetivo. Parágrafo único. Cabe ao Conselho Regional de Fonoaudiologia comunicar ao Conselho Federal de Fonoaudiologia os casos elencados no caput deste artigo. Art. 23. A vacância de toda a suplência e a perda da maioria absoluta do plenário implicará convocação, por parte do Conselho Federal de Fonoaudiologia, de eleição extraordinária imediata suplementar, nos termos do regulamento eleitoral. Art. 24. No exercício do seu mandato, o conselheiro tem deveres e direitos e se sujeita a sanções e penalidades, em conformidade com as disposições deste Regimento interno e legislação em vigor. Art. 25. São direitos dos conselheiros: I - candidatar-se a cargo de diretoria, no caso dos conselheiros efetivos, respeitando os critérios de inelegibilidade definidos no art. 10; II - candidatar-se à presidência de comissões, sem prejuízo da hipótese contemplada no artigo 40, § 1º deste Regimento; III - participar de comissões e grupos técnicos de trabalho, quando convocado; IV - ter acesso à documentação do Conselho Regional de Fonoaudiologia, exceto o que estiver resguardado pelo sigilo; V - solicitar licença, justificada e comprovada, pelo prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou 240 (duzentos e quarenta) intercalados, durante todo o mandato; VI - abster-se de votar, quando impedido ou suspeito; VII - ausentar-se, por motivo comprovado, de reuniões, sessão plenária ordinária ou extraordinária; VIII - manifestar-se com independência, externando suas opiniões, sem prejuízo dos deveres previstos neste Regimento; IX - ser indicado para compor a lista tríplice para a função de delegado; X - apresentar propostas por meio de documento dirigido ao Conselho Regional de Fonoaudiologia, que deverá ser protocolizado e distribuído para análise, de acordo com suas rotinas administrativas. Parágrafo único. As justificativas ou comprovações de ausência deverão ser encaminhadas à Secretaria até a data do evento, podendo, em casos excepcionais, serem enviadas até 7 (sete) dias úteis após a falta. Art. 26. São deveres dos conselheiros: I - conhecer e cumprir as normas legais e regimentais; II - exercer com zelo e dignidade as atribuições do cargo; III - agir com lealdade, harmonia, presteza e respeito para com os Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia e a classe fonoaudiológica, abstendo-se terminantemente de denegrir a imagem de qualquer um deles; IV - participar das sessões plenárias ordinárias e/ou extraordinárias quando convocado; V - cumprir as deliberações do plenário, exceto quando manifestamente ilegais, hipótese em que deverá justificar-se formalmente ao plenário; VI - levar ao conhecimento do plenário as irregularidades de que tiver ciência; VII - zelar pela conservação e sustentabilidade do patrimônio do Conselho Regional de Fonoaudiologia; VIII - guardar sigilo sobre quaisquer matérias abordadas no âmbito do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia; IX - atender a todas as convocações do Conselho Regional de Fonoaudiologia, cumprindo o horário determinado, sob pena de incorrer em sanção prevista neste regulamento; X - justificar ausência, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da data do evento quando não puder cumprir os termos das convocações e, em casos excepcionais, as justificativas ou comprovações deverão ser encaminhadas em até 7 (sete) dias após a falta; XI - representar às autoridades contra a ilegalidade, a omissão e o abuso de poder; XII - manifestar-se sobre as matérias encaminhadas para a sua apreciação; XIII - abster-se de votar quando for parte interessada na matéria sob apreciação; XIV - manter, no caso das representações externas regulares, assiduidade às reuniões e relato ao plenário das deliberações destas; XV - comunicar faltas e impedimentos e, quando necessário, solicitar licença, a qual deverá ser justificada e por escrito; XVI - representar externamente o Conselho Regional de Fonoaudiologia, quando assim for determinado pela diretoria; XVII - votar em sessões e atos deliberativos; XVIII - pagar pontualmente a anuidade, conforme normativas do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Art. 27. Os conselheiros, no exercício do mandato, estão sujeitos às sanções de advertência, repreensão, suspensão e cassação de mandato, conforme as infrações praticadas. Parágrafo único. Nos casos de indícios de infrações administrativas, aplicar-se-á, o rito processual previsto no âmbito da administração pública federal. Art. 28. Após a aceitação da representação pelo plenário, este deliberará, na mesma sessão, sobre a necessidade do afastamento provisório do conselheiro envolvido. Art. 29. O conselheiro, no exercício de seu cargo, que infringir as legislações vigentes, poderá também ser submetido a processo ético, quando for o caso. Parágrafo único. As faltas e infrações éticas serão apuradas segundo o estabelecido no Código de Processo Disciplinar.

CAPÍTULO III

Das Delegacias, dos Delegados e dos Representantes Municipais e do Distrito Federal

Título I

Da Criação e Instalação das Delegacias

Art. 30. O Conselho Regional de Fonoaudiologia poderá criar e instalar delegacias na área de sua circunscrição, bem como nomear delegados, subdelegados e representantes municipais ou do Distrito Federal, em observância às normas do Conselho Federal de Fonoaudiologia. § 1º Os delegados, subdelegados e representantes são designados e podem ser destituídos conforme deliberação do plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 2º O mandato de delegados, subdelegados e representantes municipais e distrital designados pelo Conselho Regional é honorífico.

Seção I

Das Delegacias

Art. 31. As delegacias são unidades administrativas, auxiliares do Conselho Regional de Fonoaudiologia e incumbidas de executar serviços de orientação e fiscalização do exercício profissional e de atendimento ao público. Parágrafo único. As unidades mencionadas no caput do artigo, por cumprirem função delegada pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, são dotadas de poderes limitados e, por assim ser, não possuem autonomia orçamentária. Art. 32. O Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia normatizará em legislação própria, os requisitos essenciais para a criação de delegacias regionais, observando o número de fonoaudiólogos existentes na região de jurisdição. Art. 33. As cidades abrangidas pelas delegacias serão definidas pelo plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia. Art. 34. As delegacias possuem as seguintes atribuições: I - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento; II - divulgar as deliberações e determinações do plenário do respectivo conselho; III - manter registro atualizado dos fonoaudiólogos e de pessoas jurídicas legalmente habilitadas, cuja atividade básica ou preponderante esteja relacionada à Fonoaudiologia, na sua região de abrangência; IV - proceder à orientação e fiscalização do exercício profissional aos fonoaudiólogos e às organizações ou entidades prestadoras de serviços na área da Fonoaudiologia, públicas ou privadas, dentro da sua região de abrangência; V - comunicar ao Conselho Regional de Fonoaudiologia todas as irregularidades verificadas no exercício da Fonoaudiologia na sua região de abrangência; VI - assegurar aos Fonoaudiólogos e à comunidade o pleno cumprimento das normas éticas; VII - promover ações com a finalidade de divulgar assuntos relacionados ao exercício fonoaudiológico e à Fonoaudiologia; VIII - participar de ações promovidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia; IX - manter acervo de pareceres e resoluções, entre outras legislações. Art. 35. Para o bom desempenho das funções das delegacias, o plenário nomeará um delegado a partir de uma lista tríplice. Parágrafo único. No caso de o Conselho Regional de Fonoaudiologia entender pela necessidade de um delegado substituto para auxiliar o delegado, assim o fará por meio de portaria, mediante aprovação do plenário. Art. 36. São atribuições do delegado: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - cumprir as determinações emanadas pelo plenário, pela diretoria e pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF); III - orientar e fiscalizar o profissional; IV - supervisionar as ações do fiscal e dos funcionários da delegacia; V - representar o Conselho Regional de Fonoaudiologia, na forma solicitada pelo plenário ou pela diretoria; VI - divulgar a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982, as resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia e o Código de Ética da Fonoaudiologia; VII - divulgar, cumprir e fazer observar as deliberações e determinações do Conselho Regional de Fonoaudiologia; VIII - agir em colaboração com as entidades de classe, instituições de ensino superior e órgãos públicos locais; IX - manter sigilo nas matérias que assim o exigir; X - zelar pela conservação e sustentabilidade do patrimônio do Conselho; XI - assinar todas as correspondências emanadas pela delegacia; XII - apresentar ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia relatório mensal de suas atividades; XIII - comparecer às reuniões do Conselho Regional de Fonoaudiologia sempre que convocado, sob pena de incorrer em sanções; XIV - consignar em ata toda e qualquer reunião realizada na delegacia, seja com funcionários ou fonoaudiólogos; XV - analisar, discutir e definir condutas do trabalho administrativo; XVI - orientar os funcionários e conferir horários de trabalho estabelecidos; XVII - analisar os atestados em caso de falta/licença médica e, em caso de dúvidas, remetê-los à sede do Conselho Regional; XVIII - advertir o funcionário, quando se fizer necessário, após recorrência das infrações; XIX - acompanhar o processo de fiscalização, quando for o caso; XX - participar das plenárias e outras reuniões de comissões quando convocados; XXI - coordenar e organizar eventos/palestras para divulgação e orientação de aspectos relacionados à profissão, desde aprovado pela sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia; XXII - elaborar planejamento anual.

Seção II

Dos Representantes Municipais e do Distrito Federal

Art. 37. Os representantes municipais e do Distrito Federal são fonoaudiólogos designados para intermediar o relacionamento do Conselho Regional de Fonoaudiologia com profissionais, empresas e entidades da área nos municípios ou no Distrito Federal. Art. 38. São atribuições dos representantes municipais e distrital: I - cumprir e fazer cumprir este Regimento; II - cumprir as determinações emanadas pelo plenário, pela diretoria e pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF); III - orientar os profissionais de sua circunscrição para o fiel cumprimento da legislação fonoaudiológica; IV - comunicar ao respectivo Conselho Regional de Fonoaudiologia qualquer irregularidade que ocorra dentro da área de sua circunscrição, com referência às leis que regem o exercício da Fonoaudiologia e, especialmente, ao Código de Ética; V - intermediar o relacionamento do Conselho Regional de Fonoaudiologia com os profissionais e as entidades de sua circunscrição; VI - participar de ações promovidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia; VII - manter sigilo nas matérias que assim o exigir; VIII - apresentar ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia relatório mensal de suas atividades; IX - comparecer às reuniões do Conselho Regional de Fonoaudiologia sempre que convocado, sob pena de incorrer em sanções.

CAPÍTULO IV

Das Comissões e dos Grupos Técnicos de Trabalho

TÍTULO I

Das Comissões

Art. 39. As comissões do Conselho Regional de Fonoaudiologia, constituídas exclusivamente por conselheiros, são órgãos auxiliares e de assessoramento do plenário e da diretoria. § 1º As comissões de licitação e patrimônio serão formadas por conselheiros e funcionários. § 2º Nos processos licitatórios que tenham como objeto obras e serviços, é vedada a participação de cônjuge, companheiro de conselheiro ou funcionário integrante da Comissão de Licitação (CL) ou com qualquer deles seja parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, seja como pessoa física ou enquanto sócio de sociedade participante da licitação. Art. 40. As comissões serão instituídas, no ato da primeira reunião subsequente à posse dos conselheiros, pelo plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia, bem como a designação de seus respectivos presidentes. § 1º As comissões serão constituídas por meio de portarias, em que estarão explicitados seus objetivos, deveres, competências e nomes dos integrantes. § 2º As comissões serão constituídas com, no mínimo, 3 (três) integrantes, exceto a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). § 3º A mesma comissão não poderá ser composta pelo conselheiro efetivo e seu respectivo suplente. § 4º O quórum para realização de reunião das comissões será de 3 (três) de seus membros, com exceção das comissões de ética e orientação e fiscalização. § 5º As reuniões das comissões de ética e tomada de contas só poderão ocorrer com número ímpar de participantes. § 6º A alteração ou recondução do mandato dos presidentes, bem como a revisão da composição das comissões, podem ser realizadas a qualquer momento, diante de necessidades específicas e anuência do plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 7º É permitido ao plenário do Conselho destituir os membros das comissões, bem como extingui-las. § 8º No caso de necessidade de substituição de membro de comissão, esta poderá ocorrer por ato da diretoria, ad referendum do plenário. § 9º As comissões poderão contar com a colaboração de profissionais, que não sejam conselheiros, com expertise em determinado assunto, como consultores. Art. 41. Propostas emanadas das reuniões de comissões deverão ser aprovadas pelo plenário. Parágrafo único. Esta disposição não se aplica às decisões em processos disciplinares emanadas da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e da Comissão de Ética (COE). Art. 42. O Conselho Regional de Fonoaudiologia contará obrigatoriamente com as seguintes comissões, sem prejuízo de outras que possam ser criadas: I - Comissão de Orientação e Fiscalização (COF); II - Comissão de Ética (COE); III - Comissão de Tomada de Contas (CTC); IV - Comissão de Licitação (CL); V - Comissão de Patrimônio (CP). § 1º Os presidentes das comissões obrigatórias deverão ser conselheiros efetivos, com exceção da Comissão de Licitação (CL). § 2º Não poderão exercer a presidência da Comissão de Tomada de Contas (CTC) e da Comissão de Licitação (CL) conselheiros que forem cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau de funcionários e assessores do Conselho Federal de Fonoaudiologia ou do respectivo Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 3º Os membros da diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia e os delegados não poderão compor a Comissão de Tomada de Contas (CTC), a Comissão de Licitação (CL) e a Comissão de Patrimônio (CP). § 4º É vedada a participação do presidente e do vice-presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia, assim como dos delegados na constituição da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e da Comissão de Ética (COE). § 5º É vedada a participação de membros da Comissão de Ética (COE) na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). § 6º Os integrantes da Comissão de Tomada de Contas (CTC) e de Patrimônio (CP) não poderão fazer parte, concomitantemente, da Comissão de Licitação (CL). § 7º Os integrantes da Comissão de Tomada de Contas (CTC) não poderão fazer parte, concomitantemente, da Comissão de Patrimônio (CP). Art. 43. A Comissão de Ética será constituída por 3 (três) conselheiros efetivos. Parágrafo único. A Comissão de Ética (COE) ainda poderá ser constituída por mais 2 (dois) conselheiros suplentes. Art. 44. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) será constituída por, no mínimo, 5 (cinco) conselheiros, sendo obrigatório que, além do presidente da comissão, haja pelo menos mais um conselheiro efetivo. Art. 45. Poderão ser criadas comissões especiais para fins específicos e definidos, por meio de portaria, na qual estarão explicitados os objetivos, deveres, competência, número e nomes dos integrantes, com prazo determinado, sempre que o plenário do Conselho Regional, por deliberação da maioria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

simples, assim julgar conveniente. Parágrafo único. O prazo para conclusão dos trabalhos das comissões poderá ser ampliado, a critério do plenário, com base em exposição de motivos apresentada pelo presidente da comissão. Art. 46. Todas as reuniões das comissões deverão ser registradas em ata e encaminhadas aos setores competentes. Art. 47. As comissões elaborarão e seguirão o planejamento estratégico anual aprovado pelo plenário. Art. 48. As comissões elaborarão relatório circunstanciado das atividades realizadas, em função do planejamento estratégico, que comporão o relatório anual de gestão do Conselho Regional de Fonoaudiologia. Art. 49. Compete aos presidentes das comissões: I - coordenar e dirigir os trabalhos da comissão; II - conferir conhecimento à comissão de toda a matéria recebida; III - ser elemento de comunicação da comissão com a diretoria do Conselho Federal de Fonoaudiologia, com as demais comissões e com os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; IV - elaborar, com a comissão, o calendário anual das reuniões ordinárias e, com os presidentes das comissões do Conselho Federal de Fonoaudiologia e dos demais regionais, as reuniões interconselhos, que, para ocorrer, deverão ser aprovadas em diretoria; V - encaminhar à diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia solicitação de cada reunião ordinária, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, indicando os membros convocados, bem como a pauta; VI - solicitar à diretoria do Conselho Regional de Fonoaudiologia reuniões extraordinárias somente em situações que demandem solução imediata, sendo que tais reuniões deverão ser justificadas, salvaguardadas as reuniões emergenciais; VII - solicitar, quando necessário e com antecedência de 7 (sete) dias, a presença de funcionários, prestadores de serviço, colaboradores ou membros de outras comissões nas reuniões; VIII - orientar e elaborar expedientes determinados pela comissão; IX - apresentar as propostas de deliberações da comissão nas sessões plenárias ordinárias; X - designar, em cada reunião ordinária, um membro da comissão para secretariar os trabalhos; XI - propor votação da matéria em discussão em caso de impasse na deliberação; XII - receber e avaliar regularmente os relatórios, bem como orientar as atividades desenvolvidas pelos membros e demais conselheiros em representação pela comissão. Art. 50. O membro da comissão que, quando convocado, deixar de comparecer sem motivo justificado a 50% (cinquenta por cento) das reuniões, no período correspondente a 1 (um) ano, poderá ser substituído, por sugestão de seus membros e anuência do plenário.

TÍTULO II

Dos Grupos Técnicos de Trabalho

Art. 51. O Conselho Regional de Fonoaudiologia, por deliberação do plenário, com base em proposta da diretoria, de conselheiro ou de comissão interessada, poderá criar grupos de trabalho para atividades subsidiárias, que serão explicitadas por portarias específicas que os constituam. § 1º Poderão participar dos grupos técnicos de trabalho, além de conselheiros e outros fonoaudiólogos, quaisquer profissionais cujas atribuições sejam necessárias aos objetivos do grupo. § 2º A portaria constitutiva de grupo técnico de trabalho conterá: I - objetivos do grupo técnico de trabalho; II - nome dos seus integrantes; III - indicação do coordenador; IV - prazo para conclusão dos seus trabalhos. § 3º Os nomes dos membros que constituirão os grupos técnicos de trabalho deverão ser aprovados pelo plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia, no ato de sua solicitação. § 4º O número de integrantes poderá ser ampliado, quando assim exigir a tarefa, sendo os novos componentes igualmente designados por meio de portaria. § 5º O grupo técnico de trabalho encaminhará ao respectivo Conselho Regional de Fonoaudiologia relatório de atividades conforme prazo estipulado para a realização da tarefa, podendo este ser prorrogado por motivo justificado e aprovado pelo plenário. § 6º O prazo para conclusão dos trabalhos, predeterminado, poderá ser ampliado a critério do plenário, com base em justificativas apresentadas pelo coordenador do grupo. Art. 52. As reuniões dos grupos técnicos de trabalho deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 7 (sete) dias, agendadas, registradas em ata e assinada pelos participantes. Art. 53. Ao término dos trabalhos, o coordenador apresentará ao plenário, o relatório detalhado das atividades realizadas, para ciência e encaminhamentos.

CAPÍTULO V

Do Administrativo e dos Prestadores de Serviços

TÍTULO I

Da Unidade Administrativa

Art. 54. Entende-se por unidade administrativa os setores organizacionais vinculados diretamente à diretoria, às comissões e às representações, que oferecem suporte técnico-administrativo às atividades estratégicas e operacionais do Conselho Regional de Fonoaudiologia. Art. 55. As competências dos funcionários que compõem a unidade administrativa serão definidas no plano de cargos, carreira e salários aprovado pelo plenário. § 1º A contratação de funcionários de carreira e de ocupantes de cargos de livre provimento deverá ser aprovada pelo plenário. § 2º O funcionário ocupante do cargo de livre provimento não poderá ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º (quarto) grau de conselheiros e funcionários da autarquia. § 3º O cargo de livre provimento é cargo de confiança e destina-se apenas às atribuições de chefia e assessoramento. § 4º Os funcionários ocupantes dos cargos de livre provimento são nomeados por meio de portaria específica, após aprovação do plenário. Art. 56. Os serviços do Conselho Regional de Fonoaudiologia funcionarão nos dias úteis, em horário determinado, respeitadas às imposições legais. Parágrafo único. O expediente dos serviços poderá ser alterado pela diretoria, de acordo com as necessidades.

TÍTULO II

Dos Prestadores de Serviço

Art. 57. Consideram-se prestadores de serviços pessoas jurídicas contratadas para garantir o pleno funcionamento do Conselho Federal de Fonoaudiologia, quando a atividade não estiver prevista nas competências da unidade administrativa. § 1º O objeto da prestação de serviço será especificado em contrato firmado entre as partes. § 2º A contratação de prestadores de serviço deverá ser aprovada pelo plenário. § 3º O prestador de serviço não poderá ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º (quarto) grau de conselheiros e funcionários da autarquia.

CAPÍTULO VI

Das Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias, Reuniões de Diretoria e das Reuniões Interconselhos

TÍTULO I

Das Sessões Plenárias

Art. 58. O plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia reunir-se-á em sessões ordinárias, convocadas pela presidência, respeitando o calendário de reuniões previamente aprovado em sessão plenária. Parágrafo único. As datas das sessões plenárias dos Conselhos Regionais poderão ser alteradas por motivo de conveniência ou oportunidade. Art. 59. O plenário reunir-se-á extraordinariamente, por iniciativa do presidente ou por solicitação de um mínimo de 3 (três) conselheiros, em caso de urgência ou de interesse público relevante. Parágrafo único. Na sessão extraordinária, o plenário somente deliberará sobre as matérias para as quais tenha sido convocado. Art. 60. As convocações para sessões ordinárias e extraordinárias poderão ser feitas por carta, e-mail ou edital publicado no Diário Oficial da União. Art. 61. O quórum mínimo para se iniciar a sessão plenária ordinária ou extraordinária, assim como para a aprovação das matérias discutidas, é de 50% (cinquenta por cento) mais um do número dos conselheiros efetivos integrantes do plenário. Art. 62. As sessões serão realizadas na sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia, salvo deliberação contrária da diretoria ou do plenário, por motivos justificados. Art. 63. As sessões do Conselho Regional de Fonoaudiologia serão públicas, ou seja, abertas ao público, podendo, no entanto, o plenário deliberar pela realização de reuniões privadas, nas quais participarão os conselheiros e outras pessoas autorizadas. § 1º As sessões plenárias serão consideradas privadas quando os assuntos a serem discutidos forem sigilosos, devendo constar no ato da convocação a natureza da reunião. § 2º Os conselheiros suplentes poderão participar das reuniões e terão direito à voz, porém, não terão direito a voto, exceto quando for designado para substituição do seu respectivo suplente, nos casos de ausência previamente justificada. § 3º Os convidados e as partes interessadas só terão direito à voz quando assim for autorizado pelo plenário, porém, não terão direito a voto. Art. 64. As atas das sessões serão assinadas e rubricadas por todos os presentes, sendo arquivadas em local próprio, devendo conter: I - dia, mês, ano e local de sua realização; II - horário da abertura e do encerramento da sessão; III - nome dos conselheiros presentes e dos ausentes e suas justificativas; IV - horário de chegada e saída dos conselheiros após o início ou antes do término, respectivamente, de cada sessão; V - súmula dos assuntos tratados e respectivas decisões; VI - votos proferidos, preferencialmente, com discriminação nominal dos votantes em cada item apreciado. § 1º As atas das sessões plenárias deverão ser aprovadas pelos conselheiros presentes até a sessão plenária subsequente. § 2º As atas das reuniões privadas serão guardadas em arquivo próprio, cujo acesso será autorizado apenas aos integrantes do plenário.

TÍTULO II

Das Reuniões de Diretoria

Art. 65. A diretoria realizará tantas reuniões quantas necessárias ao bom andamento e à plena execução dos trabalhos, bem como ao cumprimento das deliberações do plenário. § 1º Nas reuniões de diretoria, exigir-se-á um quórum mínimo de 3 (três) diretores. § 2º A diretoria deliberará por maioria de seus membros, cabendo ao presidente, no caso de empate, o voto de qualidade.

TÍTULO III

Das Reuniões Interconselhos

Art. 66. As reuniões promovidas entre os Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia são denominadas interconselhos, tendo como finalidade debater assuntos de interesse da profissão. Art. 67. Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia poderão, mediante convocação do Conselho Federal e por deliberação das respectivas diretorias, participar de quantas reuniões interconselhos forem necessárias. § 1º Para efeito de atendimento ao disposto no caput do presente artigo, o Conselho Regional de Fonoaudiologia deverá comunicar ao Conselho Federal de Fonoaudiologia a presença ou a ausência de representante, no prazo estipulado, a fim de assegurar o quórum mínimo de metade mais um dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. § 2º O conselheiro representante deverá apresentar relatório de sua participação ao seu respectivo Conselho Regional. § 3º O representante indicado pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia tem autonomia para deliberar e votar nas reuniões interconselhos acerca dos assuntos previamente pautados, responsabilizando-se, frente ao Conselho que representa, pelos votos que proferir. § 4º O conselheiro representante será responsabilizado caso não vote em consonância com a orientação prévia do Conselho Regional ou não sejam acatadas pelo plenário do Conselho Regional as justificativas para adoção de voto diverso da orientação prévia do Conselho que representa. § 5º Cabe ao Conselho Regional de Fonoaudiologia fornecer informações a seus respectivos representantes para que possam votar as matérias previamente pautadas. § 6º Tratando-se de matéria posta em debate somente por ocasião das reuniões interconselhos, cabe ao membro do Conselho Federal de Fonoaudiologia, presidente da reunião, a tomada de votos acerca da inclusão em pauta do tema proposto.

CAPÍTULO VII

Da Ordem dos Trabalhos nas Sessões Plenárias

Art. 68. A abertura dos trabalhos de cada reunião será realizada a partir da verificação do quórum, por meio de lista de presença assinada pelos conselheiros. Parágrafo único. Na falta de quórum para o início dos trabalhos, o presidente adiará a abertura em 30 (trinta) minutos, sendo o fato consignado em ata. Art. 69. Iniciada a sessão plenária, esta somente poderá ser interrompida ou encerrada antecipadamente em face às circunstâncias eventuais que justifiquem a iniciativa, por deliberação da maioria dos presentes. Art. 70. Os trabalhos nas sessões ordinárias do plenário obedecerão à seguinte ordem: I - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; II - leitura, solicitação de inserção de pauta mediante aprovação dos presentes; III - discussão e deliberação dos assuntos da pauta. Parágrafo único. Assuntos ou processos não constantes da pauta, somente serão objeto de apreciação quando houver concordância do plenário. Art. 71. As propostas de decisões, instruções e portarias, apresentadas em plenário, deverão ser devidamente justificadas. Art. 72. Na discussão dos assuntos em pauta, far-se-á inscrição, por ordem de solicitação, aos conselheiros que desejarem fazer uso da palavra, estabelecendo-se tempo para tal. Parágrafo único. Os apartes somente serão concedidos com aquiescência de quem estiver no uso da palavra. Art. 73. Após o pronunciamento dos conselheiros inscritos e encerrada a discussão, o presidente colocará a matéria em votação. Art. 74. A votação poderá ser aberta ou secreta, conforme deliberação do plenário. Parágrafo único. Para que a votação seja secreta, deverá ser solicitada por, no mínimo, 3 (três) conselheiros efetivos. Art. 75. Encerrada a votação e contados os votos, o presidente proclamará o resultado, o consignará em ata e providenciará as diligências que se fizerem necessárias. Parágrafo único. Em caso de empate, o presidente fará uso do voto de qualidade e aclamará a decisão, encaminhando as providências que couberem. Art. 76. Durante as reuniões, quando necessário, poderão ser convocados: I - fonoaudiólogos com registro ativo e em situação regular no Conselho Regional de Fonoaudiologia; II - outros profissionais cujas competências sejam necessárias às discussões.

CAPÍTULO VIII

Dos Processos e dos Recursos

Art. 77. Toda matéria encaminhada à apreciação do Conselho Regional de Fonoaudiologia poderá suscitar a abertura de expediente ou processo, que será distribuído ao setor competente. Art. 78. Os processos de natureza ética ou decorrentes de recurso interposto perante o Conselho Regional de Fonoaudiologia serão regidos pelo Código de Processo Disciplinar e demais disposições legais aplicáveis à espécie. Art. 79. Os processos de aquisição de bens e serviços serão regidos pela Lei nº 8.666/1993 e demais disposições legais aplicáveis ao caso. Art. 80. Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia deverão cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas das legislações que regulam o processo administrativo. Art. 81. As sessões que tratem de processos éticos obedecerão às disposições do Código de Ética da Fonoaudiologia, do Código de Processo Disciplinar e das resoluções pertinentes em vigor.

CAPÍTULO IX

Das Normativas Regulamentadoras

Art. 82. Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia poderão editar pareceres e portarias, seguindo as recomendações, diretrizes, normativas do Conselho Federal ou após discussão em interconselhos. Art. 83. Considera-se parecer a opinião técnica embasada sobre determinado assunto com caráter orientativo para esclarecer fatos, consolidar entendimentos ou determinar procedimentos. § 1º Os pareceres deverão ser aprovados pelo plenário, encaminhados aos interessados e publicados, na íntegra, no sítio eletrônico do Conselho Regional de Fonoaudiologia. § 2º Para a elaboração de pareceres, poderá ser solicitada colaboração de conselheiro, grupo técnico de trabalho, profissionais de notório saber, funcionários e assessorias do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Art. 84. Considera-se portaria o documento que determina ações e estabelece normas para nortear o cumprimento de dispositivos legais e disciplinares referentes à organização, à ordem disciplinar e ao funcionamento de serviço ou procedimentos internos do Conselho Regional de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO X

Da Renda, do Patrimônio e da Gestão Financeira

Art. 85. Constituem renda dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia: I - 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; II - legados, doações e subvenções; III - rendas patrimoniais. Art. 86. O patrimônio dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia será constituído de bens e valores adquiridos. Art. 87. O Conselho Regional de Fonoaudiologia manterá, em estabelecimentos bancários nacionais e oficiais, na cidade-sede, contas separadas de arrecadação e de movimentação. Art. 88. Para a aquisição de bens pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, observados os limites legais, compete à diretoria deliberar sobre a realização dos processos de licitação por intermédio de comissão competente. Art. 89. Por deliberação do plenário e respeitadas as determinações legais, o presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia poderá alienar bens móveis e imóveis, sem causar prejuízo, entretanto, à liquidez da entidade. Art. 90. No decorrer do ano administrativo e dentro do prazo legalmente determinado, o Conselho Regional de Fonoaudiologia deverá elaborar proposta orçamentária para o ano subsequente, devendo esta ser aprovada pelo plenário. Parágrafo único. Havendo necessidade no decorrer do ano administrativo, o Conselho Regional de Fonoaudiologia poderá proceder à reformulação orçamentária, submetendo-a à aprovação do seu plenário e do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Art. 91. Em tempo hábil e em conformidade com as determinações legais vigentes, o Conselho Regional de Fonoaudiologia encaminhará ao Conselho Federal de Fonoaudiologia a prestação de contas do ano administrativo anterior, aprovada pelo seu plenário. Art. 92. Os valores de que o Conselho Regional de Fonoaudiologia seja credor constituirão, a partir do ano administrativo imediatamente posterior, o montante de sua respectiva dívida ativa, a ser cobrada executivamente, esgotados os meios de cobrança administrativa. Art. 93. O Conselho Regional de Fonoaudiologia manterá, de forma integral, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, encaminhando-o para apreciação do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Art. 94. Em tempo hábil e em conformidade com as determinações legais vigentes, o Conselho Regional de Fonoaudiologia encaminhará ao Tribunal de Contas da União o relatório anual de gestão aprovado pelo plenário.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais

Art. 95. Os casos omissos ou especiais não previstos neste Regimento serão decididos pelos respectivos plenários dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. Art. 96. Qualquer proposta de alteração deste Regimento será apresentada com a respectiva justificativa em reunião interconselhos de diretoria e, após aprovada por maioria dos presentes, deverá ser submetida à apreciação do plenário do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Art. 97. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFN n° 595, de 17 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 22 de dezembro de 2017, página 414, Onde se lê: "Art. 2º. Os Portais de Transparência do Sistema de Conselhos CFN/CRN deverão divulgar obrigatoriamente os seguintes conteúdos: I - informações relativas as competências previstas nos artigos 9º e 10 da Lei nº 6.583/78, bem como nos artigos 6º e 13 do Decreto nº 87.218/82, conforme o caso;" Leia-se: "Art. 2º. Os Portais de Transparência do Sistema de Conselhos CFN/CRN deverão divulgar obrigatoriamente os seguintes conteúdos: I - informações relativas as competências previstas nos artigos 9º e 10 da Lei nº 6.583/78, bem como nos artigos 6º e 13 do Decreto nº 84.444/80, conforme o caso;"

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte em sua 70ª Reunião Extraordinária Plenária realizada dia 19 de outubro de 2017, homologa a Decisão Coren-RN nº 111/2017 que aprova o Orçamento para o exercício de 2018 do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte. A Proposta Orçamentária do Coren-RN, especificada no quadro demonstrativo abaixo, foi homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem por meio da Decisão Cofen nº 0265/2017 de 14 de dezembro de 2017.

RECEITAS	Total (R$)	DESPESAS	Total (R$)
RECEITAS CORRENTES	6.900.000,00	DESPESAS CORRENTES	6.900.000,00
Receita de Contribuições	4.962.870.00	Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil	2.798.603,60
Receita Patrimonial	260.000,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita de Serviços	799.440,00	Outras Despesas Correntes	4.101,396,40
Transferências Correntes	---		0,00
Outras Receitas Correntes	877.690.00	DESPESAS DE CAPITAL	0, 00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	Investimentos	0,00
Operações de Crédito	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Alienação de Bens	0,00	Transferências de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00		----
Outras Receitas de Capital	0,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.00
TOTAL DA RECEITA	6.900 ,000,00	TOTAL DA DESPESA	6.900 .000,00

SUERDA SANTOS MENEZES
Presidente do Conselho

MARIA NEUSA DA NOBREGA ALMINTAS
Tesoureira

KLÉBER SANTOS DE MORAIS
Contador

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 265/2017 publicado em DOU no dia 10/01/18, seção 1, onde se lê: Acórdão nº 265/2017. Leia-se: Acórdão 263/2017.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018011100084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.